



2º ciclo  
ibero-americano  
de diálogos  
contemporâneos

# Actas Completas do 2º Ciclo Ibero-americano de Diálogos Contemporâneos: Género, Sociedade e Diversidade

Organização:  
Daniel Colin  
Maria Ferreira





**ACTAS COMPLETAS DO 2º CICLO IBERO-  
AMERICANO DE DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS:  
GÉNERO, SOCIEDADE E DIVERSIDADE**

# **Editora Cravo**

## **Comité Científico**

**Jorge China**  
(Wayne State University - EUA)

**Keila Grinberg**  
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Brasil)

**Leonardo Rosa Ramos**  
(Università Pontificia Salesiana - Itália)

**Marcia Calainho**  
(Instituto Jurídico Luso Brasileiro - Portugal)

**Márcia Maria Menendes Motta**  
(Universidade Federal Fluminense - Brasil)

**Monique Montenegro**  
(Instituto Ensinar Brasil - Brasil)

**Thiago de Souza dos Reis**  
(Universidade Estácio de Sá/Universidade Veiga de Almeida - Brasil)

**Yanina Benitez**  
(Instituto de Filosofia Ezequiel de Olaso/Centro de Investigaciones Filosoficas - Argentina)

**Daniel Colin  
Maria Ferreira  
(Org)**

**Actas Completas do 2º Ciclo Ibero-  
Americano de Diálogos Contemporâneos:  
Género, Sociedade e Diversidade**

Copyright © 2023 **Editora Cravo**

**Título: Actas Completas do 2º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos:  
Género, Sociedade e Diversidade**

**Direção Editorial:** Lou Calainho

**Edição e Diagramação:** Equipa Editora Cravo

**Projeto gráfico e capa:** Cida Santos

**Grafismo:** Sofia Ferreira

**ISBN 978-989-9037-52-6**

**Conselho Editorial**

Lou Calainho

Magno F. Borges

Maria Auxiliadora B. dos Santos

**Dados para Catalogação da Obra**

Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos  
(2023 : Porto, Portugal).

Actas Completas do 2º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos  
Contemporâneos: Género, Sociedade e Diversidade [recurso eletrónico]  
/ Daniel Colin, Maria Ferreira (org.). – Porto : Editora Cravo, 2023.

E-book (pdf): 5Mb

ISBN 978-989-9037-52-6

1. Educação - Congressos. 2. Ensino Superior. 3. Investigação  
Científica. 4. Encontro Científico. I. Colin, Daniel. II. Ferreira, Maria. III.  
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura. IV. Título.

CDD: 370

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização  
por escrito dos editores e autores.



www.editoracravo.pt  
contacto@editoracravo.pt  
+351 960 221 473

## 2º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: Gênero, Sociedade e Diversidade

Realização



Apoio





## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
ANÁLISE DOS CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO DE 2011 A 2018: VIOLÊNCIA RECORRENTE CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA Julya de Almeida Polverine   Loys Lene da Costa Siqueira   Tiffani Matos Oliveira   Márcia Regina de Oliveira Pedroso   Franciéle Marabotti Costa Leite.....	13
A QUESTÃO DE GÊNERO EM UMA CASA TRANSRELIGIOSA DO RIO DE JANEIRO Frederico Romanoff.....	26
VIOLENCIAS INTRA E INTERGENÉRICAS QUE VIVIMOS LAS ENFERMERAS DENTRO DE LAS SALAS DE PARTO, A PROPÓSITO DE NUESTRO PAPEL FRENTE A LA VIOLENCIA OBSTÉTRICA Yesica Yolanda Rangel Flores   Vanesa Jiménez Arroyo   Magdalena Martínez Villa.....	29
CERCANDO MULHERES: A PERSEGUIÇÃO COMO MECANISMO DE OPRESSÃO PATRIARCAL Amanda Padilha Pieta.....	45
CONTRIBUTOS DO FEMINISMO NEGRO E DE(S)COLONIAL PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA REVISÃO DE LITERATURA Nirvana Frances Soares Cardoso   Maria José Magalhães.....	62
TRABALHO SEXUAL E VIOLÊNCIA NA PRÁTICA DA PROSTITUIÇÃO: REFLEXÕES EM DIÁLOGO COM GAROTAS DE PROGRAMA DE FRANCA-SP Marcela Dias Barbosa   Cinthia de Cassia Catoia   Patricia Cristina de Oliveira.....	74
LATINO-AMERICANAS ACORPANDO LUTAS CONTRA A MATRIZ CIVILIZATÓRIA DA MORTE: FEMINISTAS E FEMINISMOS COMUNITÁRIOS ECO-TERRITORIAIS ESPIRITUALISTAS (1980-2022) Tânia Regina Zimmermann.....	83
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DECOLONIAIS Fabiane Kravutschke Bogdanovicz   Kátia Aleksandra dos Santos.....	97
VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO HOMOSSEXUAL, BISEXUAL, TRAVESTI E TRANSEXUAL NO ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE DAS NOTIFICAÇÕES Brida Luísa Torres Duque   Márcia Regina de Oliveira Pedroso   Priscilla Ferreira e Silva   Tiffani Matos Oliveira   Tamires Paulo Ceccon   Márcia Valéria Souza Almeida   Franciéle Marabotti Costa Leite.....	111

CIDADE ANTIPATRIARCAL: UMA PROPOSTA ANTIVIOLENCIA Maria Eduarda Cavati   Hulda Wehmann.....	123
O MEU CORPO ERA MEU. REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE CRIAÇÃO CÊNICA DE GORDANÇA: UMA PALESTRA DANÇADA Renata Teixeira Ferreira da Silva.....	138
PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DO ACOLHIMENTO E TRATAMENTO DE PESSOAS TRANSGÊNERO NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE NA BAIXADA SANTISTA (SÃO PAULO, BRASIL) Giovanna Alves Lourenço   Priscila Larcher Longo.....	149
DESAFIOS DE SER MULHER E MÃE NA ATUALIDADE Amanda Breda   Cristiana Magni   Kátia Alexsandra dos Santos.....	154
EU, TU, ELAS: O LUGAR DO FEMININO NA AUTORIA DOCENTE Adriana Silva da Costa Vidaletti   Aida Cunha Batista.....	162
REFLEXÕES SOBRE CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO E O HABITUS CONSERVATORIAL NAS LICENCIATURAS DE MÚSICA NO CEARÁ Marisol dos Santos   Pedro Rogério.....	171
AS FACES DA DOR: VIOLENCIA DE GÊNERO NA CAPITAL CARIOCA (2018-2020) Joice de Souza Soares.....	184
CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS NOTIFICADOS DE NEGLIGÊNCIA CONTRA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO Julia Ellen da Silva Parreira   Tiffani Matos Oliveira   Loys Lene da Costa Siqueira   Márcia Regina de Oliveira Pedroso   Franciéle Marabotti Costa Leite.....	200
OS IMPACTOS DA MATERNIDADE EM MENINAS-MÃES Marina Abreu Dias   Maria Julia Martins Padovani   Mariana Hasse.....	215
POR UMA EDUCAÇÃO NÃO-MACHISTA: LIMITES E POSSIBILIDADES Rita de Cássia Krieger Gattiboni.....	221
TEMAS SENSÍVEIS NA LITERATURA INFANTOJUVENIL: A DIDATIZAÇÃO ESCOLAR EM DETRIMENTO DO CARÁTER HUMANIZADOR Sheila Bischoff Rocha.....	234
DIMENSÃO SENSÍVEL NA FESTA DO CENTENÁRIO: SONORIDADES E MÚSICAS NAS COMEMORAÇÕES DOS 100 ANOS DE BLUMENAU/SC, BRASIL Tiago Pereira.....	249

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES NEGRAS

Thainara Virgínia Paulino | Soraia Veloso Cintra.....260

VIOLÊNCIA INTERPESSOAL CONTRA CRIANÇAS: ANÁLISE DESCRITIVA DOS CASOS NOTIFICADOS

Byanca de Paula Gomes Silveira | Marcia Regina de Oliveira Pedroso | Tiffani Matos Oliveira | Loys Lene da Costa Siqueira | Franciele Marabotti Costa Leite.....274



## APRESENTAÇÃO

Promovido pelo CONJUGARE (Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura), o **2º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: Género, Sociedade e Diversidade**, foi realizado entre os dias 14 e 16 de Fevereiro de 2023, a partir do Porto, Portugal.

Debruçados sob a temática geral da edição, **Género, Sociedade e Diversidade**, diversos investigadores portugueses e do estrangeiro comunicaram os resultados de suas respetivas investigações, apoiados por organismos de fomento diversos.

A cada dia, os o campo dos Estudos de Género tem se afirmado como área científica autónoma de investigação. Trata-se de área que conta com as metodologias interdisciplinares como uma de suas bases e, por isso, tem possibilitado não só a preparação de investigadores/as, como também o desenvolvimento de investigações que lançam luz sobre a sociedade hodierna.

A ampliação do mundo dos direitos na sociedade liberal – e a oposição a essa ampliação – marca indelével ponto de reflexão para nossos estudos, nos diferentes sectores e atividades sociais e políticas. Em articulação com estudos de outras naturezas (culturais, políticos, económicos, sociais, artísticos ...), os Estudos de Género possibilitam a produção do conhecimento sob novas abordagens e em outros territórios, distintos dos tradicionalmente percorridos pela investigação científica.

As *actas* que ora apresentamos são parte significativa desses esforços e nós, organizadoras, esperamos que façam ressoar as propostas dos participantes e comunicadores em searas mais distantes e por mais alongado tempo.



# ANÁLISE DOS CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO DE 2011 A 2018: VIOLÊNCIA RECORRENTE CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Julya de Almeida Polverine<sup>1</sup>  
Loys Lene da Costa Siqueira<sup>2</sup>  
Tiffani Matos Oliveira<sup>3</sup>  
Márcia Regina de Oliveira Pedroso<sup>4</sup>  
Franciele Marabotti Costa Leite<sup>5</sup>

## Introdução

De acordo com A Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), uma pessoa com deficiência (PCD) é definida a partir da condição de impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial, à longo prazo, de forma que obstrua a participação plena na sociedade (BRASIL, 2015).

Atualmente, no Brasil, 6,7% da população com mais de 18 anos vive com algum tipo de deficiência e 17,2% possuem alguma limitação funcional. Segundo dados do censo levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, existem aproximadamente 45 milhões de pessoas experienciando algum tipo de deficiência no Brasil (IBGE, 2010). No Espírito Santo, foram registradas mais de 800 mil pessoas que convivem com algum tipo de deficiência diariamente. Em escala mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) também afirma que esse grupo representa aproximadamente 15% da população total (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011).

Importante ponderar que a presença de uma deficiência torna a pessoa mais susceptível a vivenciar a violência quando comparado a uma pessoa que não possui esse agravamento, estimando-se um aumento de 50% na incidência de violência (LENNARD, 2014).

Segundo a ONU, pessoas com deficiência estão mais expostas a riscos em todo mundo, mas especialmente em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011), como o Brasil.

Dentre os fatores que explicariam o aumento do risco de violência contra pessoas com deficiência, pode-se citar: necessidade do aumento de cuidados a longo prazo, expressando dependência; privação dos direitos humanos; percepção do agressor de baixa probabilidade em ser descoberto; dificuldades enfrentadas pela vítima em fazer com que os outros acreditem em suas queixas; pouco conhecimento da vítima do que é considerado adequado ou não em termos de sexualidade; isolamento social resultante do ato, com o aumento do risco de ser manipulado; potencial de vulnerabilidade/desamparo em locais públicos; valores e atitudes praticados por profissionais que são paralelos à concepção de inclusão, desconsiderando a capacidade de cada indivíduo; e dependência econômica por parte da maioria dos PCDs (NOSEK; HOWLAND; AND YOUNG, 1997).

Quando se fala nos perpetradores da violência, a análise das denúncias do disque 100 aponta familiares/conhecidos com destaque para irmãos, vizinhos e cuidadores. E, a residência da vítima é onde acontecem o maior número das agressões. Além disso, a violência intrafamiliar/doméstica é a mais comum entre as violências sofridas pelos portadores de

---

<sup>1</sup> Acadêmica de enfermagem. Universidade Federal do Espírito. E-mail: Julyapolverine@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda PPGSC/UFES. Universidade Federal do Espírito. E-mail: loyslencosta22@gmail.com

<sup>3</sup> Enfermeira. Universidade Federal do Espírito. E-mail: tiffani.matos@hotmail.com

<sup>4</sup> Doutora em Saúde Coletiva. Docente da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Centro das Ciências Biológicas e da Saúde. E-mail: marcypedroso@gmail.com

<sup>5</sup> Doutora em epidemiologia. Docente da Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de enfermagem. Programa de Pós-graduação em Saúde coletiva e Enfermagem. E-mail: francielemarabotti@gmail.com



deficiência (LIMA; D'AFFONSECA, 2020), e, consequentemente, mais provável de sofrer repetição.

A chamada violência de repetição ou recorrente configura-se como a caracterização de um padrão entre vítima e violentador que sofre reincidência, na possibilidade de identificar uma frequência no ato, sendo este autoprovocado ou interpessoal, abrangendo fatores físicos ou psicológicos. Logo, torna-se evidente que a deficiência aparece enquadrada em relação à violência acometida, não apenas enquanto subproduto desta, mas como condição de suscetibilidade para agravos referentes à atos violentos (CRUZ; SILVA; ALVES, 2007).

Diversos danos podem resultar da violência, como traumas e morte gerados pela exposição a esse agravo, além custos físicos e mentais imensuráveis para as vítimas, suas famílias e para a sociedade como um todo (NJAINÉ *et al.*, 2020). Demonstrando assim, que, os danos causados às vítimas de violências são multifatoriais e necessitam da intervenção de profissionais capacitados. Dessa forma, cabe aos profissionais de saúde atuarem na prevenção, identificação, notificação e manejo das vítimas de violência. Entretanto, para que o cuidado integral seja prestado de forma eficiente, nos diferentes quadros de violência de repetição, é necessária habilidade técnica alinhada ao preparo emocional (MORAIS; MONTEIRO; ROCHA, 2010).

Diante do exposto, constatando que a violência contra pessoas com deficiência é uma questão social extremamente relevante para a saúde pública, e, visando a escassez de estudos a respeito da violência recorrente contra este grupo, além da urgência de medidas profiláticas que o tema clama, o presente estudo teve por objetivo identificar a frequência da recorrência dos casos de violência contra pessoas com deficiência e os fatores associados a partir dos casos notificados entre 2011 e 2018 no estado do Espírito Santo.

## Metodologia

Trata-se de um estudo transversal cuja população são todos os casos de violência contra a pessoa com deficiência, notificados nos serviços de saúde capixabas entre os anos de 2011 e 2018. Os dados da pesquisa foram extraídos do banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do estado do Espírito Santo, e disponibilizados pela Secretaria de Estado da Saúde (SESA). O Espírito Santo é um estado no litoral da região sudeste com aproximadamente 4.108.508 habitantes (IBGE, 2021), possui IDH de 0,740 (IBGE, 2010) e faz fronteiras com os estados da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A escolha do recorte do estudo a partir do ano de 2011 se deu devido a portaria nº 104 do Ministério da Saúde de 2011, que a partir deste ano, coloca a violência interpessoal e autoprovocada como notificação compulsória nos serviços de saúde do país (BRASIL, 2011). A análise da ficha de notificação passou por qualificação do banco de dados, e a variável dependente se caracterizou como o campo que demonstra se a violência é recorrente (sim/não). Foram definidas as seguintes variáveis independentes para realização da análise: características da vítima — sexo (masculino/feminino), faixa etária (0 a 9 anos/10 a 19



anos/20 a 59 anos/60 anos e mais), raça/cor (branca/preta-parda), zona de residência (Urbana/Periurbana-Rural); características do agressor(a) — faixa etária (0 - 24 anos/25 anos ou mais), sexo (masculino/feminino), vínculo (familiar/conhecido/desconhecido), suspeita de uso de álcool (sim/não), número de envolvidos (um/dois ou mais); características do evento — local de ocorrência (residência/via pública/outros) e encaminhamento (sim/não). Os testes estatísticos foram realizados por meio do Stata 14.0. Inicialmente foi feita a análise descritiva dos dados apresentados por meio de frequência bruta e relativo, com os respectivos intervalos de confiança 95%. A análise bivariada foi feita pelo Teste Qui-quadrado de Pearson e a análise multivariada pela Regressão de Poisson, cuja medida apresentada foi a Razão de Prevalência. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética (Parecer de número 2.819.597).

## Resultados

No intervalo entre os anos de 2011 e 2018 foram notificadas 901 ocorrências de violência contra a pessoa com deficiência no estado do Espírito Santo, sendo aproximadamente 617 (P: 68,4% IC95%: 65,9-70,9) de repetição (Dados não apresentados em tabela).

A tabela 1 demonstra as características gerais das vítimas, do agressor e da violência. Observou-se maior número de vítimas mulheres (73%), de 20 a 59 anos (66,1%), raça preta/parda (62,9%), e residentes na zona urbana/periurbana (89,3%). Quanto aos agressores, predominaram pessoas do sexo masculino (56,7%), que possuem vínculo familiar com a vítima (72,8%), sem suspeita de uso de álcool durante o evento (66,2%), e, na maioria dos casos o agressor era único (78,5%). No que tange a ocorrência da violência essa acontecia prioritariamente na residência da vítima (83,2%). Grande parte das vítimas foram encaminhadas a outros serviços (86,7%).

15

**Tabela 1 - Características das notificações de violência de repetição segundo dados da vítima, do agressor e da ocorrência, Espírito Santo, Brasil, 2011-2018.**

Variáveis	Nº	%	IC 95%
<b>Sexo</b>			
Masculino	243	27,0	24,2-30,0
Feminino	658	73,0	70,0-75,8
<b>Faixa etária</b>			
0 a 9 anos	26	2,9	2,0-4,2
10 a 19 anos	126	14,0	11,9-16,4
20 a 59 anos	596	66,1	63,0-69,2
60 anos e mais	153	17,0	14,7-19,6
<b>Raça/Cor</b>			
Branca	309	37,1	33,9-40,4
Preta/Parda	524	62,9	59,6-66,1

<b>Zona de residência</b>			
Urbana/Periurbana	795	89,3	87,1-91,2
Rural	95	10,7	8,8-12,9
<b>Faixa etária do agressor</b>			
0 - 24 anos	156	23,6	20,5-27,0
25 anos ou mais	506	76,4	73,0-79,5
<b>Sexo do agressor</b>			
Masculino	447	56,7	53,2-60,2
Feminino	341	43,3	39,9-46,8
<b>Vínculo</b>			
Familiar	414	72,8	68,9-76,3
Conhecido	83	21,1	17,9-24,7
Desconhecido	61	6,1	4,4-8,5
<b>Suspeita de uso de álcool</b>			
Não	434	66,2	62,4-69,7
Sim	222	33,8	30,3-37,6
<b>Número de envolvidos</b>			
Um	681	78,5	75,6-81,1
Dois ou mais	187	21,5	18,9-24,4
<b>Local de ocorrência</b>			
Residência	714	83,2	80,6-85,6
Via pública	83	9,7	7,9-11,9
Outros	61	7,1	5,6-9,0
<b>Encaminhamento</b>			
Não	114	13,3	11,2-15,7
Sim	744	86,7	84,3-88,8

Fonte: Elaborada pelo autor.

Nas análises bivariadas, observa-se relação entre a violência de repetição contra pessoas com deficiência e o sexo e faixa etária das vítimas. Quanto ao agressor a repetição do agravo esteve relacionado ao sexo e local de ocorrência ( $p < 0,05$ ) (Tabela 2).

**Tabela 2. Análise bivariada entre a violência de repetição e as características das vítimas, agressor e do evento. Espírito Santo, Brasil, 2011-2018.**

Variáveis	N	%	IC95%	P-VALOR
<b>Sexo</b>				
Masculino	243	61,8	56,9-66,5	0,001
Feminino	658	71,2	68,2-74,1	

<b>Faixa etária</b>				
0 a 9 anos	26	74,3	57,2-86,2	<0,001
10 a 19 anos	126	65,6	58,6-72,0	
20 a 59 anos	596	65,9	62,8-69,0	
60 anos e mais	153	82,3	76,1-87,7	
<b>Raça/Cor</b>				
Branca	309	70,7	66,3-74,8	0,183
Preta/Parda	524	67,0	63,6-70,2	
<b>Zona de residência</b>				
Urbana/Periurbana	795	68,4	65,7-71,0	0,986
Rural	95	68,4	60,1-75,6	
<b>Faixa etária do agressor</b>				
0-24 anos	156	70,6	64,2-76,2	0,981
25 anos e mais	506	70,7	67,2-73,9	
<b>Sexo do agressor</b>				
Masculino	447	63,6	60,0-67,1	0,002
Feminino	341	72,3	68,0-76,1	
<b>Suspeita de uso de álcool</b>				
Não	434	69,6	65,8-73,0	0,795
Sim	222	68,7	63,5-73,6	
<b>Local de ocorrência</b>				
Residência	714	73,1	70,2-75,8	<0,001
Via pública	83	47,2	39,9-54,6	
Outros	61	57,6	47,9-66,6	
<b>Encaminhamento</b>				
Não	114	71,3	63,7-77,8	0,504
Sim	744	68,6	65,8-71,3	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na Tabela 3, observamos a análise ajustada da violência de repetição praticada contra pessoas com deficiência, em que é possível perceber que o sexo feminino tem 17% mais frequência desse evento quando comparado ao sexo masculino. Os idosos também são vítimas mais prevalentes de sofrerem violência de repetição (RP: 1,25; IC 95%: 1,10-1,41). Quanto ao local de ocorrência, esse agravo se repetiu 47% mais vezes na residência da vítima (IC 95%: 1,25-1,73).

**Tabela 3. Análise bruta e ajustada dos efeitos das características da vítima, do agressor e da ocorrência sobre a violência de repetição praticada contra pessoas com deficiência. Espírito Santo, 2011-2018**

Variáveis	Análise bruta			Análise ajustada		
	RP	IC 95%	P-valor	RP	IC 95%	p-valor
<b>Sexo</b>						
Masculino	1,0		0,002	1,0		0,001
Feminino	1,15	1,06-1,26		1,17	1,07-1,28	
<b>Faixa etária</b>						
0 a 9 anos	1,13	0,91-1,41	<0,001	1,14	0,92-1,42	<0,001
10 a 19 anos	1,0			1,0		
20 a 59 anos	1,01	0,90-1,12		0,98	0,88-1,10	
60 anos e mais	1,25	1,11-1,42		1,25	1,10-1,41	
<b>Raça/Cor</b>						
Branca	1,06	0,98-1,14	0,176	1,03	0,95-1,11	0,485
Preta/Parda	1,0			1,0		
<b>Sexo do agressor</b>						
Masculino	1,0		0,002	1,0		0,761
Feminino	1,14	1,05-1,23		1,01	0,93-1,10	
<b>Local de ocorrência</b>						
Residência	1,55	1,32-1,82	<0,001	1,47	1,25-1,73	<0,001
Via pública	1,0			1,0		
Outros	1,22	0,97-1,53		1,20	0,96-1,51	

Fonte: Elaborada pelo autor.

## Discussão

Os dados de notificação registrados no SINAN no período entre 2011 e 2017, no estado do Espírito Santo, revelam que cerca de sete em cada dez casos de violência contra a pessoa com deficiência apresentavam caráter de repetição (P: 68,4% (IC 95 %: 65,9-70,9). Esse resultado é superior ao encontrado em grupos também vulneráveis como as crianças (P: 32,5%) (PEDROSO; LEITE, 2021) e pessoas idosas (P: 50,1%) (PAMPOLIM; LEITE, 2021), demonstrando o quanto as pessoas com deficiência estão entre aqueles mais vulneráveis à permanência do ciclo da violência.

Pessoas com deficiência sofrem mais violência que pessoas sem deficiência. É importante ressaltar que PCDs enfrentam quadros de estigmatização junto a crenças negativas voltadas a sua vivência, além de falta de clareza sobre suas incapacidades e desvantagens (CAVALCANTE; MINAYO, 2009, apud GOLDSOHN, 2001; GROCE, 2005).



Segundo a literatura, o índice de repetição pode ser discutido a partir da vulnerabilidade na qual a pessoa com deficiência está exposta, de forma que fatores como a dependência e a falta de autonomia estejam diretamente relacionados com as situações de violência vivenciadas em repetição por esse grupo. Além disso, o agravamento da violência também é vinculado à múltiplas deficiências ou pertencimento à mais de um grupo de risco, aumentando também a possibilidade de recorrência (WILLIAMS, 2003). A violência e a deficiência estão interlaçadas em um ciclo vicioso no qual a violência provoca o aumento da vulnerabilidade de pessoas com deficiência (WANDERER; PEDROZA, 2015), consequentemente aumentando também a recorrência, enquanto fator importante da equação.

Segundo (LIMA; D’AFFONSECA, 2020) mulheres e idosos portadores de deficiência são mais vulneráveis a sofrer violência. Corroborando com a linha de discussão do presente estudo, quanto as características da população de PCDs que sofreram mais violência recorrente, houve predominância do sexo feminino (RP: 1,17; IC95%: 1,07-1,28) e da faixa etária de 60 anos ou mais (RP: 1,25; IC95%: 1,10-1,41).

No que tange os apontamentos a respeito da violência contra mulher, de acordo com KRUG *et al.* (2002), as mulheres, especialmente em sociedades com marcantes desigualdades de gênero, são as mais vitimizadas. Dessa forma, mulheres com deficiência vivenciam um panorama ampliado de violências e desigualdades quando comparadas a mulheres sem deficiência, devido ao local de vulnerabilidade expandida na qual ocupam socialmente. Ademais, além de terem menos acesso à proteção contra os diversos tipos de violência, frequentemente, mulheres com deficiência são menos capazes de se defender, além da repressão e do receio em realizar a denúncia (PASSOS; TELLES; OLIVEIRA, 2019).

No que tange os apontamentos a respeito da violência contra a pessoa idosa, de acordo com Pampolim e Leite (2021), nota-se, que os dados entram em sintonia na concordância de que a violência de repetição foi mais prevalente naquelas pessoas idosas que possuíam algum transtorno ou deficiência. Segundo a literatura, tal fator pode ser recorrente devido à sobrecarga do cuidador que pratica a agressão sob o estresse e a falta de preparo a respeito do montante de cuidados que a pessoa idosa exige (ORFILA *et al.*, 2018).

Dentre as análises, destaca-se a predominância dos casos de repetição que ocorreram na residência da vítima, que apresentaram 47% maior incidência que em locais de via pública e outros. Esse achado concorda com o descrito na nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (RODRIGUES, 2021), que, ao analisar os dados de saúde pública no território brasileiro, observa que a violência doméstica apresenta relevância predominante na maioria dos casos notificados de violência contra pessoa com deficiência física ou múltipla. Além de concordar também com outros autores (PAMPOLIM; LEITE, 2021; PEDROSO, LEITE, 2021), que apontam a maior prevalência de violência de repetição ocorridos na residência da vítima.

No que tange às características do agressor, os dados analisados revelam predominância de vínculo familiar (P: 72,8% IC95%: 68,9-76,3) entre os suspeitos de realizar atos violentos e a



vítima. Concordando assim, com Lima (2018), que destaca a maioria dos suspeitos nas denúncias ao Disque Direitos Humanos - Disque 100 (57,1%) caracterizados principalmente por aqueles que deveriam prestar o sistema de apoio para PCD.

Buscando a compreensão dos fatores que excitariam a violência de repetição contra pessoa com deficiência, nota-se que um dos aspectos a serem analisados seria a dificuldade de reconhecimento de alguns tipos de violência no ponto de vista da vítima (BERÁSTEGUI PEDRO-VIEJO; GÓMEZ-BENGOECHEA que resultaria na dificuldade na dificuldade de manifestação, e, conseqüentemente, na dificuldade de impor o fim deste ciclo. Além da falta de informação e estresse do cuidador/familiar (UNICEF, 2013), a necessidade de cuidados especiais e contínuos (PEDROSO; LEITE, 2021) e ao excesso de tarefas atribuídas ao cuidador familiar (PAMPOLIM; LEITE, 2021). Além do constante convívio característico entre pessoas do mesmo ciclo familiar, e a cumplicidade dos membros da família quando se omitem de denunciar os abusos que possuem conhecimento a respeito (GARBIN *et al.*, 2016).

Em razão da complexidade, a prevenção e a resposta à violência requerem esforços coletivos (GARBIN *et al.*, 2015; MINAYO, 2006), isto é, deve contar com diversos setores, tais como saúde, educação, justiça, organizações da sociedade civil e religiosas, setor privado e outros, e é claro, considerando o contexto de cada país (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2022). A violência enquanto um notável problema de saúde pública, deve, portanto, ser de grande interesse para os profissionais de saúde, de modo que refletir acerca do planejamento das medidas preventivas, seja um dos focos de suas ações. As bases sistêmicas da violência cometida contra pessoas com deficiência são profundas e o método para suprimi-las é prolongado. Assim, é impreterivelmente necessária, uma autorreflexão constante, evolução profissional e inclinação para ouvir, bem como atender as angústias e demandas das pessoas com deficiência. Para isso, deve-se partir de uma prática clínica informada, competente, de uma abordagem as barreiras individuais emergentes e dos entraves sistêmicos de longo prazo que sustentam a violência contra pessoas com deficiência (LUND, 2020). Profissionais de saúde são um ponto de comunicação crítico para esses indivíduos (BALLAN; FREYER; POWLEDGE, 2017).

Além disso, é importante destacarmos a obrigatoriedade da notificação do caso ou suspeita de violência por esses profissionais, sendo uma ferramenta primordial para a vigilância epidemiológica e a formulação de políticas públicas de prevenção e intervenção (GARBIN *et al.*, 2015). Embora quando chamados a olhar, com cuidado, para o tema da violência, os profissionais de saúde encarem como um grande desafio, o que é, não o podem negligenciar, devem colaborar para impedir o estabelecimento de uma sociedade de risco, ou por assim dizer, com ainda mais riscos (BERGER; GIFFIN, 2011; GARBIN *et al.*, 2015). Inclusive tais ações podem contribuir para evitar a repetibilidade da violência, em especial na população com deficiência em razão da maior vulnerabilidade.

Não podemos deixar de mencionar, é claro, as limitações deste estudo. Destacamos a possibilidade de subnotificação dos casos, uma vez se restringem as vítimas que buscaram os



serviços de saúde, receberam atendimento e tiveram seus casos notificados pelos profissionais de saúde, reforçando a importância dessa prática para a contabilização dos casos e garantia de intervenção. Bem como, devido ao uso de dados secundários, muitos podem não estar em conformidade e/ou incompletos. Desse modo, a capacitação dos profissionais quanto a necessidade da notificação e do preenchimento adequado desses dados, para a garantia da qualidade das informações prestadas é extremamente necessária.

### Conclusão

Os dados apresentados expressam uma elevada frequência de violência de repetição vivenciada pela pessoa com deficiência e que as características da vítima, do agressor e da ocorrência podem tornar a pessoa com deficiência ainda mais vulnerável a repetibilidade da violência. Tais análises refletem a necessidade de políticas de atenção especializada voltada para este grupo, bem como a relevância de ações que visem a prevenção e detecção precoce dos diferentes tipos de violência recorrente. É fundamental a orientação e instrução adequada as vítimas e familiares, a fim de evitar a perpetuação das violências.

Nesse contexto, os profissionais da saúde devem estar capacitados para o atendimento às vítimas de violência, estando sempre em estado de alerta para os riscos e sinais do evento. Como por exemplo, sinais de estresse e sobrecarga do cuidador e estado emocional e físico do paciente, além de realizar orientação a respeito dos diferentes canais de denúncia contra a violência contra a pessoa com deficiência.

Por fim, a notificação de casos de suspeita de violência é essencial no enfrentamento a esse agravado, contribuindo para a inserção da vítima na rede de proteção e, reduzir a probabilidade de repetição do abuso cometido contra a população de pessoas com deficiência. Assim, profissionais da saúde configuram um meio de comunicação crítica em relação à detecção e ação contra os diferentes tipos de violência contra pessoa com deficiência. Tornando-se imprescindível a necessidade de autorreflexão constante, evolução profissional e inclinação para ouvir, bem como atender as angústias e demandas das pessoas com deficiência.

### Referências

BALLAN, M. S.; FREYER, M. B.; POWLEDGE, L. Intimate partner violence among men with disabilities: the role of health care providers. **American Journal of Men's Health**, v. 11, n. 5, p. 1436–1443, set. 2017. DOI 10.1177/1557988315606966. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1557988315606966>. Acesso em: 29 jan. 2023.

BERÁSTEGUI PEDRO-VIEJO, Ana; GÓMEZ-BENGOECHEA, Blanca. Los menores con discapacidad como víctimas de maltrato infantil: una revisión. **Psychosocial Intervention**, v. 15, n. 3, p. 293-306, 2006.





BERGER, S. M. D.; GIFFIN, K. M. Serviços de saúde e a violência na gravidez: perspectivas e práticas de profissionais e equipas de saúde em um hospital público no Rio de Janeiro. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 37, p. 391–405, 18 mar. 2011. DOI 10.1590/S1414-32832011005000003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832011000200006&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832011000200006&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011. Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, jan. 2015.

CAVALCANTE, F. G.; MINAYO, M. C. S. Representações sociais sobre direitos e violência na área da deficiência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 57–66, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/3rmrKBrndmWkV7TDN3DxvVC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

CRUZ, D. M. C.; SILVA, J. T.; ALVES, H. C. Evidências sobre violência e deficiência: implicações para futuras pesquisas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 13, p. 131-146, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/98jhnhzq7yytjRTz4j9rCWt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 fev. 2023.

**Espírito Santo | Cidades e Estados | IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es.html>. Acesso em: 7 fev. 2023.

GARBIN, C. A. S.; DIAS, I. A.; ROVIDA, T. A. S.; GARBIN, A. J. I. Desafios do profissional de saúde na notificação da violência: obrigatoriedade, efetivação e encaminhamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 6, p. 1879–1890, jun. 2015. DOI 10.1590/1413-81232015206.13442014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232015000601879&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000601879&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 29 jan. 2023.



GARBIN, C. A. S.; GOMES, A. M. P.; GATTO, R. C. J.; GARBIN, A. J. I. Um estudo transversal sobre cinco anos de denúncia sobre violência contra crianças e adolescentes em Araçatuba, São Paulo. **J Health Sci**, v. 18, n. 4, p. 273- 7, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/2447-8938.2016v18n4p273-7>. Acesso em: 06 jan. 2023.

Goldson E. Maltreatment among children with disabilities. *Infants and Young children* 2001; 13:44-54.

GROCE, Nora Ellen. Violence against disabled children: UN Secretary Generals report on violence against children thematic group on violence against disabled children: findings and recommendations. 2005.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington. 2018.

KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO, R. (ed.). **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615\\_eng.pdf](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf). Acesso em: 07 fev. 2023.

LENNARD, D. Disability rights and wrongs revisited. **Scand J Disabil Res**, v. 17, n. 1, p. 95-7, 2014.

LIMA, M.; D'AFFONSECA, M. S. Um estudo sobre denúncias de violência registradas no disque 100-pessoas com deficiência. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 3, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v20n3/v20n3a03.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2023.

LUND, E. M. Interpersonal violence against people with disabilities: Additional concerns and considerations in the COVID-19 pandemic. **Rehabilitation Psychology**, v. 65, n. 3, p. 199–205, ago. 2020. DOI 10.1037/rep0000347. Disponível em: <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.137/rep0000347>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MINAYO, M. C. S. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1259-1267, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/630/63013510015.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MORAIS, S. C. R. V.; MONTEIRO, C. F. S.; ROCHA, S. S. O cuidar em enfermagem à mulher vítima de violência sexual. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 19, n. 1, p. 155-160, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/ckVMC5bHyNsndMSgKy7RQLz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 06 fev. 2023.





NJAINÉ, K.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCINI, J. Q. (Orgs.). **Impactos da Violência na Saúde**. 4. ed. [s.l.]: Editora FIOCRUZ, 2020. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/p9jv6>. Acesso em: 3 dez. 2022.

NOSEK, Margaret A.; HOWLAND, Carol A.; YOUNG, Mary Ellen. Abuse of women with disabilities: Policy implications. **Journal of Disability Policy Studies**, v. 8, n. 1-2, p. 157-175, 1997.

ORFILA, F.; COMA-SOLÉ, M.; CABANAS, M.; CEGRI-LOMBARDO, F.; MOLERAS-SERRA, A.; PUJOL-RIBERA, E. Family caregiver mistreatment of the elderly: prevalence of risk and associated factors. **BMC public health**, v.18, n. 1, p. 1-14, 2018. Disponível em: [https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5778739/pdf/12889\\_2018\\_Article\\_5067.pdf](https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5778739/pdf/12889_2018_Article_5067.pdf). Acesso em: 07 fev. 2023.

PAMPOLIM, G.; LEITE, F. M. C. Análise da violência de repetição contra a pessoa idosa em um estado brasileiro. **Aquichan**, v. 21, n. 1, 2021. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1657-59972021000102118&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1657-59972021000102118&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 06 jan. 2023.

PASSOS, R. L.; TELLES, F. S. P.; OLIVEIRA, M. H. B. Da violência sexual e outras ofensas contra a mulher com deficiência. **Saúde em Debate**, v. 43, n. especial 4, p. 154–164, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/L6vgLTHXQD9nFctmYzN8x6f/?lang=pt>. Acesso em: 07 jan. 2023.

PEDROSO, M. R. O.; LEITE, F. M. C. Violência recorrente contra crianças: análise dos casos notificados entre 2011 e 2018 no Estado do Espírito Santo. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, n. 3 p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/pF3qnBYLhmMnrpWnpPvc3RG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 06 jan. 2023.

RODRIGUES, Rute Imanishi et al. Violência contra pessoas com deficiência: o que dizem os dados da saúde pública?. 2021.

STRICKLER, H. L. Interaction between family violence and mental retardation. **Mental Retardation**, v. 39, n. 6, p. 461-471, 2001. Disponível em: <https://meridian.allenpress.com/idd/article-abstract/39/6/461/8309/Interaction-Between-Family-Violence-and-Mental?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 06 fev. 2023.



UNICEF. **Situação mundial da infância 2013:** Crianças com deficiência. United Nations Children's Fund (UNICEF), 2013. Disponível em [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unicef\\_sowc/sit\\_mund\\_inf\\_2013\\_deficiencia.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unicef_sowc/sit_mund_inf_2013_deficiencia.pdf). Acesso em: 07 fev. 2023.

WANDERER, Aline; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. A violência como tema transversal aos estudos sobre a deficiência: interconexões necessárias. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 15, n. 1, p. 178-195, 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812015000100011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000100011). Acesso em: 07 fev. 2023.

WILLIAMS, L. C. A. Sobre deficiência e violência: Reflexões para uma análise de revisão de área. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 9, n. 2, p.141-154, 2003. Disponível em: <https://www.abpee.net/pdf/artigos/art-9-2-2.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on disability 2011.** World Health Organization, 2011. Disponível em: <https://www.refworld.org/pdfid/50854a322.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World health organization violence prevention unit: approach, objectives and activities, 2022-2026.** 2022. Disponível em: [https://cdn.who.int/media/docs/default-source/documents/social-determinants-of-health/who\\_2022\\_plv\\_strategy\\_2022-2026\\_finalfile.pdf?sfvrsn=c819ff54\\_3&download=true](https://cdn.who.int/media/docs/default-source/documents/social-determinants-of-health/who_2022_plv_strategy_2022-2026_finalfile.pdf?sfvrsn=c819ff54_3&download=true). Acesso em: 29 jan. 2023.

# A QUESTÃO DE GÊNERO EM UMA CASA TRANSRELIGIOSA DO RIO DE JANEIRO

Frederico Romanoff<sup>1</sup>

Gostaria de agradecer aos e as organizadoras deste evento e por o organizarem sob um tema tão importante que são os estudos de gênero. No Brasil e no mundo, nos últimos anos, este campo de estudos foi duramente atacado. Nada mais justo do que nos reunirmos e conversamos sobre o assunto, para que mais pessoas conheçam o tema e deixem de reproduzir ignorâncias. Agradeço também pelo espaço.

O tema que trago diz respeito à questão de gênero em uma casa transreligiosa do Rio de Janeiro, chamada Arca da Montanha Azul. A Arca é uma das muitas casas ayahuasqueiras que existem no Brasil e no mundo. Ligada às tradicionais religiões ayahuasqueiras do Brasil - o Santo Daime, a Barquinha e a União do Vegetal - a casa se renova a cada ano, respeitando o centro das tradições que sustentam o universo ayahuasqueiros no mundo e ousando inovar, seja em relação a metodologia da cerimônia, seja em relação aos assuntos que são tratados e vivenciados durante os rituais e fora deles.

Percebe-se nos últimos anos um aumento do interesse nas questões de gênero<sup>2</sup> em relação à religião. O aumento da bibliografia na área da antropologia, por exemplo, é algo a se observar. Esse campo de estudos, tradicionalmente interessado em estudar a alteridade no âmbito de comunidades não ocidentais, com o tempo voltou-se para comunidades dentro do espaço urbano, como é o caso de meus próprios estudos na área (ROMANOFF, 2021).

Falar sobre a questão de gênero na Arca da Montanha Azul pede antes uma referência a como essa questão é tratada nas religiões ayahuasqueiras de forma geral. Guardando-se honrosas exceções e salientando ainda que existe um movimento de conscientização importante acontecendo atualmente, a questão de gênero nas religiões tradicionais da ayahuasca no Brasil ainda precisa ser melhor trabalhada.

Falando sobre o Santo Daime, por exemplo, a primeira religião criada para comungar a planta no país por não-indígenas, percebe-se já na estrutura ritual uma separação entre os gêneros. De um lado do salão encontram-se as mulheres e do outro os homens. Quando questiono os praticantes dessa religião o porquê da separação, eles e elas fazem referência a forma como a estrutura ritual foi concebida e deixada pelo Mestre Irineu (fundador da doutrina) e fazem ainda referência a mistérios que envolvem a temática, do ponto de vista espiritual.

A literatura demonstra que essa estrutura ritual nos últimos anos tem sido a responsável pela causa de alguns incômodos, principalmente entre aqueles e aquelas que são divergentes do ponto de vista da diferenciação sexual (PRECIADO, 2022). Pessoas transsexuais e não-binárias têm precisado se ajustar às regras cerimoniais que pressupõem a distinção binária de gênero entre os praticantes dessa religião.

Tal questão delicada já que trata do jogo de identidades e subjetividades em relação a um método religioso, abre margem para o diálogo entre tradição e contemporaneidade. Até que ponto a tradição precisa se abrir para contemplar as reivindicações sociais contemporâneas? Até que ponto a contemporaneidade precisa respeitar os ditames das tradições, em se tratando principalmente do espaço cerimonial que essas tradições constroem? Essa apresentação não busca dar respostas a essas questões, elas parecem carregar uma certa complexidade uma vez que envolvem subjetividades construídas em narrativas diversas sobre o mundo e o universo.

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela UFRJ, Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia) também pela UFRJ e Doutorando em Antropologia Social - PPGAS/UFSC. E-mail: fredericoromanoff@gmail.com

<sup>2</sup> Quando digo questões de gênero me refiro, além do gênero, para questões ligadas também à sexualidade. Seguindo a referência da forma como o campo de estudos se consolidou no Brasil.



No entanto, convém falarmos sobre o assunto, uma vez que o esquema de diferenciação sexual reproduzido por essas religiões é fonte de muito sofrimento para diferentes identidades. Não podemos, como nos informa Paul B. Preciado, jogar o assunto para debaixo do pano, uma vez que a diferenciação sexual está intimamente ligada ao regime patriarcal de comando na sociedade ocidental.

Do ponto de vista da sexualidade, as religiões citadas parecem também reproduzir (novamente, salvo exceções) um esquema de opressão que está generalizado nas sociedades contemporâneas e agudizado nas sociedades latino-americanas. Pessoas com sexualidade divergente ainda são discriminadas nesses espaços, principalmente porque a religião, de forma geral, parte de uma perspectiva conservadora. O que parece ser uma contradição, haja visto que a perspectiva conservadora mundo afora é uma das forças responsáveis por barrar a utilização de plantas medicinais para fins religiosos.

A partir de minhas próprias observações etnográficas nesses espaços e do relato de praticantes que a muito os frequentam, ainda é possível observar que trata-se dessa questão de forma muito velada. Quando não há uma discriminação direta, os praticantes que não compactuam com o regime da heterossexualidade são ‘apagados’ na comunidade, ou precisam fazer muito mais do que a média para poderem ser respeitados. A questão da sexualidade divergente para a religião é muito antiga, vide as recentes declarações do atual Papa a respeito da homossexualidade<sup>3</sup>, onde parece ‘morder e assoprar’ a comunidade LGBTQIA+ a cada declaração. Deixando nítido, no entanto, que a homossexualidade é considerada um pecado pela Igreja Católica. Para mais informações a respeito do tema, incluindo o tratamento da Igreja Católica para com as mulheres historicamente, ler “*A Invenção da Ideologia de Género*” de Rogério Diniz Junqueira, o autor deixa nítido o papel histórico da Igreja em atacar as minorias sexuais a fim de manter a ‘família natural’ (fonte de seu poder) preservada.

A despeito de tanto mal-entendido em relação ao tema de gênero nas religiões, na Arca trata-se sobre o assunto a partir de um paradigma de acolhimento e valorização das minorias de gênero. Pessoas homossexuais, não-binárias e mulheres são tratadas com respeito e tem sua subjetividade valorizada. Além disso, fala-se sobre o assunto de forma aberta, sem considerar que o amor entre pessoas do mesmo gênero, por exemplo, seja pecado. A sexualidade aqui faz parte do processo de cura, não como nas chamadas ‘terapias de conversão sexual’ onde nega-se o desejo, mas a partir de uma perspectiva de acolhimento e relacionando algum desconforto sobre o tema com traumas e feridas que a jornada do praticante até ali possa ter produzido.

Observa-se então a diferença fundamental que existe na Arca e em outras casas neo-ayahuasqueiras e respeito das questões de gênero. Nesses espaços o acolhimento de gênero é um valor central, diferentemente, infelizmente, para a média das Igrejas ayahuasqueiras tradicionais.

<sup>3</sup> C.f.: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/papa-francisco-diz-que-homossexualidade-e-pecado-mas-nao-deveria-ser-crime/>





Hoje em dia já existe um movimento de mulheres dentro do Santo Daime, por exemplo, que estão interessadas em trabalhar a questão de gênero a partir da perspectiva da mulher, que pode vir a matizar as diferenças observadas até aqui. Além disso, no campo ayahuasqueiro em geral, levantam-se iniciativas como o *Queering Psychedelics*, organizado pelo Instituto Chacruna que tem sede nos Estados Unidos e tem na sua coordenação a antropóloga brasileira Bia Labate que historicamente é interessada em questões de gênero e ayahuasca. Apesar do quão delicado esse assunto possa ser, acredito que o tema precisa ser debatido para que atitudes possam ser tomadas a fim de preservar a subjetividade de pessoas que não correspondem ao regime de diferenciação sexual e também da comunidade LGBTQIA+ como um todo. Acredito que as religiões só têm a ganhar ao acolher aqueles e aquelas que vivem a vida que mais corresponde com suas íntimas aspirações. Viver a verdade e amar, não deveriam nunca ser considerados pecado. Quem sabe a partir do exemplo da Arca da Montanha Azul e de outras casas semelhantes, o universo ayahuasqueiro e a religião como um todo possam trabalhar pelo acolhimento de todes sem discriminação.

### Referências

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: Um projeto reacionário de Poder. Brasília: Letras Livres, 2022.

PRECIADO, Paul B. Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

ROMANOFF, Frederico. A ciência do sagrado: desenhos produzidos durante ritual com plantas medicinais na Arca da Montanha Azul. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

# VIOLENCIAS INTRA E INTERGENÉRICAS QUE VIVIMOS LAS ENFERMERAS DENTRO DE LAS SALAS DE PARTO, A PROPÓSITO DE NUESTRO PAPEL FRENTE A LA VIOLENCIA OBSTÉTRICA

Yesica Yolanda Rangel Flores<sup>1</sup>

Vanesa Jiménez Arroyo<sup>2</sup>

Magdalena Martínez Villa<sup>3</sup>

## Introducción

La violencia contra las mujeres ha sido conceptualizada por diferentes autores y organizaciones, en palabras de Jaramillo y Canaval (2020)<sup>1</sup>

La violencia de género es de carácter estructural, social, político y relacional, constituye una violación a los derechos humanos, rompe el derecho a la vida, la dignidad, la integridad física y moral, la igualdad, la seguridad, la libertad, la autonomía y el respeto; es un fenómeno social de múltiples y diversas dimensiones forjado por un sistema patriarcal que da lugar a la subordinación estructural de las mujeres y cuya consecuencia repercute en el desarrollo humano, social y político, en la expresión de las potencialidades y habilidades de los seres humanos; conlleva a limitaciones funcionales, trastornos mentales, mayor número de visitas a las instituciones de salud y perpetúa las relaciones de poder que minimizan el papel y el estatus de la mujer en la sociedad en ámbitos como la familia, la escuela y el trabajo entre otros, determinadas por condiciones socioculturales, históricas y políticas concretas.

Este tipo específico de violencia obedece a todo un sistema cultural que opera desde la lógica de exaltar lo masculino, devaluando y oprimiendo a las mujeres, así como a todo lo que asocie con el constructo social de la feminidad, este sistema ha sido nombrado "patriarcado", término que surge en el campo de los estudios feministas y de género en los años setenta, y desde cual, es posible explicar como opera esta forma de organización social sostenida sobre la dominación sexo genérica, en la que para dotar de autoridad y el poder a los hombres, a las mujeres nos son negadas sus libertades, derechos, y todas aquellas situaciones que las acerquen de poder político, económico y/o social (Velasco, 2021).

El patriarcado sostiene a la sociedad, y ésta a su vez, sostiene al patriarcado. Al ser un modelo cultural, la violencia contra las mujeres y su discriminación va más allá de una situación de conflicto entre hombres y mujeres, se trata más bien de lo que Pierre Bourdieu describiría como una estructura-estructurante (Bourdieu, 2000:45). El patriarcado es estructura, en cuanto funciona como un corsé que constriñe el libre desarrollo de las personas, condicionando los cuerpos para que funcionen desde una serie de estereotipos asociados al género, dentro de un modelo binarista en el que se espera que hombres y mujeres, se desarrollen en contraposición. El patriarcado es estructurante en medida que logra que las personas estén imposibilitadas para concebirse fuera de dicho corsé social, y desarrollen así un compromiso (in)moral con su reproducción, promoviendo la expulsión o estigmatización de quienes no cumplen con los mandatos asociados a los estereotipos del ser mujer u hombre.

---

<sup>1</sup> Dra. En Ciencias Sociales. Facultad de Enfermería y Nutrición de la Universidad Autónoma de San Luis Potosí. San Luis Potosí, S.L.P. México. [yesica.rangel@uaslp.mx](mailto:yesica.rangel@uaslp.mx)

<sup>2</sup> Dra. En Ciencias de Enfermería. Facultad de Enfermería de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo. Morelia, Mich. México. [vanesa.jimenez@umich.mx](mailto:vanesa.jimenez@umich.mx)

<sup>3</sup> Dra. En Ciencias de Enfermería. Facultad de Enfermería y Nutriología. Universidad Autónoma de Chihuahua. Chihuahua, Chih. México. [magdamarvi@hotmail.com](mailto:magdamarvi@hotmail.com)



Ahora, si bien el patriarcado es una constante cultural en todo el mundo, resulta preciso apuntar la existencia de contextos en los que éste se potencia. El campo de las instituciones sanitarias es particularmente normalizador de prácticas culturales e imaginarios sociales que suman a la desigualdad y la injusticia entre los géneros. Canaveri apunta a que la existencia de jerarquías discriminatorias desde el género, se dan tanto en relación con las usuarias como entre los profesionales que en este campo se desempeñan, porque existe un habitus (médico) que enmarca la socialización de profesionistas dentro de dicho campo, este habitus, concepto sociológico en el que a continuación profundizaremos, sostiene una dinámica de organización y división del trabajo sanitario, a partir del sistema sexo-género (Canavari, 2017).

El compromiso patriarcal es llevado hasta el plano de generizar las profesiones, así, en tanto la profesión médica sienta sus bases en lo masculinizante (Pérez y Cárdenas, 2022) la enfermería hace lo propio en lo feminizante (Gavrila y Cuenca, 2022). Médicos y enfermeras somos habilitados dentro de instituciones de educación superior que no solo nos imparten contenidos teóricos o nos habilitan para la realización de procedimientos, sino que, además, nos socializan dentro de un contexto cerrado por disposiciones o esquemas de pensamiento que nos unifican en pensamiento, obra, sentimiento y actuación, es decir, nos enseñan "a ser" en los nuevos espacios que ocuparemos, ahora como profesionales, a esto se le ha nombrado antes como "habitus profesional" y toma sus bases de discusión en el concepto habitus de Pierre Bourdieu, los médicos son habilitados para ejercer el poder y buscar el reconocimiento (Villanueva y Castro, 2020), en contraparte y siguiendo el modelo patriarcal binario, las enfermeras lo somos para ser serviles y abnegadas (Ramacciotti & Valobra 2017). La enfermería es una profesión feminizada, no sólo porque históricamente la mayor parte de su matrícula hemos sido mujeres, sino porque su objeto de estudio, el cuidado, se ha naturalizado historicamente como una tarea inherente al ser mujer, como una obligación moral que corresponde a las mujeres, esto vindica el imaginario que nos adjudica una connotación positiva de entrega y altruismo, incluso, cuidar desde estos valores, puede representar para muchas mujeres una fuente de placer y satisfacción personal, toda vez que, desde la infancia somos socializadas para hacerlo (Lagarde, 2004:13).

Ejercer la profesión de la enfermería se constituye entonces, aún en pleno siglo XXI, en una doble discriminación, la primera sustentada en nuestra condición de género, y la segunda, por ejercer a una profesión devaluada en términos económicos y simbólicos, pues al ser su objeto de estudio, una actividad percibida como natural de las mujeres, se aprecia de poca complejidad, esto explica porque en muchos países se permite el desempeño de personal de enfermería con escasos periodos de formación (Pereyra, 2017).

Añadido a lo anterior, no debe dejar de ponerse en palestra, el antecedente histórico y evolutivo de la profesión, su surgimiento como una actividad íntimamente ligada con la religión, consecuentemente un perfil en el que figura deseable no solo el conocimiento y las habilidades, sino fundamentalmente, actitudes de abnegación, sumisión y de desprecio de sí



mismas, cualidades deseables en general en las mujeres (Poblete, Correa, Aguilera y González, 2019) y desde las cuales se puede explicar el porque enfermería es el gremio más vulnerable a vivir violencias dentro de los servicios sanitarios, entre las que destacan con particular relevancia, el acoso y el hostigamiento, el maltrato verbal y la violencia simbólica (Paravic, Burgos y Luengo, 2018; Candido, Teles, Araujo, Campos y Salete, 2017; Tsukamoto et al. 2019).

En el contexto antes expuesto es que el objetivo de esta investigación fue analizar las violencias intra e intergenéricas que viven las enfermeras en la sala de partos de un hospital de México.

### **Material y métodos**

Entre 2017 y 2019 se realizó un estudio de tipo cualitativo-etnográfico dentro de la sala de partos en un hospital público urbano de México, se convocó a participar a todas las enfermeras que laboraban en esta sala, independientemente de los turnos o días en que lo hicieran, en dicho sentido el muestreo implementado fue el teórico, debían ser enfermeras en activo en este servicio y tener una antigüedad en el mismo mínimo de un año. El número de informantes fue determinado bajo el criterio de saturación teórica, es decir, hasta que la información compartida comenzara a ser redundante y las categorías de análisis se mostraran suficientemente consolidadas.

La información se recabó a partir de entrevistas y observación participante. Las entrevistas individuales se basaron en un guion de preguntas semiestructurado creado expofeso, el cual exploraba cuestiones asociadas con la identidad profesional, interacción con actores de la misma profesión y otras, experiencias y actitudes frente al conflicto. Las entrevistas estas fueron llevadas a cabo en sus domicilios y otros sitios externos al hospital, los cuales aseguraron la intimidad suficiente para que pudieran generar narrativas profundas.

La observación participante fue realizada por la segunda autora, ella realizó estancias de turnos completos dentro de la sala de labor. Todas las enfermeras fueron informadas de manera anticipada tanto a las entrevistas como a la observación, del propósito de la investigación, y todas firmaron el formato de consentimiento informado, en el que se les garantizaba su libertad de salir del estudio en el momento que manifestaran dicho deseo, sin que esto les implicará sanción o reclamo.

Todas y cada una de las entrevistas fueron transcritas de forma inmediata, de manera que los hallazgos nos orientarán de forma temprana sobre las categorías temáticas a continuar profundizando para estar en condiciones de generar la teoría. En este contexto se implementaron con el involucramiento de las dos primeras autoras, las técnicas de codificación abierta, axial y selectiva.

El estudio se consideró de riesgo mínimo, toda vez que no se manipularon variables que pudiesen poner en riesgo la vida. La información fue tratada de forma en extremo confidencial, se comunicaron los resultados cuidando siempre mantener el anonimato



absoluto de las informantes y evitando cualquier caracterización que pudiera hacerlas identificables, la estrategia implementada para el manejo ético de la información y el aseguramiento de su cumplimiento, fue realizado por el Comité de Investigación y Ética de la universidad de Guanajuato, Gto. México.

## Resultados

### *Caracterización de las informantes*

Quince enfermeras con un rango de edad entre 29 y 41 años, y con un promedio de experiencia en la sala de partos de 4.3 años. En cuanto al antecedente de formación y especialización, era muy heterogéneo, cuatro tenían maestría o especialidad, cuatro habían concluido la licenciatura en enfermería, cuatro tenían la carrera técnica en enfermería y tres eran auxiliares de enfermería.

### *La categoría central*

La categoría central emergente fue "*Violencia patriarcal*", ya que se identificó que las relaciones entre los profesionales y las usuarias en esta área es específico, parten de imaginarios que configuran la organización y la dinámica del servicio desde el marco patriarcal. Las enfermeras se conciben por partida doble (como mujeres y enfermeras), con mayor comprensión sobre la vivencia del parto, más tolerantes con las demandas de las mujeres.

"Así está marcado en la institución, desde siempre solo mujeres [enfermeras] en esta área, cuando mandan a cubrir y es hombre ¿qué te digo? mejor los ponemos en el quirófano, porque están como los médicos, no les da la paciencia para atender a las señoras"

"En la toco los doctores no quieren enfermeros, que por el pudor de la paciente, discriminan, que porque en una toco nada más debe haber mujeres, porque somos más comprensivas"

El hecho de que el servicio se configure constituido primordialmente por mujeres, también desde un imaginario patriarcal, se concibe complejo y difícil, bajo la idea de que las mujeres están supeditadas a la influencia de sus hormonas y eso complejiza el trabajo entre congéneres

"Tratas de llevar la situación, ¡pero pues las hormonas al tope! el cansancio, todo se va juntando"

El ser suficientemente bueno se lleva al plano de lo masculino, y de las expectativas que se crean sobre como deberían actuar las mujeres y los hombres en función de su condición de género.





"Mira, estar en estas salas se requiere querer estar, no solo porque ya estas cómoda o por aprenderte de memoria todos los procedimientos y sentirte muy machín, no aquí se necesita gente que tenga el compromiso y la paciencia para soportar tantas personalidades, empezando por tus compañeros hasta las mismas mujeres...."

### **Tipos y modalidades de violencia intergénericas**

#### ***La violencia de los médicos contra las usuarias***

La violencia obstétrica fue la más percibida por las informantes, particularmente cuando es cometida por los médicos sobre las usuarias.

"Los doctores siempre andan cansados y son poco tolerantes a los gritos y gemidos, y minimizan lo que las pacientes puedan decir, es más ni les preguntan, ellos asumen lo que es bueno o malo para la mujer, y ni le avisan, no le informan"  
"Hay casos donde [los médicos] hasta les dicen [a las usuarias] que huele muy mal y hacen esa expresión de asco... no me parece que se le haga un interrogatorio a una paciente sin la privacidad que se merece"  
"No sé si me explico, las caras que hacen, sus expresiones de fastidio cuando les hablan las pacientes, no sé, a veces no lo hacen intencionalmente, pero las pacientes se dan cuenta de todo"

33

Estas violencias normalizadas por el cansancio y la rutinización de los servicios, no solo afecta a las usuarias, también afecta el trabajo que en esta sala hacen las enfermeras

"A veces el doctor las trata mal o es brusco con ellas y si uno está presente pues también te llevan entre las patas, echan a perder todo lo bueno que hiciste porque esa mujer se sintiera confiada ... por culpa de algún interno o residente tu trabajo se demerita y te alejan de la voluntad de dar más".

#### **Las violencias de los médicos contra las enfermeiras**

Las más frecuentes son las psicológicas y las simbólicas, estas últimas no siempre se identifican como violencia, por lo que con frecuencia se dejan pasar por alto. Una de las modalidades más frecuentes de estas, es el hecho de exigir a enfermería que se hagan cargo tareas profesiones que no competen a su rol

"Ellos ponen a enfermería a hacer su trabajo, lo del triage, datos médicos y no de enfermería, ellos vienen nada más a ver que se consiguen, ese es el problema, andan chacoteando [platicando] y no hacen lo que deben hacer"

En otras ocasiones la violencia es verbal y ocurre delante de las pacientes





"Te gritonean, te frustras y te enoja, sientes todo y no sabes cómo actuar, las pacientitas se dan cuenta, y ahí te dices ¿y ellas que culpa tienen?, vienen confiando en nosotros y no les damos lo mínimo indispensable, no sienten que las podamos proteger"

"A veces es su actitud, ya vienen cansados o sin ganas...cualquier detalle, o sea no es así un conflicto, pero a veces cualquier palabra, detallito los hace explotar por nada, son momentos, así como de tensión"

### **Tipos y modalidades de violencia intragénericas**

#### ***Las violencias entre enfermeras***

Contrario a la indignación que muestran frente a las violencias intergénericas, las informantes naturalizan la violencia entre mujeres, hecho que biologizan, aludiendo a que el encuentro de un cuerpo con hormonas de mujer es incompatible con otro igual

"Aquí pasamos hasta doce horas, ¡imagínate! claro que hay enojos y diferencias pero se solucionan hablándolo o dejándonos de hablar (risas), ya estamos viejas y todas traemos las hormonas al tope, nos damos de entrones y luego ya como si nada"

34

#### **Las violencias de enfermera hacia usuária**

Mencionan que es ineludible no reproducir las prácticas violentas dentro del servicio, cuando esa es la dinámica que prevalece

"Ahora sí que violencia por los dos lados [ríe apenada] es que se sigue la cadenita y no debería ser así, pero esta es nuestra realidad, algo así como...bueno se podría decir como violencia obstétrica, si la hay y somos cómplices a veces por no tener problemas, es triste pero si hay"

"Es algo que la propia enfermera posee, y que si lo tiene pues lo da, y si no pues, va a andar malhumorada, fastidiada y quieras que no pues soy espejo y me reflejo, y siempre dice, es que "esa señora está muy agresiva", a lo mejor la agresiva es ella y no se da cuenta, esa señora no coopera"

#### ***Recursos de afrontamiento frente a las violências***

Se identificó también, que los recursos de afrontamiento dependen de si se trata de violencias intragénericas o intergénericas, pero también de las relaciones de poder que enmarcan el ejercicio profesional dentro de las salas de parto.

#### ***Frente a la violencia de los médicos: Vergüenza, indefensión e impunidad***





Se sienten avergonzadas cuando el maltrato ocurre frente a las pacientes, se sienten en estado de indefensión porque se asumen frente a los médicos en una relación clara de desigualdad de poder, o porque desean que las pacientes no aumenten su estado de incomodidad frente a lo presenciado

"Ellas vienen confiando en nosotras y nosotras no las podemos proteger, te frustras, te enojas y todo, pero no hacen nada más, no puedes..."

"Las pacientes ven cómo te tratan, que te gritan, y uno trata de calmarla y decirle que no es lo que está viendo, una se controla, trata de sobrellevar el momento, pero sí afecta"

Existen antecedentes de resistencia que no prosperan, pues se asumen dentro de instituciones en las que prevalece la impunidad, y donde denunciar es hacerse de mayor vulnerabilidad.

"Si les respondes a su maltrato el médico se enoja contigo y se hace una situación muy tensa, mejor ya ni dices nada, de todas maneras, al día siguiente hacen lo mismo, así que con quien te quejas, donde te cobijas o a quien le importa, nos callamos y seguimos, sacamos el trabajo y tratar de hacerlo de la mejor manera"

"Ellos se tapan todo mijá... todos, porque son médicos, pues como se creen con derecho de decir y hacer burradas y si eres enfermera pues que te van a hacer, te cambian de servicio y ya"

35

### ***Frente a la violencia entre enfermeras: Resistencia y denuncia***

Las violencias entre congéneres son menos toleradas, más denunciadas y en general también más visibles tanto para ellas como para la institución

"Con las compañeras se habla, aunque no falta la que cree que gritar es lo mismo que hablar, pero no es fácil que quieran hablar sin gritos". (E5)

"No lo dejo pasar, aunque te las echas de enemigas, si te quedas callada te frustras, sé que lo que les diré no les va a gustar y ahí vamos de nuevo, yo soy la conflictiva". (E6)

"Esas se le comunican más a las supervisoras, aunque no todas, hay quienes tratamos de hablar, pero son diferentes estilos, somos diferentes, también depende de la situación que pase". (E7)

### ***Frente a la violencia de las usuarias por parte de los médicos: Complicidad Vs. Resistência***

Presenciar los actos de violencia dentro de la sala de parto es con frecuencia una situación que les genera incomodidad y que prefieren pasar por alto, igual que procuran que las mujeres no sobredimensionen el maltrato y lo sobrelleven





"Son groseros con las pacientes, el mismo cansancio, la rutina, pero frente a la paciente una pone la sonrisa, sobrellevas el momento, que se les pase rápido"

Sin embargo, hay quienes no toleran estas actitudes, aunque saben que esto las coloca en riesgo frente a la violencia.

"Por más que trato de no personalizar, no se puede, a veces sí me meto [cuando ve que maltratan a una usuaria] y si es de -ya no grite, ya no le grite- [le dice al médico] pero se molestan también con una.

### ***De las enfermeras hacia usuarias: Complicidad***

Reconocen no solo haber presenciado actos de violencia obstétrica en las salas de parto, sino haberlos cometido

"Acá nadie pasa, estamos aparte de todo, acá luego ni las supervisoras quieren entrar, se pasan muchas cosas por alto, acá el estilo es así y así nos tratamos todos, médicos, enfermeras, intendencia y estudiantes, por eso las pacientes no notan la diferencia del trato, porque todos nos tratamos así [violentamente].

"Llegas a ser testigo de malos tratos, pero ni modo que las pongamos en la cruz, al rato soy yo ¿y quien me defenderá?"

"Nos tapamos entre nosotras y te evitas problemas, hay días malos"

"Siento que estoy ventilando mi propia práctica, sé que son cosas que se pueden mejorar, pero nos dejamos llevar por lo fácil, lo que siempre se ha hecho, los estudiantes poco a poco van entrando a hacer lo mismo, nos ha pasado a todos"

36

A continuación, se presenta el mapa de relaciones que explica el fenómeno



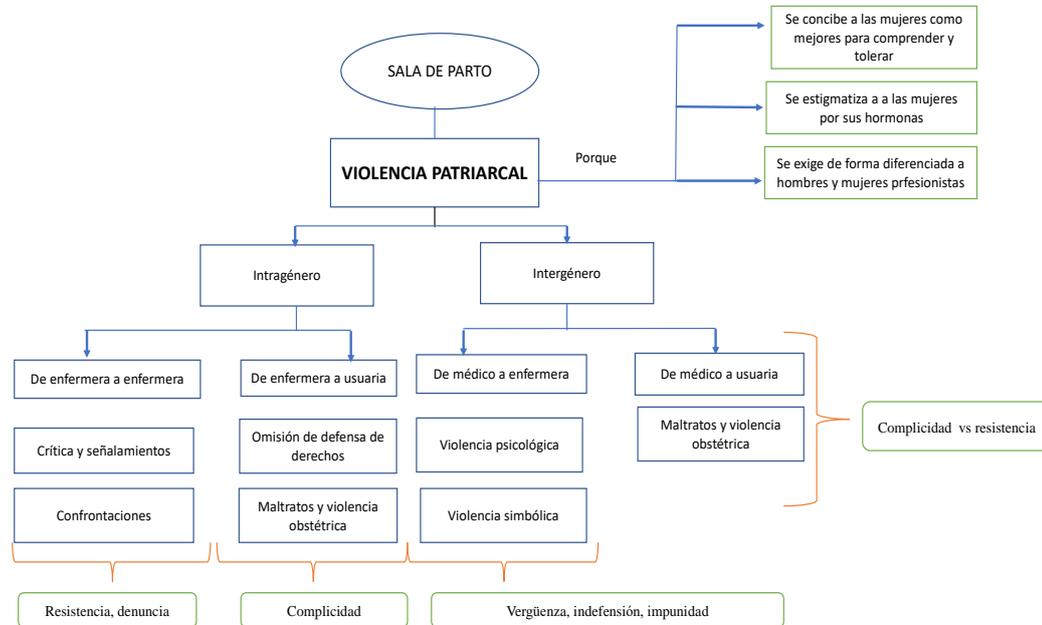


Imagen 1. Mapa de relaciones entre la categoría emergente y las subcategorías que explican el fenómeno de estudio.

## Discusión

La sala de parto se configuró en esta investigación, como ha sido señalado con antelación por otros autores, a manera de un contexto en el que se ejerce violencia patriarcal (Badillo y Canavari, 2019), es decir, en un espacio en el que tienen lugar prácticas que lesionan y dañan, validadas o justificadas sobre estructuras culturales e institucionales dirigidas a mantener una lógica de la dominación que somete y coloca en un plano de inferioridad a las mujeres, incluso, sin importar ni hacer distinción, respecto a si estas mujeres son parte del equipo sanitario o usuarias, erigiéndose como dirían Jaramillo y Canaval (2020) a manera de un dispositivo político-cultural de dominación, que vulnera derechos humanos de las mujeres.

Muchos años después de que Foucault lo hiciera evidente, las instituciones continúan funcionando como espacios que disciplinan cuerpos y los hacen dóciles para reproducir el orden social, en palabras de Castro (2014), "*Las principales instituciones de la modernidad cumplen primordialmente una función de control y vigilancia y, en el marco de relaciones específicas de poder, producen discursos (éticos, científicos, jurídicos) que dominan la vida social y la moldean*"

La manera en que se organiza y funciona la sala de parto, coincide con lo que Villanueva y Castro identifican como coincidente con el enfoque del estructuralismo genético de Bourdieu, es decir, como espacios altamente jerarquizados, en lo que la jerarquía responde



tanto a una estructuración material (organización de los servicios de salud) como simbólica (prestigio de las profesiones), prevaleciendo además, una percepción de superioridad de la medicina sobre el resto de las profesiones (Villanueva y Castro, 2019).

La sala de parto se organiza y funciona, además, a partir de un imaginario sexista que vulnera a las enfermeras por partida doble, primero en su condición de mujeres, y después, por ejercer una profesión devaluada en su cualidad de estar feminizada. Trabajar en una profesión feminizada siendo mujer, exige por partida doble, trabajar desplegando una serie de cualidades que la colocan en desventaja y la vulneran dentro de un contexto patriarcal (Aspiazú, 2017). En el sentido antes planteado y sin embargo, consideramos oportuno señalar, que no es que la ternura, la comprensión, la humildad, la cercanía y la empatía sean valores que deban ser borrados del contexto del cuidado, sino a la necesidad de reconocer que, en un contexto como el que se vive en la actualidad, –patriarcal y depredador–, estas cualidades suman a nuestra vulnerabilidad frente a la explotación, la sobrecarga de trabajo y las violencias; principalmente, porque compartimos espacios con profesionales que no se mueven desde estos valores, o porque cuidamos de una población usuaria que exige estas cualidades sin reciprocidad. No se trata de que las enfermeras renunciemos a cuidar desde la ternura, pero sí a reconocer que el reto consiste en desbiologizar y desgenitalizar la ternura, y con esto, a dejar de esperarla solo de las mujeres o de las enfermeras, porque finalmente, la ternura es una de las principales herramientas para rehumanizar y desarticular la violencia (Salinas, 2002).

Una de las cuestiones más preocupantes que hemos documentado en esta investigación, es el poder que tiene el patriarcado en la autopercepción de las enfermeras sobre sus habilidades para trabajar en equipo y liderar, varias señalaron que el trabajo entre enfermeras es conflictivo aludiendo a su biología (perfil hormonal), lo que resulta preocupante, porque el colocar su reto en una condición biológica y en dicho sentido inmodificable, merma su autovalía y reduce la posibilidad de empoderamiento. Desde este imaginario ellas mismas reproducen una forma de sexismo hostil, asumiendo que, por una cuestión biológica son menos capaces, lo que indirectamente reitera en su imaginario, la idea de que la colaboración y el liderazgo es propio de los hombres.

Los imaginarios sexistas desde los que las mujeres asumen una menor capacidad para ciertos tipos de tareas, contribuyen al desarrollo de lo que se ha nombrado como Síndrome de la Impostora (SI), descrito en 1978 por Clance e Imes y desde el que se explica porque las mujeres brillantes y talentosas parecen tener poca disposición para involucrarse en retos profesionales que les posicionan en mayores situaciones de poder (Clance & Imes, 1978). Estudios realizados con personal de Enfermería han documentado la presencia del SI, así como la relación que éste tiene con una mayor predisposición a desarrollar Síndrome de Bournout (SB) (Oliveira et al. 2021).

Encontramos en las narrativas de las informantes, que las enfermeras no solo son víctimas de violencia dentro de las salas de parto, sino que también la practican, la práctica de esta está dirigida principalmente contra otras mujeres, sus colegas o las usuarias de su atención.



La dirección intencional de la violencia hacia sus congéneres, evidencia la arista patriarcal desde la que se legitiman para actuar de dicha forma, dado que, en el imaginario sexista figura como normal y hasta "esperable" que las mujeres tengan conflictos, porque esta idea de que "mujeres juntas ni difuntas" constituye una de las herramientas más fuertes que tiene el patriarcado para asegurar su reproducción, es la falta de acuerdo y el conflicto entre las mujeres, lo que le abre brecha para que el poder siga acumulándose en lo masculino. Frente a esta falta de acuerdo, el feminismo ha propuesto la sororidad, que hace referencia a la necesidad de hacer pactos políticos sustentados en razón de su género, sentados en la consciencia de que en un contexto patriarcal construido por los hombres y solo para ellos, la alianza entre mujeres es el único camino posible para alcanzar la igualdad (Lagarde, 2004).

Aunque son escasos los estudios que han documentado la práctica de violencia obstétrica por parte de enfermería (Pozzio, 2016; Terán et al., 2013), esta investigación documenta que se trata de una violencia que es perpetrada tanto por personal médico como de enfermería. En el contexto anterior y sin embargo, por las narrativas de las informantes, inferimos la existencia de condiciones diferenciales en la motivación de este tipo particular de violencia. En el contexto antes planteado, es que resultó evidente que las prácticas de violencia médicas se sostienen en el habitus autoritario en el que Castro y Erviti han señalado que se forma el personal médico para el desarrollo de una aparente superioridad moral que les enviste de jerarquía y autoridad por ser "dueños" del conocimiento occidentalizado, el único válido por el modelo médico hegemónico (Castro y Erviti, 2015).

Este habitus autoritario no focaliza solo sobre las usuarias, también se impone en la relación con las enfermeras, las informantes destacaron haber sido víctimas de regaños y humillaciones durante su estancia en el servicio, aunque otro tipo de violencia que fue narrado, fue el que hace alusión a descargar actividades que son competencia del médico en las enfermeras, lo que compromete sus tiempos y energía, pero que lo que sobre todo, confunde el rol profesional (Edwards, 2022), aportando a una mayor predisposición para el desarrollo del SI o el SB (Oliveira et al. 2021), fenómenos de desgaste y afectación de la salud mental que podrían explicar las motivaciones de las violencias que las enfermeras ejercen sobre las usuarias, que se inscriben más en el campo de su práctica y menos en lo simbólico.

Los sentimientos de vergüenza, culpa e indefensión que resultan de las violencias que reciben por parte del personal médico, afecta su salud mental y su trabajo de cuidado. La vergüenza es resultado de ser arrebatadas de forma pública de una doble dignidad, la de mujer y la de profesional, experimentar vergüenza dentro de los centros de trabajo no es poca cosa, cuando la vergüenza es uno de los controladores más importantes de la conducta moral, al poseer el potencial para desarrollar a la larga, una autopercepción negativa de tipo acumulativo, lo que en el campo laboral es particularmente preocupante, pues afecta las acciones que se realizan y confunde a las personas en relación con sus competencias y habilidades. Para poder lidiar con la vergüenza, las personas pueden recurrir a disociarse del yo, lo que contribuiría a la confusión en el rol profesional (Escudero et al. 2005).





En sus narrativas también aparece la culpa. Se asumen culpables por aceptar ser vejadas como mujeres y profesionales, pero también por no poner límites para que sus pacientes se asuman en un lugar seguro y tranquilo. Algunas dijeron sentirse avergonzadas por las violencias verbales que el personal médico cometía contra ellas o las usuarias, lo que también se explica en su condición de género, toda vez que las mujeres hemos sido socializadas para asumirnos responsables de crear y mantener ambientes nutricios en los que todos se sientan cómodos" (Monzon, 2003).

En lo que respecta a la actuación que asumen frente a la violencia obstétrica, se percibió que existen diferencias dependientes de quienes son los agresores. Cuando son sus colegas, destaca una actitud de complicidad y encubrimiento, sostenido de forma clara en el reconocimiento que ellas mismas hacen de su persona como perpetradoras, en tanto cuando lo hacen los médicos les genera incomodidad, a la cual reaccionan unas veces defensoras de los derechos de sus pacientes, otras tantas, guardando silencio frente al temor de que los médicos implementen represalias contra ellas por defender a las mujeres. De cualquier manera, la violencia obstétrica se evidenció naturalizada y devaluada en el impacto que puede tener en la vida de las mujeres, lo cual es hasta cierto punto entendible, en un contexto como el nuestro, en el que, como ha señalado Rodante et al (2021), su práctica se constituye en un ritual de paso en las salas obstétricas de la modernidad, donde tiene incluso, un sentido identitario para los profesionales, dentro de sistemas sanitarios que se construyen desde la colonización del otro y la colonialidad del poder.

Frente a las violencias que ellas y las usuarias reciben, destacó con particular relevancia la existencia de una indefensión aprendida, la cual no surge de un imaginario colectivo, sino de experiencias personales o presenciadas en las que se ha constatado no solo la falta de impatición de justicia, sino el ejercicio de represalias. La indefensión aprendida en el contexto de la violencia contra las mujeres, afecta la salud mental, genera estados morbosos físicos y psicológicos, y promueve la desesperanza del cambio (Cerdeja y Rosales, 2019).

## Conclusión

Los hallazgos evidencian la existencia de violencia patriarcal dentro de la sala de parto, así como confirma el hecho, de que la condición de género influye tanto en los tipos de violencia que se ejercen y viven, como en las estrategias de afrontamiento que se implementan frente a estas. Entre enfermeras las violencias se narraron menos simbólicas, con más confrontación y denuncia, en tanto que, las violencias que ejerce el personal médico sobre las enfermeras se narran más simbólicas y de tipo psicológico, no suelen denunciarse por vergüenza, miedo a represalias, o por el antecedente de impunidad. Algunas de las informantes reconocieron haber ejercido o presenciado actos de violencia obstétrica realizados por otras colegas, y no haberlo denunciado. De igual forma, dijeron haber presenciado violencia obstétrica practicada por los médicos, frente a lo que algunas han reaccionado en la defensa a los derechos de sus pacientes.





Es fundamental erradicar la concepción de rivalidad entre las mujeres e impulsar la sororidad como un valor importante durante su formación profesional, de igual manera, es urgente impulsar cambios en la socialización del personal médico en formación, así como proponer curriculas que se sostengan en paradigmas más humanizados, igualitarios, interculturales y sustentados en derechos humanos y cultura de Paz.

### Referencias

Aspiazu, E. (2017). Las condiciones laborales de las y los enfermeros en Argentina: entre la profesionalización y la precariedad del cuidado en la salud. *Trabajo y sociedad*, (28), 11-35. [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1514-68712017000100002&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1514-68712017000100002&lng=es&tlng=es).

Badillo, P., Canavari, C. "Los derechos de las mujeres durante el parto. Autonomías en disputa". *Los Laberintos de la violencia patriarcal*. Coordinado por Canevari, Santiago del Estero: UNSE. Facultad de Humanidades, Ciencias Sociales y Salud, 2019. p. 195-216.

Bourdieu, P. (2000). *La dominación masculina*. Barcelona: Anagrama.

Candido, D., Teles, G., Araujo, A., Campos, J., Saete, N. (2017). Violência ocupacional na equipe de enfermagem: análise à luz do conhecimento produzido. *Saúde em Debate*, 41(113), págs.618-29. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711321>

Canevari, MC. (2017) Las prácticas médicas y la subalternización de las mujeres: Derechos, autonomía y violencia. Tesis doctoral, Universidad de Buenos Aires.

Castro, R. (2014). Génesis y práctica del habitus médico autoritario en México. *Revista mexicana de sociología*, 76(2), págs. 167-197. [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0188-25032014000200001&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032014000200001&lng=es&tlng=es).

Castro, R., Erviti, J. "El habitus en acción: la atención autoritaria del parto en los hospitales". *Sociología de la práctica médica autoritaria: violencia obstétrica, anticoncepción inducida y derechos reproductivos*. Cuernavaca: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, Universidad Nacional Autónoma de México, 2015, pp. 81-135.

Cerda, L., Rosales, C. (2019). La Indefensión Aprendida: un asunto de interés para el estudio de procesos psicológicos y sociales. *Sinergias educativas*, 4(1), págs. 1-12, <http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/382/3821583004/index.html>



Clance, P. R., Imes, S. A. (1978). The imposter phenomenon in high achieving women: Dynamics and therapeutic intervention. *Psychotherapy: Theory, Research & Practice*, 15(3), págs. 241-247. <https://doi.org/10.1037/h0086006>

Edwards, S. (2022). Burnout and impostor phenomenon in nursing and newly licensed registered nurses: A scoping review. *J Clin Nurs*, 2, <https://doi.org/10.1111/jocn.16475>

Escudero, A., Polo, C., López, M., Aguilar L. (2005). La persuasión coercitiva, modelo explicativo del mantenimiento de las mujeres en una situación de violencia de género: II: Las emociones y las estrategias de la violencia. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*, (96), págs. 59-91. [http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0211-57352005000400005&lng=es&tlng=es](http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0211-57352005000400005&lng=es&tlng=es).

Gavrila, C. C., Cuenca, A. (2022). Representaciones sociales sobre la feminización de los cuidados en enfermería. *Cuadernos De H Ideas*, 16 (16), e061. <https://doi.org/10.24215/23139048e061>

Jaramillo, CD., Canaval, GE. (2020). Violencia de género: Un análisis evolutivo del concepto. *Univ. Salud*, 22(2), págs. 178-185. <https://doi.org/10.22267/rus.202202.189>

Lagarde y de los Ríos, M. Mujeres cuidadoras: entre la obligación y la satisfacción. Cuidar cuesta: Costes y beneficios del cuidado, Congreso Internacional SARE 2003. Vitoria-Gasteiz: Emakunde, Instituto Vasco de la Mujer. [https://www.emakunde.euskadi.eus/contenidos/informacion/pub\\_jornadas/es\\_emakunde/adjuntos/sare2003\\_es.pdf](https://www.emakunde.euskadi.eus/contenidos/informacion/pub_jornadas/es_emakunde/adjuntos/sare2003_es.pdf)

Lagarde, M. (2004). Pacto entre mujeres, sororidad. *Aportes para el debate*, (S.N), págs. 123-135. <https://www.asociacionag.org.ar/pdfaportes/25/09.pdf>

Monzón, I., "La violencia doméstica desde una perspectiva ecológica", en: Corsi, J., *Maltrato y abuso en el ámbito doméstico*, Buenos Aires, Paidós, 2003.

Oliveira, AR., Bezerra, TC., Oliveira, TH., Rezende AT., Figueredo, CV., Costa, TS. (2021). Burnout's Syndrome and Impostor Syndrome: a correlational study. *Research, Society and Development*, 10 (3), e34710313344, <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13344>

Paravic, T., Burgos, M., Luengo, L. (2018). Mobbing and associated factors in emergency health care workers. *Index de Enfermería*, 27(4), págs. 201-05. [https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1132-129620180003000057](https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1132-129620180003000057)



Pereyra, F. "Los desafíos del trabajo del cuidado en la configuración de las condiciones laborales de enfermería". *Pensar los afectos, aproximaciones desde las ciencias sociales y las humanidades*, Compiladores Abramowski y Cervantes, Universidad Nacional de General Sarmiento, 2017, p. 151-172.

Pérez, RC., Cárdenas, PCMM. (2022). Sociología de la práctica médica autoritaria: Un diálogo sobre sus bases teóricas, éticas y empíricas. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 38, págs. 1-25. <https://www.scielo.br/j/sess/a/NcsKgZTwsTkxTZ6KGyxmKBs/?format=pdf&lang=es>

Poblete, M., Correa, M., Aguilera, P., González, JC. (2019). Valores profissionais de enfermagem no posmodernismo: uma revisão sistemática. *Acta bioeth*, 25(2), págs. 243-252. [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1726-569X2019000200243&lng=es](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1726-569X2019000200243&lng=es). <http://dx.doi.org/10.4067/S1726-569X2019000200243>.

Pozzio, MR. (2016). The gynecology obstetrics in México: between “humanized childbirth” and obstetric violence. *Revista de Estudos Feministas*, 24(1), págs. 101-17. <http://www.scielo.br/pdf/ref/v24n1/1805-9584-ref-24-01-00101.pdf>

Ramacciotti, K., Valobra, A. (2017). El dilema Nightingale: controversias sobre la profesionalización de la enfermería en Argentina 1949-1967. *Dynamis*, 37 (2), págs. 367-387. [http://scielo.isciii.es/pdf/dyn/v37n2/06\\_dossier.pdf](http://scielo.isciii.es/pdf/dyn/v37n2/06_dossier.pdf)

Salinas A. (2002). La ternura, fuente de humanización y desarticulación de la violencia. *Andanzas*, 22(5):33-44. <https://www.catedrateologiafeministaibero.org.mx/andanzas-5/>

Terán, P., Castellanos, C., González, Mireya., Ramos, D. (2013). Violencia obstétrica: percepción de las usuarias. *Revista de Obstetricia y Ginecología de Venezuela*, 73(3), págs. 171-180. [http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0048-77322013000300004&lng=es&tlng=es](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0048-77322013000300004&lng=es&tlng=es).

Tsukamoto, S., Quina, MJ., Cruz, L., Perfeito, R., Hirata, M., Fernández, M., Trevisan, J. (2019). Occupational violence in the nursing team: prevalence and associated factors. *Acta Paulista de Enfermagem*, 32(4), págs. 425-32. <https://doi.org/10.1590/1982-019420190005810>.

Van der Waal, R., Mitchell, V., Van Nistelrooij, I., Bozalek, V. (2021). Obstetric violence within students’ rite of passage: The reproduction of the obstetric subject and its racialised (m)other. *Agenda*, 35:3, págs. 36-53, <https://doi.org/10.1080/10130950.2021.1958553>



2º ciclo  
ibero-americano  
de diálogos  
contemporâneos

**GÉNERO, SOCIEDADE  
E DIVERSIDADE**

14 a 16 de Março de 2023

Velasco, A. (2021). Desigualdad, poder y dominación: Un análisis histórico-filosófico del concepto de género. Cuadernos Salmantinos De filosofía, 47, 303–325. <https://revistas.upsa.es/index.php/cuadernosalmantinos/article/view/173>

Villanueva, M., Castro, R. (2020) Sistemas de jerarquización del campo médico en México: un análisis sociológico. Ciência & Saúde Coletiva, 25 (6), págs. 2377-2386. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.28142019>



# CERCANDO MULHERES: A PERSEGUIÇÃO COMO MECANISMO DE OPRESSÃO PATRIARCAL

Amanda Padilha Pieta<sup>1</sup>

## Introdução

A luta contra a violência de gênero tem sido cada vez mais presente na sociedade. Algumas exigências do movimento feminista aos poucos vão sendo atendidas, mas a igualdade entre os sexos nesta e em outras facetas da realidade ainda está longínqua. No que tange à violência contra as mulheres, no Brasil, algumas medidas governamentais são marcos nesse combate, como a criação das primeiras Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), em 1985, e a implantação de um projeto integrado para o combate e a prevenção de agressões dos mais diversos tipos direcionadas a mulheres - a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Desde então, a quantidade de registros formais dessa violência tem demonstrado o quanto o problema é persistente. Não é à toa que a seara legislativa segue recebendo as demandas sociais que atravessam questões de gênero e segurança pública, sendo convertidas em uma legislação cada vez mais específica, como a Lei Carolina Dieckmann para crimes cibernéticos (Lei 12.737/12), a de Importunação Sexual (Lei 13.718/18) e a de Violência Psicológica (Lei 14.188/21). É também o caso da lei brasileira do *stalking* (Lei 14.132/21). Até 2021, a perseguição era considerada contravenção penal no Brasil (BRASIL, 1941). A partir de abril de 2021, a Lei 14.132 institui a perseguição como crime no país, a partir da descrição do delito no Código Penal:

perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade (BRASIL, 2021).

Desde então, relatórios como o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2022) publicaram estatísticas da recorrência desse tipo de violência no país. No primeiro ano da lei, entre abril e dezembro de 2021, por exemplo, 27,7 mil mulheres declararam ser alvo de perseguição, registrando boletins de ocorrência nas delegacias de polícia de 22 estados brasileiros que divulgaram dados<sup>2</sup>. A estatística equivale a aproximadamente quatro casos a cada hora no Brasil. Segundo o documento, “a correta tipificação do crime enquanto tal ainda está em processo de aprendizagem pelas instituições policiais e o conhecimento da possibilidade de realizar denúncias nas delegacias ainda não é de conhecimento amplo das vítimas” (FBSB, 2022, p. 168), podendo estes números, já expressivos, ainda apresentar crescimento nos próximos relatórios.

A partir de institucionalizada enquanto crime, a perseguição passa a demonstrar que há uma desproporção de gênero entre a quantidade de vítimas que notificam essa violência. Como os dados coletados pela autora desta pesquisa serão demonstrados e analisados ao longo deste texto, de milhares de boletins de ocorrência registrados nos primeiros meses da lei em vigor, a maioria das queixas foram feitas por vítimas do sexo feminino e, por outro lado, a

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC), da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), localizada no estado do Paraná, no Brasil, amndpieta@gmail.com

<sup>2</sup> Segundo a publicação, a análise dos dados desse novo tipo penal deve ser ainda preliminar, visto que a totalidade de estados brasileiros ainda não divulgou informações ou contabilizou o crime apenas em um curto período de 2021.



maior parte dos autores da violência são indicados como do sexo masculino. A perseguição tem se demonstrado, portanto, como uma prática violenta marcada por relações de gênero. Este trabalho é o recorte de uma pesquisa de doutorado, que pretende diagnosticar a prática da perseguição em uma perspectiva de gênero e compreender como esse tipo de violência opera e quais os efeitos nas vidas das vítimas. Neste artigo em específico, analisa-se os dados estatísticos de perseguição no estado do Paraná, localizado na região sul do Brasil, a partir dos números de boletins de ocorrência e inquéritos policiais enquadrados na lei da perseguição. A partir de informações solicitadas à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP/PR) e ao Ministério Público do Estado do Paraná (MP/PR) foi possível delinear um panorama quantitativo do crime.

A análise dos números fornecidos pelas instituições citadas foi realizada à luz dos Estudos de Gênero. Conforme Lourdes Maria Bandeira (2019, p. 295), a categoria de análise da “violência de gênero” permite compreender de que forma ações violentas acontecem em contextos e espaços relacionais entre os sexos. Consideram-se também interseccionalidades como raça, idade e localidade, presentes nos relatórios dos órgãos consultados, visto que “a interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas” (AKOTIRENE, 2019, p. 56).

O cercamento<sup>3</sup> provocado em uma perseguição prejudica a liberdade de ir e vir da vítima, que passa a viver numa espécie de prisão invisível que restringe seus movimentos, ações e relações, convivendo com o medo da ameaça constante, afinal, seu *stalker* parece achar que tem controle sobre seu corpo – concepção instaurada a partir de uma ordem patriarcal que classifica sujeitos como dominadores de um lado e, do outro, dominados. Adota-se patriarcado ou ordem patriarcal de gênero neste estudo pela concordância com o exposto por Saffioti (2004) de que a expressão evita a neutralidade do sistema opressor de gênero do qual fazemos parte, sendo explícito o vetor da dominação-exploração que é sustentado através “da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina” (p. 139).

As relações entre homens e mulheres são entendidas aqui como intrínsecas às estruturas de poder e, portanto, são trazidas pensadoras e pensadores capazes de embasar a interpretação dos dados nessa perspectiva, como Joan Scott (1995), Michelle Perrot (2005), Michel Foucault (1987), Heleieth Saffioti (2004), Lourdes Maria Bandeira (2019), Carla Akotirene (2019), dentre outros. A partir de tal referencial teórico, analisa-se a perseguição enquanto uma das manifestações violentas da hierarquia presente nas relações de gênero constituída histórica e culturalmente. Entende-se neste trabalho, assim como Saffioti (2004, p. 111), que “gênero não é tão somente uma categoria analítica, mas também uma categoria histórica”.

<sup>3</sup> Entende-se por cercamento “um fenômeno mais amplo do que a simples separação da terra por cercas. Devemos pensar em um cercamento de conhecimento, de nosso corpo, de nossa relação com as outras pessoas e com a natureza” (FEDERICI, 2019, p.55)



### As inúmeras tentativas de dominar mulheres

Para compreender este cenário é trazida, nesta seção, uma breve revisão de conceitos e reflexões que permitem compreender a perseguição em uma perspectiva de gênero. Tal arcabouço teórico versa sobre a história do corpo, a ocupação da mulher no espaço público e as relações de poder.

Tradições filosóficas e científicas, principalmente ocidentais, costumam sistematizar o conhecimento de acordo com oposições binárias, definindo um termo em relação ao seu oposto complementar. Nesta lógica, o entendimento das coisas se dá em uma significação dualista entre palavras consideradas contrárias como razão e emoção, natureza e cultura, homens e mulheres, público e privado, e diversos outros vocábulos que ganham sentido a partir da afirmação de um antônimo. Neste sistema, se associam conceitos agrupados em um mesmo lado das oposições, como, por exemplo, “a mulher tem sido associada com a natureza — aquela que deve ser subjugada, dominada, lavrada ou fertilizada por meio do poder físico, da tecnologia ou da potência sexual masculinos” (O’NEIL, 1997, p. 88). Hierarquias de significado fazem parte desta ordem, que incide e é reforçada nos mais diversos discursos, como o da cultura, o da religião, o da medicina, com a noção de que o

homem é o indivíduo forte e que com sua agressividade e inteligência impôs o desenvolvimento da civilização urbana, ao passo que a mulher, por sua natureza passiva e fecunda, deve perpetuar essa civilização através da maternidade. Destacando as potencialidades masculinas, o discurso médico legitimava o domínio do homem sobre a mulher (MATOS, 2003, p. 121).

Segundo a historiadora Joan Scott (1995), os sistemas de significado são modos pelos quais as sociedades representam o gênero e o utilizam para articular regras de relações sociais (p. 82). No feixe de significação de grande parte das culturas, se não de todas, “o corpo”, conforme Michelle Perrot (2005), “está no centro de toda relação de poder. Mas o corpo das mulheres é o centro, de maneira imediata e específica” (p. 447).

Em *As mulheres ou os silêncios da história*, Perrot explana que a atribuição das mulheres ao ambiente privado e dos homens, ao público, é um dos exemplos mais antigos da associação em oposições binárias. Ela critica o discurso de filósofos clássicos, como Pitágoras, que ajudaram a construir uma ideia de que “uma mulher em público sempre está deslocada” (PERROT, 2005, p. 318). Analogias constituídas desta forma foram e são sustentadas por diversas instituições ao longo do tempo, ditando o papel de cada gênero na sociedade. “Essa expectativa comportamental tem raízes no entendimento exclusivamente biológico da realidade, que não leva em conta a cultura como a origem dessas representações e práticas sociais” (BELLINI, 2003, p. 39).



No entanto, ao contrário do que contam livros canônicos de história, as mulheres estiveram presentes no espaço público, trabalhando de forma assalariada ou não e até mesmo fazendo política, ainda que sob resistência de outrem. Com dupla jornada, entre os cuidados com a casa e as atividades laborais,

o trabalho chegou a ser questionado como elemento impeditivo das ditas ‘funções naturais’ das mulheres, as de mãe e esposa. Entretanto, basta olhar com atenção a história para ver que as mulheres sempre trabalharam, mesmo que, em várias situações, seu labor não fosse tão evidente ao confundir-se com os ofícios coletivos e familiares (MATOS; BORELLI, 2012, p. 127).

A inserção na esfera pública, principalmente através do trabalho, colaborou para o desenvolvimento de consciência mais incisiva de classe e de gênero entre as mulheres. Enquanto funcionárias, as hierarquias de gênero ultrapassam as paredes da casa patriarcal, sendo percebidas também em um mercado de trabalho patriarcal, marcado por diferenças de tratamento às trabalhadoras e aos trabalhadores. As mulheres passam a eclodir em greves por melhores condições de salário e de trabalho, delineando o que viria a ser o movimento feminista. O feminismo

fez com que muitas delas - na maioria brancas, de classe média, heterossexuais - tomassem consciência de seu status de excluídas da cultura dominante patriarcal, algo que as lésbicas, as mulheres de classes mais pobres e/ou as mulheres de cor já sabiam o tempo todo (PERRY, 1997, p.317).

48

Após muita luta na conquista do direito de inserir-se e permanecer no espaço público, ainda na atualidade, a exemplo do cenário dos crimes de perseguição no Brasil e no estado do Paraná, as mulheres encontram barreiras contra a liberdade. Os corpos das mulheres não lhes pertencem. Enquanto jovem, ele é resguardado pelo seu pai e sua mãe em nome de uma honra sobre sua sexualidade. No mercado de trabalho, pode ser alvo de discriminações e assédios. Se casada, seu corpo é submetido aos desejos do marido. Mais tarde, caso tenha filhos, estes demandam seu ventre, seu amamentar e seus cuidados por longos anos. Se perseguida, seu corpo é alvo da sensação de controle por seu *stalker*. Segundo Saffioti (2004), na ordem patriarcal, “as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (p. 105). A dominação sobre a utilidade dos corpos femininos é fruto de uma relação de forças. O poder exercido sobre as mulheres, em seus contornos mais extremos pode se transformar em violência “sempre pronta a ressurgir, com a tranquila segurança do direito de poder dispor livremente do corpo do Outro, este corpo que lhe pertence” (PERROT, 2005, p. 454).

As representações dos corpos são constituídas a partir de um jogo de relações de poder, que influencia como a humanidade define as coisas. Neste sentido, “o corpo está preso





no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 1987, p. 163), o que para os corpos de mulheres

significa que devem se portar de acordo com as regras socialmente impostas, não devendo frequentar lugares que criem a possibilidade de serem violentados e, acima de tudo, devem sempre servir ao indivíduo poderoso, aquele que exerce sempre o poder sobre os outros corpos dominados, ou seja, os corpos feminilizados devem estar sempre à disposição do exercício do poder do macho (SANTOS; BUSSINGUER, 2017, p. 6).

Mecanismo de controle e disciplinador de condutas, o poder “define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica, assim, corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (FOUCAULT, 1987, p. 164). A filósofa Susan Bordo (1997, p. 20) acrescenta que

nossos corpos são treinados, moldados e marcados pelo cunho das formas históricas predominantes de individualidade, desejo, masculinidade e feminilidade, [...] os corpos femininos tornam-se o que Foucault chama de ‘corpos dóceis’: aqueles cujas forças e energias estão habituadas ao controle externo.

49

Como bem pontua Saffioti (2004, p. 113), “o poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como também exercido discricionariamente, criando desigualdades” e quando sua estruturação envolve os sujeitos desta última maneira, autoritária, indivíduos “mais poderosos” das relações de gênero tentam controlar de forma coercitiva os “mais vulneráveis”. Um dos efeitos das relações de poder pode ser, portanto, a violência, prática sob a qual corpos lidos como femininos são alvos marcados em culturas patriarcais, como demonstram os dados sobre a perseguição no Brasil e no estado do Paraná.

### **Gênero e interseccionalidades nas estatísticas de perseguição**

A seguir apresenta-se as informações quantitativas em relação à perseguição solicitadas pela autora desta pesquisa à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP/PR) e ao Ministério Público do Paraná (MP/PR). Segundo a SESP, de abril de 2021 a julho de 2022, que compreende aos dezesseis primeiros meses da lei que criminaliza a prática, foram registrados 6355 boletins de ocorrência<sup>4</sup> para perseguição nas delegacias de polícia de 276 cidades paranaenses<sup>5</sup>. Estes boletins trazem descritas 6670 vítimas, das quais 84,15% são do sexo

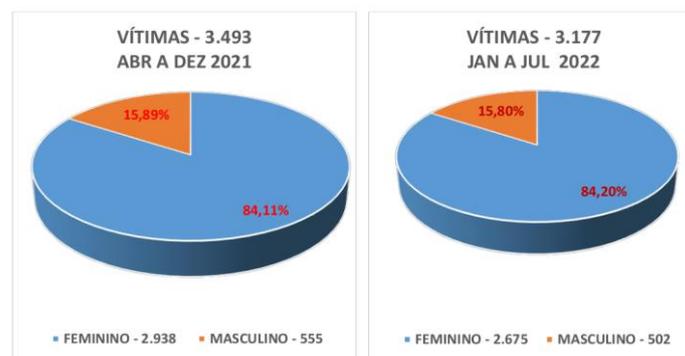
<sup>4</sup> Segundo a instituição, os dados foram retirados do sistema Boletins de Ocorrência Unificado – B.I. BOU e extração de BASE (SESP, 2022, p. 03).

<sup>5</sup> No relatório consta uma tabela com os nomes de 276 cidades cujas delegacias de polícia repassaram dados (SESP, 2022, p. 04-10). O estado do Paraná contém 399 municípios ao todo. Os números informados pela CAPE/SESP representam uma média de 70% das cidades do estado.



feminino e 15,85%, do masculino. Na Figura 1 é possível visualizar estes números, separados por período (meses correspondentes a 2021 e a 2022), através de gráficos incluídos pelo Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE) da SESP/PR no relatório repassado à pesquisadora que escreve este texto.

Figura 1 – Comparativo de vítimas descritas em boletins de ocorrência registrados para casos de perseguição, conforme o sexo



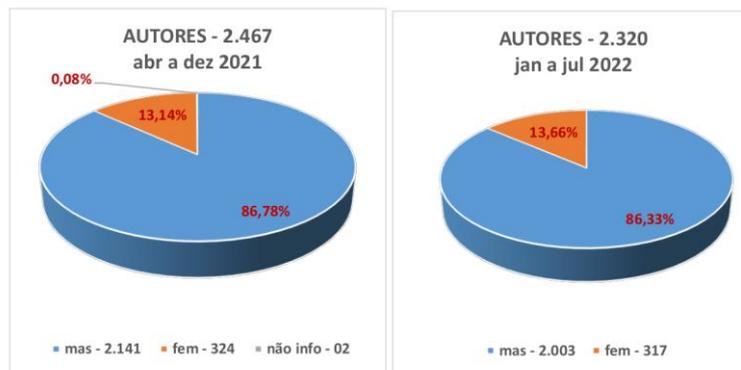
Fonte: Relatório estatístico comparativo de ocorrências criminais conforme Lei 14.321/21 – C.P. ART 147-A, fornecido à autora desta pesquisa pelo Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE), da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP, 2022, p. 13)

Percebe-se uma desigualdade de gênero evidente entre as vítimas de perseguição, sendo majoritariamente descritas como do sexo feminino nos boletins de ocorrência registrados no estado do Paraná ao longo dos meses em que os dados foram levantados. Vislumbrar estes números sob as lentes do gênero

não se trata de adotar uma perspectiva vitimizadora em relação à mulher, tendência que já recebeu críticas importantes, mas de destacar que a expressiva concentração desse tipo de violência se impõe historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam o cotidiano das pessoas (BANDEIRA, 2019, p. 295).

O relatório demonstra que há desproporção entre os gêneros também entre autores de perseguição. Dos 4787 acusados, 86,57% foram do sexo masculino e 13,39% do sexo feminino. O CAPE/SESP informou, ainda, que 0,04% dos boletins não registrou a informação do sexo do autor do crime, como demonstra a figura a seguir.

Figura 2 - Comparativo de autores descritos em boletins de ocorrência registrados para casos de perseguição, conforme o sexo



Fonte: Relatório estatístico comparativo de ocorrências criminais conforme Lei 14.321/21 – C.P. ART 147-A, fornecido à autora desta pesquisa pelo Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE), da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP, 2022, p. 18)

Destaca-se, portanto, que os casos de perseguição no estado do Paraná demonstram conter relações opressoras de gênero, visto que a quantia de mulheres vítimas (84,15%) se aproxima bastante da quantidade de homens autores da violência (86,57%). O fato corrobora com o que Heleieth Saffioti argumenta ao sugerir que “a violência de gênero pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Todavia, o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura” (2004, p. 71). Salienta-se que nesta categoria, os relatórios não informaram estatísticas que abarcassem outras identidades de gênero, para além do masculino e do feminino cisgênero. É possível, no entanto, vislumbrar uma certa quantia de população transsexual entre as vítimas de perseguição, como irá demonstrar a Figura 6, mais além neste texto.

Na tentativa de deixar o estudo um pouco mais abrangente, para além da proporção de vítimas e autores por sexo, solicitou-se à SESP/PR informações da cor da pele, da idade, da classe social e da opção sexual dos envolvidos. Esses marcadores são de grande importância para compreender fenômenos sociais em uma perspectiva interseccional, pensando o gênero em conjunto com outras características dos sujeitos. Segundo Akotirene (2019, p. 64), a interseccionalidade pode configurar como uma “autoridade intelectual de todas as mulheres que um dia foram interrompidas”, sendo importante considerar em um estudo que versa sobre o impedimento de movimentos e ações provocado em vítimas de perseguição. Dentre

as tipificações apontadas somente duas foram repassadas à autora desta pesquisa<sup>6</sup> – a cor da pele e a idade.

No que concerne à cor da pele, a maioria dos envolvidos, tanto vítimas, quanto autores da violência, é descrita como branca, como demonstram as tabelas a seguir.

Figura 3 – Quantitativo de vítimas descritas em boletins de ocorrência registrados para casos de perseguição, conforme a cor da pele

RAÇA	ABR A DEZ 2021			JAN A JUL 2022		Total	SOMA DOS PERÍODOS
	FEM	MAS	TOTAL	FEM	MAS		
AMARELA	28	6	34	16	0	16	22
BRANCA	2.029	333	2.362	1.866	335	2.201	2.534
NAO INFORMADO	268	93	361	200	74	274	367
PARDA	536	102	638	526	78	604	706
PRETA	77	21	98	67	15	82	103
<b>Total Geral</b>	<b>2.938</b>	<b>555</b>	<b>3.493</b>	<b>2675</b>	<b>502</b>	<b>3.177</b>	<b>3.732</b>

Fonte: Relatório estatístico comparativo de ocorrências criminais conforme Lei 14.321/21 – C.P. ART 147-A, fornecido à autora desta pesquisa pelo Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE), da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP, 2022, p. 17)

52

Figura 4 – Quantitativo de autores descritos em boletins de ocorrência registrados para casos de perseguição, conforme a cor da pele

RAÇA	ABR A DEZ 2021			Total	JAN A JUL 2022		Total	SOMA DOS PERÍODOS
	NÃO INF	FEM	MAS		FEM	MAS		
AMARELA		2	15	17	4	18	22	39
BRANCA		238	1.424	1.662	228	1.362	1.590	3.252
NAO INF	2	9	15	26		1	1	7
PARDA		67	581	648	73	540	613	1.261
PRETA		8	106	114	12	82	94	208
<b>Total Geral</b>	<b>2</b>	<b>324</b>	<b>2.141</b>	<b>2.467</b>	<b>317</b>	<b>2.003</b>	<b>2.320</b>	<b>4.787</b>

Fonte: Relatório estatístico comparativo de ocorrências criminais conforme Lei 14.321/21 – C.P. ART 147-A, fornecido à autora desta pesquisa pelo Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE), da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP, 2022, p. 21)

Entre as vítimas de perseguição no Paraná, 67,89% são descritas como brancas, 18,91% pardas, 2,75% negras e 0,58% amarelas. Em 9,83% dos casos não foi informada a cor da

<sup>6</sup> Segundo o relatório, “dentre as informações solicitadas algumas não se enquadram no tipo de atendimento/preenchimento do BOU – Boletim de Ocorrência Criminal – tais como informações sociais (classe), opção sexual (só é preenchido dados quando a opção sexual for motivo ou alvo de crime) entre outras situações de assistencialismo ou social onde não há fator ligado diretamente ao crime a ser descrito no BOU” (SESP, 2022, p. 03).



pele. Em relação aos autores da violência, 67,93% são descritos como brancos, 26,34% pardos, 4,34% negros, 0,81% amarelos e 0,14% dos boletins não informaram a cor da pele. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Paraná, os outros dois estados da região sul e o estado de São Paulo, no Sudeste do país, são os únicos entre as 27 unidades de federação que destoam da prevalência nacional para a cor da pele da população residente. Conforme consulta ao Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) pelos dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNADC), enquanto no Brasil 45,4% se declaram pardos, 43,1% brancos, e 10,3% pretos, no Paraná 63,7% se dizem brancos, 30,8% pardos e 4,3% pretos (IBGE, 2022).

Apesar dos dados compilados pela SESP/PR, críticas brasileiras que trabalham questões de gênero de forma interseccional, como Carla Akotirene (2019), afirmam que “a cor da vítima para ser autodeclarada durante a notificação da violência sofrida atesta um dado mal coletado, em prejuízo da consistência dos relatórios elaborados pelas governanças acerca das assimetrias de raça e gênero” (p. 40).

Em relação à idade dos envolvidos, as tabelas elaboradas pelo CAPE/SESP trazem uma relação de vítimas e autores para cada ano de vida, sendo demasiado extenso para trazer como figura neste artigo, como foi feito com os demais dados. Optou-se, portanto, neste caso, pela compilação dos números em faixas etárias, a fim de facilitar a visualização das informações. Entre as vítimas, 285 têm de 0 a 17 anos, 1993 têm de 18 a 29 anos, 1988 têm de 30 a 39 anos, 1411 têm de 40 a 49 anos, 643 têm de 50 a 59 anos, 356 têm de 60 a 91 anos. Entre os autores da violência, 16 têm de 12 a 17 anos, 1132 têm de 18 a 29 anos, 1518 têm de 30 a 39 anos, 1215 têm de 40 a 49 anos, 600 têm de 50 a 59 anos, 306 têm de 60 a 122 anos<sup>7</sup> e em dois casos não foram informadas as idades. Percebe-se que a maior parte dos envolvidos na perseguição são jovens, sendo a maior parcela entre vítimas com idade entre 18 e 29 anos, representando 29,85% do total, e 31,71% dos autores da violência entre 30 a 39 anos.

No contato com a Secretaria de Estado de Segurança Pública solicitou-se também os locais onde a perseguição teria ocorrido. Em 57,19% os casos a violência ocorreram em residência e em 19,44% das vezes foram em ambiente público. Os outros 23,37% dos casos estão distribuídos entre 19 ambientes que podem ser consultados na tabela que se segue.

<sup>7</sup> Aqui destaca-se que podem ter acontecido falhas registras. Em três casos, o autor de perseguição foi descrito com idade superior a 100 anos, sendo elas 102, 105 e 122 anos. Antes dessas informações, a última idade descrita é de 86 anos, acreditando-se, portanto, se tratar de algum equívoco nos registros desses casos em específico na base de dados de boletins de ocorrência.



Figura 5 – Quantitativo de ambientes descritos em boletins de ocorrência registrados para casos de perseguição

AMBIENTE	ABR A DEZ 2021	JAN A JUL 2022	Total Geral
RESIDENCIA	2.139	1820	3959
PUBLICO	730	616	1346
OUTROS	418	428	846
COMERCIO	120	119	239
ASSOCIACAO	57	58	115
ALIMENTACAO / DIVERSAO	38	42	80
ENSINO	20	40	60
TRANSPORTE	12	39	51
ORGAO PUBLICO	28	19	47
MERCADO	16	19	35
SAUDE	18	15	33
RURAL	17	14	31
DERIVADO PETROLEO	9	8	17
PRESTACAO DE SERVICOS	5	11	16
HOSPEDAGEM	6	7	13
RELIGIOSOS	6	6	12
VEICULO	6	6	12
UNIDADES DE CONSERVACAO	4		4
ATIVIDADE FINANCEIRA	1	2	3
EVENTOS		2	2
INDUSTRIA		1	1
<b>Total Geral</b>	<b>3.650</b>	<b>3.272</b>	<b>6.922</b>

Fonte: Relatório estatístico comparativo de ocorrências criminais conforme Lei 14.321/21 – C.P. ART 147-A, fornecido à autora desta pesquisa pelo Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE), da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP, 2022, p. 11)

Constata-se, a partir das estatísticas, que o principal meio em que ocorre a perseguição é em casa. Essa porção pode conter inúmeros cenários, como a sondagem nos arredores da residência da vítima, o impedimento de sair da própria casa, a tentativa de entrar forçadamente no lar, a perseguição de membros da família que moram com a pessoa, dentre outras possibilidades. Conforme explana Saffioti (2004) sobre o gênero no contexto da família, “o território domiciliar contém hierarquias, nas quais os homens figuram como dominadores-exploradores e as crianças como os elementos mais dominados-explorados” (p. 74). A perseguição em meio público também aparece em números expressivos, podendo ter sido durante deslocamentos, trabalho ou lazer, restringindo movimentos e ações da vítima nestes espaços.

Seja em ambiente público ou privado, "pela abundância de atos recorrentes de violência, percebe-se que a ordem tradicional se ressignifica permanentemente, remodelando os padrões e os valores sexistas, porém, sem os eliminar" (BANDEIRA, 2019, p. 301). É o que revelam os agravantes somados ao crime de perseguição: um dado que chama a atenção é que em 54,14% dos boletins de ocorrência consta também a tipificação de violência doméstica, como trazem os números da tabela na sequência.

Figura 6 – Quantitativo de boletins de ocorrência registrados para casos de perseguição, quando enquadrados em políticas públicas

Política Pública	ABR A DEZ 2021	JAN A JUL 2022
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	1.890	1.641
OUTROS	1.564	1.207
TRANSFOBIA	14	13
ÔNIBUS DE TURISMO	6	7
CORONAVIRUS	0	3
HOMOFOBIA	1	2
PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA	1	0

Fonte: Relatório estatístico comparativo de ocorrências criminais conforme Lei 14.321/21 – C.P. ART 147-A, fornecido à autora desta pesquisa pelo Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE), da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP, 2022, p. 12)

Conclui-se que a maioria das vítimas de perseguição estiveram expostas concomitantemente à violência doméstica. De acordo com o art. 5º da Lei Maria da Penha, violência doméstica contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006). O dado denuncia que a maioria dos autores de perseguição são pessoas conhecidas da vítima, afinal a violência doméstica é aplicável em casos que o agressor pertence ou pertenceu à rede de relações da mulher, sendo marido, namorado, ex-companheiro, pai, mãe, filho(a), neto(a), cunhado(a).

Essa realidade relaciona-se à afirmação de Bandeira (2019) de que a violência de gênero “revela a existência do controle social sobre os corpos, a sexualidade e as mentes femininas, evidenciando, ao mesmo tempo, a inserção diferenciada de homens e mulheres na estrutura familiar e social, assim como a manutenção das estruturas de poder e dominação disseminadas na ordem patriarcal” (p. 303).

O relatório fornecido pela SESP/PR traz 42,42% de casos classificados como “outros” no que se refere aos agravantes do crime de perseguição. Seria necessário destrinchar esse ponto para compreender melhor outras possíveis motivações do crime, já que nesta categoria podem estar inclusos diferentes aspectos que delineiam a perseguição.

Os dados solicitados ao Ministério Público do Estado do Paraná (MP/PR) foram os mesmos direcionados à Secretaria de Estado de Segurança Pública. Porém, o período repassado pelo MP foi de doze meses, o primeiro ano de vigência da lei, entre 1 de abril de 2021 e 31 de março de 2022. Somente foram retornadas porcentagens do sexo das vítimas e dos indiciados por perseguição, números de ocorrências com infração complementar e de procedimentos que seguiram para a esfera jurídica.

Segundo o MP, foram instaurados 121 inquéritos policiais<sup>8</sup> para casos de perseguição, distribuídos entre 28 cidades do Paraná durante o referido período. Ou seja, um baixo

<sup>8</sup> Os inquéritos policiais são casos que estão sendo investigados pela polícia, no sentido de apurar as infrações penais e tomar as providências cautelares impostas para determinado delito.

número de casos<sup>9</sup> segue para os procedimentos investigatórios, se comparado aos milhares de casos registrados em boletins de ocorrência nas delegacias de polícia. Assim como nas estatísticas da SESP, tem-se que a maioria das vítimas são mulheres e que a maior parte dos autores são homens, como demonstra a figura a seguir, retirada do relatório fornecido pela instituição.

Figura 7 – Qualificação da vítima e do autor da violência, em relação ao sexo

II. qualificação da vítima quanto ao sexo:

Sexo da vítima	Percentual
-	3,31%
Feminino	93,39%
Masculino	3,31%

III. qualificação do indiciado quanto ao sexo:

Sexo do indiciado	Percentual
-	2,48%
Feminino	5,79%
Masculino	91,74%

Fonte: Relatório fornecido à autora da pesquisa pelo Núcleo de Assessoramento da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional, do Ministério Público do Paraná (Informação nº 025/2022 – SUBPLAN/NA, p. 02)

Quando investigados, os casos de perseguição demonstram uma desproporção de gênero ainda maior, sendo 93,39% das vítimas mulheres e 91,74% dos autores homens. A perseguição, enquanto prática direcionada majoritariamente a sujeitos do sexo feminino, prova que

a violência contra a mulher constitui-se em fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física, suas manifestações são maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder, implicando sempre situações de medo, isolamento, dependência e intimidação para a mulher. É considerada como uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica por parte de outrem com a finalidade de submeter o corpo e à mente à vontade e à liberdade de alguém (BANDEIRA, 2019, p. 304).

<sup>9</sup> O relatório do MP justifica que “os dados foram extraídos do sistema PROMP – Inquéritos Policiais, integrado com o sistema PPJe da Polícia Civil do Paraná, a partir dos registros realizados por autoridades responsáveis pela inserção de dados nesses sistemas e, portanto, sujeito a falhas registras” (p. 01).

A percentagem de agravantes descritos nos inquéritos de perseguição é ainda mais impactante do que os dados da SESP no que tange à quantidade de casos ligados à violência doméstica, como observa-se na figura que se segue.

Figura 8 – Ocorrências com natureza de infração complementar

Natureza de Infração Complementar	Qtde
Ameaça	13
Crime / Contravenção contra Criança / Adolescente	1
Crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência	1
Dano	1
Desacato	1
Difamação	1
n/d	5
Perseguição	1
Perturbação da tranquilidade	1
Resistência	1
Simple	3
Violação de domicílio	4
Violência Doméstica Contra a Mulher	88

57

Fonte: Relatório fornecido à autora da pesquisa pelo Núcleo de Assessoramento da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional, do Ministério Público do Paraná (Informação nº 025/2022 – SUBPLAN/NA, p. 02)

Dos 121 procedimentos investigatórios instaurados no Paraná por perseguição, 88 deles foram enquadrados também como “Violência Doméstica Contra a Mulher” segundo o relatório do MP, correspondendo a 72,72% do total. A ameaça aparece como segunda infração complementar mais recorrente, em 10,74% dos casos.

Em relação ao prosseguimento dos casos para a esfera jurídica, como informa a tabela a seguir, 22,31% foram denunciados e seguiram para as tratativas judiciais, 17,35% deles foram arquivados junto do judiciário e apenas um caso foi encaminhado ao Juizado Especial Criminal.

Figura 9 – Quantidade dos procedimentos investigatórios na esfera jurídica  
V. quantidade dos procedimentos investigatórios que seguiram para a esfera jurídica:

Andamento	Qtde
ARQUIVAMENTO JUNTO AO JUDICIÁRIO	21
DENUNCIADO	27
ENCAMINHAMENTO AO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	1

Fonte: Relatório fornecido à autora da pesquisa pelo Núcleo de Assessoramento da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planeamento Institucional, do Ministério Público do Paraná (Informação nº 025/2022 – SUBPLAN/NA, p. 03)

O Ministério Público não informou no relatório em questão qual a situação dos outros 72 inquéritos em andamento, podendo estes estarem ainda em fases iniciais de investigação. No entanto, comparando os cenários delineados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e pelo Ministério Público, pode-se concluir que é raro os casos de perseguição serem tratados como devem – enquanto crimes que prejudicam as vítimas e que, conseqüentemente, deveriam ser investigados e, quando for o caso, prever a aplicação da pena dos autores da violência. Por estar, muitas vezes, no campo da força simbólica, seja ela verbal ou não-verbal, ou seja, sem deixar marcas físicas (a princípio), os encaminhamentos dos processos de perseguição nos sistemas de Justiça e Segurança Pública acabam sendo menosprezados, considerados crimes “menores”, “de pouco potencial ofensivo”, mesmo que muitas mulheres vítimas de feminicídio tenham sido alvo de perseguição anterior ao crime fatal. Considerando que entre milhares de boletins de ocorrência registrados pelas delegacias de polícia paranaenses, somente centenas foram/estão sendo investigados e dezenas seguiram/seguem para julgamento, é possível diagnosticar, preliminarmente, a perseguição enquanto um delito recorrente, porém tratado com pouca seriedade pelos que deveriam zelar pela segurança e justiça à população.

### Considerações finais

Este artigo contribui com um primeiro olhar, por ora quantitativo, aos crimes de perseguição no Brasil, analisando-os em uma perspectiva de gênero, afinal os dados atestam essa demanda. Os elevados números de ocorrências sugerem que as mulheres têm denunciado mais as violências sofridas. Isso vem acontecendo ao longo de anos, principalmente a partir do respaldo legislativo da Lei Maria da Penha, que reconhece a violência contra as mulheres e prevê a responsabilização aos que tentarem impor lugares de submissão a elas através de força coercitiva, seja física ou simbólica.

O fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a ele as mulheres não oponham resistência. Como já se patenteou, sempre que há relações



de dominação-exploração, há resistência, há luta, há conflitos, que se expressam pela vingança, pela sabotagem, pelo boicote ou pela luta de classes” (SAFFIOTTI, 2004, p. 130).

A tomada de consciência feminina sobre a opressão sofrida em função do seu gênero ameaça a manutenção de uma ordem culturalmente estabelecida, que naturaliza relações de posse-servidão entre homens e mulheres. Quando os sujeitos dominados passam a ter consciência da dominação a que estão impostos, essa estrutura tende a ter seus pilares, no mínimo, abalados. “Se a violência simbólica atrai um poder suplementar porque nela a violência é mascarada, ao contrário, sua força diminui quando sua máscara lhe é arrancada e ela é forçada a aparecer de cara limpa” (TERRAY, 2005, p.307). Expor a dominação sobre corpos de mulheres, como é um dos objetivos deste estudo, é uma forma de resistência com vistas a propor desafios à estrutura de poder, desmascarando seus modos de operar.

Esse texto origina-se de uma pesquisa de doutorado que propõe-se ainda em trazer depoimentos das vítimas de perseguição para a construção de um panorama qualitativo acerca de uma questão que, quantitativamente, já tem se demonstrado enquanto um fenômeno de violência direcionado majoritariamente contra mulheres. Tais narrativas serão úteis para diagnosticar a perseguição, vislumbrando também caminhos para uma verdadeira política de combate que só pode ser construída caso “se opere em rede, englobando a colaboração de diferentes áreas: polícia, magistratura, Ministério Público, defensoria pública, hospitais e profissionais da saúde, inclusive da área psi, da educação, do serviço social etc” (SAFFIOTTI, 2004, p. 91).

59

### Fontes

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ (SESP/PR). **Relatório estatístico comparativo de ocorrências criminais conforme Lei 14.321/21 – C.P. ART 147-A**. Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE), 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ (MP/PR). **Informação nº 025/2022 – SUBPLAN/NA**. Núcleo de Assessoramento da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional, 2022.

### Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 292-313.





BELLINI, Lígia. Concepções do corpo feminino no Renascimento: a propósito de De universo mulierum medicina, de Rodrigo de Castro (1603). In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BRASIL. **Lei nº 14.132**. Artigo 147-A, Decreto-Lei nº 2.848, Código Penal, de 31 de março de 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14132.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14132.htm)

BRASIL. **Lei nº 14.188**, de 28 de julho de 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14188.htm)

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. (Lei Maria da Penha). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.688**. Lei das Contravenções Penais, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3688-3-outubro-1941-413573-norma-atualizada-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3688-3-outubro-1941-413573-norma-3688-3-outubro-1941-413573-norma-atualizada-pe.html)

FEDERICI, Sílvia. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramalhe. 27ª ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Tabela 6404. In: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC/A)**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>

MATOS, Maria Izilda de; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MATOS, Maria Izilda de. Delineando corpos: As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda de; SOIHET, Rachel (orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.



2º ciclo  
ibero-americano  
de diálogos  
contemporâneos

**GÉNERO, SOCIEDADE  
E DIVERSIDADE**

14 a 16 de Março de 2023

O'NEIL, Eileen. (Re)presentações de Eros: explorando a atuação sexual feminina. In: JAGGAR, Alison; Bordo, Susan (orgs). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.  
PERRY, Donna. A canção de Procne: a tarefa do criticismo literário feminista. In: JAGGAR, Alison; Bordo, Susan (orgs). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

SAFFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SANTOS, Renata Bravo dos; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. A cultura do estupro e o poder disciplinar nos corpos femininos na perspectiva foucaultiana. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**. Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503338150\\_ARQUIVO\\_ArtigoCompletoFG-RenataBravoEldaBussinguer.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503338150_ARQUIVO_ArtigoCompletoFG-RenataBravoEldaBussinguer.pdf)

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n.º 2, julho / dez. 1995, p. 71-99.

TERRAY, Emmanuel. Proposta sobre a violência simbólica. In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie (orgs.). **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

61



Actas Completas do 2º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: Gênero, Sociedade e Diversidade

Daniel Colin & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-52-6

# CONTRIBUTOS DO FEMINISMO NEGRO E DE(S)COLONIAL PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Nirvana Frances Soares Cardoso<sup>1</sup>  
Maria José Magalhães<sup>2</sup>

## Introdução

A violência de gênero (VG) tem passado a ser reconhecida por instâncias nacionais e internacionais como um problema social que compromete a vida em sociedade e a dignidade da pessoa humana, após longas ocultações e negligências, inclusive em âmbito científico (Magalhães, 2005), sendo considerada um fenômeno complexo (Amaral, 2013) com raízes em fatores biológicos, econômicos, culturais, políticos e sociais.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2021), globalmente, cerca de 736 milhões de mulheres - quase uma em cada três - foram submetidas à violência por parceiro íntimo, violência sexual de não parceiros ou ambas, pelo menos uma vez na vida. Tais números ainda sem considerar o impacto da pandemia COVID-19, que aumentou os fatores de risco para a violência contra as mulheres (Amaral et al, 2021; Gonzaga & Cunha, 2020).

A violência entre os gêneros é um fenômeno produzido historicamente e ocorre quando há relações de poder assimétricas, constituindo hierarquias, explícitas ou não. Entretanto, a compreensão da gênese das violências a partir da análise de hierarquias entre gêneros é alvo de resistência nas práticas e saberes da aplicação das leis (Meneghel et al., 2013).

Uma série de transformações sociais ocorreram a partir das décadas de 60 e 70, do século XX, reflexões produzidas por feministas provocaram uma revisão nos comportamentos de mulheres e homens, em que espaço privado e relações interpessoais passaram a ser vistas como espaço de disputas políticas. Contudo foi a partir dos anos 1970 que o movimento feminista visibilizou a violência contra as mulheres, até então considerada um assunto do âmbito privado, e mostrou que ela está relacionada à estrutura de dominação masculina, uma interpretação que não estava presente nas práticas jurídicas e judiciais de enfrentamento às violências perpetradas contra mulheres (Meneghel et al., 2013).

No ano de 1975, houve o lançamento da Década Internacional da Mulher, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU). No ano seguinte, em 1976, foi criado o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), fato que demarca o ano de 1975 como marco importante para muitas ativistas feministas quanto às conquistas de políticas voltadas para as mulheres.

Já década de 1990 foi marcada pelo acontecimento de grandes conferências mundiais: A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 1993; a Conferência sobre População e Desenvolvimento, em 1994; e a Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995; Todas essas conferências apresentam fortes impactos nas políticas para as mulheres (Araújo, 2020). Foram os relatórios dessas conferências que apontaram os caminhos para os recursos internacionais aportados no Brasil (e em outros países que também já foram colonizados)

---

<sup>1</sup> Investigadora em Prevenção da Violência de Género na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP); Mestra em Ciências da Educação (FPCEUP); Bacharel em Psicologia – Universidade Federal do Ceará (UFC) – Brasil.

<sup>2</sup> Professora Doutora em Ciências da Educação, Professora Catedrática da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Investigadora titular do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG/ISCSP-UL) e colaboradora do Centro de Investigação e Intervenção Educativa (CIEE – FPCEUP).



que teriam de ser destinados às políticas para mulheres e executadas pela sociedade civil articulada através de Organizações Não-Governamentais.

Conforme Kimberlé Crenshaw (2002), defensora dos direitos civis americana e uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça, o princípio da igualdade de gênero, no que se refere à fruição dos direitos humanos, baseia-se na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo depois explicitado na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres. Essas garantias foram detalhadas através de uma série de conferências mundiais, dentre elas as do Cairo, de Viena e de Beijing. Tais detalhamentos constituíram avanços conceituais, pois expandiram os direitos humanos para além dos seus parâmetros iniciais, que desvaloriza os abusos de direitos relacionados ao gênero os quais afetam especificamente as mulheres, e, de modo, desproporcional, mulheres racializadas - advindas de contextos colonizados. O êxito desses esforços baseou-se em uma substancial mudança de perspectivas quanto à importância da diferença de gênero no projeto de ampliação do escopo dos direitos humanos das mulheres.

O movimento feminista visibilizou a violência contra as mulheres (Meneghel et al, 2013). Maria José Magalhães (2005) aponta que o conceito de violência contra as mulheres surge na sequência da chamada ‘segunda vaga’ dos movimentos feministas, também designados ‘novos movimentos de mulheres’, com maior proeminência nos EUA, Alemanha e Grã-Bretanha. Nos anos 1970, surge em alternativa a outros termos mais técnicos e que se propunha neutros, tais como “violência no casal” ou “violência familiar”, de modo a evidenciar o caráter patriarcal da sociedade industrial e capitalista.

63

### **A violência de gênero: de conceitos a dados**

Quanto às noções de violência doméstica (VD) e de violência na família (VF) enfatizam as agressões e os abusos no âmbito familiar, tornando-se importantes por constituírem desafios à ideologia da família ideal, ao mostrar como o espaço familiar pode ser também ambiente de opressão e abusos que podem envolver inclusive outras vítimas, como idosos e crianças. Segundo o artigo 152º do Código Penal Português (incluindo a alteração de 2013) e na definição presente no Artigo 3º, alínea b. da Convenção do Conselho da Europa para Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres e à Violência Doméstica (Convenção de Istambul) (2011): “violência doméstica” designa todos os atos de violência física, sexual, psicológica ou econômica que ocorrem no seio da família ou do lar ou entre os atuais ou ex-cônjuges ou parceiros, quer o infrator partilhe, tenha partilhado, ou não, o mesmo domicílio que a vítima.

Para Maria José Magalhães (2005), tais conceitos são importantes porque desafiam o ideal doméstico de privacidade, onde, conforme fora suposto socialmente, os direitos humanos não poderiam adentrar. Não que tenham findado os casos em que as pessoas não tenham seus direitos assegurados, mas a nível jurídico, já há aparatos que podem ser acionados, o que antes não havia.





Com base nos dados entre 2013 e 2018 da OMS (2021), a violência contra as mulheres afeta desproporcionalmente países e regiões de baixa e média renda per capita. Trinta e sete por cento das mulheres de 15 a 49 anos que vivem em países classificados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como “menos desenvolvidos” foram vítimas de violência física e / ou sexual por parceiro íntimo em sua vida. Vinte e dois por cento das mulheres que vivem em “países menos desenvolvidos” foram vítimas de violência praticada pelo parceiro íntimo nos últimos 12 meses - substancialmente mais do que a média mundial de 13 por cento.

Pelo menos 155 países aprovaram leis sobre violência doméstica e 140 têm leis sobre assédio sexual no local de trabalho. No entanto, mesmo quando existem leis, isso não significa que estejam sempre em conformidade com as normas e recomendações internacionais, ainda que as leis sejam implementadas e aplicadas (OMS, 2021).

### **Conceituando a violência de gênero a partir dos movimentos feministas negro e de(s)colonial**

O percurso de luta pela expansão da garantia de direitos a humanos que não apenas homens, brancos, de alto escalão, heterossexual e sem deficiência vem sendo necessário porque a constituição da sociedade capitalista eurocentrada é excludente e violenta, conforme nos permite compreender os estudos de(s)coloniais (Quijano, 2005; Mignolo, 2003, 2007).

Segundo Santos (2017), os estudos feministas e as políticas de enfrentamento à violência doméstica contra mulheres têm se baseado sobretudo em uma abordagem unidimensional de gênero. Diante disso, a autora aponta como necessária a abordagem da interseccionalidade entre gênero e outras categorias sociais para que sejam compreendidas diferentes situações de violência doméstica, os processos de subjetivação de mulheres, os modos como a violência doméstica pode estar conectadas a outras formas de violência e em que medida as mulheres têm acesso diferenciados aos sistemas e espaços de justiça em função não só do gênero, mas também da “raça”, etnia, orientação sexual, classe social, deficiência, entre outros fatores.

As políticas de enfrentamento não podem ignorar desigualdades entre mulheres e pressupor que, por exemplo, a capacitação com base no gênero de operadoras/es do sistema de justiça e de proteção às vítimas será suficiente para a superação dos obstáculos ideológicos e materiais que dificultam o acesso das mulheres de cor, mulheres LGBTQIA+, mulheres com deficiência ao reconhecimento de seus direitos.

A partir da compreensão de que a violência contra as mulheres tem como base as relações de poder de gênero socialmente atribuídos a mulheres e homens, as intervenções de prevenção à violência de gênero tem focado na desconstrução de papéis que embasam a desigualdade entre sexos que culminam na construção social da masculinidade hegemônica e uma feminilidade enfatizada (Connell, 2005), tal como apresentado no Manual do Projeto



ART”THEMIS (Magalhães & Teixeira, 2016), um projeto de prevenção à violência de gênero com crianças, adolescentes e jovens no contexto escolar português.

Os estudos sobre a violência de gênero constituem um campo teórico-metodológico produzido a partir das reivindicações de movimentos feministas de diferentes países, gerações, matizes de pensamento e tendências políticas que vêm evidenciando a relação entre esse tipo de violência e a ordem social que assenta assimetrias de poder entre gêneros no decorrer da história até os dias atuais.

Faz-se necessário, portanto, que haja investimento na prevenção da violência. Para obter êxito nisso, a Organização de Mulheres da OMS (2021) aponta a importância do “enfrentamento das desigualdades econômicas e sociais sistêmicas, garantindo acesso à educação e ao trabalho seguro e mudando as normas e instituições discriminatórias de gênero”. Além disso, afirma que intervenções bem-sucedidas incluem estratégias que propiciem acesso aos serviços essenciais, o apoio a organizações de mulheres, o desafio a “normas injustas”, a reforma de leis discriminatórias e o fortalecimento de respostas legais.

Rita Segato (2012) afirma que o caminho de(s)colonial a alcançou em suas práticas disciplinares e acadêmicas levando-a a fazer uso da caixa de ferramentas da formação de forma invertida, de modo que definiu como “antropologia por demanda” - que produz conhecimento e reflexão em resposta às perguntas feitas por aquelas/es, as/os quais em uma perspectiva clássica seriam objetos de observação e estudo.

Tal como a autora, nesse trabalho, queremos responder às urgentes questões levantadas por homens, mulheres, mulheres de cor, nomeadamente, advindas de locais geopolíticos subalternizados a fim de produzir conhecimento com e em uma instituição com espaço geopolítico privilegiado. Tal como é proposto pela antropóloga Rita Segato (2012), o compromisso com um percurso investigativo de(s)colonial deriva, neste momento da disponibilidade para interpelações apresentadas por sujeitos, historicamente tidos em um passivo lugar de objeto de exploração e de investigação, agora vistos como plenamente históricos e cujas demandas queremos responder.

Apesar das ciências da educação ser tida como uma área de saber que tem como especificidade a “mestiçagem” (Charlot, 2006) - característica que confere uma composição baseada em campos disciplinares múltiplos, conhecimentos de origens diversas - a universidade, os trâmites institucionais, os ritos, a história da academia, as heranças que configuram a produção do saber na academia em plena Europa do século XXI são marcados pelo eurocentrismo (Grosfoguel, 2016).

Como prevenir Violência de Gênero sem ter dados sobre sua intersecção com raça e classe? A contribuição que os feminismos de(s)coloniais e negros oferecem é de lentes interseccionais acerca do fenômeno da violência de gênero.

No livro “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano” - lançado em inglês, em Berlim, a autora Grada Kilomba (2020) - escritora e artista multidisciplinar, com raízes em Angola e São Tomé e Príncipe, nascida em Lisboa, remete à Edição Portuguesa a consideração de que foi a única estudante negra em todo o departamento de psicologia clínica





e psicanálise por vários anos. Acrescenta que, durante e após os estudos era comum ser confundida com “a senhora da limpeza” ou ter recebido recusas de pacientes que não queriam ser vistos por ela ou ficar a sós consigo na sala.

A autora conta que recebeu uma bolsa de doutorado em Berlim e que deixou com alívio a cidade onde tinha nascido e crescido. Ressalva que em Berlim, a história colonial alemã e a ditadura imperial fascista deixaram marcas surpreendentes. Entretanto, expõe a diferença percebida:

Enquanto eu vinha de um lugar de negação, ou até mesmo de glorificação da história colonial, estava agora num outro lugar onde a história provocava culpa ou até mesmo vergonha. Este percurso de consciencialização colectiva que começa com a negação - culpa - vergonha - reconhecimento - reparação, não é de forma alguma um percurso moral, mas um percurso de responsabilização. A responsabilidade de criar novas configurações de poder e de conhecimento (Kilomba, 2020, p.5).

Grada Kilomba aponta que tal diferença explica o fato de ter encontrado em Berlim uma forte corrente de intelectuais negras que haviam transformado radicalmente o pensamento e o vocabulário contemporâneo global durante várias décadas. O livro é fruto do trabalho de doutorado dela, e afirma relatar isto para enfatizar a importância de um percurso de consciencialização coletiva:

Pois uma sociedade que vive na negação ou até mesmo na glorificação da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas. Nem permite que seja a responsabilização e não a moral, a criar novas configurações de poder e de conhecimento. Só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que as muitas identidades marginalizadas podem também, finalmente reconfigurar a noção de conhecimento: Quem sabe? Quem pode saber? Saber o quê? E o saber de quem? (Kilomba, 2020, p.7)

Não haver dados demográficos étnicos ou referentes a raça é um dado sobre como o país tem lidado com as relações interracialis e já acarreta limitação ao intento de produzir uma investigação que aborda a violência de género enquanto um fenómeno complexo e multideterminado, e não assentada em uma noção unidimensional de género, por isso, reiteramos chamar de violência contra as mulheres, e não “à mulher”, assim como, na maior parte das vezes, nos referimos ao fenómeno como violência com base no género, já que, pessoas de géneros fluídos, que não se conformam no binarismo de género, poderiam estar sem representação ao falarmos apenas em violência contra as mulheres, de modo a romper com os essencialismos e a visão homogeneizante perigosa ao desenvolvimento do conhecimento científico.

A partir das contribuições advindas dos trabalhos analisados buscar-se-á problematizar a separação categorial (Lugones, 2008) teórico-prática, entre as inseparáveis questões de



gênero, raça e de classe, já que é insuficiente atuar sobre os problemas sociais engendrados por tais paradigmas de modo segmentado.

O empenho em investigar sobre prevenção da violência de gênero se justifica na urgência crescente de engajar o conhecimento científico desenvolvido nesta instituição, e nesta área, Ciências da Educação à serviço da produção de saídas para um fenómeno social que tem raízes estruturais, o que também está relacionado ao que já foi iniciado em meu percurso no Domínio do atual Mestrado, em “Educação, Comunidades e Mudança Social”<sup>3</sup>, o qual tem como um dos objetivos, o desenvolvimento da competência de intervenção: “de consultoria ao desenvolvimento de iniciativas e políticas de educação/formação, nomeadamente no âmbito das cidades educadoras, da vida das escolas, da igualdade e diversidade, da proteção social, da produção e acesso à cultura[...]” (FPCEUP, 2021).

Diante da factual realidade de violência de gênero em diferentes partes do mundo, nos questionamos acerca da inter-relação de um fenómeno que atravessa as relações intersubjetivas, mas que remete a questões estruturais, como a própria produção do sistema capitalista e os eixos de poder que perpassam as relações humanas. Reduzir a violência de gênero somente para algumas mulheres ainda não é transformador dos efeitos do padrão imposto desde a colonização das Américas a partir do qual alguns/mas tiveram o direito à existência usurpado em nome da dominação, acumulação e “desenvolvimento” de quem criou tal padrão e expedições, a Europa (Albuquerque & Camblé, 2020; Reis, 2020; Moretti & da Rosa, 2018).

É diante da histórica, mundial e endêmica violência de gênero, assentada em normas sociais desiguais, de modo a afetar mais a mulheres não-brancas e às que advém de países “menos desenvolvidos”, diante à implicação de investigadora em uma inserção no contexto universitário português que usufrui de vantagens epistêmicas (e não só) - que nasce o ímpeto de investigação deste trabalho. Questionamos, assim: De quais referenciais deve partir uma proposta de prevenção da violência de gênero para que esta produza transformação social?<sup>4</sup> Suspeitamos que não seria dos mesmos homens advindos dos mesmos cinco países (França,

<sup>3</sup> Relembro a importância dos debates e das reflexões tidas no âmbito deste domínio, presidido pelo Prof. Henrique Vaz, Pedro Ferreira e Orquídea Coelho sobre as investigações partem das Narrativas e da Experiência para a construção dos objetos de investigação. Empenhando-me, aqui, agora, na produção de ciência educativa que parta de narrativas e experiências de feministas negras e de(s)coloniais a fim de prevenir a violência de gênero nacional e internacionalmente.

<sup>4</sup> propostas transformadoras a partir do modelo de justiça social de Fraser, Nancy (2001). Segundo a autora, “raça” e “gênero” são paradigmas bivalentes, possuem uma estrutura econômica-política e dimensões culturais-valorativas. Para traçar saídas a injustiças em paradigmas bivalentes, pode-se seguir por soluções afirmativas ou soluções transformativas. As saídas transformativas envolvem a desconstrução da estrutura cultural-valorativa subjacente.





Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália)<sup>5</sup>, em um padrão de produção de conhecimento acadêmico ocidental. De modo a traçar o giro decolonial em um posicionamento crítico e situado de produção de ciência feminista, elegemos as contribuições teórico-práticas dos feminismos negro e de(s)colonial.

Quanto aos marcadores de raça, etnia, cor, identidade de gênero e orientação sexual, as representações hegemônicas do feminismo contemplam geralmente as mulheres brancas, cisgênero e heterossexuais; suas representações subalternas se referem às mulheres negras, mestiças, indígenas e “chicanas”, sejam elas transgênero, não binária, homossexual, bissexual (Ballestrin, 2017).

Quanto à classe, representações predominantes enfocam mulheres de classes médias e altas, sendo as mulheres pobres, sua representação subalterna oposta. As mulheres escolarizadas e com formação acadêmica são as mais consideradas pelo feminismo predominante, o que tem como efeito que postos de trabalho mais marcados pela precariedade e pela exploração são ocupados por mulheres representadas nos feminismos subalternos (Ballestrin, 2017, 2020). Recorremos, então, à crítica feminista terceiro-mundista de recusa à ocultação da agência dos feminismos das mulheres negras e do Sul conformando-as a representações de vitimização, violência e pobreza, enquanto o feminismo predominante supostamente seria o motor da libertação, da emancipação e do desenvolvimento da autonomia das mulheres (Ballestrin, 2017).

As práxis feminista negra e de(s)colonial irão mostrar, de modo a adensar as buscas no campo investigativo-interventivo da violência de gênero, que as desigualdades de gênero possuem estreita relação com o processo de colonização de uns povos por outros no globo. Para investigarmos e interirmos sobre a violência de gênero, não é suficiente observarmos as relações entre homens brancos e mulheres cis brancas nem em considerar a categoria mulher como equivalente ao conjunto de mulheres cis-brancas, ou mesmo achar que é possível lidar com tal fenômeno como apartado das relações interraciais, da divisão da sociedade em classes sociais vigente no sistema capitalista eurocentrado (Carneiro, 2003, 2005; Crenshaw, 2002; Collins, 2019; Lugones, 2008, 2014; Miñoso et al., 2014; Segato, 2011, 2012; Werneck, 2013) Nesse sentido, faz-se necessária uma releitura da modernidade capitalista colonial moderna. Afinal, a imposição colonial do gênero atravessa questões sobre ecologia, economia, governo, relacionando-se ao mundo espiritual e ao conhecimento, bem como atravessando práticas quotidianas que habitam as pessoas a cuidar do mundo ou a destruí-lo (Lugones, 2014).

<sup>5</sup> Ver mais sobre a crítica a estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas em Grosfoguel, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI\* \* Versão modificada do artigo "The structure of knowledge in westernized universities: epistemic racism/sexism and the four genocides/epistemicides of the long 16th century", publicado no Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge, v. XI, issue 1, 2013, p. 73-90. Traduzido por Fernanda Miguens, Maurício Barros de Castro e Rafael Maieiro. Revisão: Joaze Bernardino-Costa. . Sociedade e Estado [online]. 2016, v. 31, n. 1 [Acessado 4 Outubro 2022] , pp. 25-49. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>>. ISSN 0102-6992. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>.





## Metodologia

Este estudo realiza-se por meio de revisão de literatura, o levantamento foi feito no *Google Scholar*, a partir de artigos que abordassem a prevenção da violência de género em intersecção com feminismo decolonial e/ou feminismo negro no período de junho de 2020 a outubro de 2021. Priorizamos trabalhos que estavam em formato de artigo, havendo algumas exceções para livros, dissertações, teses e trabalhos completos.

O ponto de partida para esta investigação tem como aporte as contribuições de movimentos sociais, políticos e científicos, principalmente no que concerne às críticas trazidas por feministas ao androcentrismo (Harding, 1996; Keller, 1985), ao eurocentrismo (Collins, 1990; Anzaldúa, 1987; Curiel, 2018; Santos, 2018), característicos da ciência moderna, e ao epistemicídio (Carneiro, 2011) feito ao saber dos povos originários e presente nas pesquisas tradicionais. Partindo da necessidade de “descolonização do conhecimento”, abordada por Grada Kilomba (2016), assim como outras pensadoras feministas negras que abordam a importância de romper hierarquias instituídas por um discurso autorizado.

## Considerações finais

A interseccionalidade é vista como uma das estratégias de combate a opressões múltiplas e imbricadas, como uma ferramenta de luta política e uma forma de aprimorar as lentes teóricas de investigação de fenômenos complexos e multideterminados, como é o caso da violência de género. As discriminações com base na raça, no género, na classe e na sexualidade não são fenômenos mutuamente excludentes. Por meio do arcabouço teórico-prático feminista negro e de(s)colonial obtemos um modelo provisório para identificar várias formas de subordinação que refletem os efeitos interativos das discriminações interseccionais e a defesa da responsabilidade de lidar com os antecedentes e os efeitos dessa discriminação.

Nesse sentido, temos a interseccionalidade como um projeto de conhecimento e uma ferramenta política, já que a produção de tal conceito se refere às condições sociais de produção de conhecimentos e à questão da justiça social (Collins, 1990, 2016, 2019). A ideia de interseccionalidade pensada a partir da trajetória de denúncias e de lutas do feminismo negro consiste em promover políticas emancipatórias a fim de contribuir para uma sociedade menos injusta. Essa ideia é convergente com o trabalho feminista de(s)colonial, que tece análises críticas acerca do *sistema moderno/colonial de género* produzido a partir do entrelaçamento da cartografia do poder global com a estrutura econômica, política, as relações de trabalho e interpessoais.

Outro importante contributo advindo dos feminismos negro e de(s)colonial é o *empoderamento* de mulheres racializadas. Feministas negras aportam o empoderamento como um movimento de resposta ao estímulo externo mais do que o contrário. Elas afirmam a importância da *autodefinição* e da *autoavaliação* das mulheres negras como tema importante que



permeia declarações históricas e contemporâneas do pensamento feminista negro. Autodefinição requer o desafio ao processo de validação do conhecimento político advindo das imagens de controle produzidas em um sistema moderno/colonial de gênero. A autoavaliação corresponde ao conteúdo das autodefinições das mulheres negras, que substituem imagens externamente definidas por imagens autênticas de mulheres negras (Berth, 2018; Collins, 1990, 2016).

Feministas negras têm questionado não apenas o que tem sido dito sobre mulheres negras, mas também a credibilidade e as intenções daqueles que detêm o poder de definir. Quando mulheres negras se definem a si próprias, rejeitam a suposição de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições. Independentemente do conteúdo das autodefinições de mulheres negras, o ato de incentivar a autodefinição delas valida o seu poder enquanto sujeitos humanos.

Embora a dominação seja inevitável como fato social, nos espaços sociais nos quais as mulheres negras falam, participam e têm a possibilidade de gerir livremente, há diminuição dos efeitos da ideologia dominante. A esfera de discurso relativamente seguro, embora restrita, é uma condição necessária para a resistência das mulheres negras.

## Referências

70

Albuquerque, R. M. M., & Camblé, V. L. (2020). “OME SA OME” E “MWALA SA MWALA”: AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NAS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES SANTOMENSES. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, 5(10).

Anzaldúa, Gloria. (1987). *Borderlands/La Frontera*. San Francisco: Spinsters/Aunt Lute Press.

Amaral NA, Amaral CA, Amaral TLM. (2013). Mortalidade feminina e anos de vida perdidos por homicídio/agressão em capital brasileira após promulgação da Lei Maria da Penha. *Texto contexto - enferm.* 22(4):980-988.

Ballestrin, Luciana (2017). Feminismos subalternos. *Revista Estudos Feministas*, 25, 1035-1054.

\_\_\_\_\_(2020). Feminismo de (s) colonial como feminismo subalterno Latino-Americano. *Revista Estudos Feministas*, 28.

Berth, J. (2019). *Empoderamento*. Pólen Produção Editorial LTDA.





Carneiro, A. Sueli. (2003). Mulheres em Movimento. Estudos Avançados, 17 (49). Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24 de agosto de 2021.

\_\_\_\_\_(2005). A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, SP.

Catharine R. Stimpson, (Compiladoras). ¿Qué son los estudios de Mujeres? México: Fondo de Cultura económica.

Charlot, B. (2006). A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. Revista Brasileira de educação, 11, 7-18.

Collins, P. H. (1990). La política del pensamiento feminista negro. En: Maryssa Navarro y

\_\_\_\_\_(2016). Aprendendo com a outsider within. Sociedade e Estado, 31, 99-127.

\_\_\_\_\_(2019). Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Boitempo editorial.

Connell, R. W. (2005). Change among the gatekeepers: Men, masculinities, and gender equality in the global arena. Signs: Journal of Women in Culture and Society, 30(3), 1801-1825.

Curiel, Ochy. (2018). Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. Trad. Larissa Ferreira. Descolonizar o feminismo [recurso eletrônico]: VII Sernegra / Paula Balduino de Melo [et al.], organizadora. – Brasília: p.32-51.

Crenshaw, Kimberlé. (2002) “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero,” Revista Estudos Feministas 10: p.171-188.

do Amaral, M. E. P., Rocha, P. M., & Claro, P. C. (2021). " Um vírus e duas guerras": por uma cobertura jornalística feminista e decolonial. Discurso & Sociedad, 15(1), 143-165.

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. (FPCEUP). Mestrado em Ciências da Educação. Disponível em [https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/cur\\_geral.cur\\_view?pv\\_curso\\_id=815&pv\\_origem=CAN](https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/cur_geral.cur_view?pv_curso_id=815&pv_origem=CAN). Acesso 14/10/2022.



Gonzaga, P. R. B., & Cunha, V. M. (2020). Uma Pandemia Viral em Contexto de Racismo Estrutural: Desvelando a Generificação do Genocídio Negro. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40.

Grosfoguel, L, Ramón. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31, 25-49.

HARDING, Sandra. Del problema de la mujer en la ciencia al problema de la ciencia en el feminismo. In: *Ciencia y Feminismo*. Capítulo I. Madrid: Ediciones Morata, S.L., 1996, p. 15- 27.

Keller, E. F. (1985) *Reflections on gender and science*. New Haven: Yale University.

Kilomba, G. (2020). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Orfeu Negro. ISBN: 9789899071230

Lugones, M. (2008). Colonialidade e gênero. *Tabula rasa*, (9), 73-102.

Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22, 935-952.

Magalhães, Maria José. (2005). A violência nas relações de intimidade - Um contributo para a definição de alguns conceitos. CIIE, FPCEUP.

Magalhães, Maria José. Teixeira, Ana Margarida. (2016). Introdução Geral. *Prevenir a Violência Construir a Igualdade*. UMAR, Porto: p.7-16.

Meneghel, S. Mueller, B. Collaziol, M. et al. (2013) Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.3, pages: 691-700.

Mignolo, Walter (2003) *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: EDUFMG.

\_\_\_\_\_ (2007). El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In S. C. Gómez & R. Grosfoguel (Orgs.), *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 25-46). Bogotá: Siglo del Hombre Editores ; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporâneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

Miñoso, Yuderkys Espinosa; Correal, Diana Gómez; Muñoz, Karina Ochoa. (2014). “Introducción”. In: Miñoso, Yuderkys Espinosa; Correal, Diana Gómez; Muñoz, Karina





Ochoa (Eds.). Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Universidad del Cauca.

Moretti, C. Z., & da Rosa, G. R. (2018). Descautivar o pensamento pedagógico latino-americano:(Des) colonização e (Des) patriarcalização a partir da crítica feminista. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 3(4), 1105-1127.

Organização Mundial de Saúde (2021). Devastadoramente generalizada: 1 em cada 3 mulheres no mundo sofrem violência. Disponível em <https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>. Acesso em 11 out 2021.

Quijano (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americana*, pp. 227-278. Buenos Aires: Clacso.

Reis, S. D. S. (2020). A (In) visibilização da mulher negra em Portugal-a dupla discriminação silenciada (Doctoral dissertation).

Santos, C. M. D. (2017). Uma década de lei Maria da Penha: percursos, práticas e desafios. /Isadora Vier Machado (Org) – Curitiba: CRV.

Santos, V. M. D. (2018). Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicologia & Sociedade*, 30.

Segato, Rita Laura. (2011).“Femigenocídio y feminicídio: una propuesta de tipificación”. Comunicação Oral. II Encuentro Mesoamericano de Estudios de Género y Feminismos, Ciudad de Guatemala.

Segato, Rita Laura. (2012). « Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial », e-cadernos CES [Online], 18 | 2012, colocado online no dia 01 dezembro 2012, consultado a 30 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/1533> ; DOI : 10.4000/ eces.1533

Werneck, Jurema. (2013). Mulheres Negras: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil.

# TRABALHO SEXUAL E VIOLÊNCIA NA PRÁTICA DA PROSTITUIÇÃO: REFLEXÕES EM DIÁLOGO COM GAROTAS DE PROGRAMA DE FRANCA-SP

Marcela Dias Barbosa<sup>1</sup>  
Cinthia de Cassia Catoia<sup>2</sup>  
Patricia Cristina de Oliveira<sup>3</sup>

## Introdução

O ativismo das garotas de programa<sup>4</sup>, no cenário brasileiro e internacional, a partir das reivindicações pelo reconhecimento do trabalho sexual e pela ampliação na conquista de direitos, realizaram distinções precisas entre a prática da prostituição e a violência sexual. Esse processo foi marcado pelo reconhecimento público e político das mulheres prostitutas e pelos questionamentos de atributos negativos que ainda associam o trabalho sexual às ideias de promiscuidade, degradação moral, ameaça, contaminação, criminalidade, entre outros.

Neste artigo, interessa-nos discutir as percepções de garotas de programa sobre as dificuldades na garantia da proteção/punição contra a violência a que estão submetidas no contexto desigualitário da prostituição. A reflexão proposta desenvolveu-se em diálogo com as epistemologias feministas e tangenciou as contribuições do pensamento de Adriana Vianna e Laura Lowenkron (2017, p. 2) sobre o “duplo fazer do gênero e do Estado”, que será abordado adiante. Em relação ao material empírico, analisamos as narrativas presentes em três entrevistas semiestruturadas realizadas com garotas de programa - Beth, Roberta e Luciana<sup>5</sup> -, usuárias do “Centro de Prevenção em DST/Aids”, na cidade de Franca-SP, entre os meses de outubro de 2015 a julho de 2016.

As entrevistas foram organizadas sob três eixos: o primeiro abordou como as garotas de programa veem o trabalho da prostituição, quais os aprendizados acumulados, as negociações, os limites e regras existentes e as estratégias para que sejam cumpridas; o segundo eixo trata a questão da violência no trabalho sexual e fora dele; o terceiro desenvolve a credibilidade das prostitutas frente ao reconhecimento social e jurídico das violências perpetradas tanto dentro como fora do trabalho, também as noções que apresentam sobre o sistema de justiça criminal e, nos contextos de violência, como perpassam as ações ou omissões das instituições estatais.

## O jeito que “eles” pensam: a violência e a generificação do Estado

Nesta seção, abordamos a questão da violência que garotas de programa enfrentam no trabalho e fora dele e, principalmente, qual o sentido que nossas interlocutoras - Beth, Roberta e Luciana - dão à violência e à ação ou omissão das instituições estatais. Ainda, argumentamos que a violência narrada por elas pode ser lida como efeito da generificação

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Direito pela Universidade de Granada. profmarceladiasbarbosa@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília (PPGD-UnB). cinthia.c.catoia@gmail.com

<sup>3</sup> Psicóloga pela Universidade de Franca. psi.patriciaoliveira@outlook.com

<sup>4</sup> Uma diversidade de maneiras é usada na literatura específica para nomear as mulheres que realizam prostituição. Essas diferenças de termos não expressam apenas uma mudança terminológica, mas também a visão de mundo e entendimento que as mulheres têm sobre si e sobre a prostituição que desempenham. Em Franca-SP, as garotas se autodenominavam de garotas de programa, assim o nomearei aqui, intercalando com termos que dão a ideia da prostituição como trabalho.

<sup>5</sup> As entrevistas foram gravadas, transcritas e todos os nomes das entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios com a finalidade de manter o anonimato.



do Estado, que se distribui em representações, atos e práticas em torno da prostituição e da violência sexual.

Iniciamos a reflexão observando que, para nossas interlocutoras, o sentido da violência sexual vincula-se diretamente com o rompimento por parte dos clientes dos limites estabelecidos para a realização do programa e que a dificuldade de denúncia/punição dessa prática recorrente relaciona-se à dificuldade e resistência das instituições de justiça criminal em reconhecê-la como violência sexual.

Beth conta sobre a dificuldade de policiais entenderem as narrativas das prostitutas sobre a violência sexual. Um dia disse que foram à delegacia dar notícia de um caso de estupro e eles já perguntaram: “estuprada no quê?”. Beth, impaciente, olha para mim, e responde como se estivesse falando para os agentes: “gente, mas vocês pensam que estupro é só no quê? Na perereca?” E enumera muitas outras formas, além da penetração, que configuram a violência sexual: “vão com pau, garrafa, enfiam, sem preservativo, com faca no pescoço, com revólver, não é desse jeito que vocês estão pensando.” O jeito que “eles” pensam o estupro não é compatível com as inúmeras narrativas, sentidos e resistências manifestadas pelas mulheres. No mesmo sentido, Luciana narra que, no caso em que seu cliente a agrediu e tentou sexo à força, sem proteção, preferiu não acionar nenhuma instituição porque sua amiga disse que “não ia resolver”. E tenta ser enfática quanto à obviedade de sua opção: “porque se você chegar lá e falar: ‘eu sou garota de programa, ele fez um programa comigo e não me pagou.’ Ele vai falar que não. Como você vai provar que sim?”.

Rita Segato (2010), sobre o tratamento jurídico dado crime de estupro no Brasil e a dificultada de denúncias de violência feita pelas prostitutas, assinala os casos, por exemplo, de clientes que retiram o preservativo sem consentimento prévio da trabalhadora do sexo, resistem ao pagamento, como relatado por Luciana, ou impõem práticas não acordadas na contratação do serviço, ainda não são reconhecidas pelas instituições jurídicas, como estupro ou violação. Ainda, marca a narrativa de nossas interlocutoras o não reconhecimento da prostituição como um trabalho como outro elemento que justificaria o tratamento que garotas de programa recebem das instituições de justiça criminal. A esse respeito, Beth, ao relatar a falta de proteção institucional, entende que o descaso com as prostitutas se vincula à visão que os agentes têm da profissão: falam que o que fazem é “vadiagem”.

Às vezes tem cliente que te oferece 100 reais na noite, mas é rapidinho e você vai, mas aquele que te oferece muito, você não sabe se vai receber. E quanto à polícia, tem uma vantagem e uma desvantagem, ela não dá proteção, pra garota de programa, não dá. Isso aconteceu da mulher me tirar do carro e me fazer voltar, a gente parar em delegacia, essas coisas, mas várias garotas de programa que já foram estupradas, a gente chama a polícia e eles falam que a gente está fazendo vadiagem, mas não é isso, a gente não bate na porta de ninguém, eles que vêm atrás.

Do mesmo modo, quando questionada sobre como achava que a Polícia iriam agir em caso de denúncia sofrida no contexto do trabalho sexual, Luciana responde:





Depende, eu acho que vai pela mente da pessoa, do delegado. Porque eu acho que foi um abuso dele, uma falta de respeito comigo fazer isso, porque é o meu serviço. Tem gente que não vê como serviço. “Que serviço o quê? Que você está indo trabalhar o quê? Isso é trabalho de gente?”, tem muita gente que fala isso. Até pessoas da minha família mesmo já falaram isso para mim: “isso não é um trabalho, que trabalho? De onde você já viu falar que isso é um trabalho?”. E eu acho que depende da mente. [...] É muito preconceito, eu acho. Que poderia ali na hora “eu vou resolver” e não resolvesse nada.

O “fazer vadiagem” se refere tanto ao estereótipo criado sobre a prostituição como ao tratamento penal oferecido às garotas de programa. A “Contravenção de Vadiagem”, instituída a partir de 1942 e revogada no ano de 2012, durante um longo período foi utilizada, em todo o Brasil, para perseguir prostitutas. Diana Helene Ramos (2015) em pesquisa sobre as mulheres “pretas, pobres e putas” e a segregação urbana da prostituição em Campinas, no Jardim Itatinga, comenta a perseguição policial, a violência e a tentativa de expulsão das trabalhadoras da área central da cidade. A referida autora, assim como aparece no relato de Beth, diz que a prostituição era enquadrada automaticamente na contravenção penal de vadiagem, pois partiam da premissa de que este não era um trabalho, mesmo que não existisse uma lei que determinasse e descrevesse especificamente a prostituição enquanto crime no Brasil (RAMOS, 2015, p. 58).

Diana Helene (2015, p.59) indica que a “Lei das Contravenções Penais”, com as delegacias, criadas em 1924, e a “Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos” ampliaram o controle e a repressão em relação à prostituição. Foram as que mais utilizaram o “recurso do controle de território” buscando garantir a separação entre o exercício da prostituição e os espaços valorizados da elite, além de assegurar maior controle sobre as garotas de programa na cidade. A “pacificação” da vida urbana brasileira afetou pessoas que exerciam atividades específicas no espaço público, dentre elas: prostitutas, aqueles considerados “vagabundos”, biscateiros, desempregados, boêmios e moradores de rua. A partir de discriminações de raça, gênero, orientação sexual, classe social eram selecionadas/os as/os desviantes suscetíveis de sofrer os abusos policiais (RAMOS, 2015, p.56). Tal associação fica evidente na descrição da contravenção:

Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena - prisão simples, de quinze dias a três meses. Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena (LCP - Decreto Lei nº 3.688 de 03 de Outubro de 1941, Código Penal Brasileiro - C.P.B.).

Ainda que não ocupassem uma atividade ilícita, as mulheres prostitutas eram (ainda são) selecionadas junto de outros “desviantes” expulsas, muitas vezes, pelo uso da força e da violência, impedindo a circulação em seus pontos de trabalho ou de moradia. Informe





realizado pela *Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe* (CARIBE, 2013, p.20) sobre o “Trabalho sexual e o impacto da clandestinidade” mostra que normativas, contraditórias em relação ao estatuto legal da prostituição, leva ao que chamam de clandestinização da profissão. Isso permite com que as forças de segurança tenham uma posição de poder e arbitrariedade em relação às mulheres trabalhadoras do sexo e exerçam modalidades de extorsão para que possam desenvolver a atividade. Do mesmo modo, Gayle Rubin (2003) pontua que a criminalização, ainda que indireta, subjacente ao trabalho sexual, que só podem operar em lacunas legais, tornam as trabalhadoras do sexo ainda mais vulneráveis à exploração e as distintas formas de violência, como as relatadas pelas interlocutoras do trabalho.

Ao não reconhecimento da prostituição como um trabalho, soma-se o “preconceito” da família e do círculo de amigos também presente na delegacia. A opinião de Luciana sobre a Polícia demonstra que ali pode estar mais um “portão que se fecha” às garotas de programa e suas reivindicações devido à forte discriminação que se perpetua contra as trabalhadoras dentro das instituições. Neste contexto, comenta a credibilidade das mulheres que chegam às delegacias e a força de sua palavra:

Não sei, acho que se tivesse fácil e provado que ele não me pagou, mas ele poderia negar que não fez programa comigo. Como ele falou, eu falei: “vou chamar a polícia para você”, ele: “então chama, tem prova que tive relação com você? E se eu falar que não tive?”. E realmente, como vai provar? [...] Eu acho que não (teria força o relato), pelo motivo de eu ser uma garota de programa, acho que não. Depende. Tem muita gente hoje que defende. Como antigamente não tinha muito quem defendia as mulheres, mas hoje tem. Mas sei lá. Eu acho que não, na minha mente não. Porque acho que é um caso para eles muito simples, uma garota de programa querendo receber, o problema é dela, sei lá. Por isso que eu não quis fazer. Muita amiga minha falou: faz boletim de ocorrência contra ele, que já aconteceu isso com muita menina, que não sei o quê. Falei: “não, deixa isso quieto, vou fazer nada não.”

77

Para Luciana, apesar de ser “comum”, “frequente” e parte integrante das relações construídas socialmente, “todo mundo critica”, “xinga”, “fala mal” e “maltrata” as garotas de programa. Ainda de acordo com Luciana, isso acontece muito “pelo preconceito” que as atinge por meio da violência moral, física, sexual e institucional.

O exemplo desenvolvido deixa evidente essa problemática: as mulheres prostitutas perdem sua credibilidade e dificilmente podem reivindicar o lugar de vítima oferecido pelas leis penais pelo fato de exercerem uma profissão moralmente reprovável. Então, uma lei que trate sobre a violência contra as mulheres pode funcionar “para uma mulher comum, com um marido”, mas, dificilmente protegerá uma garota de programa. Isso porque, as narrativas hegemônicas sobre violência sexual são elaboradas a partir de relações desiguais de poder, reforçando-as. Criam-se padrões assentados nas ideias socialmente construídas sobre o sexo heterossexual cuja dependência entre a passividade e a agressividade diz respeito aos padrões a serem





seguidos, consecutivamente, por mulheres e homens. Daí a dificuldade das mulheres em comprovarem uma relação não consentida, pois ‘no imaginário social, em especial, quando são consideradas promíscuas, devem servir sexualmente aos homens’ (BARBOSA; CATOIA; SOUZA, 2021, p.5).

A violência e discriminação vivenciadas pelas garotas de programa também estão atravessadas pela separação entre as mulheres prostitutas e as mulheres casadas, as “santas”. Dito de outro modo, estão atravessadas por normas e imaginações de gênero que ditam quais são as mulheres possíveis de serem protegidas pelo Estado ou pelo direito: mulheres “honestas”, casadas, brancas, de classe média. Nessa mesma lógica binária de mulher prostituta e mulher santa, reforçam-se os binarismos de verdade/mentira, culpa/inocência, honesta/desonesto, consentimento/não consentimento, que não apenas desacreditam as narrativas de garotas de programa, como também estruturam a violência contra mulheres que ousam, em suas práticas e experiências, romper com a sexualidade exercida apenas no interior do casamento e nos limites dos relacionamentos heteronormativos (SMART, 1989). Cabe observar ainda que, nas narrativas de Beth, Roberta e Luciana, figuras como “o delegado”, “o policial”, “o promotor”, “o juiz”, “o homem rico”, ora encarnavam as instituições estatais, a violência institucionalizada e a noção criada sobre o trabalho sexual, ora eram posicionados como clientes, alguns desrespeitosos e outros submissos à “voz de comando” das garotas de programa, a suas habilidades pra “entrar na mente” e conduzir as situações. Nas palavras de Roberta, uma das interlocutoras no trabalho:

[...] o próprio delegado que tem preconceito na delegacia é o que vem aqui no puteiro. Aqui ele não tem preconceito, aí na hora que ele vai lá [na delegacia], ele tem. [...] Muitas mulheres não procuram a delegacia e não é só por medo. É por causa de, tipo assim, o que eu vou fazer lá? Vou falar que eu estava no puteiro e o cara, tipo assim, nada a ver.

Essas narrativas exigem um olhar crítico sobre os modos de o Estado produzir, afetar e confeccionar “relações, representações e performances de gênero”, e, ao mesmo tempo, sobre os modos de o gênero materializar e compor o próprio Estado, ou seja, exige compreender a relação entre gênero e Estado como “dinâmica mutuamente produtiva”, ou, nos termos de Adriana Vianna e Laura Lowenkron (2014, p. 4) como um “duplo fazer do gênero e do Estado”.

As dinâmicas, práticas e imaginário generificados que atravessam a vida social existem, tornam-se viáveis e inteligíveis pela ação do Estado que, além de instaurar obrigações públicas e de regulação social, atravessa o cotidiano dos sujeitos e se faz presente de diversas maneiras. Desse modo, não é possível pensar gênero “fora do Estado”, nem mesmo processos de formação e ação do Estado “que não sejam atravessados por dinâmicas, gramáticas e/ou dispositivos generificados” (VIANNA; LOWENKRON, 2014, p. 3).

Cabe observar que o Estado não é apenas atravessamento das dinâmicas de gênero e sexualidade. Quando pensamos nos crimes sexuais e especificamente, no crime de estupro,





os aspectos raciais serão parte integrante do debate na arena pública, dos discursos hegemônicos e das práticas produzidas em torno da violência sexual. A sustentação do que pode ser validado como consentimento, violência, sofrimento e principalmente, elaborado como conduta a ser reprimida pelo braço forte do Estado serão direcionadas, em primeiro plano, pelas dimensões de raça, classe e suas articulações com sexo/gênero, entre outras presentes e possíveis.

Sem desconsiderar a importância da articulação dessas categorias para pensar as distintas experiências de violência sexual contra mulheres, nossa proposta, neste artigo, é chamar atenção para o efeito do estigma do trabalho sexual e seus desdobramentos na falta de garantia da proteção/punição contra a violência a que as garotas de programa estão cotidianamente submetidas.

Entender esses processos de estatização do gênero e generificação do Estado, conduz ao atravessamento de ambas as categorias - gênero e Estado - e aos múltiplos processos de fluidez e fixação<sup>6</sup> encarnados em pessoas concretas (ora “o policial”, “o juiz”, “o promotor”, “o cliente”, “o homem rico”, etc), instituições específicas, miudezas do cotidiano das trabalhadoras do sexo e os sentidos comuns produzidos. Nesse sentido, quando questionada sobre como vê o Sistema de Justiça, promotores/as, juízes/as, Beth, diz:

Nessa parte eu ainda não posso te explicar porque a gente ainda não foi se envolver com juiz, pedir pra ele deixar. Porque quando eu fui montar a parada gay aqui de Franca, o delegado quase comeu a gente vivo, já não queriam, nem todo mundo aceita. Então nessa parte, como eu te falei, sobre a sociedade, partir pro fórum, pedir, de a gente ter um lugar assim... acho que juízes e promotores jamais vão deixar.

79

O diálogo demonstra que os contatos com instituições estatais para discutir seu trabalho e a movimentação política na cidade deram-se com a Polícia. E a partir da visão que tem do delegado - autoridade que quase os “comeu vivos” ao proporem a parada gay na cidade - e de suas experiências no mundo da prostituição, conclui que “juízes e promotores jamais vão deixá-las terem um lugar assim”. Mesmo sem narrar seu envolvimento com outras instituições estatais, além da Polícia, percebe que se “partir pro fórum”, “pedir”, já sabe que não serão acolhidas em suas demandas.

Beth, por exemplo, ao descrever a atuação da polícia em casos de violência e morte de garotas de programa na cidade de Franca-SP, observa que várias mulheres já foram mortas “é uma aventura, você entra e não sabe... paga pra entrar e reza pra sair”, conclui, Beth. Depois que

<sup>6</sup> Segundo as autoras é “a partir desses jogos de fluidez e fixação que aparecem flutuações e variações de atributos morais e de gênero consignados ao Estado, fazendo com que seja possível nas mesmas situações tomá-lo como agressivo, violador e entidade responsável por danos sociais e afetivos profundos e referir-se a ele como instância protetora ou arena última de reparação desses mesmos danos” (VIANNA; LOWENKRON, 2018, p. 49).





matarem uma companheira sua e o “caso deu por encerrado”, diz que não batalha mais na noite porque, reafirma, “a polícia não faz nada”:

Nós estávamos todas trabalhando durante o dia, aí uma das meninas, que inclusive a minha filha é amiga dela hoje no Face, a Diana, roubou um cliente da zona, de Furnas, muito dinheiro. Chegou perto da menina, a baixinha, pediu a roupa dela emprestada, e ela falou, “eu te empresto, na hora que eu for embora eu te empresto”, aí ela usou a roupa da Diana, vestiu a roupa da outra que tinha roubado. Aí de noite um cara voltou, colocou ela na moto, chamou ela pra fazer um programa no mato, ela foi. Ele pegou uma chave de fenda e enfiou na cabeça dela, ficou chutando até atravessar do outro lado. Ficou por isso mesmo. A outra ficou e a outra que foi, aí parei de batalhar na noite, porque a Polícia não faz nada. Aqui de Franca não faz nada.

Roberta expressa os obstáculos ao acolhimento às garotas de programa que mesmo quando a violência ocorre na esfera familiar e doméstica, ou seja, fora do âmbito do trabalho, a proteção institucional não parece ser possível. Ela relata, em sua entrevista, que gostaria de sair de um relacionamento abusivo com o namorado, mas não tem condições de fazê-lo, pois teme que o namorado “atormente sua vida” e passe a persegui-la “nos puteiros”.

Ainda, relata suas próprias estratégias para conseguir o distanciamento do companheiro e deixa evidente que, entre elas, não é uma alternativa viável buscar uma delegacia. Fora do trabalho, não vê uma delegacia de polícia como lugar apropriado para o acolhimento e escuta das garotas, ou ainda, para a proteção de seus direitos. Assim, seu relato expõe os obstáculos ao acolhimento das garotas de programa nos casos de violência doméstica. Ela lembra que não é só por medo, mas sim, porque assim que sua imagem for associada à da prostituição, “o que vai fazer lá?”. Sabe que não será escutada e parece mais prudente privar-se das violências e do preconceito que pode experimentar ali. O próprio delegado que vai até o “puteiro” é o que pode recebê-la e discriminá-la dentro da instituição. Ou ainda, é o local onde pode se deparar com figuras como a do agente policial que foi seu cliente e rompeu com as regras acordadas em seu trabalho.

Reiteramos a ideia de Carol Smart (1977; 1989) sobre a capacidade e o poder do Estado e do direito em conformar a realidade e desqualificar a experiência das mulheres. No caso de Luciana, preferiu não procurar uma delegacia porque temia não ser escutada e, mais ainda, devido ao julgamento moral feito sobre a prostituição, poderia ser desacreditada, sem que tivesse outros elementos para provar a violência além de seu relato. Quando inserida em uma correlação de poder junto de seu cliente, “uma pessoa importante”, demonstrava que o contexto era desvantajoso às demandas apresentadas por uma garota de programa. A situação de violência narrada e vivenciada provavelmente seria interpretada como um problema a ser resolvido fora das instituições estatais.

Judith Butler nos lembra que muito frequentemente a impunidade das violências e assassinatos de mulheres está incorporada à estrutura jurídica, o que significa que não receber a denúncia, ameaçar quem denuncia ou mesmo não reconhecer a violência como crime



perpetua essa violência contra mulheres e “dá licença para matar” (BUTLER, 2020, p. 146). Nesse caso, é preciso situar as violências narradas por Beth, Roberta e Luciana no próprio ato, mas também, como assevera Butler, é preciso visualizá-la “na sequência de recusas jurídicas” (BUTLER, 2020, p. 146) - como a da instituição policial - em reconhecer, investigar e punir as violências e mortes de garotas de programa.

### Considerações Finais

As narrativas de Beth, Luciana e Roberta discutidas neste artigo dão aportes para refletir os olhares e as experiências das garotas de programa sobre as instituições estatais. Diante dessas narrativas, observamos que a estigmatização das garotas de programa, a criminalização mesmo sem amparo legal são motivos suficientes para a incompatibilidade de suas versões sobre violência sexual e em relação à poderosa voz do Estado, que estabelece a única versão a prevalecer como verdade dos eventos.

Beth, afirmou que a Polícia não oferece nenhuma proteção para as violências que sofreu e, ainda, narrou episódios em que outras garotas de programa sofreram graves abusos sem amparo legal. Já Luciana e Roberta, diante de situações de violência, não viam como um caminho, para resolução de seus conflitos ou de proteção, a tutela penal oferecida.

A ideia de que a prostituição não é um trabalho e a discriminação contra as prostitutas marcam essas narrativas. O “preconceito” entre amigos, familiares, conhecidos, desconhecidos, clientes é o mesmo que encontram nas delegacias. Ali, podem ser moralmente julgadas e desacreditadas por exercer uma profissão que rompe com os códigos e as normas de gênero. Interessa sublinhar que a Polícia é a principal instituição citada pelas garotas, o que por si só, comunica sentidos em relação ao tratamento dispensado às profissionais.

Os saberes de Beth, Luciana e Roberta nos permitem supor que, diante de tal contexto, a garantia de segurança e o enfrentamento às violências vivenciadas são tecidas nas redes de proteção mútua existentes nos espaços de trabalho.

### Referências

BARBOSA, Marcela Dias; CATOIA, Cinthia de Cassia; SOUZA, Mariane Destefani. (2021) “Prostituição, Direito e Feminismos: Reflexão sobre o crime de estupro no Brasil.” *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 3 (29), pp.1-11.

BUTLER, Judith. *A força da não violência: um vínculo ético-político*. São Paulo: Boitempo, 2021.

LOWENKRON, Laura. “Menina ou moça? Menoridade e consentimento sexual.” *Densidades*, Rio de Janeiro, 4 (10), pp.9-18, 2016.





RAMOS, Diana Helene. "*Preta, pobre e puta*": a segregação urbana da prostituição em Campinas-Jardim Itatinga. Rio de Janeiro, 339 f. Tese (Doutorado) – Em Planejamento Urbano e Regional, (Universidade Federal do Rio de Janeiro), 2015.

CARIBE, Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y El. *Estudio sobre estigma y discriminación en los servicios de salud a las mujeres trabajadoras sexuales en América Latina y el Caribe*. Nicaragua: Redtrasex, 2013.

RUBIN, Gayle. "Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade". *Cadernos Pagu*, n. 21, pp. 01-88, 2003.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

SMART, Carol. *Feminism and the power of law*. Nova Iorque: Routledge, 1989.

SMART, Carol. *Woman, crime and criminology: A feminist critique*. Nova Iorque: Routledge, 1977.

VIANNA, Adriana; LOWERNKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 51, pp.1-61, jan, 2017.

# LATINO-AMERICANAS ACORPANDO LUTAS CONTRA A MATRIZ CIVILIZATÓRIA DA MORTE: FEMINISTAS E FEMINISMOS COMUNITÁRIOS ECO-TERRITORIAIS ESPIRITUALISTAS (1980-2022)

Tânia Regina Zimmermann<sup>1</sup>

Nessa pesquisa perscruto perspectivas de pensamentos ecofeministas territoriais latino-americanos em sua historicidade evidenciando trajetórias individuais e de coletivos em cruzamentos interseccionais. Para tal propósito elenco Rosa Dominga Trapazo e o coletivo Talitha Cumi no Peru, Safina Newbery e o coletivo Urdimbre de Aquehua na Argentina, Mary Judith Ress no Chile, Ivone Gebara no Brasil e o coletivo Cons-pirando, Gladys Parentelli e o coletivo Gaia na Venezuela.

O recorte temporal estende-se a partir de 1980 a década de 1990 quando houve inúmeros eventos e encontros basilares para alçar as configurações de movimentos ecofeministas comunitários espirituais e da maior presença de teóricas e suas publicações sobre o tema. Proponho uma pesquisa bibliográfica e empírica (entrevistas) revisando distintas perspectivas conceituais e categorias (gênero, epistemicídio, terricídio, hetero-patriarcado, corpo-território, economia do cuidado, espiritualidades e interseccionalidades) que hodiernamente problematizam as relações de gênero em interseccionalidade com o meio ambiente e sua degradação em países da América Latina. Esses coletivos e ecofeministas arvoram um projeto ético e político que propõe uma alternativa à crise ecológica contemporânea, reconhecendo a existência do vínculo entre subordinação e violência contra a mulher e a destruição da natureza.

Apresentamos algumas perspectivas de pensamentos ecofeministas e coletivos que recuperam existências pautadas no bem viver, pois objetivamos compreender a emergência de ecofeminismos de base territorial e espiritual em diferentes contextos latino-americanos. O recorte temporal estende-se a partir dos anos de 1980 até o final da década de 1990 quando houve inúmeros eventos e encontros basilares para alçar as configurações de movimentos ecofeministas espirituais e da maior presença de teóricas, formação de coletivos e publicações sobre o tema.

Ivone Gebara no Brasil, Rosa Dominga Trapazo e o coletivo Talitha Cumi no Peru, Safina Newbery e o coletivo Urdimbre de Aquehua na Argentina, Mary Judith Ress no Chile, Gladys Parentelli e o coletivo Gaia na Venezuela nos trazem alguns atravessamentos em relação a religiosidade, espiritualidade e lutas ecoterritoriais. Imbricam-se aí as interseccionalidades com a cosmologia ancestral e releituras teológicas.

Apesar de sua aparição oficial após os anos de 1980, o ecofeminismo em *Abya Yala* tem sido pouco conhecido tanto pelas feministas quanto pelas próprias ecofeministas. Quando é mencionado nesta e em outras latitudes, geralmente é feito com a percepção da teologia ecofeminista.

O contexto das expressões teóricas e ações da teologia feminista e da teologia ecofeminista são marcadas pelo aprofundamento de políticas e governos neoliberais em *Abya Yala* e seus projetos destrutivos nas relações de trabalho, nos movimentos sociais e no meio ambiente. A Cúpula da Terra no Rio de Janeiro em 1992 é considerada um marco histórico de intercâmbio entre ecofeministas de *Abya Yala*, Vandana Shiva (PARENTELLI, 1992) e de movimentos indígenas por ocasião dos quinhentos anos da invasão europeia. Nesse período, um grupo de teólogas feministas rompe com os limites do antropocentrismo para construir

---

<sup>1</sup> Doutora em História Cultural pela UFSC e Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste- sob supervisão da professora Dr<sup>a</sup>. Ângela Meirelles de Oliveira. Email: tania22@uems.br



uma nova visão de mundo e utopia: a teologia ecofeminista em *Abya Yala* (RESS, 2002). Eram freiras influenciadas pela teologia da libertação, que não se dedicavam exclusivamente ao estudo, mas mantinham um trabalho político sustentado em comunidades pobres e marginalizadas no âmbito das Comunidades Eclesiais de Base.

Estas religiosas alentavam uma espiritualidade cujas atitudes centralizam a vida e a proteção dos mecanismos de morte. Isso implica em mudança interior de religião cósmica em busca de uma vivência que produza transformações no interior humano levando a integração de si, com os outros e o mundo. Vivência essa que não põe em oposição ao material, mundano, corpóreo, ao mundo natural e sim os assumam encarnado na vida numa elevação sublime. Suas religiosidades se interconectam com a diversidade de espiritualidades centradas em torno da ecologia e com o encontro com o equilíbrio ambiental, social, econômico e espiritual.

Em relação as práticas espirituais os rituais estão marcados com o compromisso de celebrar através da dança e de movimentos corporais sensações e sentimentos que celebram a vida, suas vidas e da ancestralidade. Nestas práticas procuram exercitar a conexão consigo mesmas e com a ambiência em que vivem, os ciclos das estações do ano, o planeta e o universo em práticas de meditação e de contemplação para nutrir suas espiritualidades.

Embora estas mulheres nas suas práticas em rede manifestem formas de meditação advindas da teologia cristã, também buscam o contato com a natureza, com a poesia, a música, as cores e a amizade. Para Ress (1998, p. 123) as relações pessoais com as outras mulheres são fundamentais, pois ali elas podem compartilhar tanto tristezas e sofrimentos quanto seus sonhos. Os círculos de mulheres se multiplicam em todos os lugares onde cada uma sente o apoio das demais, onde vivenciam um espaço de liberdade e cura.

Essas teólogas ecofeministas evidenciam o viés androcêntrico e antropocêntrico da teologia da libertação ampliando análises sobre os mecanismos de opressão ao incluir o corpo-território da mulher como lugar de reflexão e ação (RESS, 2002). Elas construíram a imagem do Deus antipatriarcal, revendo o significado da Trindade, do sagrado, dos atributos divinos, dos símbolos cristãos e desenvolveram uma hermenêutica feminista e trouxeram a visibilidade e interpretação de divindades femininas.

Ao perceber todas as formas de vida como sujeitos da ética e da atenção teológica emergem as experiências de mulheres pobres, exploradas, negras, indígenas e de dissidentes em interseções diversas. Gebara não é apenas uma intelectual militante de referência para as demais teólogas ecofeministas, as quais já fundamentavam seu trabalho político na experiência e construíram uma metodologia sobre o conhecimento corporificado e situado.

Estas ecofeministas espiritualistas articularam um trabalho coletivo e em rede para construir um espaço de articulação de ideias ecofeministas. Essa possibilidade surgiu no V Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, realizado na Argentina em 1990 (Parentelli, 1992a). Então no ano seguinte, nasceu Con-spirando, o coletivo ecofeminista mais influente de Abya Yala e promotor da revista de mesmo nome, no qual escreveram textos todas as ecofeministas desta pesquisa. A peruana Rosa Dominga Trapasso e a uruguaia-venezuelana Gladys Parentelli foram fundadoras de Con-spirando como também Judith Ress no Chile,





Ivone Gebara no Brasil e Safina Newbery na Argentina. É uma organização horizontal, plural e multinacional que articula os campos da espiritualidade, teologia feminista e ecofeminismo e não depende da academia ou de qualquer organização religiosa (GEBARA, 1999, 14).

Nesse coletivo-rede há diferentes espaços de formação, uma escola feminina, uma escola anual de verão de teologia ecofeminista e uma proposta metodológica de sensibilização para a transformação. Um dos eventos marcantes foi o curso de oito dias denominado: "Escola de Ética e Espiritualidade Ecofeminista, Mitos e Arquetipos", que ocorria anualmente em Santiago e também em outras cidades latino americanas.

Em 1993, fundaram o "Centro Capacitar", cujo objetivo era propiciar um centro de espiritualidade e de saúde integral, além de um espaço de oficinas, encontros e jornadas voltadas para mulheres, organizações de setores populares, grupos ecumênicos, comunidades eclesiais de base, etc. Esse centro contou com uma equipe integrada por profissionais de múltiplas especialidades como educadoras, teólogas, enfermeiras, especialistas em Reiki, antropólogas, psicólogas, biólogas, massoterapeutas, terapeutas corporais, etc., para atuar nos retiros espirituais ecofeministas.

O coletivo celebra ritos e mantém uma biblioteca virtual e tornou-se um dos epicentros da política ecofeminista no continente. Uma de suas fundadoras, Mary Judith Ress (2006), explica as principais contribuições do coletivo: 1) traz aspectos da violência teológica contra as mulheres, 2) renomeia o sagrado e reconectando-se com esse âmbito, 3) oferecendo uma teologia corporificada e 4) traz uma perspectiva ecofeminista para a teologia.

Desde a criação do coletivo Con-spirando em 1991 sistematizou-se na revista os esforços do trabalho coletivo e da rede de ecofeministas, teólogas ou não, que deixaram registro de suas contribuições e trocas vivenciais sobre visões da ecologia, espiritualidade e ética. Desde sua primeira edição, a revista se propôs a estabelecer uma rede regional de trabalho e de pesquisa. Também discutem a memória/história na perspectiva dos povos originários (mapuches, wakanakas, aimarás e maya quiche, mayas, guaranis, entre outros coletivos). Sobre a perspectiva da memória Guzman explica a diferença com relação ao ocidente e o feminismo branco:

Esta es una necesidad ineludible del feminismo comunitario como ejercicio de su autonomía epistemológica e histórica, recuperar la memoria descolonizándola, denunciando sus lecturas y clasificaciones arbitrarias, que plantean un feminismo de primera y otro de segunda, relación en la que ellas tienen que enseñar y nosotras tenemos que aprender, y "evolucionar" (2019, p. 18).

Para Guzman construir a proposta de um feminismo comunitário implica em reconhecer a memória da América Latina e do Caribe e principalmente a memória de comunidade a qual permite reconhecer que houve e há feminismos sistêmicos e antissistêmicos, ou seja, feminismos que buscam um lugar no sistema de opressão e outros que lutam contra ele. Segundo Guzman, as memórias ancestrais são vitais para construir movimentos comunitários e isto falta um pouco para o movimento feminista. "O movimento feminista, sobretudo na Europa, tem história, não tem memória. As feministas leem, estudam a história,





mas o que precisam fazer é alimentar a memória, a energia do corpo, a responsabilidade política.” (<https://catarinas.info/adriana-guzman-o-feminismo-comunitario-antipatriarcal-e-acao-politica-nao-teoria/> 2021, s.p.)

Essa perspectiva é incorporada pelo coletivo Cons-pirando que a partir de 1993, teve suas publicações em circulação trimestral. Cada edição continha cerca de 60 páginas, sendo que 40 delas eram dedicadas ao tema central de cada edição. A revista se manteve até a publicação de número 60 e hoje publica e informa através dessa página <http://conspirando.cl/>.

Con-spirando distribuiu sessenta números especiais nos quais abordou temas como aborto, AIDS, prostituição, corpo e teologia, direito ao prazer, manifestações culturais indígenas, arte, criatividade, comunidade, fertilidade e violência e violência doméstica. Seus volumes também versaram sobre economias de subsistência, a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em Copenhague em 1995, a economia ecológica, os processos de descapitalização ambiental, a economia solidária, o fim das armas e do militarismo, a divisão sexual do trabalho, fontes de energia, produção e distribuição sustentável de alimentos, ecovilas e agroecologia, atitudes suicidas e fundamentalismos, além de suas revisões históricas da IV Conferência Internacional da Mulher em Pequim, em 1995.

Esse conjunto de escritos aquiesceu os debates ecofeministas em Abya Yala. Há outros coletivos orientados para a teologia ecofeminista ligados ao Con-spirando, como Caleidoscópio e Católicas por el Derecho a Decidir no Uruguai, Gaia na Venezuela, o Núcleo de Mulheres e Teologia na Guatemala, o coletivo Talitha Cumi no Peru e o coletivo Urdimbre de Aquehua na Argentina. Todas as ecofeministas aqui elencadas na pesquisa escrevem ou escreviam para essa revista.

Estas ecofeministas espiritualistas em Abya Yala em sua maioria tiveram alguma relação com a Teologia da Libertação cujas ações e teorias interseccionais denotam que pouco se identificam com movimentos feministas sistêmicos. Elas assumiram um leque de posições, mesmo que individualmente, com base em diferentes fontes: teologia da libertação, teoria feminista, teoria ecofeminista americana, ecologia profunda, psicologia analítica junguiana e diferentes visões de mundo, cosmovisões indígenas, entre outras.

Ress (2006) pontua que esse leque de posições também ocorre internamente dada as hierarquias de gênero quer seja da igreja católica ou outra instituição religiosa em relação as posições heterodoxas em relação a deus e aos homens. Estas pensadoras e seus coletivos, além de um giro radical na teologia, também realizam um trabalho político nas comunidades e pessoas invisibilizadas, as quais estão expostas a violações estruturais e desigualdades e injustiças sociais. São essas feministas que acolhem outras mulheres mais pobres em bairros e lugares distantes e são as únicas que lá chegam para transcender a visão androcêntrica de mundo e asseveram princípios de justiça social, ética do cuidado, solidariedade e igualdade. Para Gebara:

Acontece que a opressão e a exclusão sofridas pelas mulheres parecem mais legitimadas por esse sistema baseado em uma hierarquia excludente baseada em gênero, raça, classe [...] uma posição ecofeminista para mim é uma posição política crítica baseada na luta antirracista, antissexista e antielitista. (GEBARA, 1999, p. 19).





É por isso que Gebara fundamenta seu discurso e seu pensamento na teologia ecofeminista como uma proposta crítica que, ousando conjecturar, de alguma forma inspirou a Encíclica *Laudato Si*. A teologia feminista latino-americana nasce de uma leitura com perspectiva de gênero da teologia da libertação, especialmente dos textos de Gustavo Gutiérrez e Leonardo Boff contrastados com o cotidiano de mulheres pobres, indígenas, excluídas, mães solteiras, enfermas, cuidadoras de enfermos e violados de diferentes maneiras.

Nas suas visões sobre o ecofeminismo, elas o entendem como pensamento e movimento social cuja conexão ideológica ocorre entre a exploração da natureza e a exploração das mulheres dentro do sistema hierárquico-patriarcal. Do ponto de vista filosófico e teológico, o ecofeminismo pode ser considerado como uma sabedoria que tenta recuperar o ecossistema e as mulheres. Estas foram relegadas pelo sistema patriarcal, e particularmente pela modernidade, a ser uma força de reprodução do trabalho como “ventres abençoados” enquanto a natureza se tornava objeto de dominação para o crescimento do capital. (GEBARA, 2000, p. 18). Mary Judith Ress (2002), entende o ecofeminismo como o reconhecimento de que a interdependência de todas as coisas é a realidade constitutiva do universo. Gebara (2000), alude que essa interdependência é o ponto-chave de uma epistemologia ecofeminista.

Nesse sentido, Rosa Dominga Trapasso (1993) esclarece que o feminismo acrescido do ecofeminismo e mais os vínculos entre todas as formas de opressão e violência, desde a opressão dentro da família até a destruição de o planeta aduziu não só a uma nova epistemologia e sim a novas coalizões de lutas.

Entre as pautas dessas ecofeministas destacamos o direito ao território, autonomia, soberania alimentar, reconhecimento dos direitos de mulheres (indígenas, rurais, camponesas, urbanas, negras), direitos sexuais e reprodutivos, autocuidado e autoconhecimento, novas visões no campo da espiritualidade e a formação de mulheres para fortalecer sua participação política foram alguns dos temas em pauta após o final da década de 1980 e continuam sendo pontos de articulação até o hodierno.

Entre as ações desses coletivos ecofeministas pontuamos o trabalho do grupo Con-spirando nas suas lutas antipatriarcal, antiimperialistas e antineoliberais. O coletivo Talitha Cumi no Peru, o coletivo Urdimbre de Aquehua na Argentina, e o coletivo Gaia na Venezuela. Em relação a espiritualidade relacionada a religiosidade cristã é possível observar uma crítica a um Deus monoteísta masculino que racionaliza a alienação do meio ambiente, ao estilo de vida capitalista ocidental de consumo, de guerras que destroem a comunidade biótica e os grupos comunitários mais empobrecidos que não dispõem mais o mínimo necessário para a vida. São esses empobrecidos os principais consumidores da religião patriarcal porque nela buscam consolo. Daí a importância da crítica ao ordenamento patriarcal, sem o qual o capitalismo não poderia existir.

O coletivo Talitha Cumi no Peru foi criado no ano de 1983 e teve como uma das co-fundadoras Rosa Dominga Trapasso. Segundo Trapasso o coletivo fazia reuniões duas vezes





por mês para reflexões, discussões e tomada de consciência da opressão nas vidas de mulheres de tradição cristã comunicando percepções, expectativas a outras mulheres.

No novo milênio dois temas assumiram grande relevância: ética, ecologia e ecofeminismo. Trapasso nos alerta que o ecofeminismo é muito mais do que apenas ser a favor da conservação de recursos. Ela acredita no potencial das mulheres, na capacidade criativa e sobrinhas de um mundo mais humanizado. espiritual para transformar a sociedade e deixar um mundo mais humanizado. Para ela, isso é um processo rumo a uma sociedade que rompa com o antropocentrismo e onde nos recoloquemos entre todos os elementos da criação. Não será um caminho fácil. É realmente uma política de resistência, uma luta pelo bem-estar do planeta, uma luta pela transformação de todas as relações sociais (TRAPASSO, 1999, p.4).

O coletivo Gaia foi fundado em janeiro de 1995 em Caracas na Venezuela e tem por fundadoras Rosa Trujillo e Gladys Parentelli. O grupo recebeu este nome a deusa grega da Terra e também uma denominação usada por biólogos para se referir ao planeta como um sistema que se comporta como qualquer organismo vivo. O conceito Gaia também é difundido para aqueles que buscam uma nova espiritualidade. O trabalho desse coletivo é direcionado a mulheres organizadas ou e organização com distintas formas de apoio e diversas áreas temáticas com ênfase na realidade a partir de uma perspectiva de gênero.

O principal objetivo do grupo é promover os direitos das mulheres com a finalidade para alcançar plena realização na condução da vida social, econômica, política e espiritual no seu país. As atividades principais do coletivo são cursos de formação e oficinas em temas como prevenção de violências, autodefesa, liderança, direitos humanos e direitos das mulheres, teorias feministas, espiritualidades e teologia ecofeminista. Oferecem também orientação jurídica, documentação e informação através de uma biblioteca e edição de materiais para o trabalho de grupo, sobretudo sobre os problemas mais emergentes para as mulheres para guiar reflexões e ações. (Colectivo Cons-pirando, 1996, p. 50)

Safina Newbery é umas das fundadoras do coletivo La Urdimbre de Aquehua. Newbery (1922-2003) foi teóloga e antropóloga ecofeminista, lésbica e criadora de espaços para pensar as sexualidades. Na década de 1980, foi uma das iniciadoras do Lugar de Mujer, participou da Católica pelo Direito de Decidir e da Coordenadoria pelo Direito ao Aborto e do Censo Nacional Indígena na década de 1960 na Argentina, experiência que lhe permitiu conhecer a vida dos coletivos Tobas (autodenominados Qom) e dos Pilagás. Com esse conhecimento fundou em 1993 o grupo de espiritualidade La urdimbre de Aquehua, de orientação ecofeminista, corrente da qual foi uma das promotoras e difusoras na América Latina. Esta corrente adquiriu particularidades no continente alicerçada fundamentalmente na revalorização das cosmologias originárias e na ênfase na práxis de libertação (CIRIZA, 2020, p. 152).

Pelo interesse pelo ecofeminismo e pela teologia feminista, Safina Newbery chamou de “La Urdimbre de Aquehua”, a teia que as mulheres iriam tecer diante da deterioração da solidariedade social devido ao impacto das políticas neoliberais na década de 1990. Newbery trouxe a ideia de uma urdidura e apontou a necessidade de tecer, procurar e descobrir fios de





sabedoria e crenças antigas para dar à luz a imagem e ação de libertação do amor pela vida afetos, erotismo corporal, capacidade psíquica e mental de mulheres (NEWBERY, 1996, p.13) Antropóloga, participou do Censo Indígena Nacional, na década de 1960. Essa experiência lhe permitiu conhecer a vida de tobas (autodenominados qom) e pilagás e apontava que nesses coletivos a deusa solar Aquehua, é um mito que viaja pelo céu iluminando os seres humanos. Ela é irmã das mulheres da terra, seres que habitaram o firmamento como ela e desceram do céu para comer. As cordas que lhes permitiam regressar foram cortadas, de forma fortuita, pelos homens que habitavam a terra. Aqueles machos pré-humanos andavam de quatro e estavam cobertos de pelos. O produto de sua união com as mulheres do céu é a raça humana. Com Aquehua, no céu, vivem o Jaguar e o velho homem da lua com sua barriga redonda e brilhante que recuperava a deusa solar Aquehua como símbolo.

Por isso, ela nomeou o coletivo com o nome de um mito solar Toba. Os Tobas são um grupo racializado de caçadores-coletores encurralados pela expansão da fronteira agrícola. Antes para o cultivo do algodão, hoje transgênico. Essa pressão sobre seu território fez com que muitos integrantes do grupo migrassem para a periferia das grandes cidades. Escolher nomear um grupo racializado, encurralado e perseguido ainda é uma marca do nosso passado feminista que é preciso ouvir (CIRIZA, 2020, p. 152).

Segundo Safina, até a ciência entende que a vida é uma teia de relações e que o cosmos inteiro também é. Estas relações se dão não somente num espaço, mas em um tempo também. “Estamos conectadas con lo que nos rodea, con la gente, con el sol, con la lluvia, así como nuestro pasado, con nuestra historia. Hay un espacio y un tiempo común” (NEWBERY, 1996, p. 13).

Dessa conexão nasce uma nova ética que Newbery chama de ética da relacionalidade e da reciprocidade na qual todos nós estamos nos relacionando como um tecido, como fios de um tear. Na perspectiva ecofeminista, o símbolo é uma rede que une todo o universo como uma grande comunidade. No entanto,

El mundo patriarcal em que vivimos nos ha desconectado de estas redes vitales, jerarquizandolo todo. Y es esta jeraquización lo que esta llevándonos a la destrucción de la vida. Descubrimos como seres relacionales, como partes de una red - y que por ello nada de lo que pasa entre la gente y em el cosmos puede sernos ajeno – es el primer objetivo de la ética relacional. Es importante decir: Y soy yo y más que yo (NEWBERY, 1996, p. 13).

Na observância dessa relação esses coletivos e as ecofeministas aqui nomeadas incorporaram nas suas agendas temas como a defesa da água e do corpo-território, a reivindicação da importância dos saberes tradicionais, os direitos das meninas e mulheres jovens, divisão do trabalho, fontes de energia, produção e distribuição sustentável de alimentos, ecovilas e agroecologia, a economia ecológica, os processos de descapitalização ambiental, a economia solidária ou o fim das armas e do militarismo atitudes suicidas e fundamentalismos monitoramento de conflitos, investigações militantes, ativismo internacional e iniciativas





colaborativas, além de suas revisões históricas da IV Conferência Internacional da Mulher em Pequim, em 1995 que se tornou uma referência nos debates ecofeministas em Abya Yala. É claro que, assim como existem pontos comuns como o repensar das relações entre os seres humanos e a natureza advindos do protagonismo das organizações de mulheres indígenas. Nesse sentido, destacam o posicionamento do feminismo comunitário em relação aos princípios de reciprocidade que regem a comunidade, a noção de Pachamama entendida como um todo e o questionamento das implicações sexistas do conceito de Mãe Terra conforme nos explicita Guzman:

Pacha, é o todo, o tempo, o território, o ar, as estrelas, tudo. Diferente da palavra Pachamama, Adriana Guzmán usa o termo “Pacha”, e explica: “mama é mulher adulta, não é mamá, não é mãe. Pachamama é a terra, a natureza, de cima do ar, daqui da terra, os rios, as montanhas, e de baixo, a água, o gás, os recursos todos. Não é ‘madre tierra’ (mãe terra), essa é uma tradução machista que se usa há uns 15 anos, sobretudo desde que o ex-presidente Evo Morales falou dos direitos da ‘madre tierra’. Mas não é ‘madre’ (mãe). Para nós, é importante dizer isso para denunciar o machismo, mas também o conceito de mãe que se impõe à natureza desde a perspectiva patriarcal – mãe, útero que reproduz e alimenta. Todo o mundo fala de ‘madre tierra’ e não é assim nas cosmovisões dos povos, nem aymara nem outros em México também. É uma feminização e, portanto, uma dominação da natureza”. (In: <https://catarinas.info/adriana-guzman-meu-corpo-faz-parte-do-corpo-politico-do-corpo-comunitario-de-pachamama/> 2021, s. p.)

90

Guzman observa que o problema fundamental que enfrentam é a violência patriarcal em suas várias formas: classista, racista, governamental, corporativa, local, militar, paramilitar, criminosa e familiar. Patriarcado esse de extrema violência e aniquilação contra aquelas que se assumem como sujeitos políticos femininos em defesa da integridade de nossos corpos-territórios, pois esta autora reitera a importância da recuperação do corpo-território, pois

(...) somos parte da natureza, somos parte da Pacha. Como não nos vai doer que destruam os solos? Como não nos vai doer que contaminem os rios? Assim como nos dói nossos corpos quando nos humilham, quando matam os nossos filhos, ou quando violam as nossas filhas? (In: <https://catarinas.info/adriana-guzman-meu-corpo-faz-parte-do-corpo-politico-do-corpo-comunitario-de-pachamama/> 2021, s.p)

Nessa perspectiva torna-se fundamental articular a memória e as relações comunitárias de solidariedade para a sobrevivência planetária. O ecofeminismo comunitário torna-se uma proposta concreta de ações, pois pretende ir além da descrição de como funciona o sistema, como o patriarcado opera assim como o sistema sexo e gênero e suas desigualdades socioambientais.





### Considerações Finais

Tirar do esquecimento e da invisibilidade as ações e pensamentos coletivos e individuais de mulheres ecofeministas espiritualistas de Abya Yala também é um ato político bem como um convite para tecer histórias "na região mais vegetal do tempo e da luz" segundo canção de Mercedes Sosa. Estas ecofeministas que acenam após os anos de 1980 dão esperanças aos coletivos de mulheres originárias as quais viviam em intensidade as afetações desde os processos exploratórios da colonização. Elas eram ecofeministas sem se nomear.

Elas estavam à espreita na defesa de seus corpos-territórios e de sua comunidade desafiando governos neocoloniais, mas também desafiaram as teorizações das feministas epistêmicas tanto em relação a geopolítica da colonialidade e do conhecimento. As práticas das ecofeministas antisistêmicas pode permitir diálogos e traduções contextualizados ontologicamente. Na temporalidade essas décadas de lutas que remontam a vários séculos sempre tiveram um sentido explícito: irmandade, alteridade, justiça e libertação. A utopia e ou as ações ecofeministas antipatriarcais se fazem e se replicam no fazer.

A decolonialidade de saberes e poderes tem interposto novas configurações de lutas, sobretudo por mulheres indígenas e negras. Essas lutas imbricam questões relativas as subjetividades e intersubjetividades em relação a uma ampliação de interseccionalidades opressivas diante das políticas antidemocráticas.

Nesse sentido, estudos interseccionais tornam-se importante para entender que suas lutas não se explicam com noções unidimensionais. Também não se trata de reduzir a tripla dimensão raça, classe e gênero sem entender como as formas de dominação interatuam, se fundem e criam interdependências na vida de mulheres comuns e numa espacialidade específica desses movimentos feministas.

Ao subsumir esses agenciamentos móveis estabelecemos uma relação intrínseca com a história das mulheres, das relações de gênero e dos feminismos, pois suas discussões e ações de lutas aludem a resistências e pluralidades de sujeitos e agentes somando-se nas intervenções pelos espaços de criação da vida solidária e igualitária. As teóricas propõem algumas respostas para a atual crise ecológica e suas com o modelo de dominação capitalista-patriarcal perspectivando um novo projeto ético e político que propõe uma alternativa à crise ecológica contemporânea, reconhecendo a existência do vínculo entre subordinação e violência contra a mulher e a destruição da natureza.

Sem dúvida, esses movimentos ecofeministas e feministas, diversos e insurgentes, são movimentos sociais importantes na América Latina nas últimas décadas. Nas suas urdiduras, é decisivo o reconhecimento das genealogias que possibilitaram os seus surgimentos, assim como o seu caráter tenso e a tentativa de mostrar as teias de visibilidade e invisibilidade. Se hodiernamente a questão das identidades tem amplo destaque, outras questões, como as relações entre capitalismo e patriarcado e meio ambiente, passaram a ocupar um lugar importante nas práticas e teorias, mesmo que quase imperceptíveis para neoliberais, para as quais tudo está em jogo na ideia de liberdade como escolha.



Esses coletivos têm por foco uma nova criatividade comum, embora talvez a palavra "ecofeminista" e "ecofeminismo" não de conta para descrever essa criatividade. Elas entendem que recuperar a memória ancestral, sobretudo das avós mostra a interdependência entre o antigo e o novo. Nas suas práticas reflexivas coletivas elas trazem expressões criativas das suas vivências espirituais que podem ser um poema, uma oração, uma foto. Elas também reconhecem que não há uma única chave ou palavra para entender quem são e para onde vão. Estão certas de que a busca por caminhos mais afetivos e efetivos para que a comunidade de vida viva com mais dignidade e justiça socioambiental. Como articulam a espiritualidade cristã entendem que devem se inspirar no movimento de Jesus, mas com críticas as formas patriarcais pelas quais eles foram transmitidos. Nesse movimento é fundamental reconstruir o corpo da terra, o corpo humano e nossa relação com todos os corpos vivos e não-vivos enquanto tarefa do ecofeminismo. Estas ecofeministas apostam no sonho do ecofeminismo, no qual se anseia pelo reconhecimento fundamental de que nós somos um corpo-território com todas as suas nuances e diversidades. Nada menos.

### Referências

ANDUJAR, Andrea. **Mujeres piqueteras: la repolitización de los espacios de resistencia en la Argentina (1996-2001)**. Informe final del concurso: Poder y nuevas experiencias democráticas en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO, 2005.

BARRANCOS, Dora. **Mujeres en la Sociedad Argentina**. Una historia de cinco siglos. Sudamericana: Buenos Aires. 2007.

BARRANCOS, Dora. **Mujeres, entre la casa y la plaza**. Sudamericana. Buenos Aires, 2008.

BILGE, Sirma e COLLINS, Patrícia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CABNAL, Lorena. **Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala**. Feminismos diversos: el feminismo comunitario, ACSUR. 2010.

CAPDEVILA, Luc; ROCHA, Sofia Rocco Stainsack; PEDRO, Joana Maria. Resistencia civil e jogos de gênero. França-Alemanha-Bolívia-Argentina. **Revista de História Bilros**. História(s), Sociedade(s) e Cultura(s), [S.l.], v. 9, n. 19, p. 160 - 191, maio 2022.





CARRASCO, C. La Economía Feminista: una apuesta por otra economía. In: VARAM M.J. (Coord.) **Estudios sobre género y economía**. Madri: Akal, 2008.

CIRIZA, Alejandra. Tramar/Urdir/Anudar: genealogias feministas situadas. In: La Aljaba, 2020, p. 145-157. Dialnet-TramarurdiranudarGenealogiasFeministasSituadasLosD-7710718.pdf. Acesso em janeiro de 2023.

COLECTIVA MATERIA. El feminismo en los límites de la razón extractivista: una intervención desde el materialismo posthumano. Ideas11. In: **Revista de filosofía moderna y contemporánea**. N.11, p. 332-350, 2020.

COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO. **Mapeando el cuerpo-territorio**: Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios. Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. Quito : Ecuador, 2017.

COVA, Santana N. El Ecofeminismo Latinoamericano, Las Mujeres y la Naturaleza como Símbolos. **Cifra Nueva**, 38, p. 37-46, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos Ao Género. **Revista Estudos Feministas**. Ano 10, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>.

DE LA CADENA, Marisol. 2020. Cosmopolítica indígena en los Andes: reflexiones conceptuales más allá de la «política». **Tabula Rasa**, 33, p. 273-311, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibán y la bruja**: Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Madrid: Traficantes de Sueños. 2004.

FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas**. Madrid: Traficantes de sueños: 2013.

FRASER, Nancy. **Fortunas del feminismo del capitalismo gestionado por el estado a la crisis neoliberal**. IAEN-Instituto de Altos Estudios Nacionales del Ecuador: Traficantes de sueños, 2015.

GEBARA, Ivone. **Longing for running water**: ecofeminism and liberation (Biblical reflections for ministry). Mineápolis, Fortress Press, 1999.



GEBARA, Ivone. **Intuiciones ecofeministas**. Ensayo para repensar el conocimiento y la religión. Madrid, Trotta, 2000.

GEMAS. Grupo de Estudios sobre Memorias Alterizadas y Subordinadas . **El Movimiento de Mujeres Indígenas llega a Buenos Aires**: con la fuerza de las ancestras, caminando por el buen vivir, 2021. In: <https://gemasmemoria.com/2021/05/21/el-movimiento-de-mujeres-indigenas-llega-a-buenos-aires-con-la-fuerza-de-las-ancestras-caminando-por-el-buen-vivir/>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

GARGALLO, Celentani, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala**. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. 2014. México: Editorial Corte y Confección. 2014.

GUZMAN, Adriana Arroio. **Descolonizar a memória, descolonizar feminismos**. Segunda edición, La Paz – Bolivia. Editorial: Tarpuna Muya Feminismo Comunitario Antipatriarcal, Qullasuyu Marka, Bolivia, 2019.

GUZMAN, Adriana Arroio. **O feminismo comunitário antipatriarcal é ação política: não teoria**. Entrevista à Vandrezza Amante e Morgani Guzzo. In: <https://catarinas.info/adriana-guzman-meu-corpo-faz-parte-do-corpo-politico-do-corpo-comunitario-de-pachamama/> 12 de março de 2021. Acesso em outubro de 2022.

HARAWAY, Donna. **En Ciencia, Cyborgs y Mujeres**. La reinención de la naturaleza. 1991. In: <http://kolectivoporoto.cl/wp-content/uploads/2015/11/Haraway-Donna-ciencia-cyborgs-y-mujeres.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2022.

JELIN, Elizabeth. Subjetividad y esfera pública: El género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. **Política Y Sociedad**, 48(3), p. 555-569, 2011.

KOROL, Claudia. Feminismos populares Las brujas necesarias en los tiempos de cólera. **Nueva Sociedad**. N. 265, p. 78-93, septiembre-octubre de 2016.

LUGONES, María. Heterossexualism and The Colonial/Modern Gender System. **Hypatia**, v. 22, n. 1, p.186-209, 2007.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. In: **Tabula Rasa**. Bogotá –Colombia, n.9, 73-101, julio-diciembre 2008.

SHIVA, Vandana; MIES, María. **Ecofeminismo: Teoría, crítica, perspectivas**. Madrid: Icaria, 2016.





MARCHESE, Giulia. Del cuerpo en el territorio al cuerpo-territorio: Elementos para una genealogía feminista latinoamericana de la crítica a la violencia. *EntreDiversidades: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 6 (2), p. 9-41, 2019.

NEWBERY, Safina. Niñas buenos, niñas malas. In: *Revista Con-spirando*. Colectivo Con-spirando, n. 17: Ética y ecofeminismo, 1996, p. 13. <https://digitalcommons.lmu.edu/con-spirando/16>. Acesso em dezembro de 2022.

OROZCO, Pérez, Amaia. **Subversión feminista de la economía**: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. *Traficantes de Sueños*: Madrid, 2014.

PULEO, Alicia. H. **Del ecofeminismo clásico al deconstructivo: principales corrientes de un pensamiento poco conocido**. En *Teoría feminista: de la ilustración a la globalización*. Editorial Minerva, p. 121-152, 2005.

PAREDES, Julieta. **Para descolonizar el feminismo**. La Paz: Feminismo Comunitario de Abya Yala, 2020.

PARENTELLI, Gladys “La Cumbre de la Tierra”. *Con-spirando*, 2, p. 46-47, 1992a.

PARENTELLI, Gladys. “Teólogas feministas, teólogos de la liberación y hasta las simples mujeres marginales exigen una Iglesia verdaderamente cristiana o las mujeres cristianas acabarán con el autoritarismo papal”. *Hojas de Warmi*, 3, p. 1-3, 1992b.

RESS, Mary Judith. Las fuentes del ecofeminismo: una genealogia. In: *Con-spirando*. Revista latinoamericana de ecofeminismo, espiritualidad y teología. N. 23, Marzo. Mosquito editores. Santiago de Chile, p. 118-131, 1998.

RESS, Mary Judith. **Lluvia para florecer**: Entrevistas sobre el ecofeminismo en América Latina, Santiago : Con-spirando, 2002.

SEGATO, Rita. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.

SVAMPA, Maristella. **Entre la ruta y el barrio**. La experiencia de las organizaciones piqueteras. Editorial Biblos: Buenos Aires, 2015.

TRAPASSO, Rosa Domingo. Ecofeminismo. Revisitando nuestra conexión con la naturaleza. *Con-spirando*, 4, p. 2-6, 1993.



2º ciclo  
ibero-americano  
de diálogos  
contemporâneos

**GÉNERO, SOCIEDADE  
E DIVERSIDADE**

14 a 16 de Março de 2023

TRAPASSO, Rosa Dominga. Ponencia Presentada al Encuentro Nacional de Mujeres-1999 30 Años de Feminismo en el Perú, [https://docs.wixstatic.com/ugd/369a5b\\_141f455dc79e4f448fa5b3541cfe2488.pdf?index=t rue](https://docs.wixstatic.com/ugd/369a5b_141f455dc79e4f448fa5b3541cfe2488.pdf?index=t rue). Acesso em janeiro de 2023.

TZUL TZUL, Gladys. La producción de la autoridad comunal indígena. Breve esbozo para Guatemala. Revista de Estudios Comunitarios El Apantle. N. 2, **Sociedad Comunitaria en Estudios Estratégicos**, p. 226-241, 2016.

ULLOA, Astrid. 2016. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. **Nómadas**. N. 45, p. 123-139, 2016. <http://www.scielo.org.co/pdf/noma/n45/n45a09.pdf>. Acesso em fevereiro de 2022.



# POLÍTICAS PÚBLICAS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DECOLONIAIS

Fabiane Kravutshke Bogdanovicz<sup>1</sup>

Kátia Alessandra dos Santos<sup>2</sup>

O presente trabalho é recorte de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro, Paraná, Brasil), que está em desenvolvimento. Tal dissertação tem por objetivo analisar políticas públicas brasileiras destinadas a homens autores de violência doméstica (HAV), a partir de uma leitura decolonial. Essa pesquisa se justifica devido ao alto lugar que o Brasil ocupa nos índices de violência doméstica, sendo esse um fenômeno complexo que demanda contínuos estudos para sua compreensão e seu eficaz enfrentamento.

No ano de 2015, o Brasil estava em quinto lugar no *ranking* internacional da violência contra a mulher. Nesse sentido, a Lei Maria da Penha (LMP, lei 11.340/06) é o mais importante instrumento legislativo brasileiro para o enfrentamento à violência contra a mulher. Em 2020, foi realizada uma alteração na LMP, acrescentando a possibilidade do comparecimento obrigatório dos HAV a programas de recuperação e reeducação como medida protetiva de urgência. Nesta comunicação, apresentamos uma revisão bibliográfica acerca do tema, realizando uma leitura decolonial do cenário que envolve as políticas públicas brasileiras voltadas a HAV, colocando em questão noções de masculinidades, tendo em vista pressupostos ligados à colonialidade de gênero.

A escolha pelo enquadramento teórico nas perspectivas decoloniais se dá devido ao fato de que, historicamente, a maior parte do conhecimento que vem sendo considerado como válido social e cientificamente tem sido aquele produzido na Europa e, mais recentemente, nos Estados Unidos. Esse reconhecimento reflete as relações de poder globais constituídas a partir da invasão e dominação do continente americano, inferiorizando e até mesmo invisibilizando o conhecimento existente até então e produzido desde então nas Américas. Assim, as perspectivas decoloniais denunciam essa colonialidade do saber, que diz respeito à hierarquização que coloca como "superiores os saberes de quem está em um lugar mais alto na escala hierárquica da colonialidade", deslegitimando alguns saberes e legitimando uma suposta supremacia de outros (MARTINS; BENZAQUEN, 2017, p. 20).

Os estudos de gênero tiveram início nos anos de 1960, com o entendimento de mulher enquanto identidade e sujeito político (ABREU, 2022, p. 240). Posteriormente, o conceito de gênero foi sofrendo alterações, passando de estudo das mulheres para uma perspectiva "de caráter mais relacional e cultural, que se consolida na década de 1980" (HOLLANDA, 2019, p. 10), e vindo a receber críticas por sua perspectiva binária a partir dos estudos *queer*. Dentro desse campo dos estudos de gênero, as pesquisas sobre masculinidades são mais recentes, visto que "os homens não são objetos de estudo original, pois toda a história da humanidade, até o período recente, foi escrita por eles" (DEL PRIORE; AMANTINO, 2013, p. 09).

Para Connell (2016, p. 16), gênero pode ser compreendido como "a estrutura de práticas reflexivas do corpo por meio das quais corpos sexuais são posicionados na história", não se tratando de "um diálogo, exterior ao tempo, entre o biológico e o simbólico", mas "um vasto processo formativo na história, ao mesmo tempo criativo e violento, no qual corpos e

---

<sup>1</sup> Psicóloga, mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Unicentro, psicocsol@gmail.com

<sup>2</sup> Professora adjunta do curso de Psicologia e docente do PPGDC Unicentro, kalexsandra@unicentro.br



culturas estão igualmente em jogo e são constantemente transformados, às vezes até sua destruição" (CONNELL, 2016, p. 34). Conforme Lugones (2019, p. 362), as diferenciações de gênero antecedem as diferenciações baseadas em características biológicas socialmente atribuídas ao homem e à mulher, isto é, primeiramente foi construída uma normativa de gênero e, em seguida, aplicada aos corpos, datando esse processo do século XVIII (pois até então dominava o "modelo do sexo único" ou unisexual, com fronteiras entre macho e fêmea sendo de grau, e não de tipo). O entendimento social de gênero é então construído em cima de binarismos, como macho-fêmea, homem - mulher, masculino - feminino.

Ainda quanto às mudanças históricas nos entendimentos de gênero, cabe destacar que os principais documentos internacionais de políticas sobre igualdade de gênero não costumavam mencionar os homens, passando a aparecer o papel dos homens e meninos frente à desigualdade de gênero apenas a partir dos anos de 1990, com maior destaque para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, de Pequim, em 1995 (CONNELL, 2016, p. 94).

Na história dos estudos de gênero e das pautas dos movimentos feministas, um dos temas que mais tem se sobressaído é o da violência contra as mulheres, por ser uma questão que revela com máxima expressão a desigualdade de gênero. Nesse sentido, Bandeira (2019, p. 310) afirma que as mulheres foram as responsáveis pela tomada de consciência das sociabilidades violentas da vida cotidiana e do senso comum, contribuindo para o enfrentamento da violência. Porém, observou-se que a cidadania formal (por meio do direito ao voto, à educação e afins, e também a criação de leis) não é suficiente para eliminar o complexo fenômeno da violência, que está mais enraizada "nos costumes do que nas desigualdades sociais". Esse enraizamento aponta a necessidade de olhar para a violência e seu entrelaçamento com a formação histórica do Brasil e das Américas, a partir da colonização.

No que tange à violência doméstica, o estudo e o trabalho com os HAV aparece no Brasil especialmente a partir da promulgação da LMP, que possibilita ações penais punitivas contra o indivíduo autor da violência, mas também a aplicação de ações pedagógicas coletivas (com base no artigo 22, incisos VI e VII, incluídos pela Lei 13.984/20) de "comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação" e "acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio" (BRASIL, 2020).

Contextualizando a discussão sobre a violência contra as mulheres para o momento corrente, pós-pandemia de COVID-19, pode-se afirmar que a pandemia intensificou problemas já existentes, como a violência doméstica. De acordo com Santos (2020, p. 26-27), os corpos racializados e generificados<sup>3</sup> são os mais vulneráveis, estando "mais vulnerabilizados pelas condições de vida que lhes são impostas socialmente pela discriminação racial ou sexual a que são sujeitos". Essa vulnerabilidade é aumentada ainda mais nos momentos de crise. Desse modo, durante a pandemia, houve uma ampliação das vulnerabilidades

<sup>3</sup> Corpos sobre cujas características aparentes se colocam definições históricas de raça e gênero, tornando-os "outros" numa hierarquia comparativa com os corpos brancos masculinos cisgênero, que são tidos como sujeitos universais.





socioeconômicas, com aumento considerável nos índices de violência doméstica, juntamente com uma diminuição no acesso às políticas públicas, tanto por parte das mulheres vitimadas quanto dos homens autores, desenhando um quadro delicado e complexo.

Para uma compreensão mais aprofundada da violência no contexto das Américas, esta pesquisa se embasa nas perspectivas decoloniais, que "levam em consideração a colonização como fator histórico determinante da organização social mundial e a colonialidade como reflexo de uma imposição política e epistemológica", buscando "produzir uma ontologia política que defende a vida em toda sua multiplicidade de formas e sentidos, ancorada no relacional e comunitário, na diversidade e mutabilidade, incorporando diferentes cosmovisões, práticas culturais, raças/etnias, gêneros etc." (DIMENSTEIN *et al*, 2020, p. 02). Essas perspectivas questionam as epistemologias eurocentradas, cis-heteronormativas e coloniais de uma branquitude patriarcal capitalista, baseada na colonialidade de saberes e poderes, buscando recuperar epistemologias silenciadas, bem como o fim da divisão entre teoria e ativismo.

O colonialismo diz respeito à fase da história mundial do início do século XVI, envolvendo uma ideologia política que legitimou a ocupação e a exploração de terras já ocupadas, com a imposição de leis estrangeiras e "o consumo parasitário dos recursos naturais, incluindo o trabalho humano" (MORRELL; SWART, 2005, p. 91-92). O termo colonialismo representa uma "relação política e econômica de dominação colonial de um povo ou nação sobre outro", enquanto que o termo colonialidade abrange "um padrão de poder que não se limita às relações formais de dominação colonial, mas envolve também as formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade de viés racial" (HOLLANDA, 2020, p. 16). Para Quijano (2005, p. 119), colonialidade se trata de um sistema que classifica hierarquicamente saberes, locais e pessoas para além dos processos históricos da colonização, com a manutenção de uma lógica de dominação de qualquer sujeito (colonizado) que se diferencie do homem branco, heterossexual, cisgênero, patriarcal, capitalista, europeu (colonizador). Frente a isso, o giro decolonial promove "um pensamento fronteiro [que] resiste às cinco ideologias da modernidade: cristianismo, liberalismo, marxismo, conservadorismo e colonialismo" (BALLESTRIN, 2017, p. 108).

As perspectivas decoloniais apontam que a colonialidade opera em três níveis: a colonialidade do poder (envolvendo a economia, a política e as instituições); a colonialidade do saber (epistêmico, filosófico, científico e na relação língua-conhecimento); e a colonialidade do ser (relacionada à subjetividade, controle da sexualidade, papéis atribuídos, e afins) (MARTINS; BENZAQUEN, 2017, p. 19).

A colonialidade do poder pode ser definida como a "dominação de uma lógica hierárquica, excludente e opressora no padrão das relações sociais institucionalizadas", tendo relação com as práticas de dominação econômica capitalista (MARTINS; BENZAQUEN, 2017, p. 19). Consequentemente, pode-se entender as relações sociais dentro de um processo de classificação, hierarquização e controle, atualizando a colonialidade nas "relações de poder que naturalizam as assimetrias que incidem sobre as pessoas, subjetividades, saberes, ou seja,





sobre todas as esferas da existência social cotidiana", materializando-se nas relações que são, portanto, patriarcais, racistas, sexistas, capitalistas (DIMENSTEIN *et al*, 2020, p. 4). Dentro desse conceito da colonialidade do poder, pode-se apresentar que o conceito de raça surge historicamente no contexto de colonização das Américas. As identidades raciais foram construídas hierarquicamente, racializando assim as relações de poder, objetivando “outorgar legitimidade às relações de dominação e exploração entre colonizadores e colonizados, estabelecendo-se a divisão racial do trabalho” (ABREU, 2022, p. 273), com fins de controle sobre recursos e força de trabalho. Assim, a raça não é algo precedente à colonização, mas sim um produto da estratégia racista do colonizador (SEGATO, 2021, p. 21).

O segundo nível de operação da colonialidade, colonialidade do saber, refere-se a uma classificação que deslegitima determinados saberes (do colonizado) e legitima uma suposta supremacia de outros (do colonizador). Esse processo reveste o saber (que é eurocêntrico e androcêntrico) de uma suposta neutralidade, universalidade, racionalidade. Desse modo, a proposta decolonial envolve "evidenciar os jogos de poder, as relações hierárquicas, que ocultam e colaboram com a produção local de subalternidade no 'Sul global' e o rompimento interno do 'sujeito colonial'" (MIÑOSO, 2020, p. 99).

O terceiro nível, colonialidade do ser, explica de que maneira o exercício do poder cria, naturaliza e hierarquiza categorias de sujeitos, até mesmo desumanizando-os, classificando "o colonizador como humano/civilizado e o colonizado como o não humano/selvagem" (ABREU, 2022, p. 269), justificando sua exploração e dominação. Nesse sentido, afirma-se a relevância dos estudos de gênero, levando em conta que o próprio sistema de gênero se trata de uma imposição moderna e ocidental trazida pelos colonizadores, pois os povos colonizados se organizavam a partir de diversas cosmologias e diferentes pressupostos ontológicos, com papéis de gênero com maior fluidez e transitoriedade em suas posições, apresentando identidades que divergiam do binômio mulher/homem, ou mesmo sem um sistema de gênero institucionalizado (CURIEL, 2020; DIMENSTEIN *et al*, 2020; LUGONES, 2020).

Para Ballestrin (2017, p. 1047), raça e gênero e seus binarismos se tratam de constructos coloniais determinados que racializaram e gendraram as sociedades colonizadas, com a finalidade de reproduzir um modo de ser europeu, transformando a vida dos povos colonizados com a opressão racial e de gênero.

As produções teóricas sobre masculinidades são mais recentes nos estudos de gênero, tendo surgido entre as décadas de 1950 e 1960, ganhando maior proporção nos anos de 1970 e se difundindo na década de 1980. Sobre o futuro desse campo de estudos, que é marcado pela multi e interdisciplinaridade e pela diversidade de perspectivas teóricas e metodologias, Kimmel, Hearn e Connell (2005, p. 09) afirmam que as pesquisas estão muito centradas no "primeiro mundo", especialmente nos Estados Unidos, sendo que os estudos pós e de(s)coloniais, apesar de ainda incipientes, têm sido muito importantes para a transformação desse campo. Além disso, as teorias pós e de(s)coloniais têm mostrado que o local de onde a análise parte faz diferença.





A rede *MenEngage Alliance* (2014, p. 16, tradução nossa) define masculinidade como:

o padrão especial de condutas ou práticas sociais que se associa aos ideais sobre o modo como os homens deveriam se comportar e sua posição nas relações entre os gêneros. A masculinidade é um conceito relacional, que se define por oposição à feminilidade e às expectativas de como as mulheres deveriam se comportar [...]. Algumas das características habituais das masculinidades são a identificação da virilidade com a dominância, a dureza e a assunção de riscos. Contudo, do mesmo modo que com as feminilidades, existem múltiplas masculinidades, que mudam através do tempo e em função dos entornos.

Tem-se então que a masculinidade não é algo "natural", mas uma variável social e historicamente construída, contextualizada em temporalidades e localizações geográficas diferentes, atravessada por questões étnico-raciais, de classe, religião, idade, orientação sexual, entre outros marcadores (DEL PRIORE; AMANTINO, 2013, p. 09). A construção da masculinidade pode ser entendida como um *status* a ser conquistado, atravessando provações e comprovando habilidades de resistência, agressividade, domínio e potência sexual, bélica, política, intelectual, econômica e moral (SEGATO, 2012, p. 117-118).

As pesquisas sobre masculinidades na América Latina se iniciaram como parte dos estudos de gênero e da luta contra as iniquidades de gênero e problemas sociais, de modo divergente do que se passou no mundo anglo-saxônico (GUTMANN; VIVEROS VIGOYA, 2005, p. 114, tradução nossa). Pensando sobre a influência da colonização nas masculinidades, pode-se afirmar que há uma ligação direta entre violência, empobrecimento, gênero e colonialismo. As vivências locais foram e são influenciadas por lutas geopolíticas, pelo colonialismo, imperialismo e pela globalização, "entrelaçando as masculinidades com a construção da nacionalidade e, portanto, com a dinâmica da guerra" (CONNELL, 2005, p. 72, tradução nossa). Nesse sentido, a ordem de gênero dos povos colonizados foi poderosamente afetada pela colonização, "e sua ruptura sem dúvida tornou mais viável para os homens originários serem atraídos para as práticas masculinizantes e hierarquias da sociedade colonial", que se erigiu sob uma escala de masculinidades, assim como uma escala de comunidades e raças (CONNELL, 2005, p. 75, tradução nossa). Ainda, foi "com os homens que os colonizadores guerrearam e negociaram, e é com os homens que o Estado da colonial/modernidade também o faz" (SEGATO, 2012, p. 119).

A colonialidade de gênero operou, então, a transformação de um discurso igualitário para um hiper-hierárquico, a partir de uma superinflação da importância dos homens na comunidade (por seu papel de intermediar com o mundo exterior branco), da emasculação dos homens fora da comunidade (frente à administração branca), da superexpansão da esfera pública e do colapso e privatização da esfera doméstica (SEGATO, 2021, p. 102).

Assim, as mais distintas violências "estão presentes desde o início na fratura imposta pela conquista e pela colonização europeia e, mais tarde, na dominação das classes oligárquicas e na permanência dos regimes militares no poder durante grande parte do século XX" (VIVEROS VIGOYA, 2018, p. 77-78), sendo que, desse modo, a construção das identidades





masculinas latinoamericanas tem se dado em um contexto de violências históricas, estruturais e cotidianas.

Para Aguirre (2020, p. 42), "o poder colonial intencionalmente estruturou a ordem de gênero nas sociedades colonizadas (através do trabalho, do estupro, das hierarquias etc)", sendo que diferentes arranjos de gênero praticados por povos colonizados, que fugiam do padrão cis-heteronormativo, foram condenados e perseguidos pelos colonizadores. Desse modo, a violência e a violação dos corpos generificados decorre desse processo e de "sua constituição como coisa e como posse baseada na dualidade corpo/natureza *versus* alma/razão que a desumaniza e se reproduz pelo educativo/formativo do senso comum sobre as relações de gênero" (AGUIRRE, 2020, p. 57). A violação dos corpos tem andado lado a lado com a conquista territorial e, para Connell (2016, p. 31), "o estupro de mulheres em sociedades colonizadas era uma parte normal da conquista. A brutalidade era parte constituinte das sociedades coloniais".

Para Viveros Vigoya (2018, p. 159), ocorreu na história latinoamericana uma transposição entre a violência estrutural da colonização e a violência simbólica, doméstica e íntima, que vitimou e vítima mulheres e homens em posição de subordinação perante a hierarquia das masculinidades, e que também se prolonga na violência político-militar.

Situando essas questões na contemporaneidade, estudos da ONU realizados entre 2000 e 2013 com dados de 121 países apontam que as Américas são o continente com maiores números de homicídio do mundo (CERQUEIRA *et al.*, 2018, p. 09). Dentro das Américas, a América do Sul tem os maiores índices de homicídio, seguida pela América Central, conforme estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS) com dados de 59 países com estatísticas com alto grau de confiabilidade (CERQUEIRA *et al.*, 2018, p. 11). Na América do Sul, o Brasil se encontra em segundo lugar nesse índice, seguido da Colômbia. Pode-se então afirmar que "a extrema violência na América Latina deriva de uma conquista de 500 anos que ainda não se concretizou totalmente e isso depende de sua constante manutenção" (AGUIRRE, 2020, p. 61), sendo que a violência contra os corpos generificados e racializados na América Latina diz respeito a "um projeto de conquista permanente da modernidade/colonialidade" (AGUIRRE, 2020, p. 62).

Na discussão sobre masculinidades e violência não se deve perder de vista que é imprescindível "analisar, simultaneamente, os efeitos objetivos e subjetivos da posição dominante dos homens sobre as mulheres e as consequências nefastas para certos homens das exigências da masculinidade" (VIVEROS VIGOYA, 2018, p. 16), homens estes constituídos pelos mais diversos marcadores sociais, como raça/etnicidade, classe, orientação sexual, idade, deficiências, entre outros.

Antes de adentrar na questão específica da violência doméstica, convém fazer uma ressalva. Miñoso (2022, p. 438) aponta que, conforme autoras do feminismo negro estadunidense, como Angela Davis e bell hooks, "para as mulheres negras e de cor a violência fundamental não está no âmbito doméstico, mas sim no público, nas instituições do Estado, nos domínios da exploração colonial capitalista".



Pensando agora acerca da violência doméstica, Segato (2021) afirma que a erosão dos laços comunitários, consequência da colonização, acarretou a perda da proteção comunitária e vulnerabilização do espaço doméstico, que era um espaço complementar ao espaço público no mundo-aldeia dos povos americanos antes da colonização. Ambos os espaços eram políticos e influenciavam nas decisões da vida comunitária, ainda que com *status* e prestígio diferenciados. Assim, para sintetizar os pontos principais de uma leitura decolonial sobre o fenómeno da violência doméstica, pode-se apontar que a colonial-modernidade criou os conceitos de raça e gênero enquanto hierarquias de dominação e exploração, fragilizou o espaço doméstico despolitizando-o e enfraquecendo os laços comunitários que protegiam as mulheres, desenvolveu uma relação ambivalente com os homens colonizados, emasculando-os perante os colonizadores e “superempoderando-os” perante as mulheres colonizadas, gerando assim uma profunda desigualdade de gênero, sendo que a violência vem sendo a forma mais frequente de socialização colonial, especialmente no que diz respeito à resolução de conflitos. Frente a esse complexo cenário, os Estados vêm buscando, através de leis e políticas públicas, assim como programas de cooperação internacional, lidar com os problemas dos quais o próprio Estado é autor ou, no mínimo, cúmplice.

Historicamente, a proteção de grupos vulneráveis e vulnerabilizados foi se tornando cada vez mais responsabilidade do Estado, com seus elementos administrativo-burocráticos e militares. Vergès (2021) afirma que o neoliberalismo depende da ideia falaciosa da meritocracia, sendo que, conseqüentemente, a vulnerabilidade e a fraqueza se tornam características indesejáveis a serem dizimadas. Nesse sentido, Curiel (2020, p. 126) aponta que a criação de hierarquias dicotômicas para legitimar a dominação (como, por exemplo, o conceito de raça para legitimar a escravidão de povos africanos pelos europeus) é uma prática recorrente dos colonizadores.

Vergès (2021) apresenta uma crítica ao Estado (e seu braço armado, a polícia), entendido como colonial, patriarcal e racista, como sendo o principal responsável pela violência e pelas opressões e injustiças sociais. Para a autora, o Estado capitalista, principalmente em sua fase de reatualização necroliberal, tem minado conquistas sociais e direitos de grupos minoritários. Nesse sentido, propostas adequadas à superação das violências precisam superar as percepções segmentadas desses fenómenos, abrangendo entendimentos e propostas que não naturalizem as violências, buscando entender as condições que propiciam a existência desse fenómeno e que dele são conseqüências. Ainda, é preciso pensar em ações que busquem o fim da violência não por meio de estratégias que sejam parte do problema (como o punitivismo carcerário ou a judicialização dos problemas sociais), mas sim embasadas na desracialização e despatriarcalização (isto é, na descolonização) das políticas de proteção.

A crítica ao punitivismo carcerário se dá pois, conforme Vergès (2021), o sistema penal não é capaz de solucionar o problema da violência de gênero ou acabar com o patriarcado, pois “a prisão é usada, pelo Estado, sobretudo, para controlar as populações não brancas e pobres, precarizando os/as encarcerados/as e seus próximos, atacando a saúde física e mental dos/as





prisioneiros/as, submetendo-os/as à boa vontade e à violência dos agentes carcerários e da administração” (DAVIS, 2005, citada por VERGÈS, 2021, p. 119), sendo “indispensável ao funcionamento do Estado”, pois “imprime na sociedade a ideia de que, para proteger esta, é preciso prender e punir” (VERGÈS, 2021, p. 97-98). Nesse sentido, a autora (2021, p. 17) apresenta propostas de “uma alternativa à proteção patriarcal e estatal, [...] uma política inspirada em experiências de comunidades, grupos militantes e profissionais da saúde, direito e educação que reinvestiram no campo da proteção”, interrogando a proteção “pelo viés da classe, da raça e da [cis]heteronormatividade”.

Enfocando o tema do enfrentamento à violência de gênero a partir do Estado, tem-se que, a partir da década de 1980, houve uma ampliação nas políticas públicas com foco nas mulheres, objetivando a justiça de gênero. Contudo, essas políticas “ignoraram o contexto dos relacionamentos e as relações de poder dentro das quais tais mulheres operavam”, vislumbrando os homens como obstáculos no alcance dessa justiça de gênero (MORRELL; SWART, 2005, p. 99-100, tradução nossa). Esse entendimento começou a ser ampliado nos anos de 1990 e, na metade da década, emergiu o foco nos homens e na masculinidade. Tais ações com homens não apareceram sem críticas, devido ao fato de que eles sempre foram o centro das políticas públicas em geral, com o risco de que as mulheres fossem marginalizadas novamente. Outra preocupação foi epistemológica, com o questionamento de que o trabalho com os homens estaria sendo estruturado em perspectivas eurocêntricas de gênero, desconsiderando as especificidades sociais, culturais, históricas e geográficas (MORRELL; SWART, 2005, p. 100-101).

No que se refere às políticas públicas de combate à violência doméstica, Abreu (2022, p. 237) aponta que as práticas jurídicas podem acabar por contribuir com as desigualdades de gênero e a manutenção das expectativas de papéis sociais de homens e mulheres, “(re)produzindo uma interpretação masculinista da violência de gênero”. Ainda, as reformas legais e práticas jurídicas delas decorrentes podem até amenizar as condições das mulheres e melhorar seu *status*, mas não alcançam efetivamente uma transformação da base da dominação masculina (LERNER, 2019, citada por ABREU, 2022, p. 249-250).

Historicamente, a prática dos grupos com HAV é recente. Seu surgimento se deu nos Estados Unidos, em meados dos anos de 1970, chegando no Brasil entre 1980 e 1990 (BELARMINO; LEITE, 2020, p. 02). Com o tempo, foram sendo desenvolvidas diretrizes para atuação com esse público, resultando em propostas muito diversas, devido ao uso das mais diferentes perspectivas teórico-epistemológicas.

A partir das conferências da ONU do Cairo (1994) e Beijing (1995), evidenciou-se a necessidade da inclusão dos homens para ampliar a justiça de gênero no mundo. Até então, os esforços de enfrentamento à violência doméstica concentravam sua atenção nas mulheres vítimas dessas violências (BEIRAS; NASCIMENTO; INCROCCI, 2019, p. 264). No Brasil, foi com a promulgação da LMP que os serviços de responsabilização de HAV foram institucionalizados. Mais recentemente, foi sancionada a lei n.º 13.894/20, alterando o artigo 22 da LMP e colocando “como medida protetiva de urgência o comparecimento obrigatório dos ‘agressores’ aos centros de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial” (BELARMINO; LEITE, 2020, p. 02).





Devido às iniciativas de trabalhos com HAV serem relativamente recentes, permanecem diversos questionamentos sobre sua eficácia, assim como críticas embasadas em uma lógica punitivista e de encarceramento, e também uma preocupação de que tais iniciativas possam representar um desvio no investimento de recursos que deveriam ser aplicados diretamente no trabalho com as mulheres vitimadas pela violência doméstica (ACOSTA; ANDRADE FILHO; BRONZ, 2004 p. 09). Apesar de tais colocações, e de a LMP não especificar uma metodologia para a atuação com os HAV, o trabalho de avaliação e sistematização dos grupos que têm ocorrido nas últimas décadas traz diversos e importantes acúmulos para o embasamento teórico e metodológico, fornecendo evidências de seu funcionamento.

O atendimento aos HAV passou a ser estruturado no Brasil no final dos anos de 2000, com iniciativas governamentais e não governamentais tendo como base os artigos 35 (inciso V) e 45 da LMP, que delegam ao juizado sobre a participação obrigatória dos agressores a programas de "reabilitação", "recuperação e "(re)educação", que podem ser criados pelo Estado. Em 2008, a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres publicou as "Diretrizes gerais dos serviços de responsabilização e educação do agressor", com "conceitos, atribuições e objetivos dos *serviços de responsabilização e educação dos agressores* à luz da Lei 11.340/2006" (BRASIL, 2008, p. 65). Esse documento apresenta os itens que tais serviços devem realizar, no formato de grupos, sem, contudo, especificar uma metodologia de trabalho. Nesse documento, é apontado que o objetivo dos grupos deve ser "promover atividades pedagógicas e educativas, assim como o acompanhamento das penas e das decisões proferidas pelo juízo competente no que tange aos agressores" (p. 67).

A respeito da participação dos HAV em grupos reflexivos, a literatura aponta que a taxa de reincidência da violência doméstica é baixa após a participação nos grupos, o que demonstra sua efetividade e relevância (PIERRE, 2022). Cabe ainda pensar que, no que tange aos serviços da rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, antes mesmo da pandemia, estas já sofriam com cortes de verba, diminuição de recursos humanos e materiais, precariedade nas delegacias da mulher, falta de capacitação dos profissionais e sucateamento nos três níveis de governo (CAMPOS; TCHALEKIAN; PAIVA, 2020, p. 05). Nesse sentido, Santos *et al* (2020) apontam que a pandemia trouxe diversos novos desafios para a realização do trabalho de enfrentamento à violência doméstica, sendo necessário reformular protocolos e metodologias para se adequar às novas demandas.

A presente pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento. Nas etapas realizadas até o momento, pode-se perceber de que modo a colonização afetou e afeta diretamente nas questões de gênero e, mais especificamente, na organização das masculinidades latino-americanas, o que inclui a violência como elemento constituinte na socialização de alguns modelos de masculinidades. Assim, tem-se a violência doméstica como decorrente da colonização e desses modelos de masculinidades. Nesse sentido, as propostas de leis e políticas públicas referentes à violência doméstica necessitam ter em conta esses elementos para que possam partir de um entendimento pertinente do fenômeno, bem como propor estratégias adequadas a seu enfrentamento. A análise das leis e políticas públicas quanto a





essa adequação será realizada em momento subsequente da pesquisa. Nesta comunicação, objetivou-se apresentar as etapas já realizadas de revisão bibliográfica e análise das noções de masculinidades latino-americanas, a partir dos conceitos das perspectivas decoloniais.

### Referências

ABREU, Ana Claudia da Silva. **Denúncias de feminicídios e silenciamentos: olhares descoloniais sobre a atuação do sistema de justiça criminal.** 1 ed. São Paulo: Blimunda, 2022.

ACOSTA, Fernando; ANDRADE FILHO, Antônio; BRONZ, Alan. **Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero - metodologia.** Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004. Disponível em <[noos.org.br/userfiles/file/metodologia\\_port.pdf](http://noos.org.br/userfiles/file/metodologia_port.pdf)>. Acesso em 06 abr. 2021.

AGUIRRE, Kathleen Kate Dominguez. Masculinidades colonizadas e feminicídio na América Latina. **Revista Crítica Histórica.** Ano XI, nº. 22, dezembro/2020. Pp. 38-67. Disponível em <[www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/download/11210/pdf/42967](http://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/download/11210/pdf/42967)>. Acesso em 26 dez. 2022.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos subalternos. **Estudos Feministas,** Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017, pp. 1035-1054. Disponível em <[www.scielo.br/j/ref/a/gW3NgWK4bpj9VHJCNTxx96n/?format=pdf&lang=pt](http://www.scielo.br/j/ref/a/gW3NgWK4bpj9VHJCNTxx96n/?format=pdf&lang=pt)>. Acesso em 01 jul. 2022.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. Pp. 292-313.

BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos; INCROCCI, Caio. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. **Saúde soc.,** São Paulo, v. 28, n. 1, p. 262-274, Mar. 2019. Disponível em <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902019000100019](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000100019)>. Acesso em 08 abr. 2021.

BELARMINO, Victor Hugo; LEITE, Jáder Ferreira. Produção de sentidos em um grupo reflexivo para homens autores de violência. **Psicol. Soc.,** Belo Horizonte, v. 32, e 218781, 2020. Disponível em <[www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822020000100234&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822020000100234&script=sci_arttext)>. Acesso em 08 abr. 2021.





BRASIL. Lei N.º 13.984, de 3 de Abril de 2020. Brasília, DF: 2020. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm)>. Acesso em 28 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. **Diretrizes gerais dos serviços de responsabilização e educação do agressor**. Brasília, DF: 2008. Disponível em <[assets-compromissoeatitude-ippg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/01/Diretrizes-Gerais-dos-Servicos-de-Responsabilizacao-e-Educacao-do-Agressor.pdf](http://assets-compromissoeatitude-ippg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/01/Diretrizes-Gerais-dos-Servicos-de-Responsabilizacao-e-Educacao-do-Agressor.pdf)>. Acesso em 15 nov. 2021.

CAMPOS, Brisa; TCHALEKIAN, Bruna; PAIVA, Vera. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/ COVID-19 em São Paulo. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 32, e020015, 2020. Disponível em <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822020000100414](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100414)>. Acesso em 26 abr. 2021.

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sérgio; BUENO, Samira; NEME, Cristina; FERREIRA, Helder; COELHO, Danilo; ALVES, Paloma Palmieri; PINHEIRO, Marina; ASTOLFI, Roberta; MARQUES, David; REIS, Milena; MERIAN, Filipe. **Atlas da Violência 2018**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); 2018. Disponível em <[www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf)>. Acesso em 26 dez. 2022.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

CONNELL, R. W. Globalization, imperialism, and masculinities. *In*: KIMMEL, Michael; HEARN, Jeff; CONNELL, R. W. **Handbook of Studies on Men and Masculinities**. Thousand Oaks: Sage, 2005. Pp. 71-89. Disponível em <[xyonline.net/sites/xyonline.net/files/2020-05/Kimmel%2C%20Handbook%20of%20Studies%20on%20Men%20and%20Masculinities%20%282005%29.pdf](http://xyonline.net/sites/xyonline.net/files/2020-05/Kimmel%2C%20Handbook%20of%20Studies%20on%20Men%20and%20Masculinities%20%282005%29.pdf)>. Acesso em 23 dez. 2022.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Pp. 120-138.

DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia. Apresentação. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.





DIMENSTEIN, Magda; SILVA, Gabriel de Nascimento e; DANTAS, Candida; MACEDO, João Paulo; LEITE, Jáder Ferreira; ALVES FILHO, Antonio. Gênero na perspectiva decolonial: revisão integrativa no cenário latino-americano. **Rev. Estud. Fem.** [online], Florianópolis, v. 28, n. 3, e. 61905, set. 2020. Disponível em <educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0104-026X2020000300203&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 abr. 2021.

GUTMANN, Matthew C.; VIVEROS VIGOYA, Mara. Masculinities in Latin America. *In*: KIMMEL, Michael; HEARN, Jeff; CONNELL, R. W. **Handbook of Studies on Men and Masculinities**. Thousand Oaks: Sage, 2005. Pp. 114-128. Disponível em <xyonline.net/sites/xyonline.net/files/2020-05/Kimmel%2C%20Handbook%20of%20Studies%20on%20Men%20and%20Masculinities%20%282005%29.pdf>. Acesso em 23 dez. 2022.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. Pp. 9-21.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Pp. 11-34.

KIMMEL, Michael; HEARN, Jeff; CONNELL, R. W. Introduction. **Handbook of Studies on Men and Masculinities**. Thousand Oaks: Sage, 2005. Pp. 01-12. Disponível em <xyonline.net/sites/xyonline.net/files/2020-05/Kimmel%2C%20Handbook%20of%20Studies%20on%20Men%20and%20Masculinities%20%282005%29.pdf>. Acesso em 23 dez. 2022.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. Pp. 357-377.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Pp. 52-83

MARTINS, Paulo Henrique; BENZAQUEN, Júlia Figueiredo. Uma proposta de matriz metodológica para os Estudos Decoloniais. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, v. II, n. 11, Ago/Dez, 2017, pp. 10-31. Disponível em <www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasociais/article/view/1882/482482516>. Acesso em 26 jun. 2022.





MENENGAGE. **Hombres, masculinidades y cambios en el poder:** un documento de debate sobre la participación de los hombres en la igualdad de género desde Beijing 1995 hasta el año 2015. [online]. 2014. Disponível em <[www.codajic.org/sites/default/files/sites/www.codajic.org/files/2014%20Masculinidade%20Beijing.pdf](http://www.codajic.org/sites/default/files/sites/www.codajic.org/files/2014%20Masculinidade%20Beijing.pdf)>. Acesso em 09 fev. 2023.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. *In:* HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Pp. 96-119.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa. Superando a análise fragmentada da dominação: uma revisão feminista decolonial da perspectiva da interseccionalidade. **Revista X**, v. 17, n. 1, p. 425-446, 2022. Disponível em <[revistas.ufpr.br/revistax/article/view/84444/45913](http://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/84444/45913)>. Acesso em 26 nov. 2022.

MORRELL, Robert; SWART, Sandra. Men in the Third World: postcolonial perspectives on masculinity. *In:* KIMMEL, Michael; HEARN, Jeff; CONNELL, R. W. **Handbook of Studies on Men and Masculinities.** Thousand Oaks: Sage, 2005. Pp. 90-113. Disponível em <[xyonline.net/sites/xyonline.net/files/2020-05/Kimmel%20Handbook%20of%20Studies%20on%20Men%20and%20Masculinities%20%282005%29.pdf](http://xyonline.net/sites/xyonline.net/files/2020-05/Kimmel%20Handbook%20of%20Studies%20on%20Men%20and%20Masculinities%20%282005%29.pdf)>. Acesso em 23 dez. 2022.

PIERRE, Ricardo Lustosa. **Políticas públicas de responsabilização de homens autores de violência doméstica.** Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In:* **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <[edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4386378/mod\\_folder/content/0/Quijano%20Colonialidade%20do%20poder.pdf](http://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4386378/mod_folder/content/0/Quijano%20Colonialidade%20do%20poder.pdf)>. Acesso em 28 set. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Almedina, 2020. *E-book.*

SANTOS, Katia Alexsandra dos; ZARPELLON, Bianca Caroline Oconoski; SOARES, Izabel Cristina; SASSE, Jonathan. Enfrentamento à violência doméstica em tempos de pandemia: as ações do Núcleo Maria da Penha-NUMAPE/Irati. **Revista Tecnologia e Saúde**, v. 16, n. 44, 2020. Disponível em <[periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/12218](http://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/12218)>. Acesso em 30 dez. 2022.





2º ciclo  
ibero-americano  
de diálogos  
contemporâneos

**GÉNERO, SOCIEDADE  
E DIVERSIDADE**

14 a 16 de Março de 2023

SEGATO, Rita Laura. Género e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, n. 18, 2012. Disponível em <[journals.openedition.org/eces/1533](https://journals.openedition.org/eces/1533)>. Acesso em 26 dez. 2022.

SEGATO, Rita Laura. **Crítica da Colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

VERGÈS, Françoise. Uma teoria feminista da violência. São Paulo: Ubu Editora, 2021. 160 p.

VIVEROS VIGOYA, Mara. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. Disponível em <[drive.google.com/file/d/1AFIyArqTMEVLdss8EdLBjfGyk-51A9Mr/view](https://drive.google.com/file/d/1AFIyArqTMEVLdss8EdLBjfGyk-51A9Mr/view)>. Acesso em 26 dez. 2022.

110



Actas Completas do 2º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: Género, Sociedade e Diversidade

Daniel Colin & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-52-6

# **VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO HOMOSSEXUAL, BISSEXUAL, TRAVESTI E TRANSEXUAL NO ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE DAS NOTIFICAÇÕES**

Brida Luísa Torres Duque<sup>1</sup>  
Márcia Regina de Oliveira Pedroso<sup>2</sup>  
Priscilla Ferreira e Silva<sup>3</sup>  
Tiffani Matos Oliveira<sup>4</sup>  
Tamires Paulo Ceccon<sup>5</sup>  
Márcia Valéria Souza Almeida<sup>6</sup>  
Franciele Marabotti Costa Leite<sup>7</sup>

## **Introdução**

A violência é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como atos que levam a uma lesão, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação, incluindo aqueles que resultam em morte, ações cometidas de maneira intencional contra uma pessoa, um grupo ou a si próprio. Esse agravo, enquanto tipologia, pode ser considerado como violência auto infligida, coletiva ou interpessoal. A natureza desse ato pode ser classificada de diversas formas, como sexual, física, psicológica, negligência, entre outras (KRUG EG et al., 2002, p. 5-6).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) no ano de 2019 houve um aumento de 28% na taxa de homicídio na população negra, feminina e LGBT (homossexual, bissexual, transexual e travesti). Conforme Soares, Guimarães e Bonfada (2021, p. 5753), entre os anos de 2009 e 2017 ocorreram 1.116.331 notificações de violência interpessoal contra grupos vulneráveis. Vale destacar que a violência contra a população gay, lésbica, bissexual, transexual e travesti, é um crime de ódio, homofobia, lesbofobia ou transfobia, criminalizada no Brasil (SOUZA; FELICIANO, 2022, p. 122; TAVARES; SOUZA, 2022, p. 421).

Importante refletir que o preconceito, a perseguição e a violência contra a população LGBT é histórica, e, em grande parte, motivada por questões dogmáticas religiosas em diversas culturas globais e está refletida, inclusive, em atos de legislação que imputam o homossexualismo, a diversidade de identidade sexual e de expressão de gênero como crime. Arábia Saudita, Ira, Iêmen, Nigéria, Sudão e Somália consideram a pena de morte em caso de homossexualidade (SILVA S.G., 2020, p. 30).

Estudo com este grupo, realizado no Equador, identificou que 50% da sua população já sofreu violência física e 75% já foi submetida a situações discriminatórias (BOTELLO-PEÑALOZA; GUERRERO-RINCÓN, 2018, p. 134). Entre os anos 2015 a 2017, foram

---

<sup>1</sup> Graduanda em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: [bridaluisa@hotmail.com](mailto:bridaluisa@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Saúde Coletiva. Docente da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Centro das Ciências Biológicas e da Saúde. E-mail: [marcypedroso@gmail.com](mailto:marcypedroso@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Enfermagem. Docente da Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de Enfermagem. Email: [silva.f.priscilla@gmail.com](mailto:silva.f.priscilla@gmail.com)

<sup>4</sup> Enfermeira. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: [tiffani.matos@hotmail.com](mailto:tiffani.matos@hotmail.com)

<sup>5</sup> Mestranda em enfermagem. Discente da Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de Enfermagem. E-mail: [tamires.pc@hotmail.com](mailto:tamires.pc@hotmail.com)

<sup>6</sup> Doutora em Enfermagem. Docente da Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de Enfermagem. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. E-mails: [souzamarcia40@gmail.com](mailto:souzamarcia40@gmail.com)

<sup>7</sup> Doutora em epidemiologia. Docente da Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de enfermagem. Programa de Pós-graduação em Saúde coletiva e Enfermagem. E-mail: [francielemarabotti@gmail.com](mailto:francielemarabotti@gmail.com)



registradas no Brasil 24.564 casos de violências contra a população LGBT, com tendência de aumento de casos (PINTO et al, 2020, p 3). Entre 2009 a 2017 o estado de São Paulo obteve 2,4% das notificações, enquanto Goiás teve a maior taxa do país com 2,8% das notificações brasileiras (SOARES et al, 2021, p. 5758).

Nesse cenário vale considerar dois momentos importantes no Brasil, no âmbito da saúde. Primeiro o ano de 1985, onde o Conselho Federal de Psicologia do Brasil, suspendeu atendimentos psicológicos que tinham como objetivo tratar a orientação sexual como uma doença. Nesse contexto, observa-se que o Código internacional de Doenças (CID-10) manteve o termo homossexualismo, com seu sufixo “ismo”, que denota processo patológico, até o ano de 1990 (SILVA; SILVA; 2021, p 145-146). O segundo momento foi a criação do Movimento Homossexual Brasileiro na década de 70 e a primeira Parada LGBT, realizada na cidade de São Paulo (1997); com registros que apontam algumas das manifestações em defesa da liberdade sexual (SOUSA JUNIOR; MENDES, 2021, p. 643).

A transfobia, violência e discriminação provocam, além dos danos físicos, agravos à saúde mental como ansiedade, distúrbio de autoimagem, depressão e tentativas de suicídio (MISKOLCI et al, 2022, p. 3819). Em Cuba, identificou-se casos de evasão escolar que foram causadas por acúmulos de violências psicológicas, sofridas pela pessoa LGBT no ambiente educacional, o que leva a redução do nível de escolaridade e menores oportunidades de trabalhos (SOCARRÁS et al, 2019, p. 77-78).

São diversas as dificuldades encontradas pela população LGBT nos serviços de saúde, pois o sistema inadequado, causa impedimentos na realização de procedimentos como o preventivo e pré-natal para homens trans ou uso do nome social devidamente. A própria equipe pode se perceber despreparada para atender as particularidades da saúde da população LGBT, como na orientação de mulheres lésbicas na prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) (MISKOLCI et al, 2022, p. 3820). Urge a necessidade de gestores com interesse em realizar capacitações adequadas e profissionais conscientes quanto as suas obrigações nos atendimentos e no processo de vigilância em saúde à esse grupo populacional. Diante do contexto, considerando a vulnerabilidade dessa população às diversas violências e o impacto desse agravo na saúde, esse estudo teve por objetivo descrever os casos notificados de violência contra a população LGBT no Estado do Espírito Santo, no período de 2014 a 2018.

## Métodos

Estudo descritivo com análise dos casos notificados de violência contra a população LGBT atendida pelos serviços de saúde no Estado do Espírito Santo entre 2014 e 2018. Os dados foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo a partir da base de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). O Espírito Santo é o menor estado da região sudeste brasileira, contando com 78 municípios e uma extensão territorial de 46.074,444 Km<sup>2</sup>. Sua população estimada em 2021 eram 4.108.508 habitantes,





possuindo um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,740, considerado alto (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010).

Para a definição da população de estudo deste trabalho utilizou-se a variável “Orientação sexual do paciente” e “Identidade de gênero” constante na Ficha de Notificação/Investigação de Violência Interpessoal e Autoprovocada. Foram incluídos aqueles indivíduos que responderam como sendo homossexuais ou bissexuais, na primeira variável, e travesti, mulher transexual e homem transexual, na segunda variável, perfazendo um total de 852 observações.

Para a descrição dos casos foram incluídas variáveis relativas à vítima, ao agressor e ao evento. A orientação sexual (heterossexual, lésbica, gay e bissexual), identidade de gênero (travesti, mulher transexual e homem transexual), faixa etária (10 a 19 anos, 20 a 59 anos, 60 anos e mais), a raça/cor (branca, preta/parda), a escolaridade (0 a 4 anos, 5 a 8 anos, 9 anos ou mais), a situação conjugal (sem companheiro, com companheiro), a presença de deficiências e/ou transtornos (não, sim) e a zona de residência (urbana/periurbana, rural) foram as variáveis relacionadas à vítima incluída. Com relação ao agressor e ao evento, foram analisadas a faixa etária (0 a 19 anos, 20 a 59 anos, 60 anos e mais), sexo do agressor (masculino, feminino, ambos), o vínculo deste com a vítima (parceiro íntimo atual ou ex, familiar, conhecido, desconhecido), a suspeita de uso de álcool (não, sim), o número de envolvidos (um, dois ou mais), o local de ocorrência (residência, via pública, outros), o histórico de repetição (não, sim) e o encaminhamento para outros serviços da rede de atenção (não, sim). Além disso, também foi caracterizado o tipo de violência sofrido: sexual, física, psicológica, autoprovocada e outros. A presença de dados faltantes ou ignorados nas variáveis foram excluídos, portanto o quantitativo total de observações pode variar.

Na análise foram calculadas as frequências relativas e absolutas das variáveis com seus respectivos intervalos de confiança de 95%, sendo utilizado o software Stata 14.1 para as análises. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, sob parecer número 2.819.597.

## Resultados

De acordo com os dados produzidos na Tabela 1, calculou-se a frequência de notificações realizadas por profissionais de saúde referente a violência contra a população LGBT, totalizando 852 casos (P: 2,3%; IC95%: 2,2 – 2,5) no período de 2014 a 2018.

Na Tabela 1 nota-se a caracterização das vítimas, com uma maior frequência de violência contra a população de Lésbicas (50,5%), seguida pelos Gays (26,6%). Constata-se ainda o predomínio de violência contra mulheres transexuais (60,8%), com idade entre 20 a 59 anos (73,2%), da raça preta/parda (70,0%), com escolaridade acima de nove anos ou mais de estudo (57,3%), sem companheiro (69,3%), sem deficiência e/ou transtorno (79,2%) e residentes da zona urbana/periurbana (93,7%).





Em relação ao perfil do agressor, prevalece o sexo masculino (58,4%), com faixa etária entre 20-59 anos (79,2%) sem suspeita do uso de álcool durante a agressão (57,3%), tendo vínculo como parceiro íntimo atual ou ex da vítima (39,2%).

Dentre os tipos de violência, a física (51,1%), predomina em relação às demais, seguida da autoprovocada (32,3%). A maioria dos casos de violência foi cometida na residência (68,5%), perpetrada por um agressor (83,0%), com o histórico de repetição (53,4%) e em grande parte dos atendimentos foram feitos encaminhamentos (84,2%).

**Tabela 1.** Características gerais relativas à vítima, ao agressor e ao evento segundo a ficha de Notificação/Investigação de Violência Interpessoal e Autoprovocada a população de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis, no Espírito Santo, nos anos de 2014 a 2018.

Variáveis	N	%	IC 95%
<b>Orientação sexual</b>			
Heterossexual	94	11,4	9,4-13,7
Lésbica	418	50,5	47,1-54,0
Gay	220	26,6	23,7-29,7
Bissexual	95	11,5	9,5-13,9
<b>Identidade de gênero</b>			
Travesti	36	19,1	14,0-25,3
Mulher transexual	115	60,8	53,7-67,6
Homem transexual	38	20,1	15,0-26,5
<b>Faixa etária</b>			
10 a 19 anos	202	23,7	21,0-26,7
20 a 59 anos	624	73,2	70,2-76,1
60 anos e mais	26	3,1	2,1-4,5
<b>Raça/Cor</b>			
Branca	229	30,0	26,8-33,3
Preta/Parda	535	70,0	66,7-73,2



**Escolaridade**

0 a 4 anos	68	10,8	8,6-13,5
5 a 8 anos	200	31,9	28,3-35,6
9 anos ou mais	360	57,3	53,4-61,2

**Situação conjugal**

Sem companheiro	546	69,3	66,0-72,4
Com companheiro	242	30,7	27,6-34,0

**Deficiências/Transtornos**

Não	629	79,2	76,3-81,9
Sim	165	20,8	18,1-23,8

**Zona de residência**

Urbana/Periurbana	783	93,7	91,8-95,1
Rural	53	6,3	4,9-8,2

**Faixa etária do agressor**

0 –19 anos	140	19,4	16,7-22,5
20-59 anos	570	79,2	76,0-82,0
60 anos e mais	10	1,4	0,8-2,6

**Sexo do agressor**

Masculino	474	58,4	54,9-61,7
Feminino	310	38,2	34,9-41,6
Ambos	28	3,4	2,4-5,0

**Vínculo com a vítima**

Parceiro íntimo atual ou ex	198	39,2	35,0-43,6
Familiar	63	12,5	9,9-15,7
Conhecido	136	26,9	23,2-31,0
Desconhecido	108	21,4	18,0-25,2



**Suspeita de uso de álcool**

Não	360	57,3	53,4-61,2
Sim	268	42,7	38,9-46,6

**Número de envolvidos**

Um	674	83,0	80,3-85,4
Dois ou mais	138	17,0	14,6-19,7

**Local de ocorrência**

Residência	537	68,5	65,2-71,7
Via pública	153	19,5	16,9-22,5
Outros	94	12,0	9,9-14,5

**Violência de repetição**

Não	349	46,6	43,0-50,2
Sim	400	53,4	49,8-57,0

**Encaminhamento**

Não	123	15,8	13,4-18,6
Sim	655	84,2	81,5-86,6

**Tipo de violência**

Sexual	82	9,6	7,8-11,8
Física	435	51,1	47,7-54,4
Psicológica	34	4,0	2,9-5,5
Autoprovocada	275	32,3	29,2-35,5
Outros	26	3,0	2,1-4,5

Fonte: Próprio autor.

**Discussão**

Entre os anos de 2014 a 2018, foram preenchidas cerca de 36 mil fichas de notificações de violência interpessoal e autoprovocada no Espírito Santo. Destas, 852 casos foram da





população LGBT (P: 2,3%; IC95%: 2,2 – 2,5). No Brasil, de 2015 a 2017, 3,15% das notificações do SINAN foram de pessoas LGBT (PINTO et al., 2020, p. 4).

As mulheres transexuais e lésbicas representaram as maiores taxas de vitimização, enquanto os maiores agressores foram os homens, sugerindo a relação direta da cultura machista, heteronormativa e do patriarcado impregnado na sociedade brasileira desde sua colonização, fruto da concepção de submissão da mulher perante o homem (SOARES et al., 2021, p. 5751 - 5763). Pinto et al (2020, p. 5 - 8) encontraram através das notificações brasileiras de violência registradas no SINAN (2015 a 2017), resultado semelhante no perfil das vítimas e no perfil dos agressores da população LGBT.

No que tange a idade das vítimas, estudo realizado a partir de casos de agressões a grupos vulneráveis, encontrou a idade média das vítimas LGBT de 31,2 anos (SOARES et al., 2021, p. 5756) dados que corroboram com nosso achado e ao de Jesus et al. (2022, p. 51), realizado em São Paulo através dos dados de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual, em que a maior frequência de notificações são de vítimas adultas, com idade de 20 a 59 anos.

Reflexo do cruel e pesado passado histórico brasileiro, o racismo perpetua após centenas de anos. Sendo ele estrutural e/ou interpessoal, nos leva a obter um predomínio da violência contra pretos/partos, predomínio que também foi encontrado por estudos com vítimas adolescentes, adultas e de agressores que estavam alcoolizados (LEITE et al., 2022; FIOROTTI et al., 2022; SILVA et al., 2022). Dados retirados do Atlas da Violência mostram que a maioria das mortes violentas no Brasil em 2018, foram de pessoas negras (CERQUEIRA et al., 2020, p. 47).

Observamos que 57,3% das vítimas possuem 9 anos ou mais de estudo, o que se assemelha com resultados obtidos através do SINAN em São Paulo (ensino médio completo) com a população LGBT e no Paraná (igual ou superior a 8 anos de estudo) com mulheres vítimas de violência física, onde identificaram maior escolaridade entre as vítimas (FERNANDES et al., 2022; MOROSKOSKI et al., 2021 p. 4995). Pode-se justificar pelo acesso à informação sobre saúde, segurança e meios de proteção, garantindo a pessoa maior autonomia para procurar ajuda e encerrar o ciclo (SOUZA, 2019; DEBONI, 2018 *apud* MOROSKOSKI et al, 2021, p. 4996).

Identificamos que 93,7% das vítimas residem na zona urbana/periurbana, semelhante aos 90,5% encontrado por Silva et al (2017, p. 3059) em um estudo realizado no interior da Bahia sobre violência contra a mulher e 94,3% por Fiorotti et al (2022, p. 3) ao analisar os dados do SINAN referente a violência contra adultos no Espírito Santo. Regiões com indicadores sociais e econômicos mais elevados, possuem uma maior taxa de notificações, isso pode se dar pela população ter mais acesso a unidades notificadoras (SILVA; RONCALLI, 2020, p. 8; FIOROTTI et al, 2022, p. 6). Diante desse fator, são necessários mais estudos na população rural para identificar se há possível subnotificação (SILVA, 2017, p. 3061).

Os dados da presente pesquisa apontam que a maior parte das vítimas estão sem companheiros (69,3%), porém a maioria das violências são cometidas por pessoas com vínculo de parceiro íntimo atual ou ex (39,2%). Esse fato é semelhante ao encontrado por



Silva et al (2022, p. 9), enfatizando que esta condição pode se dar pelos diversos tipos de união informal presentes no Brasil.

A maioria dos casos de violência aconteceram na residência (68,5%), tendo caráter de repetição (53,4%), podendo se dar pelo fato da vítima conviver com o agressor. Isto demonstra a insegurança dessa população em ambientes que deveriam ser considerados acolhedores e seguros. A residência possui a característica de ser um local mais reservado e íntimo, contribuindo para casos de violência recorrente, pois sua privacidade evita a descoberta do ato pela sociedade e dificulta a adoção de medidas de intervenção, causando uma impunidade ao agressor (LUIS et al, 2021, p. 9; MIRANDA et al, 2020, p. 6).

Pinto et al (2020, p. 7) identificou que o local da agressão mais presente é a residência em todas as faixas etárias com uma variação considerável de 54,6% entre os 15 a 19 anos e 78,9% acima dos 60 anos de idade. Beccheri-Cortez e Souza (2013, p. 51) relatam que a residência é o local mais associado a altos índices de violência física e psicológica. Quanto aos atendimentos, 84,2% foram encaminhados a outros setores, visando uma maior resolutividade e integridade no atendimento ao paciente, através da rede de atenção à saúde (LIMA et al., 2011, p. 10).

No que tange ao tipo de violência contra a população LGBT, houve o predomínio de notificação da física (51,1%). Colonese e Pinto (2022, p. 8) encontrou 61,9% e Soares et al (2021, p. 5754) descobriu um valor maior (84,3%). Estudo realizado em Minas Gerais identificou profissionais da atenção básica que relataram desconhecer a violência contra a população LGBT no seu território, mesmo após relatarem situações de ofensas e violência verbal praticadas no espaço da assistência (COSTA-VAL et al., 2022, p. 7-8). O desconhecimento de outras formas de violência, não tangíveis e visíveis, podem levar a subnotificações de diversos tipos e diminuição dos indicadores (BEZERRA et al., 2019). Importante destacar que a notificação para a vigilância epidemiológica contribui para a identificação do cenário, fornecendo dados necessários para formular políticas públicas que visam a prevenção da violência e seu enfrentamento, assim as subnotificações afetam a visualização do real contexto epidemiológico (LIMA et al, 2011, p. 10).

### **Limitações do estudo**

Este trabalho possui como limitação uma possível subnotificação causada pela perda de algumas informações, como incompletude das fichas em relação as variáveis orientação sexual e identidade de gênero. Neste sentido, é possível que os dados apresentados não mostrem a real prevalência da violência vivenciada pela população LGBT. Apesar disso, o estudo informa sobre as características dos agressores e da violência, proporcionando informações para tomadas de decisões assertivas.





### Contribuições para a prática

O presente estudo evidencia como contribuição para a prática a importância da notificação das violências interpessoais e autoprovocadas de modo a contribuir com a ruptura desse fenómeno e a inserção da vítima na rede de proteção. Destaca-se a necessidade de capacitação da equipe de saúde para a promoção de um cuidado integral e qualificado à população.

### Conclusão

Os resultados apontam para uma frequência significativa de violência contra a população LGBT no estado do Espírito Santo, sendo a maioria vítimas do sexo feminino, lésbicas, transexuais, com 20 a 59 anos, pretos/pardos, com nove anos ou mais de estudo, sem companheiro e residentes em zona urbana ou periurbana. Quanto aos agressores e à agressão, prevaleceu a violência física, associada a perpetradores do sexo masculino, com idade entre 20-59 anos, parceiro íntimo atual ou ex da vítima, ocorrendo na residência por um único agressor, sem suspeita do uso de álcool.

Os dados obtidos através das notificações realizadas pelos profissionais de saúde levaram a esse estudo, contribuindo para a identificação de fatores de riscos e condições de vulnerabilidades relacionados a violência contra a população gay, lésbica, bissexual, transsexual e travesti. Este conhecimento favorece ao planeamento de ações relacionadas a promoção e prevenção de violência, visando enfrentar o agravamento a partir de estratégias públicas. Necessita-se qualificar os profissionais para identificação dos casos de violência nas suas diversas tipologias, notificação de maneira correta e manejo adequado para esse atendimento.

Sugerem-se mais estudos que abordem essa população focando na sua saúde, qualidade de vida e fatores protetores à violência interpessoal e autoprovocada além de novos estudos sobre o perfil das vítimas e da violência em outros estados brasileiros.

### Referências

BECCHERI-CORTEZ, M.; SOUZA, L. Mulheres de classe média, relações de género e violência conjugal: um estudo exploratório. **Revista Gerencia y Políticas de Salud**, Bogotá, v. 12, n. 24, p. 34-53, 2013.

BEZERRA, M. V. R. et al. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. spe8, p. 305-323, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S822>.





BOTELLO-PENALOZA, H. A.; GUERRERO-RINCÓN, I. Incidencia de la violencia física en la población LGBT en Ecuador. **Civilizar Ciencias Sociales y Humanas**, [S.I.], v. 18, n. 35, p. 129-138, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22518/usergioa/jour/ccsh/2018.2/a10>.

CERQUEIRA, D. et al. Atlas da violência 2020. **Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)**, Brasília, DF: Ministério da Economia, 2020.

COLONESE, C. F.; PINTO, L. W.. Analysis of reports of violence against pregnant women in Brazil in the period from 2011 to 2018. **Texto & Contexto-Enfermagem**, [S.I.], v. 31, [S.I.], e20210180, p. 1-16, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2021-0180>.

COSTA-VAL, A. et al. O cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S.I.], v. 32, n. 2, e320207 p. 1-21, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320207>.

FERNANDES, H. et al. Violência interpessoal contra homossexuais, bissexuais e transgêneros. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S.I.], v. 35, [S.I.], eAPE01486, p. 1-11, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO014866>.

FIOROTTI, K. F.; PEDROSO, M. R. O.; LEITE, F. M. C. Análise dos casos notificados de violência sexual contra a população adulta. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S.I.], v. 35, [S.I.], eAPE01846, p. 1-7, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO018466>.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 do Espírito Santo**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=32&dados=26>. Acesso em: 13 jun. 2022.

JESUS, G. R. de et al. Assistance to victims of sexual violence in a referral service: a 10-year experience. **Revista brasileira de ginecologia e obstetrícia**, [S.I.], v. 44, n. 1, p. 47-54, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1055/s-0041-1740474>.

KRUG E. G. et al. World report on violence and health. [S.I.]. Geneva: **World Health Organization**, 2002. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615\\_eng.pdf](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf).

LEITE, F. M. C. et al. Violência recorrente contra adolescentes: uma análise das notificações. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S.I.], v. 30, n. spe, e3682, p. 1-10, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.6277.3682>.



LIMA, J. S.; DESLANDES, S. F. Mandatory notification of sexual abuse against children and adolescents: a comparison between American and Brazilian mechanisms. **Interface**, Botucatu, v. 15, n. 38, p. 818-832, 2011.

LUIS, M. A. et al. Sexual Violence Against Adolescents in a Brazilian State: an Analysis of Reported Cases. 2021. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, [S.I.], v. 19, n. 21, p. 1-13, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph192114481>.

MIRANDA, M. H. H. et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [S.I.], v. 54, [S.I.], e03633, p. 1-8, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019013303633>.

MISKOLCI, R. et al. Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.I.], v. 27, n. 10, p. 3815-3824, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.06602022>.

MOROSKOSKI, M. et al. Aumento da violência física contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo: uma análise de tendência. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.I.], v. 26, n. 3, p. 4993-5002, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.02602020>.

PINTO, I. V. et al. Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S.I.], v. 23, n. 1, e200006, p. 1-13, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200006.supl.1>.

SILVA, E. R., HINO P., FERNANDES H. Características sociodemográficas da violência interpessoal associada ao consumo de álcool. **Cogitare Enferm.** [S.I.], v. 23, [S.I.], e200038, p. 27-44, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v27i0.77876>.

SILVA, J. V. D.; RONCALLI, A.G. Trend of social iniquities in reports of sexual violence in Brazil between 2010 and 2014. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S.I.], v. 23, [S.I.], e200038, p. 1-12, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200038>.

SILVA, M. P. et al. Violence and its repercussions in the life of contemporary women. **Revista de Enfermagem UFPE**, [S.I.], v. 11, n. 8, p. 3057-3064, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5205/reuol.11064-98681-4-ED.1108201709>

SILVA, M. P.; SILVA, L. S. Disseminação de discursos de ódio em comentários de notícias: uma análise a partir de notícias sobre o universo LGBT em cibermeios sul-mato-grossenses no Facebook. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 137-155, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-5844202127>.



2º ciclo  
ibero-americano  
de diálogos  
contemporâneos

**GÉNERO, SOCIEDADE  
E DIVERSIDADE**

14 a 16 de Março de 2023

SILVA, S. G. Da invisibilidade à pavimentação dos direitos humanos LGBTQIA+: um diálogo entre as conquistas históricas e a consolidação de direitos. **Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas (Brazilian Journal of Law Research)**, [S.I.], v. 1, n. 2, p. 27-44, 2020.

SOARES, M. L. M.; GUIMARÃES, N. G. M.; BONFADA, D. Tendência, espacialização e circunstâncias associadas às violências contra populações vulneráveis no Brasil, entre 2009 e 2017. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.I.], v. 26, n. 11, p. 5751-5763, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.25242020>.

SOCARRÁS, D.R.S. et al. Estudio exploratorio retrospectivo sobre violencia homofóbica y transfóbica en la trayectoria escolar de activistas cubanos LGBT. **RSS**, [S.I.], v. 25, n. 1, p. 72-87, 2019.

SOUSA JÚNIOR, C. A. A.; MENDES, D. C. Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 19, edição especial, p. 642-655, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120200116>.

SOUZA, W. V. F.; FELICIANO, C. A. Mapeamento dos crimes de ódio contra LGBT: uma leitura socioespacial da violência entre os anos de 2017 e 2018. **Geografia em Atos**, [S.I.], v. 1, n. 16, p. 121-140, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v1i16.7283>.

TAVARES, R. C. L.; SOUSA, R. S. N. Discursos sobre a criminalização da homofobia e da transfobia no portal de notícias o antagonista. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, [S.I.], v. 61, n. 1, p. 419-434, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/010318138666170v61n22022>.

122



# CIDADE ANTIPATRIARCAL: UMA PROPOSTA ANTIVIOLÊNCIA

Maria Eduarda Cavati<sup>1</sup>

Hulda Wehmann<sup>2</sup>

## Introdução

Se a cidade é direito de toda a sociedade, como as mulheres à ocupam? Como se manifestam as imposições masculinas sobre as dinâmicas femininas? O presente trabalho tem como intuito analisar e entender estas questões a partir da análise das dinâmicas do caminhar feminino pela urbe, e quais questões de planejamento urbano contribuíram para esta apropriação desigual do espaço público. Como resultante deste estudo, compreendeu-se que o caminhar é um movimento de conflito, e tem como encargo ser uma ação política, como defende Ranciére (2010, p.12), pelas utopias criadas e realidade.

O caminhar, em primeiro momento, é considerado uma atividade libertadora muito por não possuir custo monetário, e por facilitar a escolha de rotas a serem tomadas. Entretanto a liberdade pela está condicionada apenas aos homens, a liberdade feminina é restrita e retirada da mulher pelas estruturas opressoras de gênero, que se manifestam por meio das violências específicas de gênero, como assédio ou violência sexual, além da pressão estética imposta socialmente sobre o corpo feminino e os padrões estéticos considerados socialmente aceitáveis. Como metodologia foi usado a pesquisa qualitativa, orientada por princípios da pesquisa qualitativa fenomenológica, que permite evidenciar as situações vividas em seu mais claro aspecto (WEHMANN, 2019, p. 155). O objetivo final, se torna, compreender como o planejamento urbano construído afeta as dinâmicas do caminhar feminino.

## Espaços masculinos e sua relação com o gênero feminino

As mulheres começaram a ter seus direitos levados em consideração na década de 80, em áreas como economia, política, literatura, artes... Mesmo com estes avanços os estudos sobre urbanismo moderno e planejamento urbano ainda eram feitos por padrões masculinos, ou seja, figuras masculinas, heterossexuais, brancas e europeias. Desta forma, sustentando a prerrogativa de que as questões de gênero não fazem parte das construções das cidades (SEBALHOS, 2018, p. 80).

Mesmo com a predominância feminina nas ruas das cidades, a malha urbana ainda configura espaços que não permitem que o caminhar seja realizado. Desta forma, o desenho de cidade atual que desconsidera as questões de gênero, constroem os chamados de espaços de opressão mascarada, espaços estes que servem de facilitadores para as pequenas violências diárias, que tratam de repor e manter um ciclo de desigualdade, por meio da negação dos direitos femininos e reafirmação da garantia dos direitos dos homens (SEBALHOS, 2018, p. 84).

A predominância masculina na produção da urbe configurou um desenho do espaço público dividido de acordo com as funções atribuídas historicamente aos gêneros, assim, a rua é dominada pela presença masculina que era responsável por prover e o espaço privado, a casa, dominado pela figura feminina que tinha como função cuidar das tarefas domésticas e dos filhos, as afastando de toda socialização urbana (BOURDIEU, 2002). Tais papeis são reafirmados pela presença do capitalismo, onde as funções pré-estabelecidas se manifestam de forma marcante devido ao sexíssimo presente (FEDERICI, 2004, p.37), ou seja, o corpo

---

<sup>1</sup> Pesquisadora, arquiteta e Urbanista, formada pela Universidade Anhembi Morumbi

<sup>2</sup> Professora Doutora, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo



feminino ganha um novo significado que auxiliam no urbanismo moderno, onde segundo Silvia:

“O corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçando a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho.”  
(FEDERICI, 2004, p.34)

Sendo assim, o corpo da mulher é considerado de poder público, e quando colocado em território que não apresenta estratégias para sua proteção, é alvo constante de exploração, ameaças, violências físicas e verbais e assédio.

### **O território e o corpo feminino e suas relações**

O recorte de entrevistas foi realizado com diferentes representantes dos estereótipos femininos existentes, contendo a participação de mulheres cisgênero, mulheres que fazem parte da comunidade LGBTQIA+, brancas, negras, idosas, e mulheres que são mães e transitam com seus filhos, após uma análise percebeu-se que para uma compreensão total do caminhar feminino era necessário a realização da entrevista com alguns estereótipos masculinos, sendo um heterossexual que performa masculinidade e um homossexual que performa mais feminilidade, tendo como foco principal o estudo das relações construídas entre o território e o corpo feminino.

As histórias dos entrevistados contam com as experiências cotidianas vividas, e trazem marcas das feridas geradas pelos abusos e violências sofridas constantemente pelas mulheres, e nos possibilita entender suas motivações de rotas ao caminhar, e quais elementos físicos, visíveis ou invisíveis tendem a ser evitados desses trajetos.

A análise nos fez sintetizar as marcas causadas pelo planejamento urbano masculino em três eixos principais: O sentimento do caminhar; espaços de insegurança e espaços de trauma.

### **O sentimento do caminhar**

O caminhar para o coletivo feminino é uma grande ambiguidade, hora visto como liberdade, devido ao deslocamento pela cidade, hora tido como uma experiência negativa devido as condições cercadoras, que reafirmam que a rua não é um espaço feminino, que segundo Rancière é definido pela ordem policial.

Tal ambiguidade é evidenciada quando as mulheres são condicionadas a caminhar por parâmetros como: lugares, horários, vestimentas e percursos adequados:

“Mas pra mim caminhar é uma coisa muito ambígua, porque eu gosto muito de caminhar, sou uma pessoa que caminha à toa, às vezes eu decido sair andando por aí e quando eu chegar na esquina sei lá, se eu encontrar uma mulher eu viro





pra direita e se eu encontrar um homem eu viro pra esquerda enfim eu pego minhas coisas e saio andando.” (F, 34 anos)

“Hoje eu caminho preocupada, tipo com o que eu to vestindo com a forma que as pessoas estão me olhando.” (C, 24 anos)

“Nossa é uma coisa muito louca, tem muitas questões, eu acho que depende do lugar, então depende de quem vai, existem sensações diferentes e geralmente não são sensações positivas” (R, 23 anos)

“O primeiro sentimento que me vem é um sentimento de incômodo.” (L, 22 anos)

Como prerrogativa das situações que negativam o espaço sobre a ótica feminina, estão inseridos não somente questões relacionados a morfologia urbana, mas intrinsecamente estão ligados a fatores sociais, que despertam sentimentos de medo e insegurança nas mulheres, e geram bloqueios sobre determinados espaços.

“Bom, como mulher a pior coisa é você está andando e ter gente mexendo de alguma forma, todo mundo tem essa experiência sendo mulher, em qualquer lugar que você vai, mas em alguns lugares menos. Então eu acho que essa é a pior experiência, você tá andando e se sentir observada de alguma forma e sei lá você acha que você tem alguma coisa errada, e você quer sair daquele lugar o mais rápido possível, quando você percebe que tá sendo de alguma forma observada, e tão sei lá falando alguma coisa pra você e mexendo de alguma forma com a sua individualidade, ou entrando em algum lugar que não era pra ta sendo interferido.” (J, 25 anos)

“Por exemplo se tem homens, sendo mulher, se tem homens sozinhos, ou se tem só homens, eu fico insegura de passar, por exemplo em uma rua que tem um barzinho e vários homens ali porque você já sabe, sei lá que vão ter olhares vão ter comentários, e aí geralmente eu atravesso a rua passo pro outro lado, então lugares que tem barzinho de calçada, com cadeiras da calçada e um grupos de homens, e sei lá, um homem parado sozinho na rua eu geralmente vou mudar de lugar e ir pro outro lado.” (J, 25 anos)

O único entrevistado que mostrou uma relação única e exclusiva de afeto em sua fala, foi o único homem cis heterossexual entrevistado, este relata sem quaisquer dúvidas:

“Liberdade, eu me sinto livre.” (G, 15 anos)

O que nos permite evidenciar que todos e quaisquer aspectos ligados a feminilidade, são vistos como vulneráveis diante das dinâmicas do caminhar. Além de nos reafirmar que a cidade pensada por e para homens brancos, heterossexuais, só funciona em sua integridade, para os mesmos.

A partir dessas descobertas, se iniciava a busca para o entendimento do porque esses sentimentos eram tão distintos em alguém totalmente distante da feminilidade, e o porquê desses sentimentos tão ambíguos, e quais espaços urbanos causavam cada tipo de experiência.





## Espaços de insegurança

Outros aspectos importantes abordados nas falas dos entrevistados são os locais que causam os desconfortos, ou afeição.

Os elementos que causam o desconforto feminino se repetem, quase que em todas as entrevistas: lugares desertos, centros de cidades, locais com vegetação fechada, locais que provoquem algum tipo de aglomerado masculino e ruas despavimentadas.

Esses sentimentos de desconforto e medo se repetem de inúmeras maneiras, tanto medo em função da sua integridade física, como assédio, assalto, quanto medos do julgamento, pelos conceitos inserido na sociedade onde as mulheres deveriam ser “passivas, obedientes, parcimoniosas, castas, de poucas palavras e sempre ocupadas com suas tarefas” (FEDERICI, 2004, p.203), juntamente com isso medo das pressões estéticas impostas:

“Boteco, construção, lugares que tenham muitos homens aí esses lugares já é mais tenso, principalmente boteco. E assim lugares que só fiquem homens na rua também, padaria às vezes não.” (R, 23 anos)

“se tem uma obra eu não vou passar em frente a obra, vou tentar o máximo possível a não passar em frente a obra... a esquina é sempre um medo porque você vai virar e não sabe o que vai encontrar, então essas viradas a 90 graus são muito abruptas e até você de repente disfarçar, mudar um caminho isso dificulta, acho que as travessias de rua também são difíceis, quantas vezes a gente tem que disputar com o carro a possibilidade de atravessar ou não e dependendo do horário fica pior ainda porque os carros decidem se eles querem ajudar os pedestres. E como eu falei, por mais essencial que seja eu acho que as árvores podem compor uma barreira física.” (F, 34 anos)

O caminhar ganha papel de incomodo, quando o espaço que se caminha vem de um recorte hierárquico, onde a mulher é colocada em um papel social e isso atribui a elas deveres, e normativas estéticas a serem seguidas.

“O lugar que eu to também, porque agora eu sou a psicóloga da cidade então eu tenho uma função, um papel social e eu preciso andar de uma forma que as pessoas não duvidem da minha capacidade profissional, então assim até a roupa que eu visto as pessoas já me olham tipo - nossa a psicóloga tá usando essa roupa?” (C, 24 anos)

Tais fatores estéticos impostos pelos padrões sociais de feminilidade e poder, reafirmam a segregação do espaço, pois limitam a forma de expressão feminina. Com isso, a autonomia e o direito feminino ao caminhar foram perdidos, e a mulher se tornou refém de uma série de regras e diretrizes a serem seguidas, para realizar suas tarefas diárias com o mínimo de segurança e respeito.





## Espaços de trauma

A mulher, dentro da sociedade patriarcal foi submetida a um intenso processo de degradação social, o que acarretou em uma diferenciação sexual do espaço, onde a mulher perdeu sua autonomia, e estar desacompanhada de um homem na rua para uma mulher se tornou imoral, estando sujeita a degradação verbal e sexual (FEDERICI, 2004). Com isso a mulher se tornou refém do espaço criado pelos homens, ficando a mercê de sua cultura, e acabaram por se desenvolver diversos medos do espaço, e sendo impedida associar o caminhar a uma atividade exclusivamente prazerosa, fazendo com a mulher tenha muitas preocupações e ressalvas sobre seu caminhar:

“É mais medo assim na verdade não é nem medo, é tipo assim a preocupação de você esconder a bolsa, de alguém tá chegando perto de você, alguém suspeito, essa é a sensação.” (B, 41 anos)

“Aí coisas que eu sempre considere quando eu vou caminhar é o lugar, aonde eu to indo, porque por mais que as vezes eu faço essas caminhadas meio aleatórias eu tenho um certo medo, então ou eu vou fazer isso no centro, ou eu to perto de um lugar que eu moro, não é uma coisa que eu consiga fazer por lugares completamente desconhecidos porque você nunca sabe, nunca sei quem eu vou encontrar, onde eu vou estar com quem eu vou estar né. Acho que outra coisa que eu considero bastante também é o horário em que eu vou caminhar.” (F, 34 anos)

127

Foi possível entender que as relações no qual o caminhar feminino é construído, carrega diferentes pontos de medos, muito por se tratar de um corpo submisso, onde o medo a integridade física se torna maior, e com isso o receio de ser punida por transitar em um local onde não devia, porque ele não foi pensado para ela, e sim para favorecer ele.

“Eu acho que é medo, medo de tudo que pode acontecer assim. Desde roubo, porque óbvio que eu não quero ser assaltada, não quero ter prejuízo, hoje em dia se rouba seu celular você tá lascado né, tá tudo alí, conta de banco, e-mail, enfim. Além de tudo que pode acontecer, esses desdobramentos acho que medo sobre a minha segurança, e até certo ponto eu fico pensando que as coisas estão tão mais loucas, as ganancias estão mais, eu não sei se as violências estão mais cruéis acho que a gente tá tendo mais conhecimento. Então medo sobre minha integridade física em todos os sentidos, desde enfim, desde o que já aconteceu, eu estar andando na rua e um cara simplesmente senti que ele podia passar a mão em mim e passar, e é ok na cabeça dele, alguém me estuprar, ou me matar, ou marcar meu corpo com alguma coisa, então são os medos que vão aumentado né?” (F, 34 anos)

Esses medos muitas vezes são desencadeados por experiências vividas, abusos e degradações sofridos, ou até mesmo como reflexo da experiência de terceiras, como evidencia Silvia Fredeci:





“A definição das mulheres como seres demoníacos e as práticas atrozes e humilhantes a que muitas delas foram submetidas deixaram marca indelével em sua psique coletiva e em seu senso de possibilidades.” (FEDERICI, 2004, p.203)

Ou seja, a mulher limita seus trajetos, e sua apropriação do espaço, não somente por suas experiências empíricas, mas também nas experiências de outras mulheres. Assim também como a mulher, desenvolve repulsa a locais, e grupos de pessoas, por seus traumas desenvolvidos a partir de suas próprias vivências:

“Então medo sobre minha integridade física em todos os sentidos, desde enfim, desde o que já aconteceu, eu estar andando na rua e um cara simplesmente senti que ele podia passar a mão em mim e passar, e é ok na cabeça dele, alguém me estuprar, ou me matar, ou marcar meu corpo com alguma coisa, então são os medos que vão aumentado né?” (F, 34 anos)

“Tenho medo porque a gente vê [na televisão, na rua] aí pegando as velinhas com 80 anos e estuprando, hoje a gente tem medo de tudo, olhou a gente já tá com medo.” (L, 75 anos)

As mulheres geram traumas após as violências cotidianas vividas, que acabam por identificar os espaços dos ocorridos como hostis, perigosos e que devem ser evitados. Mas também por uma experiência coletiva, onde mulheres que se assemelham a elas sofrem algum tipo de violência, e isso acaba por se tornar mais um impedimento e normativa para o caminhar feminino.

Algumas das entrevistadas mostraram extremo prazer em caminhar, mas em mesma intensidade, um medo que a consome devido a danos sofridos anteriormente com que fizeram a mudança da relação do caminhar, como um fator único de prazer passando a ser agora uma atividade ambígua.

A primeira mudança dessa relação, se apresenta na fase da pré-adolescência, onde a mulher começa a desenvolver traços marcantes da feminilidade, e o seu corpo passa a ser visto como público:

“A primeira vez que eu lembro de alguém ter mexido comigo na rua eu devia ter uns 14 anos e foi uma coisa muito assustadora porque eu morava naquele bairro desde sempre então todo mundo conhecia meus pais, me conheciam da igreja então um senhorzinho se aproximou e eu achei que ele fosse falar qualquer coisa no sentido de - manda um abraço pra sua mãe, eu nem sei quem ele era na verdade achei que podia ser alguém desse contexto, e ele pegou e falou assim pra mim - nossa você é muito bonita heim, sua danada! Tipo cara eu to andando na rua tava indo comprar pão e achei que você fosse querer mandar um abraço pra minha mãe sei lá e aí você faz isso? Então essa memória voltou muito forte esses tempos.” (F, 34 anos)





“Acho que eu tinha 14/15 anos, e eu ia todo dia sozinha pra escola, e pra casa assim, algumas vezes com meus irmãos, mas geralmente sozinha porque cada um saía em um horário e a gente tava acostumado a ir sozinho.

“Enfim, aí eu tava indo e nisso parou um carro do meu lado pedindo uma informação, eu dei essa informação mas foi muito rápido, e de repente ele saiu do carro com uma arma na minha cabeça me colocando dentro do carro. Foi isso, em um lugar deserto, ninguém viu. Não fizeram nada, aí o cara doido me levou pra um local me fez um monte de perguntas, falou que sempre me via, e depois ele me deixou praticamente no mesmo local que me pegou, só que mais na estrada.” (B, 41 anos)

Algumas das violências sofridas são tão lascivas que geram traumas irrecuperáveis, e fazem com que as mulheres estabeleçam uma série de questões para a realização do caminhar, e principalmente que haja a mudança da dinâmica do mesmo. Quando questionadas se depois desses ocorridos elas continuaram caminhando com o mesmo prazer, a resposta foi:

“Não, não não. Eu tinha um amigo que estudava comigo, e ele já dirigia e ele me levava e me buscava todo dia, e várias pessoas se mobilizaram a fazer isso, a me levar e me buscar.” (B, 41 anos)

As mulheres começaram a seguir regras, para evitar passar por essas violências novamente, e para realizar o caminhar começaram a ter preparações com padrões rigorosos estabelecidos:

“Eu tava indo pra academia com roupa de academia, e eu tava passando e o cara tava passando na de volta, na direção oposta e ele passou por mim e falou “nossa que bucetão”, e eu me senti tão mal, tão mal, que até hoje quando eu uso legging eu cubro e agora pra mim é impensável sair na rua com uma legging e não cobrir a genitália.” (E, 35 anos)

“Eu tento usar coisa menos decotada, usar tipo assim uma regata que não mostra tanto o decote, ou que não seja curta, nem saia curta nem short por exemplo, se você for andar em um lugar mais longe, que você vai andar mais, você sabe que vai pegar ônibus por exemplo, que vai ter mais gente, tenta evitar coisas mais chamativas, porque você sabe que vai ter mais olhares.” (J, 25 anos)

“Não gosto de usar roupa decotada porque eu sei que as pessoas vão olhar e eu me sinto mal com isso, não que eu não gosto de roupa decotada, eu não gosto de colocar quando eu vou andar né porque as pessoas olhar. Eu não gosto de usar saia, vestido, porque se eu tiver que subir em algum lugar vou me sentir desconfortável, porque as pessoas vão olhar, não gosto de short.” (B, 41 anos)

Com esses relatos, é possível traçar o momento em que a relação do caminhar se torna ambígua, e é começa a ser visto como perigo constante. Onde na infância a rua é um local de lazer, e na pré-adolescência com o desenvolvimento do seu corpo a mulher sofre os primeiros abusos físicos e verbais e o caminhar passa a ser desconfortável e com isso evitado. Na fase adulta, após sofrer e presenciar abusos constantes, a mulher adquire métodos de



prevenção, e cria relações de vestimenta, horários, locais, rotas, para que o caminhar seja minimamente desconfortável.

### **Propostas antiviolência – Soluções de tipologia urbana**

Na busca de pôr sanar as problemáticas de morfologia urbana que limitam a apropriação feminina sobre a esfera das cidades atuais, em sua monografia “Caminhar na cidade patriarcal: Um manual para cidades feministas”, Maria Eduarda Cavati apresenta uma série de soluções de tipologias urbanas (CAVATI, 2022), que tem como propósito algumas soluções urbanísticas práticas, que contemplem as realidades das cidades atuais e podem ser aplicadas dentro das dinâmicas existentes. As tipologias de soluções urbanas contam com o uso de mobiliários urbanos simples, adequação de elementos como vias e calçadas, criação de novos espaços como ferramenta de segurança e por fim um redesenho de quadras, combinado com a reestruturação de usos e funções da malha urbana.

#### ***Redefinição dos espaços e novos usos***

As cidades atuais, projetadas sobre uma ótica patriarcal, é limitante da apropriação feminina sobre a esfera urbana. Assim, se tornou necessário a redefinição dos espaços e dos usos existentes. Visando a criação de um redesenho urbano que contemple todos de maneira igualitária, alguns critérios foram desenvolvidos para tornar as quadras seguras. Como prerrogativa inicial, foi usado como base o desenho de quadra presente no Plano Cerdà, de Barcelona, tendo como característica principal a diversidade de uso no interior das quadras e a presença de quinas chanfradas, o que auxilia na diminuição de barreiras visuais.

O novo desenho das quadras, que contemplates as necessidades femininas, se configura com edificações de no máximo 6 pavimentos e de uso misto, onde térreo e mais 1 são de uso comercial, e os demais de uso residencial. As fachadas são abertas e de usos comercial, para assegurar maior permeabilidade física e visual. Os pátios internos devem se relacionar com o entorno, dessa maneira, contendo atividades de comércio livre, e áreas de lazer, com a presença de vegetação e mobiliários urbanos de permanência. Com as novas propostas de planejamento e redesenho urbano, as quadras ganham um caráter de multifuncionalidade, onde é possível estabelecer uma relação.

**Figura 1 – Novas quadras**



Fonte: Desenvolvida pela autora, 2022.

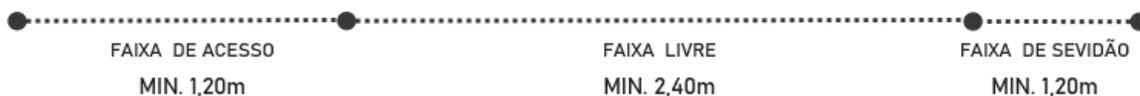
131

### ***Calçadas***

Para tornar as calçadas mais seguras sobre a ótica feminina, e com isso mais caminháveis, elas precisam ser planejadas de maneira a acolher, as tornando um elemento participativo das dinâmicas de cidade, e não somente sendo agente transitório. A nova configuração de calçada proposta tem como foco inicial sua nova função, como descrita anteriormente, o intuito é tornar a calçada parte ativa da cidade, desta forma a calçada deve ser setorizada em três usos: faixa de acesso, faixa livre e faixa de servidão.

A faixa de acesso fica no encontro entre a calçada a entradas dos edifícios existentes, permitindo o acesso a todos os serviços ofertados, ela deve conter no mínimo 1,20 metros de largura. A faixa livre é onde ocorre a caminhada de pedestres livremente, portando sendo mais congestionada e movimentada que as demais faixas, ela deve possuir a medida mínima de 2,40 metros de largura. E por fim, a faixa de servidão, que é a porção onde ocorre a oferta e mobiliários urbanos, como postes de iluminação, hidrantes, lixeiras, bancos, arborização, entre outros, devendo possuir a mínima de 1,20 metros de largura.

Figura 2 – Faixas das calçadas



Fonte: Desenvolvida pela autora, 2022.

### *Iluminação*

O ambiente noturno fomenta o desconforto feminino e auxilia na segregação do espaço público por horários, estipulando então, uma série de normativas para o caminhar feminino. Sendo assim, para que a iluminação seja feita de maneira adequada e contemple as pedestres femininas, devem ser usados os postes de modelo metálico cônico contínuo curvo duplo, com as luminárias integradas, que garantem direcionamento do fluxo luminoso apenas nas áreas de interesse, reduzindo a poluição e a dispersão luminosa. As lâmpadas devem ser de LED, devido ao fato delas possuírem uma maior vida útil e alta resistência a acidentes e vandalismos. Sua altura deve ser de no máximo de 5,3 metros para as vias de pedestres, e 8 metros para as vias de automóveis. E para garantir que todo o trajeto seja iluminado, e consequentemente mais seguro, a distância máxima de instalação dos postes de iluminação deve ser de 24 metros.

Figura 3 – Iluminação



Fonte: Desenvolvida pela autora, 2022.

### **Vegetação**

O uso da vegetação nos espaços públicos é muito importante, ele desempenha função estética, promove o bem-estar psicológico, pela interação que proporciona com a natureza, e oferece conforto térmico. A maior problemática feminina encontrada nas arborizações existentes, são as barreiras físicas e visuais que o plantio de forma inadequada promove, pois se tornam ameaça para a integridade feminina, já que se torna possível que as vegetações sejam usadas como esconderijo por malfeitores, deixando as mulheres desprotegidas e despreparadas.

O plantio adequado em calçadas e passeios públicos, deve ser feito somente na faixa de servidão, e a calçada deve seguir as normativas de calçadas já estabelecidas anteriormente. As árvores devem ser plantadas com a distância mínima de 2 metros da rede elétrica, e deve ocorrer manutenção periódica para que suas copas não alcancem a fiação elétrica aparente e cause algum mau funcionamento. Além disso, é necessário que haja um distanciamento mínimo para não ocorrer o confronto entre os mobiliários urbanos e a vegetação, respeitando sempre as raízes das árvores e usufruindo do sombreamento que a mesma proporciona. As vegetações utilizadas nas vias públicas devem ser espécies de pequeno porte, com altura entre 2 e 6 metros, com caules pequenos e raízes que não se alastrem muito.

Figura 4 – Vegetação

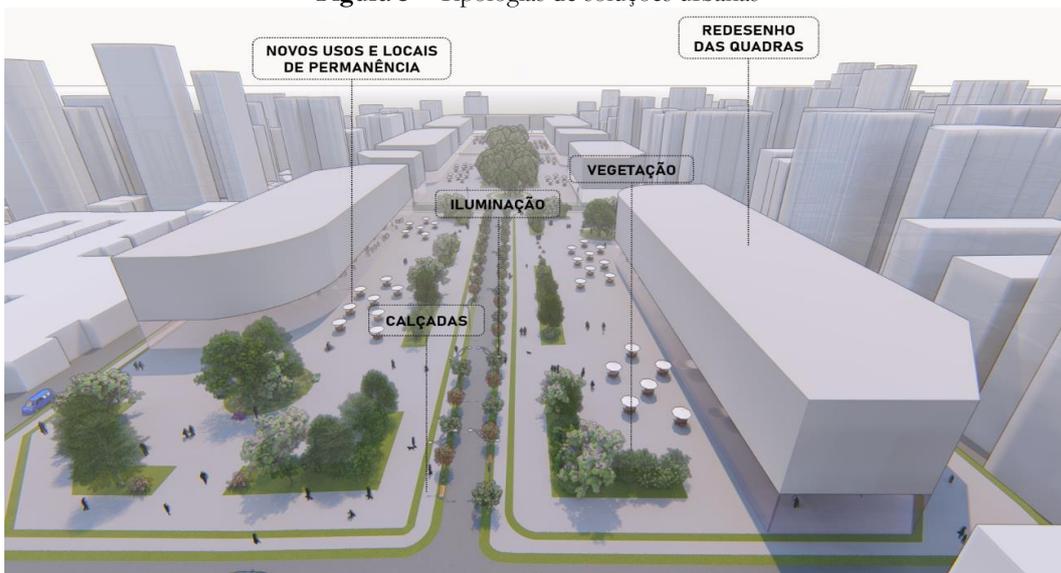


Fonte: Desenvolvida pela autora, 2022.

Todas as soluções de topologias urbanas aqui propostas, podem ser aplicadas e adaptadas nas cidades existente, e devem fazer parte de novos planos urbanos, afim de assegurar que as cidades sejam para todos, incluam as problemáticas de gênero e respeitem o direito a cidade feminino.

134

Figura 5 – Tipologias de soluções urbanas



Fonte: Desenvolvida pela autora, 2022.



## Conclusão

As soluções antiviolaência vem como proposta para sanar a desigualdade urbana, mitigando as violências diárias sofridas pelo gênero feminino, através de soluções usuais e viáveis dentro de qualquer tipologia de cidade existente.

O artifício propõe a elaboração e implantação de diferentes tipologias de soluções urbanas, que tendem reestruturar a cidade, modificando a relação das pessoas com o território, com bases na implantação dos novos elementos de reestruturação. Além disso, na construção desse trabalho, e dos estudos sobre as problemáticas e as soluções urbanas que contribuem para o afastamento ou aproximação das mulheres da esfera pública, foi possível entender que, na verdade, uma cidade para as mulheres é uma cidade para todos.

## Referências

CAVATI, Maria Eduarda, WEHMANN, Hulda. **Caminhar na cidade patriarcal: medos, afetos e traumas** IN: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS, 47ª edição, 2021, São Paulo. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/198915>.

CAVATI, Maria Eduarda. **Caminhar na cidade patriarcal: Um manual para cidades feministas**. Tese (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo. 2022.

CAVATI, Maria Eduarda. **As dinâmicas do caminhar do gênero feminino** IN: CONIC/SEMESP, 21ª edição, 2021, São Paulo. Anais eletrônicos. Disponível em: <https://www.conic-semesp.org.br/anais/files/2021/trabalho-1000007586.pdf>

CAVATI, Maria Eduarda, WEHMANN, Hulda. **O invisível no caminhar feminino**. IN: REVISTA MÍBILE, CAUSP, 2022, São Paulo. Disponível em: <https://causp.gov.br/mobile/?conteudos=lorem-ipsam-dolor-sit-amet-8>.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Sílvia. **Mulheres e a caça as bruxas**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

FUJISAKA, A. P. **O Familiar cuidador e o processo de fim de vida e morte de seu ente querido: uma compreensão fenomenológica**. 2014. 491 f. Monografia (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.





GOMES FONSECA, K. Mulheres Caminhantes! Auditoria de Segurança de e Caminhabilidade. **SampaPé**, vl. 01, n 8 - 88, abril, 2018.

GRIECO, Elisabeth P. **O ambiente construído e sua influência na caminhabilidade**. Researchgate, 2020. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/341878836\\_O\\_ambiente\\_construido\\_e\\_sua\\_influencia\\_na\\_caminhabilidade](https://www.researchgate.net/publication/341878836_O_ambiente_construido_e_sua_influencia_na_caminhabilidade)>. Acesso em: nov. 2020.

HARKOT, Marina. **Como o ambiente construído incentiva mulheres e homens a caminhar de maneira diferente pelas cidades**. LABcidade, 2017. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/como-o-ambiente-construido-incentiva-mulheres-e-homens-a-caminhar-de-maneira-diferente-pelas-cidades/>> Acesso em: nov 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO (IBDU). **Direito à Cidade: uma visão por gênero**. São Paulo: IBDU, 2017.

LINKE, Clarisse. C; ANDRADE, Víctor. **Cidades de pedestres: A caminhabilidade no Brasil e no mundo**. Edições Relicario, 2017.

NASCIMENTO, Adriana. **O caminhar é para todas?** Uma abordagem de mulheres latinoamericanas sobre derivas e flâneries na contemporaneidade. ANPUR, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=867>>. Acesso em: nov 2020.

NGOZI ADICHIE, C. **Sejam Todos Feministas**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015.

NOVAS FERRADÁS, M. **Arquitectura y Género: una Reflexión Teórica**. Catelló: Universitat Jaume I, 2014.

QUEIROGA, E. F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 2012. 284 f. Tese (Livro Docência - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O inconsciente estético**. Tradução de Mônica Costa Netto. - São Paulo: Ed. 34, 2009.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: A colonização de terra e moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.





2º ciclo  
ibero-americano  
de diálogos  
contemporâneos

**GÉNERO, SOCIEDADE  
E DIVERSIDADE**

14 a 16 de Março de 2023

SEBALHOS, C., FLORES, A e COELHO, D (2019). Violência, gênero e urbanismo: Aspectos Da Dominação Masculina Na Organização Das Cidades. **Pixo**, v.3, n. 9, p. 80-91, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/17455/10629>. Acesso em: fev 2021.

WEHMANN, H. E. **Habitar a paisagem**: O reconhecimento da experiência estética como direito à cidade. 2019. 285 f. Tese (Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Área de concentração paisagem e ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

137



Actas Completas do 2º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: Género, Sociedade e Diversidade

Daniel Colin & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-52-6

# O MEU CORPO ERA MEU. REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE CRIAÇÃO CÊNICA DE GORDANÇA: UMA PALESTRA DANÇADA

Renata Teixeira Ferreira da Silva<sup>1</sup>

## Conter e transbordar

Ao transitarmos por pesquisas no âmbito das artes cênicas é possível perceber múltiplas tensões entre as dimensões dos processos de criação artística e das reflexões teóricas, que caminham entrecruzando-se, alternando protagonismos entre lidar com a matéria sensível e efêmera das criações e a busca por conceituar, dar concretude à experiência da prática através de palavras escritas. É comum que, esse jogo se faça de maneira bastante inquietante para quem pesquisa e deseja refletir sobre as práticas cênicas, inquietude essa que desloca e move o fazer.

Este texto foi provocado a partir da escrita da pesquisadora da área da educação, Rosa Maria Bueno Fischer, e move-se por uma de suas perguntas:

Como valorizar a experimentação, as anotações do trabalho em curso, o registro dos lampejos da vida, sem perder o rigor do debate teórico, nem o olhar atento sobre as urgências, éticas e políticas do presente? (FISCHER, 2021, p.1).

Mobilizada por tal questão, descrevo e reflito sobre a etapa de pesquisa em que me encontro, relativa ao projeto *Gordança: uma celebração das mulheres gordas que dançam*<sup>2</sup>, orientada pela professora Dra. Patrícia Fagundes no PPGAC-UFRGS, que envolve o processo de criação de *Gordança: uma palestra dançada*. Escolho a escrita em primeira pessoa para falar sobre a própria prática de ensaios e criação em dança, em um exercício que busca transbordar questões e experiências individuais em direção ao coletivo, conectar-se a outras investigações e colaborar para o desenvolvimento do campo de estudos em Artes Cênicas.

Para tanto, serão exploradas algumas noções, tais como gordofobia, pressão estética, feminismo gordo, poética da escuta, padrão corporal na dança e composição dramaturgica. O aprofundamento das noções será motivado por narrativas autobiográficas, um caminho que pretende arredondar o processo de composição cênica e essa criação em forma de escrita.

## O encontro com a pesquisa

Sou uma professora, atriz, bailarina, gorda menor, branca, classe média, cisgênero (e mais uma porção de coisas), que iniciou os estudos no balé clássico aos dois anos de idade e passou mais de vinte anos em um conflito diário com a sua forma corporal. Eu queria controlar o meu peso em busca de ser aceita e reconhecida nesse âmbito da dança, queria ser amada, bonita, ter sucesso e validade nessa sociedade. Meu corpo, ao contrário de tal intenção, sempre queria extrapolar, extravasar seu tamanho, ser para além das linhas, ser em curvas e dobras também. Foi um longo caminho, fui descobrindo estratégias, frestas, “para me manter dançando, na adolescência eu já estava emagrecida, ou seja, tinha uma ideia de controlar a

---

<sup>1</sup> Renata Teixeira Ferreira da Silva é professora, bailarina, atriz e artesã. Está doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAC-UFRGS).  
E-mail: professorarenatats@gmail.com.

<sup>2</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



forma do meu corpo, através de diversas dietas restritivas, exercícios extasiantes e até remédios” (SILVA, 2021a, p. 5).

Foi somente anos depois, após muitas situações de violência, que fui expandindo o olhar e mudando perspectivas. Através das redes sociais, principalmente do *Instagram*, ao seguir pessoas com corpos não padronizados em alguma medida, fui compreendendo que não há nada de errado em ter um corpo gordo, grande e que sim, ele pode dançar, se movimentar, ser desejado e fazer o que quiser.

No entanto, será que o corpo gordo pode fazer qualquer coisa mesmo? À priori, não há nada que o impeça de realizar o que for. Porém, vivemos em uma sociedade gordofóbica, que dissemina preconceitos e violências contra as pessoas gordas, que nos bombardeia todos os dias com a proliferação de que o corpo magro é sinónimo de saúde, beleza e sucesso. Se você não é magra, você só é validada se você quer emagrecer, e o ser gorda é apenas provisório, é um estar em busca de um “quando eu estiver magra eu vou poder...,” conforme elucidado pelas pesquisadoras do corpo gordo no Brasil:

Gordofobia é um estigma cultural, estrutural e institucionalizado na contemporaneidade; preconceito sustentado por saberes que identificam corporalidades gordas como doentes, sem levar em consideração suas subjetividades, histórias, culturas. Saúde e mídia amparam o discurso da patologização do corpo gordo na construção do entendimento do que é estar saudável ou doente. (JIMENEZ, ARRUDA, SILVA, 2022, p.38).

139

Este contexto alavancou minha crença de que somente os corpos magros poderiam dançar, e mesmo que minha perspectiva tenha se transformado, ainda são eles, os corpos magros, os que dançam, em sua maioria. Serei sincera: NÃO QUERO EMAGRECER. Apesar de que há dias em que penso que seria mais fácil, só pelo fato de estar cansada de nadar contra a corrente. Ainda bem que não nado só, tenho minhas pares por perto, as amigas, as colegas ativistas gordas que me lembram o quão importante é lutar pelo direito de nós e outras pessoas poderem apenas existir, pois a gordofobia mata. Portanto, esta pesquisa é sobre “fazer incisões não imaginadas no real” (FISCHER, 2021, p.19), ocupar e criar espaços, mais diversos, onde o movimento seja democrático e não reduzido para um grupo seletivo de pessoas, é sobre EXPANDIR.

Durante a minha trajetória em dança, frequentei escolas de balé clássico e integro grupos/coletivos de dança de diferentes técnicas, ênfases, tais como: contemporâneo, dança de rua, dança indiana e danças populares brasileiras. Apesar das escolas e companhias de balé clássico exigirem uma maior restrição e rigor na forma corporal de suas bailarinas, percebo que a presença de pessoas gordas nos espaços de dança, em geral, é exceção. A regra é constituída por pessoas sem deficiência, brancas, expressivamente magras, com baixa gordura corporal, virtuosas e flexíveis.

Em um estudo estadunidense interessado em pesquisar os “danos no aspectos nutricionais de bailarinas em formação”, aplicado em 546 mulheres universitárias, pode-se constatar que





as bailarinas que dançavam desde crianças apresentaram distúrbios alimentares e de imagem em comum, indicando que as rotinas experienciadas nas práticas de dança podem comprometer as bailarinas por toda a vida: “evidencia-se que a ênfase na disciplina e estética corporal adequada para dançar desperta ou/e acentua certas características nas meninas praticantes de dança, que as acompanham até a idade adulta.” (HAAS, GARCIA, BERTOLETTI, 2010, p.185). Mesmo se tratando de um estudo não realizado no Brasil, sabemos que as técnicas de dança são, em sua maioria, importadas da Europa ou dos EUA, com diversos profissionais da área fazendo cursos e vivências no exterior, o que reverbera e produz diversas similaridades no contexto nacional. Assim, é possível identificar a ressonância de um padrão corporal, que além de ser limitado e excludente, é prejudicial para as pessoas.

A massiva divulgação de um corpo extremamente magro e leve, em detrimento da inexistência de corpos que dissidem dessa norma, como os corpos gordos, dificultam a possibilidade desses corpos dançarem, assim como, cria um ambiente de severo controle e julgamentos sobre as formas corporais das bailarinas. (SILVA, 2021c, p.4).

Diferente da gordofobia, que é o preconceito contra pessoas gordas, que nega o acesso a direitos básicos como saúde e transporte público, que não oferecem atendimento humanizado para pessoas gordas, assim como macas, instrumentos e equipamentos adequados (como, por exemplo, as catracas estreitas que determinam quais pessoas podem ou não passar), a pressão estética atinge todas nós. Um padrão de beleza emerge em meados nos anos 70, estabelecendo um modelo inatingível de corpo: branco, magro, jovem, heterocisnormativo. Esse padrão impacta principalmente nas mulheres, que passam a ser os maiores alvos de ofertas de produtos e procedimentos estéticos:

E apesar de a gordofobia atingir homens e mulheres, são as próprias mulheres que, em um movimento de olhar para si e para suas questões, em perspectivas feministas e interseccionais, apontam não só para a injustiça epistêmica praticada em relação aos seus corpos e seus conhecimentos, como também para a necessidade e a criação de um saber que esteja centrado nesses aspectos e localidades; saber esse desvinculado, ainda, de padrões de feminilidade associados a um tipo de estética desejável para corpos femininos: um corpo magro e esbelto. (JIMENEZ, ARRUDA, SILVA, 2022, p.40).

A insatisfação corporal gera consumidoras em potencial, aquecendo a indústria da beleza, inclusive colocando o Brasil em 2º lugar no *ranking* mundial da ISAPS, perdendo apenas para os EUA: “Segundo relatório da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (ISAPS), foram realizados, em 2020, 1.306.902 procedimentos de cirurgia plástica estética.” (JORGE, 2022).

A partir do reconhecimento deste contexto e de minha própria trajetória, também instigada pela pergunta de Fischer, articulo meus questionamentos na pesquisa em andamento: Como





celebrar o corpo gordo dançando? Como compor e propor práticas em dança que construam representatividade e autocura do corpo gordo? Quais as especificidades de um corpo gordo que enriqueceriam o âmbito da dança e assim contribuiriam para o avanço das artes cênicas? De que maneira a corporalidade gorda pode contribuir para a despadronização corporal, ampliando e diversificando os corpos no âmbito?

A fim de buscar e esboçar respostas, embarco na etapa da pesquisa-criação em desenvolvimento, a composição cênica de *Gordança: uma palestra dançada*, trazendo ao corpo e à experiência o lugar da investigação. Nessa ideia de partir de um território conhecido (o corpo), mas ao mesmo tempo desconhecido (ocupar o espaço), e encontrar novas possibilidades, no estranhamento do comum, como fala a autora: “Colocar em primeiro plano o que está perno de nós; estranhar o comum, que se torna por vezes até invisível, de tão *dado* que é – eis um bom objetivo para o pesquisador.” (FISCHER, 2021, p.12).

### O meu corpo era meu

As referências conceituais que inspiram a pesquisa têm em comum a autoetnografia, o autobiográfico, a experiência da vivência e um discurso em primeira pessoa como caminho para refletir sobre as violências, singularidades e experiências coletivas das pessoas gordas no mundo. Tais referências impulsionaram a escrita de memórias, reflexões e ressignificações de situações do passado. Em textos anteriores, revelo diferentes histórias sobre quão difícil e violento foi me reconhecer como uma mulher gorda, que dança e atua, que tem o corpo como mote de trabalho.

Essas histórias fazem parte da Palestra Dançada, algumas em forma de texto, outras através de coreografias. Algumas são emprestadas de outras autoras, como é o caso da cena *O meu corpo era meu*, da escritora feminista gorda estadunidense Virgie Tovar, que descreve a relação com o seu corpo na infância e de como o olhar preconceituoso dos outros modificaram o prazer que ela tinha consigo mesma. O processo de criação das cenas se dá nessa costura de retalhos, feitos do que chamo de *coleções da bailarina gorda*, “tenho uma coleção de experiências com o meu corpo. Essa coleção contém relatos, fotos e textos, que narram de certa maneira essa pesquisadora que sou” (Silva, 2021b, p.2). Este procedimento de entretecer fragmentos em uma narrativa não linear, múltipla, corresponde à ideia de composição dramatúrgica, como apresenta a diretora Patricia Fagundes:

Um dos princípios dessa noção de composição é justamente a bricolagem, a mistura de diversos referenciais que operam na geração de outra estrutura. Somos nossas vivências e referências, canibalizamos e reinventamos perspectivas e procedimentos evidenciados no campo da arte em tempos de reciclagem, remixagem, *sample*, releituras. (FAGUNDES, 2019, p.67).

No intuito de gerar material para *Gordança*, inicio um estudo sobre o texto e sobre as imagens que Virgie Tovar oferece na descrição da sua casa e de seus movimentos transitando





pelos cômodos. Eu já havia lido este trecho, que faz parte da abertura do livro *Meu corpo minhas medidas* (TOVAR, 2018, p.7-9) em aula, ou em eventos que fui convidada para falar sobre a temática do corpo gordo. É uma história que me convoca e aproxima, de maneira que poderia ser também minha; desde a primeira leitura me impulsionou a imaginação e abriu portas para discussões aprofundadas sobre questões do corpo. Assim, peguei emprestada, nessa ideia de bricolagem e *remix*. O desafio é compor uma cena que coubesse a grandiosidade das palavras escritas pela autora...

Surpreendentemente, surgiu a oportunidade de experimentá-lo em meu Estágio Docente, realizado em parceria com a minha colega de Pós-Graduação, Juliana Kersting, na disciplina de *Teatro Experimental III: Práticas Políticas da Cena: corpo, gênero e feminismos*<sup>3</sup>. Em um encontro para planejar uma aula com a temática de *Poética da Escuta* (SPRITZER, 2020), propus como exercício criar um áudio com o texto de Tovar, a fim de me desafiar nesse *se-fazendo* e descobrir junto aos discentes da graduação de que forma essa narração poderia reverberar em nossos corpos, “A ideia das coisas *se-fazendo*, das operações com esboços, certamente é algo que diz respeito aos diferentes processos de criação artística” (FISCHER, 2021, p.2).

E nessa operação de esboço, que me deparei com a possibilidade de investigar a ideia inicial. Debrucei-me a experimentar maneiras de contar a história, incluindo diferentes intervenções sonoras, como plástico bolha estourando, torneiras jorrando água; atravessando as palavras com experiências, falar enquanto corre, ações que extrapolem o ato de leitura. Conforme articula a atriz e pesquisadora Mirna Spritzer:

Um dos fascínios da palavra é que ela diz algo e propõe em sua forma maneiras de dizê-la. Escutar, escutar-se, confrontar-se com as múltiplas possibilidades das palavras. Não se satisfazer com o óbvio, aprofundar-se na música que as constituem, descobrir-se voz em cada palavra. (SPRITZER, 2020, p.40-41).

Assim, foi nesse exercício de escutar-me que o processo foi ganhando corpo, a partir da palavra e da sonoridade passo para a segunda etapa de criação da cena, a experimentação coreográfica. O ponto de partida é a inspiração em uma ação chamada *Tour pelo meu corpo* (JUNQUEIRA, 2018), que viralizou na internet através da blogueira Luiza Junqueira. Em um vídeo de um pouco mais de dez minutos, Luiza filma e comenta algumas partes de seu corpo, que foram motivo para ela não gostar de sua aparência, com as quais aos poucos ela conseguiu fazer as pazes e desenvolver uma relação mais amorosa. Em seu discurso, Luiza incentiva as pessoas a amarem seus corpos, com todas as imperfeições e formas que eles

<sup>3</sup> A disciplina Teatro Experimental III: Práticas Políticas da Cena: corpo, gênero e feminismos foi oferecida para alunos da graduação em teatro, do Departamento de Arte Dramática da UFRGS no ano letivo 2021/2. Compreendeu os meses de janeiro a maio de 2022, teve como responsável a professora Dra. Patrícia Fagundes e como estagiárias as alunas Juliana Kersting e Renata Teixeira. A disciplina propunha experimentação de linguagens cênicas a partir das noções de corpo, gênero e feminismos e das pesquisas desenvolvidas pelas estagiárias.





possam ter. Para essa cena, interessa a exposição de partes do corpo que são principais alvos de repressão e insatisfação das mulheres, como a barriga, bunda e seios.

Desta forma, em reação, tensão e consonância com o texto, vai se compondo a cena, a partir da experimentação de luz, com *blackout* e lanterna, na ação de realizar um tour pelo meu corpo, mostrando pequenas partes, escondendo outras e revelando a bailarina gorda. O meu corpo é meu.

### Reconhecer, reapropriar, ocupar

Desde janeiro de 2022, quando eu e minha orientadora decidimos que a próxima etapa seria voltar ao corpo, experimentar movimentos, desenvolver uma proposta cênica e criar uma palestra dançada, tenho fugido, encontrado subterfúgios para não dar o primeiro passo na sala de ensaio. Medo? Talvez. A dúvida de como começar, assim, sozinha, movendo pelos meus desejos, pelas minhas propostas, assumindo responsabilidades da prática e encontrando modos de fazer, as metodologias. Desafiar-me, lançar-me ao acaso, direcionar-me com a própria bússola desejante, como escreve Suely Rolnik, não tem sido uma tarefa fácil: “Uma bússula ética o guia: sua agulha aponta para as demandas da vida em sua insistência em persistir, mantendo-se fecunda, a cada vez que se vê impedida de fluir na cartografia do presente.” (ROLNICK, 2019, p.65).

É compreensível que, após uma longa trajetória compondo projetos de colegas, dançando coreografias compostas por outras e criando coreografias para grupos, a dificuldade em uma nova configuração, de proponente nesse espaço de criação, mas também de intérprete, na pesquisa de conceitos e experimentação de movimentos, assuste e paralise, no primeiro momento.

Começar começando e vamos lá. Sala de ensaio. Sala da minha casa. Junho de 2022. Organizar o espaço, criar tarefas, acolher o vazio e a proliferação de caminhos. Em quatro ensaios de improvisação e composição da cena *O meu corpo era meu*, delineei procedimentos e estruturei uma forma de compor:

- a. Mobilizar articulações e aquecimento: a partir de uma *playlist* animada, vou movimentando gentilmente partes apartadas do corpo, uma a uma. Após, passo a utilizar um rolo de liberação miofascial e mover pelo chão, soltando contraturas e ampliando os movimentos no espaço.
- b. Caminhadas pelo espaço: experimentar trajetórias de vida, especificando datas, ações importantes no repertório cênico, tudo isso materializado no deslocamento no espaço e em pequenas células gestuais.
- c. Improvisação com os verbos dobrar, balançar, expandir, curvar, arredondar: como esses verbos, ações vão ao encontro ou de encontro com o repertório de movimentos da bailarina? Os verbos criam ações de fricção ou conforto, transitando por movimento desconhecidos, que necessitam insistência para desenvolver ou por um repertório que também a partir da insistência da retomada, ressignificam e ganham novos contornos.





d. Improvisação com o áudio-texto: a partir da referência de *Tour pelo meu corpo*, (Junqueira, 2018), incorporar os movimentos criados, elaborados e reciclados no ensaio. Gravar a cena com celular, assistir o vídeo e ajustar, trocar, desistir de ideias e investir em outras.

Gravar e estudar a cena através do vídeo, se apresentou como uma primeira possibilidade do “olhar de fora”, no trabalho solo. Entretanto, transformou-se em dispositivo de reconhecimento, de contorno e aproximação do corpo. O meu corpo era meu e se não é mais meu, então, de quem é esse corpo? Ao visualizar as imagens captadas, estranho meu corpo, desconheço o que vejo, fico impactada ao ver esse corpo que balança, que dobra, que tem furos, que esparrama e empilha pele pelo espaço. Decido não paralisar e invisto novamente na improvisação e realizo mais três momentos de improvisar e assistir. A forma corporal vai ficando em segundo plano, enquanto os movimentos e questões técnicas ganham protagonismo.

A imagem corporal é entendida como a forma pela qual o corpo se apresenta para a própria pessoa, ou seja, ela é vista de acordo com o que pensamos dela, levando em conta fatores ambientais, emocionais, sociais e outros formadores de opinião. Diferentes situações vão modificando a própria imagem corporal e a dos outros, em um processo dinâmico, resultante de memórias e também de percepções presentes. Assim, a imagem corporal vai sendo formada a partir das nossas vivências, ligadas às experiências de terceiros com seus próprios corpos. (HASS, GARCIA, BERTOLETTI, 2010, p.183).

Ao final, sinto-me satisfeita com o resultado e com vontade de marcar, registrar esse instante de reconhecimento, da formação de uma imagem corporal, de aceitar e prosseguir, confiar no processo baseada no conhecimento que venho adquirindo sobre a corporalidade gorda e na reiteração de que meu corpo não é feio, errado ou incapaz. Desta maneira, decido desenhar uma imagem que se destacou na improvisação. Desenho-me, ação que não tenho facilidade ou intimidade, mas que me aventuro mesmo assim. Na intenção de melhorar os traços, tiro um *print* da tela e me baseio na imagem que obtive, porém, percebo que havia desenhado um corpo bem maior do que eu estava vendo. Assim, reorganizo, apago um pouco, desenho novas linhas e chego no resultado abaixo:



Figura 1 – O meu corpo era meu, diário de bordo da autora, junho de 2022.



145

Compartilho esse momento na intenção de refletir sobre como as nossas vivências, experiências do e com o corpo podem impactar profundamente a nossa relação com ele, a nossa percepção dele no espaço e no mundo e na interação com o outro. A noção de experiência a partir pedagogo e filósofo Jorge Larrosa Bondía:

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. (BONDÍA, 2002, p.21).

Reconhecer as linhas curvas que percorrem e constituem o corpo, as dobras que ele realiza e suas extravagâncias e contenções no espaço. Reapropriar do meu corpo, reivindicar o olhar generoso para suas histórias, trajetórias, experiências. Expandir lentamente até ocupar todo o espaço necessário para celebrar a sua existência.

### **Cuidado! Cena em construção**

O trabalho em movimento; aquele instante em que não se sabe, mas em que não se deixa indagar; aquele momento-travessia, em que se suspeita de algo, buscam-se argumentos e dados e, ao mesmo tempo, desenham-se os rabiscos e



possibilidades de pensamento. Se for necessário voltar atrás, que se volte, que se invente outra vez o próprio caminho. (FISCHER, 2021, p.9).

Esses são alguns encaminhamentos desse *momento-travessia*, do instante que antecede a sala de ensaio e o encontro com o olhar do outro e vai em direção ao mergulho na prática, criando e atualizando procedimentos. Mas, há também o momento dos saltos, de andar até a beirada do abismo, receber o vento nos cabelos e o frio na barriga e retornar ao fazer.

Com o primeiro esboço de cena, uma composição que tinha chegado em um lugar possível de compartilhar, convido minhas colegas de doutorado do PPGAC-UFRGS, Iassanã Martins e Juliana Kersting e minha orientadora Patrícia Fagundes para assistirem uma mostra de processo. Três mulheres, trabalhadoras da cena e que trazem em suas pesquisas o olhar para os feminismos, o que importa muito para esta pesquisa.

A ação de apresentar a cena age de forma organizadora, mesmo antes, no ensaio, que antecede a mostra, o fato de se preparar para tal, faz com que muitas ideias se materializem em gestos, assim como, se edite e defina o material cênico. A data marcada já é movimento. Sala de apresentação. Sala da casa da Patricia. Julho de 2022. Colocar cadeira no centro. Deixar pronto o som. Esse instante do aqui e agora do teatro, da dança, que se faz nesse encontro, gera um estado de presença, de prontidão, de total responsabilidade, trazendo outras formas de se ser, estar, “[...] é a experiência e a relação com o outro que nos forma e transforma sem que estejamos forçados a uma conexão permanente ou uniformizante.” (FAGUNDES, 2009, p.35). Assim, é nessa modificação de estado, que se avança, que se faz o processo de criação, na concepção de que “[...] em uma sala de ensaios, pelo menos, podemos fazer mais coisas em grupo que solitariamente [...] (Ibidem, p.38-39).

Após alguns meses difíceis de trabalho solo na sala de ensaio, fui provocada em um exercício de criação de projetos artísticos a constituir uma proposta, e desta forma, abriu-se a possibilidade de formar uma equipe Gordança.

Desta maneira, convidamos uma equipe de mulheres, que pensam a cena nessa intersecção de um pensamento feminista e na criação cênica, a partir da pesquisa artística acadêmica para colaborar nesse processo. O grupo está formado em sua maior parte por colegas do Departamento de Arte Dramática, da UFRGS ou do PPGA-UFRGS. Sendo assim constituído: Direção: Guadalupe Casal; Intérprete: Renata Teixeira; Dramaturgia: Patricia Fagundes e Renata Teixeira; Iluminação: Anne Plein; Edição de vídeo: Duda Rhoden; Produção: Juliana Kersting, Colaborações: Ursula Collischonn e Renata Stein.

Até este momento, estão estruturadas nove cenas. As narrativas são atravessadas pelo humor e poesia e trazem o estranhamento da sobreposição de linguagens da dança, como na cena *Toda grandona*, que faz referência a música de mesmo nome e une movimentos do balé clássico com o funk, do grupo paulista Rap Plus Size.

Os escritos, esboços, rabiscos, sons, possibilidades e tudo que há para aprofundar e inundar a cena e o movimento. Essa *Poética dos diários, encantamento dos manuscritos*, que Fischer traz no seu texto, que fala sobre a pequena coleção que se faz de memórias, situações, vontades, desejos e acasos. É nesse caminho de direções cambiáveis, de ajustes de perspectiva, do





encontro e da atenção do instante do aqui e agora que a *Gordança: uma palestra dançada* realiza-se. Sigo na busca por arredondar um processo de composição em dança, no desejo de ampliar, diversificar e desmantelar os padrões corporais na dança, nesse desejo coletivo: “Por mais que eu quisesse que minha história única, não é. É a história da vida de muitas mulheres na América.” (TOVAR, 2018, p.9). Desejo que os nossos corpos voltem a serem nossos. Sigamos. Juntas.

### Referências

FAGUNDES, Patricia. Composição dramaturgica: práticas de criação cênica. *Revista Cena*, Porto Alegre, nº 29, p. 64-77, set./dez. 2019.

FAGUNDES, Patricia. O Teatro como um Estado de Encontro. *Revista Cena*, Porto Alegre, nº7, p. 31-41, 2009.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Por uma Escuta da Arte: ensaio sobre poéticas possíveis na pesquisa. *Rev. Bras. Estud. Presença*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, e100045, 2021.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-2660100045> Acesso em 03 jun. 2022.

HAAS, Anelise Nogueira; GARCIA, Anelise Cristina Dias; BERTOLETTI, Juliana. Imagem Corporal e Bailarinas profissionais. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, São Paulo, v. 16, n. 3, p.182-185, mai./jun. 2010.

JIMENEZ, Maria Luiza Jimenez; ARRUDA, Agnes de Souza; SILVA, Marcelle Jacinto da. FEMINISMO GORDO: epistemologias, saúde e mídia. *CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. João Pessoa, v. 1, n. 28, p. 38-64, jan./jun. 2022.

JUNQUEIRA, Luiza. YOUTUBE: Publicado pelo canal Tá querida. *Tour pelo meu corpo*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hDpHE2U4PEk>. Acesso em jun. 2022.

SILVA, Renata Teixeira Ferreira da. Entre nós, quem cabe na dança? A bailarina gorda ocupa o espaço. *Memória ABRACE*, vol. 21, p. 1-15, 2021a. Disponível em: <https://www.publonline.iar.unicamp.br/index.php/abrace/article/download/5261/4986>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SILVA, Renata Teixeira Ferreira da. Ciclos de Gordofobia: a coleção da bailarina gorda. *Anais [...] 27º Seminário Nacional de Arte e Educação*. Montenegro: Editora da FUNDARTE, p.01-12, 2021b. Disponível em: <http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/Anaissem/issue/current> Acesso em 21 jun./2022.





2º ciclo  
ibero-americano  
de diálogos  
contemporâneos

**GÉNERO, SOCIEDADE  
E DIVERSIDADE**

14 a 16 de Março de 2023

SILVA, Renata Teixeira Ferreira. Invisibilidade e hipervisibilidade dos corpos das mulheres na dança: reflexões de uma bailarina gorda. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO *online*, 5, n.p., 2021c. *Anais [...] Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79368>*. Acesso em: 21 jun. 2022.

SPRITZER, Mirna. Poética da Escuta. *Revista Voz e Cena*, Brasília, v. 01, nº 01, jan./jun. 2020.

TOVAR, Virgie. *Meu corpo, minhas medidas*. Tradução: Mabi Cosa. São Paulo: Primavera Editorial, 2018.

JORGE, Marcos do Amaral. No Brasil, procedimentos de estética facial realizados por pessoas sem treinamento médico têm mais chances de gerar complicações, mostra estudo feito em 19 estados. *Jornal da UNESP*. São Paulo. 29 abr./2022. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/04/29/no-brasil-procedimentos-de-estetica-facial-realizados-por-pessoas-sem-treinamento-medico-tem-mais-chances-de-gerar-complicacoes-mostra-estudo-feito-em-19-estados/#:~:text=Segundo%20relat%C3%B3rio%20da%20Sociedade%20Internacional,atr%C3%A1s%20apenas%20dos%20Estados%20Unidos>. Acesso em: 21 jun./2022.

148



Actas Completas do 2º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: Género, Sociedade e Diversidade

Daniel Colin & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-52-6

# PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DO ACOLHIMENTO E TRATAMENTO DE PESSOAS TRANSGÊNERO NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE NA BAIXADA SANTISTA (SÃO PAULO, BRASIL)

Giovanna Alves Lourenço<sup>1</sup>  
Priscila Larcher Longo<sup>2</sup>

## Introdução

A transfobia estrutural acarreta um contexto social de grande vulnerabilidade para pessoas transgênero, interferindo no acesso à saúde, à renda, ao emprego, à cidadania e à segurança. Esse cenário social possui grande responsabilidade no comprometimento na qualidade de vida e na saúde mental e física dessa população (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021, p.19 e 20). Em 2021, aconteceram pelo menos 158 ocorrências de violações de direitos humanos contra a população transgênero, entre elas, 9 casos de transfobia direta em atendimento de saúde. No que se refere a essas ocorrências, cerca de 91% delas foram contra pessoas transfemininas (BENEVIDES, 2022, p.75 e 76).

No Brasil, a Atenção Básica de Saúde (ABS) é considerada a porta de entrada na Rede de Atenção à Saúde, responsável pela coordenação do cuidado entre os demais níveis de complexidade de saúde. Seus princípios visam a universalidade, equidade, integralidade, humanização e a longitudinalidade do cuidado. A atenção básica deve efetuar o cuidado em saúde levando em consideração a individualidade, por meio da percepção acerca do meio social e cultural em que ela está inserida (BRASIL, 2012, p. 19 e 20).

Visando a garantia do direito à saúde universal e igualitária para todo cidadão, expresso na Constituição Federal de 1988, e a prevenção da discriminação dessas populações em toda e quaisquer instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS), foi implementada, em 2011, a Política Nacional De Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2013, p. 06). Entretanto, a população transgênero não é contemplada em estatísticas e dados gerados e divulgados por órgãos governamentais brasileiros, dificultando a identificação de demandas dessa população. Tendo como exemplo o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), os registros não especificam a identidade de gênero dos indivíduos, categorizando apenas heterossexuais, homossexuais e bissexuais (CERQUEIRA; BUENO, 2020, p 63). Sendo assim, essa população é invisibilizada, dificultando a elaboração de políticas públicas de saúde que abranjam esse grupo. Nessa circunstância, a avaliação acerca da efetividade de políticas já criadas também é prejudicada.

Ao utilizar a atenção básica no SUS, pacientes transgênero sofrem diversas discriminações, que inibem ou impedem o acesso segundo seus princípios e diretrizes. As principais discriminações ocorrem no desrespeito ao nome social, a transfobia (ou travestifobia) e o diagnóstico patologizante no processo transexualizador (ROCON et al., 2016, p. 2524). Em função das situações de preconceito e constrangimento que esses pacientes lidam ao utilizar serviços de saúde, travestis e transgêneros demonstram resistência para procurar assistência médica quando necessitam (MULLER; KNAUTH, 2008, p. 06). Por conseguinte, essa população tem sua saúde física e mental constantemente marginalizada e prejudicada.

A cidade de Santos, no litoral de São Paulo (Brasil), possui um Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais da Baixada Santista situado no Hospital Guilherme Álvaro, sendo uma das poucas regiões do país com um ambulatório especializado na população

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Medicina. E-mail: gicaalveslouren@gmail.com

<sup>2</sup> Bióloga, Especialista em Análises Clínicas, Mestre e Doutora em Ciências. E-mail: priscila.longo@saojudas.br



transexual/transgênero como referência. O ambulatório é o único do tipo na região da baixada santista, que conta com 9 cidades.

É estimado que o Brasil possua cerca de 0,69% de pessoas transsexuais dentre sua população nacional (SPIZZIRRI et al., 2021, p. 01). Por conseguinte, considerando que, segundo dados do IBGE, a população da Baixada Santista é de 1.825.584 milhões de habitantes (IBGE, 2022) pode-se estimar que existem cerca de 12.596 mil pessoas transsexuais vivendo na região.

Recorrer a automedicação e a métodos perigosos para realização da terapia hormonal é uma prática comum nessa parcela da população devido à dificuldade de acesso ao serviço de saúde. A aplicação incorreta de hormônios pode ocasionar trombose, acidente vascular cerebral, entre outras complicações, portanto, a falta de capacidade de atendimento da demanda nos serviços públicos de saúde gera riscos graves à saúde dos pacientes que procuram meios alternativos para realizar a terapia hormonal (STEIL, 2021).

Logo, é de suma importância a realização de uma coleta de dados qualitativos a respeito do atendimento à população transgênero nos serviços da Atenção Básica da região, possibilitando analisar o funcionamento dos serviços de saúde, da capacitação dos profissionais de saúde da região para lidar com a população transgênero, e verificar se o direito dessa população ao acesso universal, equânime e integral à saúde está sendo respeitado e assegurado.

150

### **Metodologia**

O presente estudo, aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade São Judas Tadeu (5.498.601), trata-se de estudo observacional transversal descritivo realizado a partir de um questionário online (<https://forms.gle/t7hSiSCTd5h1RRRGA>). O questionário foi divulgado por aplicativo de mensagem e redes sociais (WhatsApp, Instagram e Facebook) para pessoas transgêneros que já utilizaram a atenção básica de saúde na baixada santista ao menos uma vez. O formulário foi composto por perguntas acerca de dados pessoais e experiências pessoais de acolhimento e tratamento na atenção básica de saúde na baixada santista.

### **Resultados e Discussão**

Com base nos dados coletados verificou-se que todos os participantes já sofreram algum tipo de constrangimento na Atenção Básica de Saúde devido sua identidade de gênero, e 40% já sofreram discriminação verbal. É importante salientar que situações de discriminação dentro dos serviços de saúde afetam de forma direta e indireta o processo saúde-doença-cuidado e contribuem para que a população LGBTQIA+, principalmente travestis e transgêneros, se afastem o sistema de saúde e não busquem ajuda profissional quando necessitam. Sabe-se que tais situações acarretam também na piora da acurácia diagnóstica, na menor adesão aos





tratamentos, afetam o acolhimento e a satisfação dos pacientes (CIASCA; HERCOWITZ; JUNIOR, 2021, p.86, 100 e 101). Ressalta-se que apesar do acima exposto, nenhum participante reportou a ocorrência de violência física durante o atendimento na ABS.

Observou-se que no atendimento na ABS, 30% das pessoas transgêneros participantes afirmam que nunca têm seus pronomes respeitados, 30% têm seus pronomes respeitados na maior parte das vezes, 40% na menor parte das vezes. Nesse contexto, é sabido que o uso correto no nome social e pronome é um fator decisivo na qualidade de vida e saúde mental de pessoas transgênero (BENEVIDES, 2023, p 82).

Cerca de 40% dos participantes já tiveram algum serviço de saúde negado devido a transfobia. Ademais 30% responderam sempre, 30% na minoria das vezes, 40% na maioria das vezes quando questionados sobre sentirem que suas necessidades de saúde são negligenciadas ao procurar a Atenção Básica de Saúde pois os profissionais de saúde associam suas queixas ao fato de serem transgênero. No ano de 2021 foram registrados 5 casos de negligência médica ou omissão de socorro para pessoas transgêneros (BENEVIDES, 2021, p 76, 2022). É importante ressaltar que, muitas vezes, o atendimento à população transgênero negligencia as reais necessidades do paciente, isso porque ele é focado no estigma de que todas as queixas de saúde relatadas pelos pacientes estão relacionadas com sua identidade de gênero (a “síndrome do braço quebrado trans” é a expressão utilizada para nomear essas situações), resultando em possíveis riscos à saúde (PEREIRA; CHAZAN, 2019, p. 11).

Ademais, 90% dos participantes acreditam que os profissionais de saúde da Atenção Básica de Saúde não possuem capacitação o suficiente para lidar com a saúde da população transgênero, de acordo com suas vivências. A desinformação dos profissionais da saúde acerca das questões e necessidades de toda população LGBTQIA+ é uma das principais causas da condição de vulnerabilidade dessa população. As escolas médicas no Brasil não possuem no currículo obrigatório temas sobre saúde LGBTQIA+, sendo assim os profissionais se formam sem a capacitação adequada para atender à essa população (CIASCA; HERCOWITZ; JUNIOR, 2021, p. 513).

Destaca-se ainda que 40 % dos participantes já tiveram sua identidade de gênero tratada como doença por médicos dentro da ABS. A despatologização da transexualidade encontra entrevas na área da saúde, apenas em 2019 a Organização Mundial da Saúde retirou a transgeneridade da classificação de patológica de transtorno, na 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID), passando a ser considerada uma condição de saúde, nomeada “incongruência de gênero” (CIASCA; HERCOWITZ; JUNIOR, 2021, p. 240).

## Conclusão

Conforme os resultados obtidos é possível afirmar a existência de diversas problemáticas no acolhimento e tratamento de pessoas transgênero na Baixada Santista. Atualmente ainda há





uma grande iminência de ocorrência de situações de constrangimento e discriminação para uma pessoa transgênero que procura a Atenção Básica de Saúde na região, prejudicando o bem-estar, a saúde física e mental desses pacientes, colocando-os em um local de marginalização e vulnerabilidade. Medidas de capacitação e de educação permanente para os profissionais da atenção básica da baixada santista são uma alternativa para reverter o distanciamento dessa população dos serviços de saúde. Em principal com enfoque em ações que desenvolvam um acolhimento e tratamento sem discriminações e que assegurem os direitos de pessoas transgêneros.

### Referências

BENEVIDES, B. G. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. 144 p.

BENEVIDES, B. G., NOGUEIRA, S. N. B. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. 136 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. 32 p

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coord.). Atlas da violência 2020. Brasília: Ipea; FBSP, 2020. 96 p.

ROCON, P. C. *et al.*. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. Ciênc. saúde coletiva, 2016 21(8), ago. 2016.

MULLER, M. I.; KNAUTH, D. R.. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é 'babado!'. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 6, n. Cad. EBAPE.BR, 2008 6(2), jun. 2008.

SPIZZIRRI, G., EUFRÁSIO, R., LIMA, M.C.P. *et al.* Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. *Sci Rep* **11**, 2240 (2021).



2º ciclo  
ibero-americano  
de diálogos  
contemporâneos

**GÉNERO, SOCIEDADE  
E DIVERSIDADE**

14 a 16 de Março de 2023

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Prévía da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

STEIL, J. Pessoas trans buscam terapias alternativas diante da escassez de unidades especializadas e fila de espera no litoral de SP. G1 Santos, Santos, 21/11/2021.

CIASCA, S. V.; HERCOWITZ, A.; JUNIOR, A.L. (ed.). **Saúde LGBTQIA+**: Práticas de Cuidado Transdisciplinar. 1. ed. São Paulo: Manole, 2021. 604 p.

BENEVIDES, B. G. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109 p.

PEREIRA, LBC, CHAZAN, ACS. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. Rev Bras Med Fam Comunidade. 2019;14(41):1795.

153



Actas Completas do 2º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: Género, Sociedade e Diversidade

Daniel Colin & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-52-6

# DESAFIOS DE SER MULHER E MÃE NA ATUALIDADE

Amanda Breda<sup>1</sup>  
Cristiana Magni<sup>2</sup>  
Kátia Alessandra dos Santos<sup>3</sup>

## Introdução

Desde os primórdios as mulheres foram colocadas como coadjuvantes e viveram às sombras das conquistas masculinas. Conforme evidenciado por Perrot (2005) foi destinado às mulheres o silêncio, sendo suas lutas formas de romper com esse estado, buscando voz e protagonismo.

Analisando a história das mulheres observa-se que ao longo dos anos assumiram múltiplos papéis o que acabou sendo fruto também de suas conquistas. Um dos papéis tidos como feminino é o papel de cuidadora seja da casa, da família, de crianças, etc. Conforme evidenciado por Tronto (1997), cuidar é uma tarefa regida por gênero e implica responsabilidade e compromisso por um objeto, sendo, portanto, o ato de cuidar relacional. A ascensão das mulheres no mercado de trabalho também, de certa forma, implicou em uma sobrecarga, visto que assumiram um papel laboral além do historicamente imposto, o papel social (o cuidar), o qual como evidenciado por Rebelato (2021, p. 227) trata-se “de um trabalho invisível ao sistema capitalista”.

O'Reilly (2021) promove a reflexão sobre a ideia da maternidade enquanto ação/ prática e, portanto, a denomina, maternagem. Considera ainda que a mulher mãe, vivencia uma dupla opressão, a primeira advinda de ser mulher e a segunda do maternar e que, devido a suas singularidades, principalmente do lugar que ocupa, merece um feminismo próprio.

Baseada nessa premissa a autora promove reflexões sobre o feminismo matricêntrico de forma a valorizar as vivências maternas. Além disso, discute pressupostos ideológicos da maternidade patriarcal, a qual é refletida nos discursos normativos a respeito desta temática.

## Objetivo

O presente estudo é um recorte de uma dissertação de mestrado em desenvolvimento comunitário e tem por objetivo geral:

- Propiciar um espaço de escuta e manifestação de anseios a mulheres gestantes no período de pandemia;
- Acolher suas vivências e experiências do processo gestacional durante o enfrentamento da COVID-19;

Este trabalho aqui apresentado, ainda, tem por objetivo específico:

- Discutir os desafios do papel social da mulher que vivencia a maternidade atualmente;

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da UNICENTRO. E-mail: breda.fono@gmail.com

<sup>2</sup> Docente do departamento de Fonoaudiologia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da UNICENTRO. E-mail: crismagni@unicentro.br

<sup>3</sup> Docente do departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da UNICENTRO. E-mail: kalassandra@unicentro.br



## Metodologia

Foi realizada uma entrevista, por meio da plataforma Google Meet, com uma mulher que vivenciou a maternidade, durante a pandemia da COVID-19. Trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa, e foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da UNICENTRO-campus de Irati sob o parecer 5.619.190.

Inicialmente, através de contato breve foi realizado um convite e explicados os objetivos, metodologia e esclarecidas dúvidas sobre a pesquisa. Após a mulher demonstrar interesse em participar, foi enviado um *link* de acesso à sala virtual, em dia e horário previamente combinado entre a pesquisadora e a participante.

Nesse dia, foi realizada a leitura por parte da pesquisadora do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), sendo que na sequência a participante declarou ciência dos objetivos e metodologias da pesquisa e deu consentimento para a realização da pesquisa bem como para a gravação da entrevista. Foram utilizadas as seguintes perguntas disparadoras: “Quem é (nome da participante)?”, “Me faça um relato sobre como foi ser gestante durante a pandemia?”, “Como foi maternar durante a pandemia?”; “Para você, como é ser mulher em 2022?, (pensando nas múltiplas funções que assumimos o que inclui a função cuidadora refletida pela maternidade)?” e “E agora, nesse período em que ainda não podemos chamar de pós-pandêmico, mas que, acreditamos já ter passado pela fase mais aguda da pandemia, o que você imagina para o futuro? Como se vê agora como mãe e mulher?”

Posteriormente, foi realizada a transcrição da entrevista e a análise da narrativa da participante, utilizando as premissas do feminismo matricêntrico como perspectiva teórica para essa análise.

## Resultados e discussão

A participante (identificada como L.), é uma mulher branca, com 31 anos, mãe de um filho, casada, empresária e atua politicamente como gestora pública.

Quando questionada “Quem é L.?” ela responde:

Sou L., éé (hesitação) sou mãe da M. E. (risada descontraída) hoje, iiii (hesitação) eu sou brasileira, éé (hesitação) me formei como engenheira florestal e atualmente sou empresária (...) eu sou uma mulher que gosta de participar de muitas atividades, eventos, de ser ativa socialmente, assim, através da minha loja especialmente, e me caracterizo em poder atender o público né?! Procurando proporcionar mais saúde e bem estar. Também, atualmente sou gestora pública, (...) também de uma maneira a poder proporcionar aí, melhorias para a sociedade, então, atuo bastante dessa forma em atividades ou compromissos que eu assumo para que eu possa me dedicar a atividades que sejam para o bem comum também. (L.)<sup>4</sup>

<sup>4</sup> A transcrição foi feita de maneira literal, a partir da fala da entrevistada, sendo anotados detalhes tais como pausas e hesitações.



Nesse fragmento observa-se a forma como a participante se descreve, sua identidade e seu lugar de fala. É primordial considerar quem é a participante, sua realidade e suas experiências influem diretamente na forma como vivencia a maternidade. Assim como o fator social a que esta mulher está inserida pois “o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO, 2017, p.40). Ainda, Ribeiro (2017) nos traz essa reflexão de compreender o sujeito a partir de sua fala, em especial o sujeito social para além de suas experiências. Desta maneira, localizar quem é essa mulher se torna importante dado e resultado para compreendermos as suas vivências e desafios.

É interessante a transformação da identidade da mulher quando vivencia a maternidade, observa-se isso, pois o primeiro ponto abordado é justamente o de ser mãe. Conforme abordado por Oliveira-Cruz e Conrad (2022), a vivência da maternidade é parte importante da vida e da subjetividade das mulheres que a vivenciam e influencia na “compreensão que estas mulheres têm de si, das relações e papéis que estabelecem, bem como das perspectivas que elas têm sobre suas próprias vidas.” (OLIVEIRA-CRUZ; CONRAD, 2022, p. 2).

Já na introdução de seu livro, O’Reilly discute sobre a formação da identidade materna:

The book works from one particular assumption: mothering matters, and it is central to the lives of women who are mothers. In saying this, I am not suggesting that mothering is all that matters or that it matters the most; rather I am suggesting that any understanding of mothers’ lives is incomplete without a consideration of how becoming and being a mother shape a woman’s sense of self and how she sees the world. (O’REILLY, 2021, p.55)

156

Desta maneira, reafirma a importância de se considerar o maternar como um fator que molda a identidade de quem o vivencia (seja esta pessoa a mãe ou não), porém sem limitar a identidade. Sobre isso, a autora discute em seu primeiro pressuposto ideológico da maternidade patriarcal, denominado essencialização, que há a discussão do posicionamento da maternidade como fundamento da identidade feminina. Desta maneira, para desconstruir essa visão da maternidade patriarcal, é importante considerar a prática da maternagem enquanto fator significativo, que molda a identidade, mas não como fundamento único e limitante. É possível observar esse elemento no modo como a participante se apresenta.

Ainda sobre a formação da identidade, há a discussão do pressuposto da normalização, a qual “restringe a identidade e práticas maternas ao modelo específico da família nuclear” (OLIVEIRA-CRUZ; CONRAD, 2022, p. 3), modelo no qual a mãe assume o papel de cuidar e o pai de prover. Desta maneira, é importante refletirmos sobre a influência da maternidade patriarcal, a qual foi historicamente construída e que reflete atualmente nos discursos das mães e da sociedade como um todo.

A presença de hesitações durante o processo de posicionar sua identidade, pode evidenciar uma dificuldade em se auto reconhecer após a maternidade. Embora traga inicialmente uma hesitação e, logo em seguida, traga em primeiro plano a identificação como mãe, logo na





sequência acrescenta outros predicativos, tais como sua formação, profissão e gosto pelas atividades que envolvem estar com outras pessoas e agir socialmente

A participante ainda aborda ter formação em nível superior, sendo um fator muito importante, haja vista que a maternidade pode ser uma vivência totalmente distinta para uma mulher de outra classe social ou ainda racial. Desta maneira, a reflexão de que cada mulher vivencia a maternidade de uma maneira é cada vez mais evidente. Conforme abordado por Rebelatto (2021, p.233) “é relevante ressaltar as diferenças entre o papel social da mulher branca e da mulher negra”, desta maneira, sendo primordial a consideração das intersecções que atravessam essas mulheres.

Ainda, em seu discurso, há o fato que ela se posiciona como uma mulher ativa socialmente e que preza em poder proporcionar melhorias para a população, o que também é característica de seu cargo de gestora pública, elemento que evidencia as múltiplas funções e atribuições das mulheres. Em relação ao papel social, historicamente, há a atribuição das mulheres unicamente ao papel de reprodução (O'REILLY, 2021) mas Fonseca (2004) atenta para o fato de que a mulher pobre sempre trabalhou. De todo modo, as mulheres com o passar dos anos conquistaram espaço de trabalho e funções além da maternidade, o que de certa maneira já quebra com o pressuposto da maternidade patriarcal denominado normalização e discutido por O'Reilly. Ao conquistar esse espaço de trabalho “fora” de suas casas as mulheres, se veem com acúmulo de funções, pois, “as mães continuaram a se ver como a responsável pela educação e cuidados infantis, mesmo quando podiam contar ou dividir essas tarefas com uma rede social de apoio” (ALMEIDA, 2007, p. 419).

Esta participante vivenciou a maternidade durante o período pandêmico da COVID-19, sendo, portanto, um momento singular. Sobre tal experiência a participante discorre:

com certeza a gente fica aflita né? porque além da nossa vida já envolvida na preocupação ali da pandemia a gente tá gerando uma nova vida né? e o que que isso poderia ocorrer tanto durante a gestação né algum problema ou na formação da própria criança né a gente eu tinha muito esse medo. (L.)

A paciente demonstra a presença de sentimentos como aflição, ansiedade e medo. Tratam-se de preocupações comuns durante a gestação que foram agravadas pela pandemia. Conforme evidenciado por Rossetto et al (2021), que estudaram as repercussões da pandemia em gestantes, as participantes levantaram a presença de sentimentos como “solidão, medo, preocupações, ansiedade e insegurança” (ROSSETTO, 2021, p.5) o que corrobora com a narrativa da participante desta pesquisa.

É importante ainda ressaltar a presença desses sentimentos nas mulheres, tal como pontuado por Braga, Oliveira e Santos (2020 p. 195):

O dia a dia das mulheres é marcado pelo enfrentamento do medo, pelas agressões temidas e sofridas e pelas múltiplas e repetidas tarefas que elas precisam desempenhar exaustivamente. Associados a esses aspectos, sentimentos de insegurança e incerteza sobre o futuro são ampliados quando o cotidiano também é marcado por situações de violência. (L.)





Desta maneira, reflete-se sobre as mulheres gestantes e puérperas que, por pertencerem ao grupo de risco, também estiveram vivendo esta vulnerabilidade em seu dia a dia.

A respeito do maternar nesse contexto, a participante aborda:

É algo totalmente diferente do que quando a gente tá gestante, antes de ser mãe a gente não tem na verdade noção do que é uma dedicação éé (hesitação) integral ali para esse serzinho que acaba de chegar e que depende cem por cento de você. Então, foi muito intenso principalmente os primeiros dias, os quinze primeiros dias especialmente ali né?, alguns desesperos (linguagem corporal com risada nervosa) é, muitas dúvidas. (L.)

Nesse fragmento é possível observar a manifestação do maternar e sua intensidade na vida da mulher. Como apresentado, trata-se de uma experiência de mudança em casa, na rotina e nas prioridades da mulher. Da mesma maneira como já abordado acima, a maternidade tende a moldar a identidade das mulheres e como consequência trazer hábitos e modificações na vida daquelas que a vivenciam.

O período de puerpério, no qual a mulher experimenta diferentes modificações, tanto físicas em seu corpo, quanto emocionais, é evidenciado em seu discurso como o período de maior intensidade em relação a sua vivência até o presente momento. E essa intensidade é também representada pela sua linguagem não verbal, através das hesitações e linguagem corporal evidenciada por risada nervosa, piscada longa, franzir de testa e ainda movimentos das mãos. Conforme evidenciado por Mereghi, Gonçalves e Rodrigues (2006), durante o período puerperal pode ocorrer uma mistura de sentimentos, sendo comum haver ambivalência, da mesma forma como é percebido no discurso de L.

No fragmento abaixo ela fala sobre a dependência do recém-nascido em relação à mãe e o quanto isso afeta a liberdade da mulher:

Daqui a três dias ela completa três meses então ainda né é um momento que ela tá bem (olha para cima) em formação, dependendo cem por cento aí de estar no colo, de estar aprendendo a ficar aos pouquinhos, né?! com os brinquedinhos dela. Mas a amamentação é uma dedicação né?! muito grande também, a gente não tem horário, a gente não tem a nossa liberdade enquanto mulher como antes, a gente tem que ir se adaptando a cada dia. (L.)

O que eu sinto mais dificuldade é não ter rotina eu gosto de ter uma certa rotina alguns detalhes do dia a dia assim que acontecem e não ter essa rotina, às vezes eu me sinto perdida né me sinto perdida porque gostaria de poder ter algumas questões um pouco mais ordenadas digamos assim né então (risada nervosa). (L.)

Observa-se em seu relato a perda da liberdade ao acrescentar à sua identidade de mulher também o papel de mãe, o que esta associação à restrição imposta diante do processo de doar-se ao filho. Refere também sentimento de desorientação em relação à nova forma de viver, o que também impacta na sua identidade.





Sobre a visão da sociedade frente ao maternar ela fala:

Eu percebo o quanto é desafiador você conseguir demonstrar às pessoas terem credibilidade de que você pode ser mãe e pode atuar em diferentes atividades mesmo que às vezes a criança tenha que estar junto né, mesmo que às vezes a gente tenha que ter um horário um pouco diferenciado ou tenha que ter um atendimento em de uma maneira específica por conta dos seus filhos. (L.)

Eu senti um pouco depois que a M. nasceu é que parece que as minhas outras funções foram um pouco esquecidas assim, tipo agora a L. é mãe (ênfatisa bastante a palavra) mas e a L. das outras atividades, ela ainda existe também, claro de uma maneira totalmente diferente mas que eu ser mãe não tira da mulher as outras capacidades dela né. (L.)

Essa visão da sociedade que restringe o papel da mulher à função materna é também fruto da sociedade patriarcal atual e da limitação da mulher ao papel social de cuidadora. Dentre os dez pressupostos da maternidade patriarcal discutidos por O'Reilly (2021) encontra-se a privatização, a qual compreende que o trabalho materno se limita justamente à função de reproduzir e do âmbito doméstico, o que engloba o ato de cuidar dos filhos. Esta mesma autora, ao aprofundar sobre os pressupostos, refere que estes são ideológicos e buscam manter a maternidade enquanto instituição patriarcal, além de estimular um ideal de maternidade inalcançável, o que acaba gerando frustração e evidencia ainda mais a opressão a essas mulheres.

A respeito da busca por compreensão da sociedade, ela aborda:

Essa visão que é tão importante para a mulher poder participar em tantos espaços ela precisa ser compreendida né, então é muito importante que a gente possa levar cada vez mais esses detalhes essas observações pro dia a dia para as diversas atividades que a mulher pode e queira atuar. (L.)

Demonstrando, dessa maneira, que a mulher mãe é também um sujeito de direitos e liberdades, a fala da participante defende que a busca por espaço e compreensão deve ser também uma luta constante em nossa sociedade. O'Reilly (2021), ao defender o feminismo matricêntrico como discussão necessária e que faz jus a uma abordagem própria, propõe esclarecer dois conceitos: o de maternidade e o de maternagem. O primeiro é a instituição social e historicamente construída e o segundo diz respeito à prática do maternar que envolve também o cuidado com o filho, mas que não é necessariamente desempenhado pela mãe ou por alguém biologicamente nascida com sexo feminino. Esses conceitos são importantes para a difusão desse compartilhar de cargas e função do maternar, deslocando tal função como exclusividade da mulher, o que pode diminuir a dupla opressão sentida pelas mães: a primeira por ser mulher e a segunda por ser mãe.



## Conclusão

O relato da participante coloca em pauta diferentes aspectos e desafios de sua vivência enquanto mulher e enquanto mãe. De início, observa-se a transformação de identidade promovida pela maternidade em sua vida. Na sequência, essa transformação é ainda atravessada pelo fato de ter vivenciado a gestação, parto, puerpério e maternagem durante o período pandêmico da COVID-19, o que a fez experimentar diferentes sentimentos, haja vista que pertencia ao grupo de risco. Seu relato ainda incita a refletir sobre a importância de compartilhar o maternar, assim como quebrar os pressupostos da maternidade patriarcal, principalmente em relação à liberdade da mulher mãe. Ainda, faz-se a reflexão da importância de se considerar as diferentes intersecções que atravessam as mulheres e tornam singulares suas experiências enquanto mães. Afinal, estamos falando de uma mulher branca, cisgênera, de classe social abastada, heterossexual, com relacionamento estável, o que permite que possa fazer reflexões para além daquelas relacionadas à sobrevivência dela e do bebê.

Por fim, demonstra-se a importância de se discutir a maternagem dentro do feminismo e ainda, como sugere O'Reilly (2021) que essa temática seja protagonista de um feminismo próprio que evidencie suas singularidades e a dupla opressão sofrida por essas mulheres.

## Referências

ALMEIDA, L.S. de; Mãe, cuidadora e trabalhadora: As múltiplas identidades de mães que trabalham. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 19 - n. 2, p. 411-422, Jul./Dez,2007

BRAGA, I.F; OLIVEIRA, W.A. de; SANTOS, M.A. dos; “História do presente” de mulheres durante a pandemia. **Revista Feminismos**. v.8, n.3, set-dez, 2020.

FONSECA, C. **Ser mulher, mãe e pobre**. In: DEL PRIORE, M. História das mulheres no Brasil. 7. ed., São Paulo: Contexto, 2004.

MEREGHI, M.A.B; GONÇALVES, R.; RODRIGUES, I.G; Vivenciando o período puerperal: uma abordagem compreensiva da Fenomenologia Social, **Rev Bras Enferm** v.59, n.6,nov-dez; 2006.

OLIVEIRA-CRUZ, M.F.D; CONRAD, K.Q; Refletindo maternidades e redes sociais digitais a partir do feminismo matricêntrico. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.30, n.2.

O'REILLY, A. **Matricentric feminism: Theory, activism and practice**. 2 ed., Canadá: Demeter Press, 2021





2º ciclo  
ibero-americano  
de diálogos  
contemporâneos

**GÉNERO, SOCIEDADE  
E DIVERSIDADE**

14 a 16 de Março de 2023

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC,2005.

REBELATO, T.C. O trabalho do cuidado e as diversas formas de ser mulher: uma análise do trabalho doméstico a partir de um olhar interseccional. In: TERRA,B; DIOTTO, N; GOULARTE,R.F; **Diálogos de gênero: Perspectivas contemporâneas**. Cruz Alta: Ilustração,2021, p.227-243

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento,2017.

ROSSETTO, M. *et al.* Flores e espinhos na gestação: experiências durante a pandemia de COVID-19. **Rev Gaúcha Enferm.** 2021.

TRONTO, J.C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, A.M; BORDO, S.R; **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos,1997, p. 186- 199.

161



Actas Completas do 2º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: Gênero, Sociedade e Diversidade

Daniel Colin & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-52-6

## EU, TU, ELAS: O LUGAR DO FEMININO NA AUTORIA DOCENTE

Adriana Silva da Costa Vidaletti<sup>1</sup>  
Aida Cunha Batista<sup>2</sup>

Chegamos até aqui, guiadas cada uma por uma mulher. Eu, Aida Cunha Batista, sou a neta da Dona Maria (1993 - 2010). Maria foi uma mulher negra à frente de seu tempo para época. Foi professora e diretora escolar, quando bastava saber ler e escrever para exercer essa profissão, nos anos iniciais do ensino fundamental. Mais tarde, aposentada, continuou sendo professora de catequese e crisma<sup>3</sup>, presidente de clube de mães<sup>4</sup>, secretária e tesoureira das paróquias pelas quais passou. Diante deste exemplo, quando eu estava para completar o ensino fundamental, cursar magistério foi o caminho escolhido, inspirada por essa mulher forte e que se constituiu meu exemplo de vida. Minha avó Maria era afeita aos ditados populares, um dos mais usados por ela era: *“O maior bem de uma pessoa é o conhecimento, pois ninguém pode nos tirar”*.

Eu, Adriana Silva da Costa Vidaletti, vi minha força feminina ser alicerçada pelas mãos da minha mãe, Zaida. Uma mulher negra que cresceu pelas mãos da sua avó, pois perdera sua mãe quando tinha apenas 3 meses de idade. Não completou o ensino fundamental, pois a escola era lugar para poucos na sua infância. Casou e a lógica cultural machista se fez imperativa, lhe tirando o direito de conquistar uma profissão e espaço no mercado de trabalho. Se manteve dona de casa, mas isso não a fez acreditar que o seu caminho deveria ser replicado por suas filhas. Sempre fui incentivada a acreditar no meu potencial e buscar o meu lugar no mundo. Cresci ouvindo: *“Não repita os meus erros. Não deixe que te digam que você não pode estudar, trabalhar e conquistar seus sonhos”*.

Essas duas histórias de vida, que trazemos aqui para situar o nosso lugar nessa escrita, servem de base para elucidar e apontar questões que subjetivam a nossa forma de ser e estar no mundo, como mulheres e profissionais. Nossa base discursiva sobre o poder feminino vem de mulheres que discursam, à sua maneira, na contramão de uma ideia colonizada do ser mulher, ainda que não tivessem experimentado o romper das correntes, mas souberam garantir o sonho da liberdade. Sendo assim, nossa escrita se constitui num movimento de documentação da nossa autoria docente e protagonismo em uma sociedade ainda pautada pelo falocentrismo, sexismo e patriarcado. Uma cultura tão marcada pelo masculino e tão absorta em suas convicções, que não percebe a crescente tomada de consciência feminina e das famílias, cada vez mais orientadas e sustentadas por mulheres. Daí a nossa motivação para trazer para o espaço documental a importância de estarmos presentes.

Ao longo desta escrita, traremos diversas referências às mulheres a quem estamos dando as mãos, para dar conta desse desafio de fazer ciência pela lente feminina. Vamos contar a vocês de nossa trajetória na escrita acadêmica e profissional e pensar juntas e juntos sobre como podemos dar mais um passo para afirmar essa posição.

---

<sup>1</sup> Mestranda do PPGEDU/FACED/UFRGS. aidapontobatista@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda do PPGEDU/FACED/UFRGS. vidaletti.adrianasc@gmail.com

<sup>3</sup> Curso de ensino religioso ministrado pela igreja católica no Brasil.

<sup>4</sup> Associação comunitária de mulheres para a realização de cursos, conversas e trocas de ideias, vinculadas à igreja católica.



## Do lugar imposto ao lugar de direito

Se prestarmos atenção aos modelos sociais de comportamento, encontramos algumas convenções como: “Em situações de emergência salvar mulheres e crianças primeiro”. A justificativa é a de que são as pessoas mais vulneráveis. Em termos de cavalheirismo, educação e eventos sociais nos quais as pessoas vão aparecer no seu melhor estado, se diz: “Primeiro as Damas”. Em casas noturnas, de entretenimento, por muitos anos, houve ( e acreditamos que ainda exista em alguns locais) a convenção: “Mulheres não pagam”, com o objetivo de receber mais mulheres nesses espaços, no qual as pessoas vão para além de se divertir, buscar relacionamentos mais íntimos.

Nesses simples exemplos de convenção social cabem muitas análises nas quais não vamos nos deter aqui, mas que nos fazem lembrar que ser mulher é muito diferente de ser homem. Nos costumes sociais descritos acima encontramos um viés que coloca a mulher na condição de frágil e na condição de objeto. No entanto, quando é para divulgar a produção intelectual, a profissionalização e regras, os direitos sociais, a mulher desaparece e na linguagem quem assume a personificação da autoria, da profissionalização e da cidadania é o homem. Por muito tempo, nós mulheres e mesmo os homens que reconhecem a autoria feminina, o profissionalismo e a cidadania das mulheres, vem se calando, pois sempre foi assim, desde os tempos de “Adão e Eva”. Mas agora é 2023, e o mundo segue em transformação às custas de muito empenho, de mulheres protagonistas, que somando forças disseram: chega! Foi assim que nós pudemos estar aqui. Tedeschi (2016, p.155) faz a seguinte colocação sobre o poder da escrita e quem historicamente faz uso dessa ferramenta:

Durante muito tempo, foram negadas às mulheres a autonomia e a subjetividade necessárias à criação, consequência da manipulação, do controle da palavra e da escrita. Isso assegurou a instalação do poder, da lei, do imaginário social na História (com H maiúsculo), e também trouxe como consequência a legitimação de uma minoria social, que assegurou, determinou e confinou as ferramentas do pensar, vedando às mulheres o livre exercício da autonomia do narrar e do escrever. O patriarcado teve, como uma de suas funções na história, a construção e a reprodução de uma memória implacável, imóvel, endurecida e controladora do poder epistêmico.

Vocês, leitoras<sup>5</sup> e leitores já perceberam que estamos usando uma outra inflexão de gênero e número nessa escrita. Por vezes vamos usar o nós, em outras, o eu, e em muitas outras o elas e também o eles. Esse estilo de escrita é inspirado em Marília Silveira e Josselem Conti (2016), que escrevem sobre essa questão da narrativa feminina na escrita científica. Por sua vez, Marília e Josselem, também se inspiraram e se encorajaram para esse modo de escrita, através da pesquisadora Isabelle Stengers 1989 (apud SILVEIRA e CONTI, 2016. p.57) que já havia

<sup>5</sup> O corretor ortográfico dos programas de edição de texto, nos tendencia a todo momento a escrever no gênero masculino. Essa palavra foi marcada pelo corretor ortográfico com a sugestão de escrever “leitores”



buscado essa inspiração na pesquisadora americana Barbara McClintck (1989 (apud SILVEIRA e CONTI, 2016. p.57). Nessa linha de pesquisadoras de campos diversos do conhecimento e também para nós, o processo de produzir ciência e escrever ciência no gênero feminino é um ato político necessário.

Nós somos professoras de educação infantil, da rede pública de ensino, no Rio Grande do Sul, o estado mais ao sul do Brasil, e Mestrandas em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS). De acordo com os dados do censo escolar de 2021, realizado pelo INEP<sup>6</sup> “As professoras são maioria em todas as etapas da educação básica. Nós correspondemos a 96,3% da docência na educação infantil, a 88,1% nos anos iniciais e a 66,5% anos finais do fundamental, respectivamente. No ensino médio, 57,7% do corpo docente também é composto por mulheres.

Tais dados nos fazem questionar onde está a autoria docente feminina, visto que figuramos uma parcela significativa e majoritária no cenário educacional brasileiro. Com este pequeno levantamento, já temos alguns indícios de que o discurso machista está ainda imperando sobre setores em que claramente estamos em destaque. Isso nos comunica que não basta ocupar o espaço, precisamos fazer parte da narrativa, nos apropriar de ferramentas epistemológicas, como a escrita, por exemplo.

### O lugar do feminino na autoria docente

Desde 2021, escrevemos juntas relatos de experiência para congressos e textos curtos (denominados *Boletins Informativos*) para o site do Programa de Extensão Educação Infantil na Roda da Faculdade de Educação (FACED/UFRGS). Somos duas professoras de descendência negra e esta dimensão interseccional precisa ser levada em conta, pois no Brasil a educação infantil além de ser povoada majoritariamente por profissionais mulheres a grande parte delas também é de descendência negra, logo o lugar, a autoria docente feminina também está marcada por este cruzamento gênero e raça. Ao escrever um texto, as ideias vão surgindo, vão dialogando com os conceitos, com os autores, com a experiência profissional e lá no final, na revisão do texto vem a dúvida: Porque está tudo no masculino se estamos falando de práticas que narram o fazer profissional majoritário de mulheres?

Trazendo esse debate para a produção científica, Amanda Gurgel de Freitas (2022), e aqui citamos seu nome completo de acordo com o conceito de transparência de gênero, viabilizado por Débora Diniz 2012 (apud Freitas 2022, p. 16.) nos conta da dificuldade de encontrar títulos de dissertações e teses que contemplassem o adjetivo feminino nos títulos dos referidos escritos acadêmicos.

“Desde as primeiras movimentações, ainda no âmbito bibliográfico, foi possível perceber as estratégias de invisibilização, tão comuns na sociedade de modo geral,

<sup>6</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, realiza anualmente o censo escolar.





sendo reproduzidas nos bancos de dados e no vocabulário controlado utilizados como base para o trabalho, cujos repertórios ignoram as formas femininas dos substantivos e seus respectivos determinantes. Desse modo, as relações de gênero foram observadas não apenas nas análises, em todas as etapas, mas também nas opções feitas para a escrita do trabalho.”

Silveira e Conti (2016. p 64), mesmo que em outro momento do processo de escrita, partilham da mesma angústia e nos contam isso através da seguinte passagem de seu artigo: *Ciência no feminino do que é feita nossa escrita?*

“Para tudo ficar igual, precisa começar diferente. E é nesse ponto que a língua pega, porque no português a voz do neutro é masculina. E nós não podemos escrever artigos científicos no feminino, sob o risco de ser mal interpretadas. Sob o risco de deixar de fora os homens cientistas que nos lerão. Mas os homens ao escreverem no neutro masculino fazem de conta que não excluem as mulheres, leitoras e cientistas.”

Paulo Freire (1992. p 64) conta como foi alertado para esta questão, quando leitoras americanas questionaram sua escrita, toda no gênero masculino, para ilustrar a realidade das professoras e professores. Freire respondeu esse questionamento, narrando em seu livro: *Pedagogia da esperança*, como inicialmente ficou impactado com esta dimensão que até então, lhe havia passado despercebida, mas que refletindo chegou à seguinte conclusão:

“Ora, quando falo homem, a mulher necessariamente está incluída.” ... E por que os homens não se acham incluídos quando dizemos: “As mulheres estão decididas a mudar o mundo.”? ... Como explicar, a não ser ideologicamente, a regra segundo a qual se há duzentas mulheres numa sala e só um homem devo dizer: “Eles todos são trabalhadores e dedicados?” Isto não é, na verdade, um problema gramatical, mas ideológico.”

Pela norma da língua portuguesa se usa o gênero masculino para descrever o coletivo, mesmo que neste coletivo encontrem-se além de homens, mulheres e pessoas que se identifiquem com as questões de gênero LGBTQIA+.

Como alunas de mestrado, realizando nossos primeiros levantamentos bibliográficos para definir o tema de pesquisa, fomos impactadas também por este dado. Se pesquisamos usando o descritor: *professores*, encontramos de duas a três vezes mais artigos do que usando o descritor *professora*.

Durante o processo de escrita dos textos curtos que publicamos, citados acima, para contemplar as mulheres, maioria das participantes descritas nos textos, passamos a escrever então: *as professoras (es)*, *as educadoras(es)* e assim procedemos com todos os termos, cujas mulheres são a maioria no exercício da profissão.

Pensando em como marcar a presença feminina, e tudo o mais que ela implica, na produção científica, nos alavanca a um outro patamar que só tem a contribuir para o avanço da ciência.





Ainda estamos aprendendo a fazer isso, até ontem, nem havíamos atentando para este *detalhe*, assim como para muitas de vocês leitoras (es), esse pode estar sendo o primeiro contato com essa temática. Por isso, como já dissemos no início desse texto, viemos aqui propor uma reflexão e uma construção com vocês. Precisamos pensar, refletir, pesquisar e publicar as implicações do feminino na pesquisa e na escrita científica. Débora Diniz 2012, nos apresentou o conceito de feminino universal, inflexão de gênero textual segundo o qual, se estamos falando de um coletivo no qual impera a maioria de mulheres, o gênero da inflexão deve ser o feminino. É importante sempre, diariamente, minuto a minuto, estar atenta para reconhecer, problematizar e propor novas maneiras de ser e estar no mundo que busquem a superação do patriarcado, a ampliação do mundo dos direitos na sociedade liberal – e atuar em oposição a essa organização social que invisibiliza a autoria e o protagonismo da mulher. Atenção às convenções naturalizadas ao longo dos tempos.

### **O feminino para além da escrita**

As autoras que referenciamos aqui, também nos convidam a refletir para além da escrita do feminino, elas nos convidam a pensar sobre como as mulheres influenciam na criação de uma nova narrativa científica. O que uma narrativa científica pautada pelo feminino agrega para o desenvolvimento da ciência? O que uma escrita científica feminina expressa, para além dos dados e da análise? Para iniciar a busca por estas respostas e poder seguir questionando, precisamos pensar sobre os simbolismos e o que a escrita representa.

Quando nos referimos aos espaços legitimados e ocupados por alguém, ou por um grupo, identificamos que ali está garantido o direito de voz. Na escrita a voz se converte em texto, em impressões, marcas visuais codificadas de maneira seletivas, que escolhe apenas as(os) letradas(os) para ter acesso. A escrita é para poucos, não é para todos e nesse sentido passa a selecionar quem terá o “privilegio” de se deleitar com ela. Seguindo essa lógica podemos afirmar que a escrita é um espaço de poder, de disputa, na qual o registro se faz imperativo na demarcação de quem tem a voz naquele momento.

O espaço feminino, não só na escrita, mas também nas ações do cotidiano, precisa romper barreiras naturalizadas e postas confortavelmente à sombra do senso comum. Nós mulheres somos educadas de maneira subjetiva a sermos subservientes, disciplinadas, polidas e recatadas a espera da gentileza de outrem. Quantas de nós, ainda na infância e na adolescência, nos relacionamos de maneira artificial com o espaço das letras. Para nós mulheres a escrita estava reservada a temas secretos, domésticos, românticos como por exemplo na escrita de diários pessoais, receitas, poemas, como se para nós, mulheres, a escrita tivesse essa função limitada e bem desenhada para os nossos corpos. Mesmo estando no século XXI e vivenciando os crescentes movimentos de empoderamento feminino, ainda estamos muito aquém do que precisamos resgatar e reescrever.

O protagonismo na autoria feminina docente extrapola os limites de uma folha de papel. O que propomos é um giro, não só literário, mas identitário e consciente da ação política





assumida enquanto professoras à frente do ato educacional. Usando um exemplo do cotidiano de professoras da educação infantil podemos listar uma série de ações do cotidiano escolar, que passam despercebidas sem que registremos as nossas posições como mulheres à frente do trabalho pedagógico. Quando redigimos os pareceres pedagógicos das crianças, por exemplo, quantas vezes masculinizamos nossa fala porque a norma culta da escrita na língua portuguesa, não reconhece o feminino como termo oficial? Quantas famílias conseguem nos reconhecer nessa escrita? O que estamos deixando de registros da nossa atuação? Nós mulheres, professoras, precisamos nos atentar para estas e outras questões. A problematização e o tensionamento das nossas posições sociais e culturais precisam ser colocadas nos espaços de debates para o fortalecimento de políticas públicas que versem sobre a garantia de direitos das mulheres.

Eixos temáticos como este - Eixo: **sub-representatividade feminina na sociedade e na política**, dentro de um ciclo de diálogos internacionais é de fundamental importância para superar o processo de invisibilização da mulher na produção acadêmica e demais setores sociais.

No Brasil já tivemos uma presidenta e esse adjetivo foi alvo de muita polêmica, pois grande parte da sociedade repudia a inflexão feminina para a adjetivação profissional para cargos de chefia. De acordo com Katia Junqueira (vídeo, 2020. 0:54):

"A população brasileira no caso é composta de 52 por cento de mulheres, no entanto essa representatividade não é vista nas casas legislativas. ... isso é uma coisa muito ruim para o país, porque a participação feminina gera diversidade."

É importante salientar aqui que o direito ao voto, assim como o direito à escolarização, foi permitido a mulher muito tardiamente na história. E se formos analisar outros aspectos sociais brasileiros veremos que tudo de alguma forma foi retirado do acesso às mulheres ou condicionado a autoridade do homem. Quando nos deparamos com o dado de que 52% da população brasileira é constituída por mulheres, e temos o ato histórico de ter uma Chefe de Estado mulher governando o país, não podemos esquecer que ela foi fortemente apoiada por um homem que "abriu espaço". Ao não ser obediente a um Congresso a um Senado majoritariamente masculino, foi tratada como alguém sem equilíbrio e desqualificada para encerrar seu segundo mandato. Dessa sequência de fatos podemos concluir que não basta compor a maioria, precisamos legitimar as nossas ações através de registros e de comunicação.

Falamos a partir de um país fortemente polarizado politicamente e que não por acaso, citamos o fato de já termos tido uma presidenta, pois justamente após o golpe de 2016, que a destituiu da presidência, nosso país mergulhou em uma vertiginosa política direitista que comprometeu seriamente os ideais democráticos, numa tentativa de desmoralizar as instituições e fragilizar o Estado Democrático de Direito, através de escritas inverídicas sobre diversos setores. Aqui mais uma vez nos deparamos com o poder da escrita e o que ela pode fazer com a opinião pública ao documentar faces caluniosas sobre os fatos políticos e





culturais dos povos que compõem o Brasil. Com a era digital, em que o tempo se torna moeda de troca, manchetes, mensagens rápidas e sensacionalistas encontram terreno fértil para a propagação do discurso construído para capitanear adeptas/os aos seus interesses. Atualmente, estamos retomando a esperança, no sentido mais Freiriano. O esperar começa a tomar forma com o novo ciclo que desponta sob o território brasileiro e reacende a perspectiva de uma sociedade mais progressista e inclusiva. Há clamores engasgados nas vozes de nós mulheres, que esperamos ávidas por espaço e construção de reafirmações do nosso valor perante a construção da sociedade.

Recentemente testemunhamos uma cerimônia de posse presidencial que coloca a Primeira Dama em lugar de protagonista, e não de acessório para o marido Chefe de Estado. Podemos ver uma mulher, negra, periférica, num ato simbólico passando a Faixa, o Poder, ao dirigente eleito democraticamente no último pleito. Ato assim, além de simbólicos, marcam um tempo, uma leitura, escrevem uma história na qual as mulheres podem se ver e são convidadas a sonhar, a se empoderar e a realizar suas próprias conquistas.

### Considerações finais

É importante citar aqui a análise do Romance célebre, “Frankenstein (1818), feita por Lucia de La Roque e Luiz Antonio Teixeira. (2001). Este Romance é emblemático por diversos fatores. Foi escrito por uma mulher, mas publicado sobre autoria de seu marido. Tráz uma visão suficientemente crítica e feminista para a época, na medida em que o enredo e os personagens descrevem o patriarcado e o machismo impetrato pelo cientista Victor na criação do monstro Frankenstein. É na superação dessa ciência, já denunciada por Mary Shelley, há 205 anos, que ainda lutamos e afirmamos que vamos vencer, talvez daqui há mais algumas décadas ainda. No entanto, tudo que é real um dia foi sonhado e tudo que é escrito fica no escrito no mundo para sempre.

A produção intelectual feminina é expressiva, principalmente no campo da educação infantil, na qual mais de 95% das profissionais são mulheres. Contudo, não podemos ser grandiosas apenas em porcentagem, precisamos estar presentes na flexão do gênero utilizado na escrita para legitimar esse espaço, essa episteme, essa autoria que assumimos sobre a nossa prática pedagógica.

Somos duas professoras/pesquisadoras que estamos em constante movimento para que as demais professoras que circundam nosso trabalho e estudo se arrisquem a escrever e publicar suas práticas. Somos entusiastas e incentivadoras das nossas colegas de profissão nos espaços em que atuamos.

O que propomos aqui é o fortalecimento de uma rede, uma constelação, de mulheres docentes capazes de romper com as barreiras do patriarcado e exercer o poder que lhes é de direito na afirmação da sua ação autoral. Assim como as mulheres que descrevemos no início desse escrito, queremos honrar suas memórias e legados sendo também inspirações para





outras mulheres e auxiliar nessa teia de estudos que buscam desvendar os as narrativas que sufocam as nossas autorias.

Por isso convocamos todas as mulheres e homens que agora estão nos lendo, vendo, ouvindo que passem a valorizar e a nomear dignamente, com o gênero adequado, às pessoas das quais contam suas histórias nos escritos acadêmicos. Escrever dando voz ao feminino é um ato de resistência ao patriarcado e uma ocupação do espaço de direito na escrita acadêmica. Esse escrito é para eu, tu e elas.

### Referências

DINIZ, Debora. Carta de uma orientadora. Brasília: Letras Livres, 2012.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança. São Paulo: Paz e Terra, 1992.  
<https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2021/11/paulo-freire-pedagogia-da-esperanca.pdf>

FREIRE, P. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. 6. ed. São Paulo: Olho D'água, 1995b.  
<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Professora-sim-tia-n%C3%A3o-Cartas-a-quem-ousa-ensinar.pdf>

FREITAS, Amanda Gurgel de: Implicações da atuação da diretora escolar para a gestão democrática da escola pública : estudo de caso no Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre. Dissertação (mestrado em educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.164.2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/249748>. Acesso em: 03/02/2023.

Hertzog, Lucas; Mello Luciana Garcia de. **Por uma abordagem interseccional das desigualdades: rupturas com visões hierarquizadas**. Contemporânea v. 10, n. 1 p. 229-247 Jan.–Abr. 2020. disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/223990> Acesso em:28/01/2023.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Brasília-DF, 2020. disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/dados-revelam-perfil-dos-professores-brasileiros>

JUNQUEIRA, Kátia. **"Sub-representatividade feminina na política"**. "5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Des. Eleitoral.RJ. 2020. disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oq5zNSkuWG8>





2º ciclo  
ibero-americano  
de diálogos  
contemporâneos

**GÉNERO, SOCIEDADE  
E DIVERSIDADE**

14 a 16 de Março de 2023

LA ROQUE, Lucia de e TEIXEIRA, Luiz Antonio. Frankenstein, de Mary Shelley, e Drácula, de Bram Stoker: gênero e ciência na literatura. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. 2001, v. 8, n. 1, pp. 11-34. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702001000200001>. Acesso em: 4 Janeiro 2023

RODRIGUES, Giseli Tavares de Souza. História do clube de mães e as origens do atendimento à criança pequena em Naviraí/MS (1974-1990). 2018. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1132> Acesso em: 03/02/20223.

SILVEIRA, M.; CONTI, J. Ciência no feminino: do que é feita a nossa escrita?. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, [S. l.]*, v. 11, n. 1, p. 53–68, 2016. Disponível em: [http://www.seer.ufsj.edu.br/revista\\_ppp/article/view/1529](http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/1529). Acesso em: 28 jan. 2023.

TEDESCHI, L. A. Os desafios da escrita feminina na história das mulheres. *Raído, [S. l.]*, v. 10, n. 21, p. 153–164, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/5217>. Acesso em: 29 jan. 2023.

170



Actas Completas do 2º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: Gênero, Sociedade e Diversidade

Daniel Colin & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-52-6

# REFLEXÕES SOBRE CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO E O HABITUS CONSERVATORIAL NAS LICENCIATURAS DE MÚSICA NO CEARÁ

Marisol dos Santos<sup>1</sup>

Pedro Rogério<sup>2</sup>

## Introdução

Desde os primórdios, o homem é considerado um ser social que incorpora padrões, valores, crenças, normas e aprendizagens dentro de um contexto que engloba divisão de trabalho, organização social e funções. Partindo desses princípios, o indivíduo, de formação particular e social, desenvolve-se em interação com o meio compartilhando saberes e expandindo práticas de ensino, aprendizagem e educação. A referência inculcada pela cultura, sociedade e o reforço dada pela natureza humana, aprendizagem e do conhecimento, denotam um determinado modelo de ser humano, hierarquizado por uma lógica hegemônica por

(...) quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico (...) a consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante, e assim, inviabilizando outras experiências do conhecimento” (RIBEIRO, 2017, p.16).

A discussão trazida pela autora sobre o que é conhecimento válido expurga sobre as hierarquizações de saberes preconizadas sobre “O que é lugar de fala”, “Quem pode falar ou não”, “Quais as vozes são legitimadas e quais não?”. A inviabilidade das experiências não ouvidas no contexto da constituição da realidade social e no tráfego do processo formativo humano, implica perceber as fragilidades, diferenças, multiplicidades, cristalizações e naturalizações do sistema, pois

Muito se tem escrito sobre a relação do sujeito cognoscente com o objeto que quer conhecer e, também, sobre o processo de conhecimento. Polarizações foram feitas, ao longo da história da humanidade, ora enfatizando o pólo do objeto, ora o pólo do sujeito. As principais correntes que marcaram, na Modernidade, o modo de se pensar o conhecimento resvalaram de um pólo a outro. (LINHARES, 1995, p.09).

Essas polarizações indicam o escopo da prática humana singular particular e universal, produtoras do conhecimento, nomeadas e imbuídas pela realidade e consciência sobre (percepção/sensação) articuladas entre ideia e ação, pois “tais apropriações, por sua vez, não ocorrem espontaneamente, mas sim por meio dos processos educativos planejados para esse fim” (ABRANTES e MARTINS, 2007, p.08).

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Especialização em Artes com ênfase em música pela Universidade Estadual do Ceará, Campus Itapipoca e em Musicoterapia, pela Instituto Graduale-Faculdade Padre Dourado.

<sup>2</sup> Professor Associado II da Universidade Federal do Ceará - UFC. Pós-Doutorado em Psicologia Social pela Universidad de Valladolid; Doutor em Educação / Linha Currículo / Eixo Temático Ensino de Música pela UFC (2011). Mestre em Educação pela UFC (2006). Graduado em Música - Licenciatura - pela Universidade Estadual do Ceará (2000). Graduando em Direito pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR.



Considerando a universidade, instituição legítima de força e poder dentro do espaço social que explica, produz e sistematiza os conteúdos por meio dos processos educativos, esta detém que “o conhecimento deve ser considerado investigação científica, como movimento do pensamento no sentido de resultados novos” (ABRANTES, MARTINS, 2007, p.10).

A movimentação de pensamento e resultados imerge pensar em currículo educacional como possibilidade de “resultados novos” ao gerar novas propostas civilizacionais, promoção de mudança de paradigma, desenvolvimento da autoria, autonomia, novos significados e construção de sentido. “O currículo é um local no qual docentes e aprendizes têm a oportunidade de examinar, de forma renovada, aqueles significados da vida cotidiana, que se acostumaram a ver como dados e naturais” (SILVA, 1999, p.40).

Infelizmente, a nomeação e concepção de currículo é limitada e refletida em imposições hierárquicas de exclusivos grupos dito superiores eurocêntricos por meio de discursos que não contemplam as diferenças, desigualdades, privilégios e discriminações histórico sociais e culturais no currículo. A estampa incutida no seio da trajetória histórica da civilização detém, seleciona e dita regras de dominação em sociedade compactuada de “visão alienada, descontextualizada, dividida e fragmentada” (Morin) pela massa de interesses específicos do sistema político, histórico, econômico, social e cultural.

A ordem verídica da delimitação desse problema suscitou a necessidade de reconstruir ou contribuir com a percepção do conhecimento e inclusão de narrativas no currículo que ampliem reflexões e contemplem, grupos considerados inferiores ou desprivilegiados do poder para retificar a compreensão da sociedade e transgredir essa situação de conflito que sustenta a fratura exposta na educação, currículo e ensino.

Percebeu-se que essa disposição hierárquica do saber se estende para além do campo da educação e no foco do presente trabalho, nos currículos da Licenciatura em Música no Ceará, que validam e perpetuam uma organização de ensino de Música legitimada e referenciada por conceitos, vocabulários, repertórios e contextos, impressos pela Música europeia de concerto. A legitimação da distribuição do saber no território da Música é reduzida sob a ótica da representação de uma personalidade erudita europeia no campo curricular. Essa realidade relacional é incutida e incorporada nas práticas de coro, Etnomusicologia, Antropologia, Sociologia, teoria musical, técnica vocal, ensino de instrumentos ou na história da Música (área delimitada da pesquisa) na formação da educação musical.

Os lócus do senso comum da Música imputado pelo “*modus operandi*?” é atrelado ao *habitus conservatorial*. Esse conceito, foi inclusive sinalizado na pesquisa de Pereira (2014), que investigou projetos pedagógicos de quatro diferentes cursos de Licenciaturas em Música e comparou três áreas específicas: “conhecimento oficial, seleção e distribuição de conhecimento e profissionalização dos conhecimentos” (PEREIRA, 2014, p.92).

(...) o *habitus conservatorial* seria próprio do campo artístico musical e estaria transposto (convertido) ao campo educativo na interrelação estabelecida entre estes dois campos. E seria incorporado nos agentes ao longo do tempo no contato com a instituição, com suas práticas, com seu currículo enquanto objetivação de





uma ideologia. Assim, as instituições de ensino musical – como resultado da história iniciada pelos conservatórios – poderiam ser entendidas como *opus operatum*: campo de disputas que tem no *habitus conservatorial* o seu *modus operandi* (PEREIRA, 2014, p.92).

A defesa da tese revela o *habitus conservatorial* inter-relacionado entre agente e campo musical brasileiro, justificado do resultado da história iniciada nos conservatórios. Transpondo a veridicidade do modelo conservatorial, constatou-se a cor repetição deste no âmbito local. A metodologia utilizada foi a análise documental nas grades curriculares de 2021.1 nos IES das Licenciaturas em Música do Ceará recebida atualizada via e-mail pela pesquisadora em articulação com a análise de discurso dos discentes em Música em processo de formação na UFC, Campos Fortaleza, única instituição que evidencia a nomenclatura da disciplina história da Música identificando a identidade cearense de forma explícita no currículo. Conforme BARROS (2018, p.38), “a Música pode não apenas a se relacionar com a História como Objeto, fonte e meio de representação, mas também como caminho para a renovação da própria História como campo de saber”, que é o objeto desse estudo.

Como resultados esperados, a pesquisa de campo buscou promover reflexões críticas sobre a inclusão da identidade no currículo da educação musical local com o objetivo de reconhecer através do ensino da história da Música cearense “o não apartamento da história social e história cultural da Música” (BARROS, 2018), o pensar como propõe Morin (2000) e Lourenço (2014) sob “a ideia do local pelo global e não somente o global pelo local”, sobretudo contribuir com o divórcio entre o texto e contexto no currículo musical.

### Marco Teórico

A produção do conhecimento funde em sua discussão detendo do olhar interdisciplinar no processo de constituição do currículo cultural em nível local e global engendrada da perspectiva do currículo aliado a uma teia de significados e sentido. Conforme Silva (1999, p.150) “texto, discurso e documento” é os lócus que forja “o documento de identidade. A leitura de identidade resgata um intercâmbio cultural incorporada no interior de cada sociedade, sobretudo as diferentes sociedades

O currículo é também uma questão de poder e que as teorias de currículo, na medida em buscam dizer o que o currículo deve ser, não podem deixar de estar envolvidas em questões de poder. Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder, destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade, como sendo a ideal é uma operação de poder. As teorias de currículo não estão, nesse sentido, situadas num campo epistemológico social. As teorias de currículo estão no centro de um território contestado. É precisamente a questão do poder que vai separar as teorias tradicionais das teorias críticas e pós-críticas do currículo (SILVA, 1999, p.16).





Atesta-se que as questões de poder separam e privilegiam um campo epistemológico, o que ratifica a inviabilidade de uma única área disciplinar dar conta de examinar, explorar e determinar um tema onde os estudos estão conectados no mundo e não separadas, portanto, “não significa que seja necessário conhecer somente uma parte da realidade, é preciso ter uma visão que possa situar o conjunto” (Morin, 2000).

A proposição dessa revolução científica, compactua por reagrupar disciplinas de forma plural, singular e diversa na compreensão da realidade do planeta, defendida pelo autor Morin (2000) que defende a ideia do “conhecimento se referir ao global”.

No paradigma emergente o conhecimento é total, tem como horizonte a totalidade universal (...) mas sendo total, é também local (...) A fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática. Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros. (SANTOS, 2008, p.76).

O deslocamento do pensamento referenciado, endossado pela educação planetária, ramifica a universidade e a sociedade como mútuas geradoras da produção do conhecimento, sempre a par do global ao contribuir para uma possível revolução educacional, onde o povo começa a se dar conta do valor de seu contexto, tão necessário e sucumbido da atualidade. Conforme (OLIVEIRA e SABINO, 2020) as práticas curriculares cotidianas estão para além dos documentos prescritivos que ditam o que deve ser ensinado e aprendido nos currículos resistentes referenciados pelo cotidiano presente.

No caso dos cursos de Licenciatura em Música no Ceará percebeu-se que os textos que escrevem currículos são referenciados predominantemente como diz Silva (1999), Ribeiro (2017); Oliveira e Sabino (2020) por “um lugar de fala protagonizado pela história dos povos ditos *desenvolvidos, superiores, colonizadores*” do conhecimento e no presente estudo, na disciplina História da Música, que carimba e seleciona a Europa como lócus do conhecimento válido global, sem situar uma visão do conjunto.

A crítica reflexiva sobre a ausência da disciplina História da Música Cearense ou História da Música local e global enquanto nomenclatura oficial identitária das disciplinas curriculares dos IES no estado do Ceará, atribuem significados, sentido e ciência apartado da história social e história cultural da Música. As disposições de sentido na academia selecionam somente o pensamento do global pelo local, o que reduz a possibilidade do pensamento local pelo global.

os textos são entendidos como resultados de várias influências e acordos, envolvendo na sua formulação, dentro do processo de política, diferentes intenções e negociações. Assim, as análises de textos políticos exigem dos pesquisadores capacidade para perceber as diferentes ideologias, disputas e vozes ausentes e presentes no processo de produção da política como texto (...) Este estudo possibilita visualizar que a relação entre currículo e identidade tem sido construída socialmente, sendo (re) significada de acordo com as mudanças sociais (RODRIGUES e OLIVEIRA, 2013, p.385)





É importante perceber “como esses agentes vão se agrupando num campo que aos poucos vai se delimitando e como eles possuem determinados interesses específicos comuns” (SILVA, SILVA e ALBUQUERQUE, 2008, p.138 e 139). Isso requer uma arqueologia onde

O contexto desta produção contempla os textos políticos como representações, que vão tomando várias formas: legais, oficiais, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais. Estes se constituem em resultado de disputas e acordos políticos. Nesse sentido, aborda-se a relação entre currículo e identidade no campo curricular a partir de diferentes textos que contextualizam a relação entre ambas. (RODRIGUES e OLIVEIRA, 2013, p.384 e 385).

Parece-me interessante a organização intelectual de refletir currículo baseado entre texto e discurso, sobretudo exaurir o plano fundido da educação planetária e Música, promotoras de significados da vida cotidiana situadas com os objetos estudados, que sustentam o mote da inclusão e compreensão da totalidade, ora pelo desejo do tangível, ora pela compreensão do entendimento.

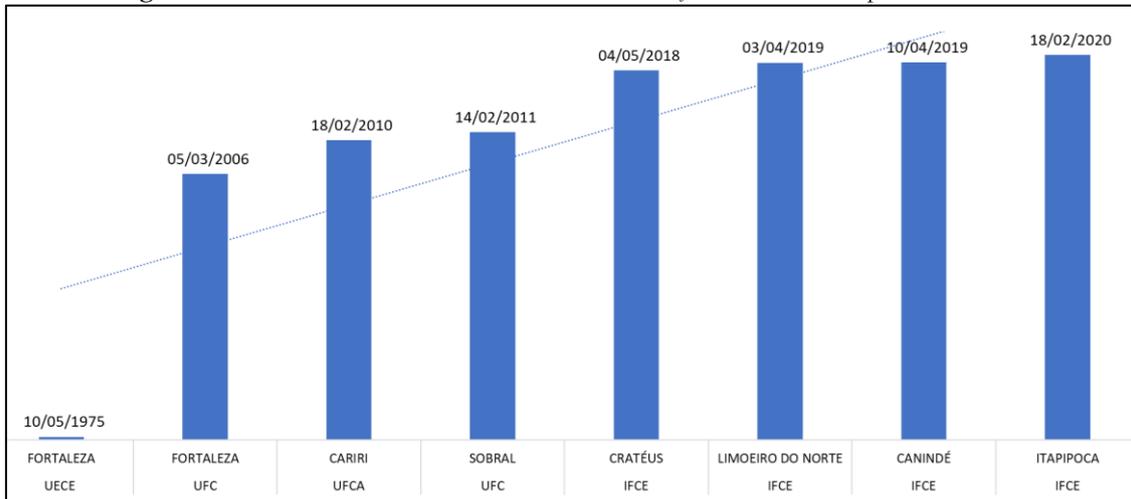
## Resultados

Percebeu-se que as instituições de nível superior (IES) dos cursos de Licenciatura em Música, em nível de graduação no estado do Ceará, não contemplam a nomenclatura oficial da disciplina história da Música carimbada pela identidade da cultura local em suas respectivas grades curriculares, o que não significa que os discentes não inter cruzem correlações em seu plano pedagógico ou metodologia de ensino.

No entanto, no inter cruzamento de dados da pesquisa documental com a pesquisa de campo, realizada na disciplina história da Música na UFC, considerou importante o demarcador quantitativo de discentes em formação não conhecerem sua própria identidade musical pelos moldes do plano de curso da disciplina. Por isso, buscou-se investigar um possível *habitus conservatorial* na grade curricular no estado do Ceará, evidenciada pelo mote da disciplina história da Música.

A pesquisa identificou a configuração do campo da Educação Musical no Ceará, formado pelo total de oito instituições de nível superior iniciada desde 1975 a 2019. Esses dados foram catalogados em dezembro de 2021 no site oficial do Sistema de Regulação do Ensino Superior (e-MEC), locus dos cursos e instituições aprovados pelo Ministério da Educação (MEC), bem como as grades curriculares atualizadas dos IES no Ceará, pesquisadas no site e reforçadas pela solicitação via e-mail da pesquisadora com as instituições.

**Figura 1** – Série histórica das licenciaturas nas Instituições de Ensino Superior no Ceará



Fonte: Autora (2022)

Tendo como objeto de análise a inclusão da disciplina história da Música cearense, atentou-se que somente a partir de dez anos depois de 2006, data de origem do curso, que o curso de Licenciatura em Música na Universidade Federal do Ceará, Campos Fortaleza, em 2016, admitiu a inclusão da disciplina História da Música Cearense realizada pelo coordenador Pedro Rogério, na grade curricular da graduação da instituição. Segundo o plano de curso da disciplina em 2021. 2, o objetivo é oferecer “à formação do professor de Música no Ceará o conhecimento sobre a história dos compositores, músicos e intérpretes representativos da Música regional” ampliando possibilidades de educação colonizada de forma inconsciente e naturalizada. Com isso, espera-se gerar o fortalecimento da identidade dos estudantes e despertar de consciência, onde os próprios alunos se percebam construtores dessa história”. A legitimidade que a universidade detém através de seu poder hegemônico, norteado pelo documento oficial intitulado currículo, carregado de intenções, domesticações e naturalizações, forma uma seleção massiva de imposições educacionais, o que oficializa, regula e categoriza uma identidade demarcada por variados grupos humanos e formas de comportamentos manifestos em sociedade. Então, a Música, como recurso de cognição refrata no campo de atuação cotidiano, forças específicas, hierarquias, regras, resistências e submissões no currículo.

Para promover mudança de paradigma e transformação no que concerne os excluídos, algoritmos e recuperação de trajetórias, é necessário reconhecer e promover as relações de ensino de modo democrático para serem percebidos como marcadores prioritários no investimento dessa ruptura de resistência no currículo. Portanto, refletir os problemas da realidade, desemboca compreender qual intervenção a ser feita contra esse sistema contra colonial e contra normativo.



Os resultados da pesquisa documental e análise de discursos no fórum da disciplina História da Música Cearense fundamentaram as bases dessa discussão resgatando a ideia do pertencimento como fio propulsor sugerindo pensar a nossa herança cultural atrelada a nossa herança cultural e base da nossa formação como cidadão. O sujeito que reflete seu papel no mundo e não somente seu lugar, percebe e alcança a ideia da alteridade de perceber no outro e busca no outro quem sou ao estabelecer fonte de diálogo em sua construção de identidade e formação, singularidade na pluralidade para viabilizar o reconhecimento mútuo, sobretudo olhar para aqueles que enraizaram e ramificaram nossa herança cultural.

### Discussão

A discussão de repensar a reforma de currículo tradicional ancorada na proposta oficial de Morin (2000) que trabalha o conceito de uma Educação Planetária exige uma cosmovisão, que inclusive, desafia na presente pesquisa, as instituições de ensino superior em Música, observar e questionar sobre a “fragmentação, linearidade, alienação e individualismo” que reverbera no universo acadêmico. Portanto, as distintas demandas no campo da educação, devem valorizar e reconhecer as diversas identidades que restituem a nossa humanidade, ao compreender a lógica das assinaturas dos agentes construtores sociais, culturais e históricos do conhecimento, relacionadas com a realidade.

Esse atravessamento que narra a constituição da realidade social também nos é permitido através da Música, que é atemporal, sobretudo, um recurso de cognição e reparação histórica, que postula identidades discursivas e reitera a polifonia de vozes silenciadas e desautorizadas no ensino. A inserção dessas marcas incorporadas no campo da sala de aula em Música, pesquisa de campo, é endossada pela reflexão da discente.

Acho importantíssima essa disciplina de História da Música Cearense, pois, como acontece em diversos outros setores, até da história em geral do Estado, poucos a conhecem e, conseqüentemente, aos poucos, pode ocorrer até um desaparecimento dessa memória, dessas produções e desses artistas, o que, a meu ver, empobrece a cultura de um povo, apagando suas particularidades e suas riquezas regionais e históricas. Assim, conhecer e difundir a história e a produção artística local fortalece o cenário musical regional e a cultura do povo cearense, além de enriquecer a formação do profissional que atuará ou não no Estado. (CARVALHO, 2021, 09:27).

No que se refere a ecologia da aprendizagem humana, pensada a partir da formação de intelectuais através dos que operam no Ceará e articulada com as instancias de nível superior, o saber inculcado na história da Música é sustentado, por outra discente em formação, ao evocar opinião dissertando que

Estudar profundamente o que é feito no lugar que viemos crescemos e nos formamos como seres sociais é fundamental para nós que vamos atuar em sala de





aula (...) Estudar profundamente o que é feito no lugar que viemos crescemos e nos formamos como seres sociais é fundamental para nós que vamos atuar em sala de aula(...)Antes de partirmos para ensinar algo que está longe de nós, o mais coerente seria mostrar o que está nos tornando nós, mas o caminho acaba sendo o inverso (PEREIRA, 2022, 01:49).

A crítica da aluna sobre o que é coerente no ensino pode ser dialogada com o referencial de outro discente ao justificar que “valorizamos mais a Música estrangeira do que a nossa própria Música (ARCANJO, 2021, 18:14). No incurso do planeamento da disciplina esse comentário solidifica as bases que suscitaram o questionamento do resultado dos dados da pesquisa de campo, que revelou uma grade quantitativa e surpreendente de alunos narrando no fórum, desconhecer compositores locais, como Humberto Teixeira, Lauro Maia, Alberto Nepomuceno, bem como suas respectivas obras, movimentos culturais e contextos históricos no Estado do Ceará. “Ao falar de Música falamos de cultura e ao falar de cultura falamos de toda a história de um povo, e assim nós conseguimos remontar nosso passado. Gosto bastante da ligação da história com a Música, pois sempre haverá mais para se descobrir”. (MADEIRA, 2021, 10:30).

As incorporações do *habitus conservatorial musical* no campo educacional é tão verídica quando identificamos narrativas como “reconheço com vergonha que não conheço muito da Música cearense (MARQUES, 2021, 13:29). Detectar esse problema, cauteriza compreender de que modo, discentes em processo de formação, futuros docentes, internalizam suas estruturas cognitivas e passam a ver o mundo a partir do vocabulário inculcado? Sabe-se que a exteriorização do que foi interiorizado em situações sociais, contextos e referências diversos, introjetam seu *habitus musical*.

A ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos. Se faz do cientista um ignorante especializado faz do cidadão comum um ignorante generalizado. Ao contrário, a ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional. Tenta, pois, dialogar com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas (SANTOS, 2008, p.88).

O alarme dessa reflexão crítica ainda hierarquiza certos reconhecimentos em detrimento de outros, legitimando todo um currículo por uma estética específica e sob a égide do pensamento eurocêntrico, colonialista, clássico, construído por hierarquias criadas e conservadas até hoje no ensino tradicional. O diálogo não é hierarquizar quem é o grupo mais importante, mas recompor a proposição do diálogo epistemológico, tanto do local com o global ou do global com local. A lógica desse conteúdo é reposicionada quando

o professor nos apresentou duas mazurcas, uma de Nepomuceno e outra de Chopin e a semelhança de suas peças. (DAMASCENO, 2022, 13:19).





movimento do pessoal do Ceará, vi que não foi um movimento apenas musical mas sim social, regional, de luta, abertura e aceitação nacional por outros movimentos não aqueles da elite sul e sudeste foi um movimento pioneiro e que trouxe uma nova forma de enxergar musicalmente a nação brasileira. Não conhecia esse movimento e gostei bastante. (SILVA, 2022, 09:37).

Humberto usava em suas letras a história do retirante, da seca, da penúria do Nordeste para chamar a atenção das regiões mais privilegiadas do Brasil, para que pusessem um olhar de ternura para as terras do Nordeste brasileiro tão abandonadas. (ALVES, 2021, 20:07).

Ao trazer lucidez a partir dos dados coletados na experiência de estágio docente, no fórum virtual dos discentes em formação na Licenciatura em Música da graduação da UFC, campus Ceará, na disciplina história da Música cearense, verificou-se a importância e os efeitos de discutir linguagens sem difusão de significados das realidades sociais no currículo da Música. Sabe-se que existe uma tendência e força motriz unificadora do mundo calcificada pela cultura, que é linguagem pelos códigos culturais estabelecidos entre homogeneização e heterogeneização, que inclusive infere na circulação e consumo de identidades sociais e culturais, geralmente centralizados de uma região sob as restantes. Como proposta potencializadora de entender as relações entre currículo e cultura, Lourenço (2014) defende “a globalização do local e a localização do global”, proposta que inclusive se assemelha a visão integradora da disciplina em foco, *história da Música cearense*, que resgata diálogos entre a produção local e outros lócus de conhecimento, buscando a desnaturalização da colonização opressora, discriminatória, que atenua silenciamentos e inviabiliza escutas em detrimento de outros. Os silêncios e escutas, na acepção que toma Bourdieu (1989) é apontada como “poder simbólico”<sup>3</sup> e “violência simbólica”<sup>4</sup>.

É importante que o discente em formação em Música deve conhecer sua própria cultura cearense, como a cultura nordestina, cultura brasileira, europeia, não apartada da história social e cultural. Por isso, verifica-se como o campo musical legitima a disciplina história da Música cearense no currículo, enquanto capital<sup>5</sup> pouco reconhecido no currículo de Música. A gênese do conceito *capital* pretende reconfigurar e valorizar a partir da pesquisa de campo, o resgate e importância histórica, social, cultural, econômica e simbólica que a Licenciatura de Música da UFC em Fortaleza configura dentro do campo musical com a disposição da

<sup>3</sup> O poder simbólico é um poder invisível que está atuando e agindo através do discurso gerando comportamentos, doutrinando pessoas, formando visões de mundo. Portanto, só exerce violência simbólica quem tem poder simbólico. O currículo acadêmico das Licenciaturas em Música nessa discussão, detém o poder simbólico.

<sup>4</sup> Violência simbólica traz a exclusão. O discurso de quem tem poder simbólico é um tipo de ideia imposta aos agentes sociais e que são naturalizados por estes, por não perceberem “a formação inculcada” no enunciado. Forma uma ordem social e traz visão de mundo.

<sup>5</sup> Capital é um sinônimo de poder, subdividido em capital econômico, social, cultural e simbólico. No caso da pesquisa, a relação de concepção de currículo e a implicação da valorização do capital cultural no Ceará na formação docente local reafirmando fortalecimento da identidade e representação cultural.





disciplina história da Música cearense que remonta no Ceará, o total de 08 Licenciaturas (como foi explanado no gráfico anterior). Outra incisão importante ser validada, foi que somente após dez anos de funcionamento do curso da UFC, campos Fortaleza, no campo musical local, a disciplina foi implementada na ementa acadêmica, o que reconfigura uma série de lutas e resistências para ser inserida.

Buscou-se com a pesquisa documental de currículos em Música no Ceará e a experiência de estágio docente no ensino superior em Música na UFC, a partir dos dados levantados, verificar as ausências e presenças da nomenclatura história da Música cearense explícita no currículo da educação musical, independente de conferir outras formas de analisar o discurso da identidade cultural local, como em outras áreas, conteúdos, disciplinas e formas de acesso.

### **Considerações Parciais**

A pesquisa legitimou a importância da reflexão da incorporação da cultura cearense nas grades curriculares dos cursos de Licenciatura em Música no Ceará, sugerindo a êgide do nome da disciplina História da Música Cearense ou História da Música Global e local, substituindo História da Música. A culminância dessa proposição partiu da experiência da pesquisa de campo desenvolvida no estágio docente de mestrado em educação em articulação com a observação dos discursos dos alunos no fórum da disciplina História da Música Cearense.

Constatou-se a importância da interdisciplinaridade de áreas afins do conhecimento reconhecer a história e o legado da Música cearense, que é tão rica, vasta e diversa, dentro do currículo demonstrando a dimensão e reflexão do conhecimento. Dessa forma, entende-se como urgente agregar ao pensamento estético eurocêntrico outras possibilidades de ensino.

A crítica reflexiva sugere expandir e contemplar áreas ou disciplinas que envolvem pensadores da educação musical, estética de canto coral ou técnica vocal, arranjos orquestrais, instrumentos selecionados e técnicas específicas no ensino de Música. A diversidade de representações de identidade (homens/mulheres, brancos/negros, índios, cearenses, africanos, deficientes) serem reconfigurados no campo da educação. Em especial o eixo de ensino história da Música, ideia central da presente pesquisa, recontextualizar formas de educação na era planetária cotidiana.

Como resultado da pesquisa, avalia-se a importância de ampliar temáticas que propaguem visões que contemplem a totalidade, contexto global, visto que a universidade, a escola e a sociedade, configuram um novo campo musical na cognição de difundir novos saberes. Com isso, o processo formativo dos alunos, sensibilizados pelo pertencimento do ser social que se formam e são formados, possibilita ancorar uma práxis de ensino musical imbuída do pertencimento, que localiza o atravessamento histórico, reconhece memórias, afetos, representatividade e representação em articulação com a reflexão com a totalidade da nossa identidade.





## Referências

ABRANTES, A.A.; MARTINS, L.M. **Scientific knowledge production: the subject-object relationship and thought development.** Interface - Comunic., Saúde, Educ., Interface - Comunic., Saúde, Educ. v.11, n.22, p.313-25, mai/ago 2007

BARROS, José D'Assunção. **História e Música:** Considerações sobre suas possibilidades de interação. Revista História e Perspectivas, Uberlândia (58); 25-39, jan./ jun. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 2º Edição. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1998. 1989.

LINHARES, Ângela Maria Bessa. **O tortuoso e doce caminho da sensibilidade:** Um estudo sobre arte e educação. 1995. 245f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará.

LOURENÇO, Nelson. **Globalização e glocalização:** O difícil diálogo entre o global e o local», Mulemba [Online], 4 (8) | 2014, posto online no dia 28 novembro 2016, consultado o 26 janeiro 2022. URL: [http:// journals.openedition.org/mulemba/203](http://journals.openedition.org/mulemba/203); DOI: <https://doi.org/10.4000/mulemba.203>.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Wenderson; SABINO, Isabel. **Currículos, cotidiano(s) e interseccionalidade:** por um currículo- (r)existência. Rev. Espaço do Currículo (online), João Pessoa, v.13, n.1, p. 72-83, jan/abr. 2020.

PAZ, Aida. Depoimento [Entrevista cedida a] Pedro Amaro. Questionário Eletrônico. Entrevista concedida para a pesquisa sobre o programa radiofônico A palavra da Vida. Manaus, 2020.

PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. **Licenciatura em Música e habitus conservatorial:** analisando o currículo. REVISTA DA ABEM | Londrina | v.22 | n.32 | 90-103 | jan.jun 2014. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

RIBEIRO, Djamilia. **O que: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Editora Letramento, 2017.



RODRIGUES, Eucaris Joelma; OLIVEIRA, Ozerina Victor. **Currículo e identidade: (re) significações no campo curricular.** Espaço do currículo, v.6, n.3, p.383-395, Setembro a Dezembro de 2013. ISSN 1983-1579

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Maria Goretti Herculano; SILVA, Marco Antonio; ALBUQUERQUE, Luiz Botelho. **Educação e Música:** desvelando o campo pedagógico-musical da UFC. Opus, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 134-152, dez. 2008.

#### **Fórum Online**

ALVES, Andressa Araújo. Fórum Online [Entrevista cedida a] Marisol dos Santos. Fórum Online da disciplina História da Música cearense, 2021.2. Entrevista concedida para a pesquisa sobre identidade cultural cearense. Fortaleza 2021. (14.12.21; 20:07).

ARCANJO, Francisco Bruno de Oliveira. Fórum Online [Entrevista cedida a] Marisol dos Santos. Fórum Online da disciplina História da Música cearense, 2021.2. Entrevista concedida para a pesquisa sobre identidade cultural cearense. Fortaleza 2021. (03.12.21; 18:14).

CARVALHO, Paula Regina Araujo de. Fórum Online [Entrevista cedida a] Marisol dos Santos. Fórum Online da disciplina História da Música cearense, 2021.2. Entrevista concedida para a pesquisa sobre identidade cultural cearense. Fortaleza 2021. (05.10.21; 09:27).

DAMASCENO, Lucas Franca. Fórum Online [Entrevista cedida a] Marisol dos Santos. Fórum Online da disciplina História da Música cearense, 2021.2. Entrevista concedida para a pesquisa sobre identidade cultural cearense. Fortaleza 2021. (06.01.22; 13:19).

MADEIRA, Vinícius Araújo Aragão. Fórum Online [Entrevista cedida a] Marisol dos Santos. Fórum Online da disciplina História da Música cearense, 2021.2. Entrevista concedida para a pesquisa sobre identidade cultural cearense. Fortaleza 2021. (18.10.21; 10:30).



2º ciclo  
ibero-americano  
de diálogos  
contemporâneos

**GÉNERO, SOCIEDADE  
E DIVERSIDADE**

14 a 16 de Março de 2023

MARQUES, Jonas Barroso. Fórum Online [Entrevista cedida a] Marisol dos Santos. Fórum Online da disciplina História da Música cearense, 2021.2. Entrevista concedida para a pesquisa sobre identidade cultural cearense. Fortaleza 2021. (11.10.21; 13:29).

PEREIRA, Ana Karine de Freitas Pereira. Fórum Online [Entrevista cedida a] Marisol dos Santos. Fórum Online da disciplina História da Música cearense, 2021.2. Entrevista concedida para a pesquisa sobre identidade cultural cearense. Fortaleza 2021. (14.02.22; 01:49).

SILVA, Pedro Henrique de Sousa. Fórum Online [Entrevista cedida a] Marisol dos Santos. Fórum Online da disciplina História da Música cearense, 2021.2. Entrevista concedida para a pesquisa sobre identidade cultural cearense. Fortaleza 2021. (04.02.22; 09:37).

183



Actas Completas do 2º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: Género, Sociedade e Diversidade

Daniel Colin & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-52-6

# AS FACES DA DOR: VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA CAPITAL CARIOCA (2018-2020)

Joice de Souza Soares<sup>1</sup>

## Apontamentos iniciais

Nos últimos anos, pesquisas realizadas constataram que os efeitos da pandemia se fizeram sentir de forma distinta entre os diferentes grupos e classes sociais da população brasileira (MARINHO, Fátima; TEIXEIRA, Renato et al., MATTA, G.C et. al, 2021) e vulnerabilizaram ainda mais indivíduos que já sentiam o peso das desigualdades estruturais que assolam o país.

As consequências negativas relacionadas à economia como a desocupação, a precarização das relações de trabalho e a diminuição da renda atingiram majoritariamente a população negra (BATISTA, Luís Eduardo et. al, 2021).

Em um país profundamente marcado por inúmeras disparidades, especialistas e organizações da sociedade civil demonstraram preocupação com determinadas populações em especial, considerando que o cenário pandêmico poderia incrementar problemas já presentes na realidade social brasileira.

Em relação às mulheres, nos períodos de isolamento social ocorridos em 2020, muitas mantiveram-se confinadas em suas residências por conta das políticas públicas de distanciamento social implementadas pelos governos estaduais. Além disso, a desaceleração econômica e o desemprego contribuíram para que muitas continuassem em seus domicílios nos meses seguintes.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, instituição não governamental composta por especialistas e estudiosos em temáticas de violência e segurança, publicou em 2021 o relatório “Visível e Invisível: A vitimização das mulheres no Brasil”. No documento, estimou-se que 73,5% da população compartilhava da opinião dos especialistas e encarava o isolamento como potencializador de riscos para a segurança das mulheres brasileiras.

Mas, os registros não acompanharam o raciocínio de especialistas e da população em geral. Para o período entre março e maio de 2020, a apenas a tipificação criminal de feminicídio obteve crescimento nos dados oficiais – cerca de 2,2%. Nas análises tecidas a respeito desses dados, por seu turno, cientistas sociais de diferentes áreas não vislumbraram cenário animador, a despeito da redução dos números.

Conforme o relatório do Fórum (2021), entre maio de 2020 e de 2021, 1 em cada 4 mulheres acima de 16 anos sofreu violência ou agressão no Brasil; para 61,8% das mulheres vítimas de violência, o rendimento familiar caiu; e 46,7% das mulheres que sofreram violência também perderam o emprego.

A aposta de especialistas vai no sentido de que a subnotificação – problema recorrente em casos de violência de gênero no país – tende a ter aumentado, já que grande parte das vítimas vivia e/ou dependia economicamente de seus agressores. Pouco tempo depois, o relatório “Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022” (FBSP, 2022) evidenciou que a série histórica no número de feminicídios no primeiro semestre de cada ano vem aumentando desde 2019.

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Docente permanente de graduação na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E-mail: joicesoares@icloud.com.

Esse panorama levou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), a constatar que embora tenham ocorrido avanços nos dispositivos legais de enfrentamento à violência, o país mantém “índices dramáticos” (OEA, 2021).

Para alterar tal realidade, parte-se do pressuposto de que a elaboração de políticas públicas focadas nas peculiaridades dos territórios e de cada grupo alvo é inegável. Neste trabalho, busca-se demonstrar o perfil das mulheres vítimas de violência na cidade do Rio de Janeiro, capital do estado de mesmo nome, no período entre 2018 e 2020. Para tanto, serão consideradas características como cor, idade, escolaridade e profissão das vítimas de lesão corporal dolosa, homicídio doloso e feminicídio – a partir de dados fornecidos pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Pretende-se, dessa forma, evidenciar a indispensabilidade da perspectiva interseccional para a transformação do quadro assolador em se tratando de violência contra mulheres.

### Do macro ao micro: o mundo, o Brasil e o Rio de Janeiro

A violência contra mulheres não é um problema isolado, mas de dimensões globais. A Organização das Nações Unidas quando da definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável dedicou-se especificamente ao tema, estabelecendo o ODS5 – Igualdade de Gênero. Uma de suas metas é justamente a eliminação de todas as formas de violência contra mulheres e meninas até o ano de 2030, marco final da Agenda proposta em 2015.

Ilustração 1. Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Desde os anos 2000, medidas destinadas ao combate à violência de gênero têm sido implementadas no país, com destaque para a Lei n.º. 11.340/2006 e para a Lei n.º. 13.104/2015. O dispositivo legal promulgado em 2006 ficou conhecido pelo nome de uma vítima de violência doméstica, Maria da

Penha Maia Fernandes, que levou o Estado brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). No julgamento, ocorrido em 2001, o Brasil foi condenado. Com a sanção da lei, a violência doméstica contra a mulher passou a ser legalmente passível de punição a partir de múltiplos aspectos:

Ilustração 2. Tipos de violência doméstica contra a mulher



Fonte: Lei n.º 11.340/2006.

Além disso, o dispositivo legal estabeleceu uma série de medidas no sentido da prevenção, da assistência e da proteção a mulheres em situação de violência. Por exemplo, tornou o registro dos crimes de violência doméstica impassível de ser retirado perante autoridade policial. Assim, se não possuir natureza de ação penal pública incondicionada, a vítima só pode desistir do processo perante autoridade judiciária.

Após quase uma década de vigência da Lei Maria da Penha, o Congresso Nacional deu mais um passo em direção ao enfrentamento à violência de gênero. Em 2015, a Lei n.º 13.104 alterou dispositivos do Código Penal e tipificou o crime de feminicídio.

Segundo o dispositivo legal, o crime pode definido de tal forma quando o homicídio contra a mulher ocorre por razões da condição de sexo feminino. A lei definiu que tais razões se manifestam em caso de violência doméstica e por menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

No campo teórico, sabe-se que há divergências acerca da utilização dos termos femicídio e feminicídio. O primeiro, utilizado pela primeira vez nos anos de 1970, já contemplou exclusivamente assassinato de homens contra mulheres por razões de gênero; assassinato de mulheres realizado por outras mulheres em prol de homens; e até mesmo à totalidade de mortes de mulheres (CAICEDO-ROA, Mônica et. al, 2022).

Sem embargo, no Brasil e em vários países latino-americanos, a tradução do termo original “femicide” foi feita para feminicídio. Em tal perspectiva, resta evidenciada a corresponsabilidade do Estado quando do cometimento de crimes de femicídio (CAICEDO-ROA, Mônica et. al, 2022).

É importante destacar que, sob tal perspectiva, o enfrentamento à violência de gênero se inscreve nas medidas de combate à violação de direitos humanos de forma mais abrangente. Assim, a elaboração de um termo próprio, capaz de diferenciar o assassinato de mulheres dos demais homicídios, se vincula à necessidade de

[...] sensibilizar as instituições e a sociedade sobre sua ocorrência e permanência na sociedade, combater a impunidade penal nesses casos, promover os direitos das mulheres e estimular a adoção de políticas de prevenção à violência baseada no gênero (ONU MULHERES, 2016, p. 13).



Ressalta-se ainda que, na legislação brasileira, o termo adotado para tipificar o feminicídio é sexo, e não gênero. Daí que, para o direito penal do país, apenas é possível ocorrer feminicídio quando o crime de assassinato for cometido contra mulheres cisgênero. Tal perspectiva se apresenta de forma dissociada daquela presente nas políticas públicas direcionadas a mulheres em situação de violência, o que torna de suma importância o reconhecimento do gênero como elemento caracterizador do ato de violência, de modo a unificar as ações do Estado (SOUZA, 2018).

Em relatório publicado em 2021 sobre as condições dos direitos humanos no Brasil, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) apontou a delicada situação das mulheres no país, em especial as afrodescendentes. No documento, a Comissão destacou que a “[...] violência contra a mulher permanece um traço característico da sociedade brasileira” e que “[...] as cifras de mortes e agressões sofridas por mulheres seguem elevadíssimas, colocando o país em posição de destaque no cenário regional”. A Organização concluiu, ainda, que

[...]além de dar continuidade à implementação de suas atuais leis e políticas e de melhorar suas práticas de investigação e punição de delitos cometidos contra as mulheres, a CIDH chama o Brasil a adotar medidas adicionais visando combater hierarquias sociais explícitas e implícitas por razão de gênero, a tolerância social ante a violência contra as mulheres e a ‘cultura do estupro’, além de reconhecer a vulnerabilidade interseccional entre gênero, origem étnico-racial e juventude (OEA, 2021, p. 191-192).

187

Como recomendações para alteração desse cenário, a CIDH estabeleceu inúmeras medidas com destaque para o fortalecimento do Ministério Público; a elaboração e implementação de programas integrando a perspectiva de gênero, de modo a prevenir a violência contra mulheres; e a adoção de medidas integrais de respeito e garantia à saúde sexual e reprodutiva. Assim, para organismos multilaterais como a OEA, a violência de gênero no Brasil pode ser compreendida como característica estrutural da sociedade brasileira, que se alinha a outros elementos catalisadores de desigualdades como o racismo.

A partir desse panorama, é possível estabelecer que: a) as medidas punitivistas ainda não são suficientes para a redução significativa dos casos de violência contra a mulher no país; e b) é preciso que o Estado brasileiro, em seus diferentes níveis, incorpore o combate à violência de gênero como política pública multisetorial e que contemple, necessariamente, as desigualdades manifestas entre as vítimas de violência.

Nos limites deste trabalho, tratar-se-á dos casos em que mulheres figuraram como vítimas de violência física na cidade do Rio de Janeiro, segunda cidade mais populosa do país, entre o ano de 2018 e 2020. Interessa, assim, traçar o perfil das vítimas na cidade, considerando especificamente a violência de gênero em sua dimensão física.

Os dados apresentados dizem respeito aos registros de ocorrência feitos pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro nos tipos criminais de lesão corporal dolosa, homicídio e



feminicídio, disponibilizados pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro – mediante requerimento. Do ponto de vista metodológico, optou-se pelo uso de estatística descritiva, de modo a evidenciar os aspectos mais significativos no tocante aos objetivos aqui propostos. Foram investigados dados relativos à cor/raça, atuação profissional e faixa etária das vítimas. Embora entre as variáveis disponibilizadas pelo ISP, a partir dos registros policiais, não existam dados de escolaridade, foi possível deduzi-los minimamente com base na atuação profissional das vítimas.

### Reduzindo a escala: as vítimas de violência de gênero na capital carioca

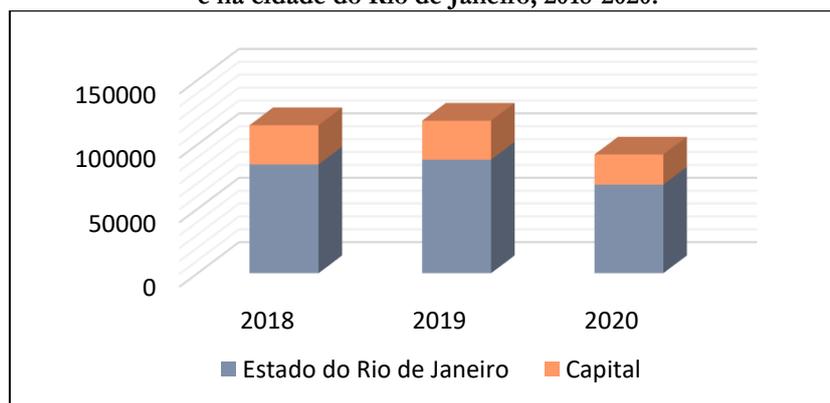
A cidade do Rio de Janeiro é a capital do estado de mesmo nome, com o segundo maior contingente populacional do país. Segundo dados do Censo Demográfico, ainda em fase de coleta, a estimativa populacional da cidade é de 6,6 milhões de habitantes (IBGE, 2022).

Entre os anos de 2018 e 2020, o estado do Rio de Janeiro contabilizou 241.137 registros de violência de gênero. Nesse número, estão contemplados casos com vitimização de mulheres nos tipos criminais de ameaça, estupro, lesão corporal dolosa, lesão corporal seguida de morte, homicídio doloso, feminicídio e tentativa de homicídio. Na capital metropolitana, foco de análise deste trabalho, foram 84.118 casos.

O estado tem 92 municípios, totalizando cerca de 16,6 milhões de habitantes. Assim, a cidade do Rio de Janeiro responde por aproximadamente 40% da população da Unidade da Federação. No período analisado, tal distribuição se refletiu nos dados relacionados à violência contra mulheres: a capital respondeu por cerca de 35% dos casos registrados.

188

**Gráfico 1. Crimes cometidos contra mulheres no estado e na cidade do Rio de Janeiro, 2018-2020.**

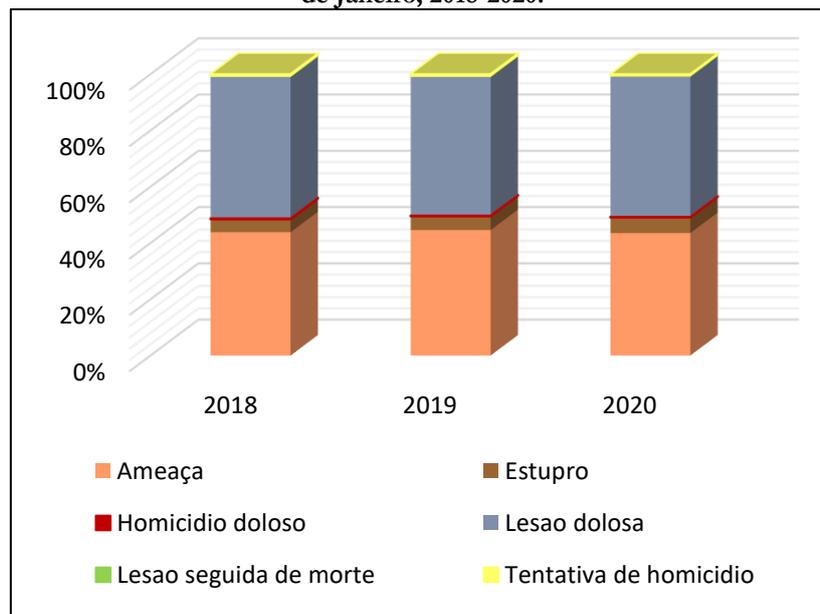


Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Os primeiros dois aspectos que chamam atenção dizem respeito à redução no número de casos registrados no ano de 2020 em relação aos anos de 2018 e 2019 (Gráfico 1); e ao grande

percentual registrado de lesões corporais dolosas e ameaças comparadas aos demais tipos criminais (Gráfico 2).

**Gráfico 2. Distribuição percentual dos tipos criminais cometidos contra mulheres na cidade do Rio de Janeiro, 2018-2020.**



Fonte: Instituto de Segurança Pública.

No que tange ao primeiro ponto, pode-se deduzir que a cidade do Rio de Janeiro também apresentou diminuição no registro de crimes de modo geral, e especialmente no caso de violência de gênero, em virtude das políticas de isolamento social decorrentes da pandemia de COVID-19. Em relação ao segundo, os dados evidenciam um padrão no tocante às ocorrências dos tipos criminais abordados.

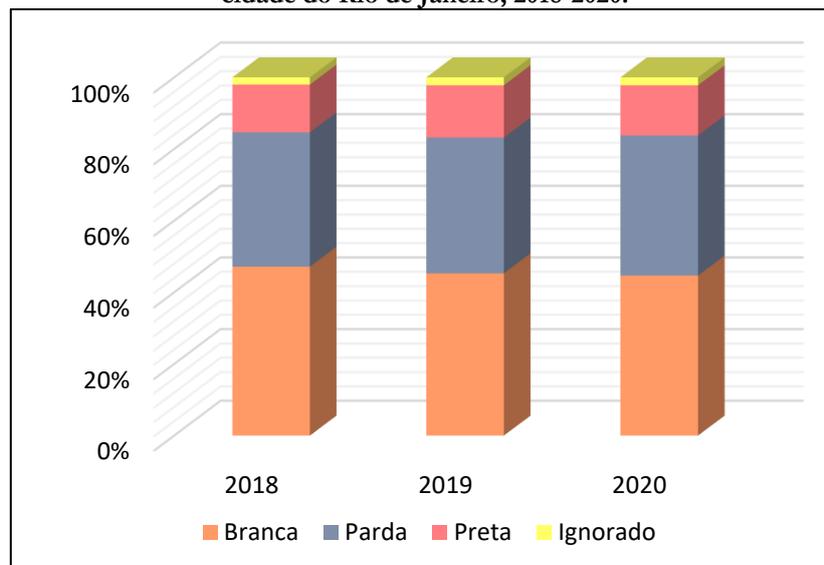
É importante observar que na base de dados do ISP as categorias de cor são: albino, amarelo, branco, ignorado, índio, negro, pardo e sem informação. Os dados disponibilizados pelo Instituto são coletados a partir dos registros de ocorrência das delegacias de Polícia Civil do estado. Assim, a definição de cor pode ocorrer por heteroatribuição ou auto-declaração, a depender do agente policial responsável. De todo modo, do ponto de vista metodológico, esse tipo de categorização apresenta equívocos.<sup>2</sup>

De modo a facilitar a compreensão e possibilitar eventual comparabilidade dos dados, optou-se por considerar a categoria “negro” como cor preta; contabilizando-se assim, para fins analíticos, como negras as mulheres de cor preta e parda – tal é a metodologia de

<sup>2</sup> Há categorias claramente inadequadas como, por exemplo, “albino” que não é cor do ponto de vista de classificação étnicorracial; “índio” ao invés de indígena etc.

categorização empregada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em suas pesquisas.

**Gráfico 3. Distribuição percentual por cor/raça das vítimas de crimes cometidos contra mulheres na cidade do Rio de Janeiro, 2018-2020.**



Fonte: Instituto de Segurança Pública.

No tocante ao perfil profissional das vítimas de lesão corporal dolosa, homicídio doloso e feminicídio, foco de análise deste trabalho, é preciso salientar a dificuldade para examinar os dados. No ano de 2018, por exemplo, a base de dados disponibilizada pelo ISP contava com cerca de 230 categorias profissionais, algumas muito parecidas umas com as outras.

Optou-se por reduzir a investigação para apenas 40, tomando como referência aquelas com maior ocorrência no primeiro ano analisado – 2018. A partir daí, foram formados grupos para facilitar a análise e garantir comparabilidade entre os anos analisados. A nuvem de palavras a seguir possibilita a visualização das categorias profissionais com maior incidência em todo período investigado.



**Quadro 1. Distribuição das categorias de atividade profissional por grupos**

Categoria na base do ISP	Grupo de categorias
Outros	
Ignorado	Sem informação
Sem informação	
Do lar	
Não possui	Sem ocupação
Desempregada	
Desocupada	
Autónoma	Autónomas
Camelô	
Faxineira	
Auxiliar de serviços gerais	Ocupadas em serviços de limpeza/cuidados domésticos
Empregada doméstica	
Diarista	
Aposentada	Aposentadas e pensionistas
Pensionista	
Manicure / pedicure	
Cabeleireira	Ocupadas no setor de beleza
Esteticista	
Vendedora	
Atendente	
Balconista	
Operadora de telemarketing	Ocupadas no setor de serviços/comércio
Comerciária	
Promotora de vendas	
Caixa	
Recepcionista	
Auxiliar administrativo	Ocupadas em atividades de apoio administrativo
Secretária	
Assistente administrativo	
Administradora	Gerentes e administradoras
Gerente	
Comerciante	Empresárias e comerciantes
Empresária	
Técnica em enfermagem	Ocupadas em atividades de enfermagem
Enfermeira	
Professora	Professoras
Advogada	Advogadas
Estudante	Estudantes
Cozinheira	Cozinheiras e garçonetes
Garçonete	
Costureira	Costureiras
Funcionária pública	Funcionárias públicas
Acompanhante	Acompanhantes

Fonte: Elaboração da autora



2º ciclo  
ibero-americano  
de diálogos  
contemporâneos

**GÉNERO, SOCIEDADE  
E DIVERSIDADE**

14 a 16 de Março de 2023

A maior parte dos registos é formada por casos em que não há informação sobre a ocupação das vítimas; por vítimas sem ocupação; por estudantes; por ocupadas no setor de serviços/comércio; e por ocupadas em serviços de limpeza/cuidados domésticos. No mercado de trabalho brasileiro, para o desempenho de atividades profissionais dessa natureza, em geral, as pessoas possuem escolaridade básica – ensinos fundamental e médio, nem sempre completos. Tal linha de raciocínio permite inferir que a maior parte das vítimas de violência física na cidade do Rio de Janeiro, no período mencionado, é composta por mulheres de baixa escolaridade, sem ocupação ou com ocupações precárias no mercado de trabalho.

193

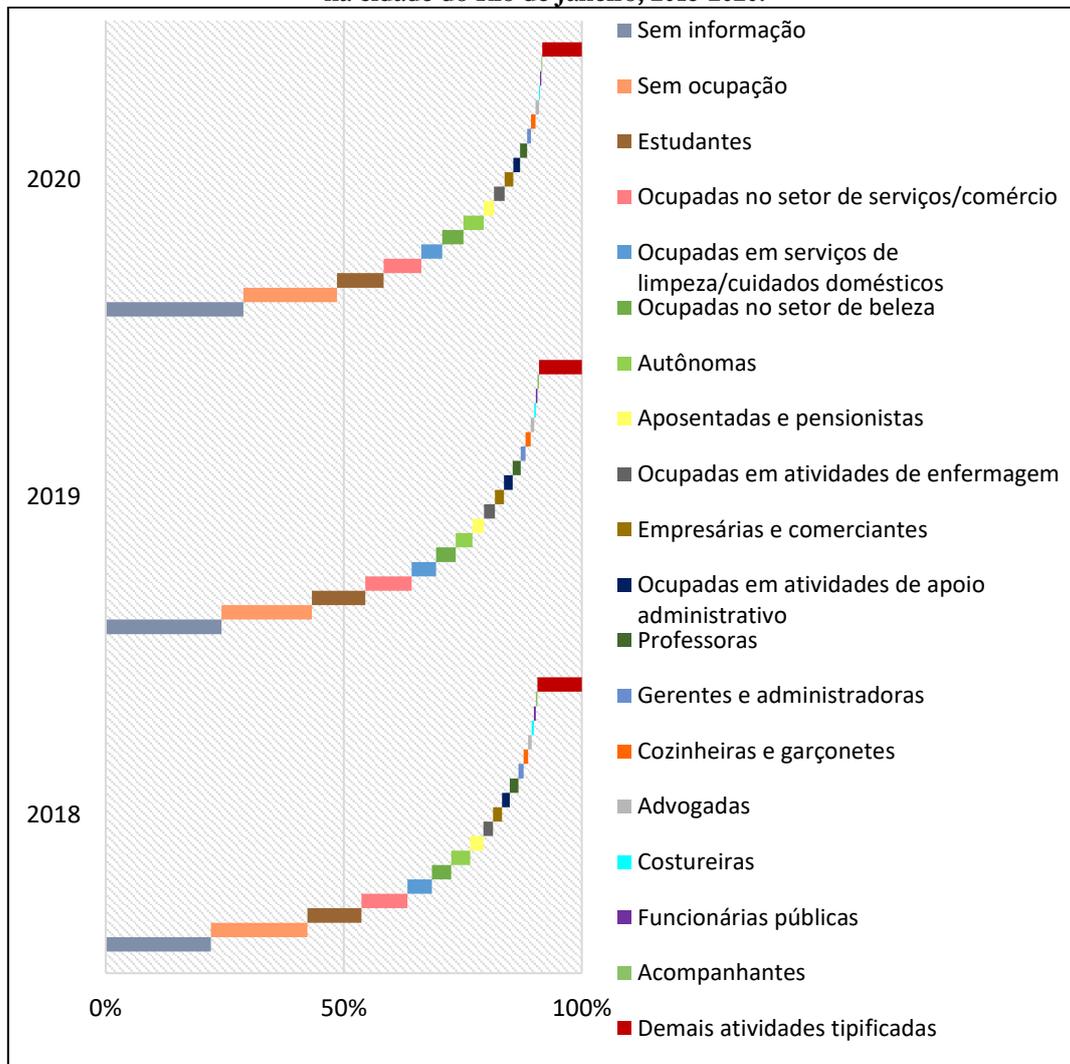


Actas Completas do 2º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: Género, Sociedade e Diversidade

Daniel Colin & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-52-6

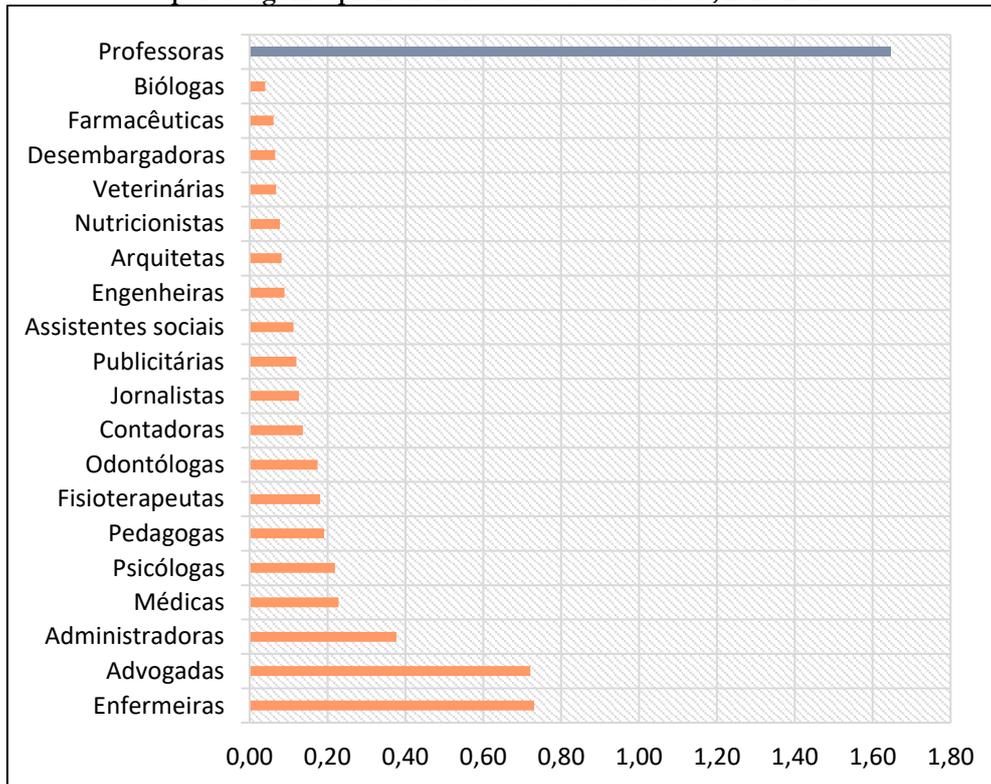
Gráfico 4. Distribuição percentual, por grupo ocupacional, das vítimas de violência contra mulheres na cidade do Rio de Janeiro, 2018-2020.



Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Se tomados em comparação, os dados relacionados a vítimas ocupadas em atividades que exigem educação superior, permitem ratificar tal percepção. Ainda que seja considerada a categoria “Professoras” como de alta escolaridade – o que nem sempre é verdade, posto que há atividade docente cujo requisito é apenas o ensino médio – o total chega a apenas 5,45%. Assim, o que os dados permitem perceber é que mulheres com ocupações profissionais de ensino superior figuraram em proporção muito menor entre as vítimas de violência de gênero na cidade do Rio.

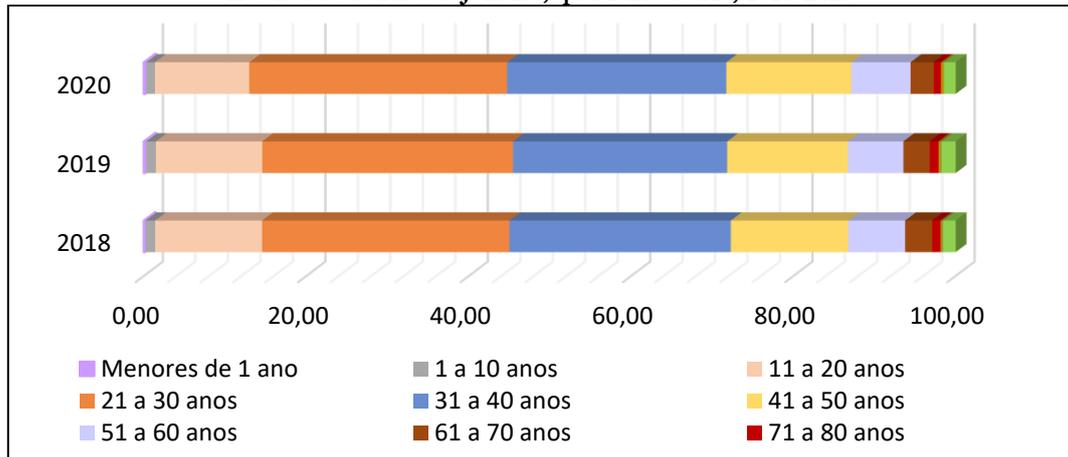
**Gráfico 5. Distribuição percentual das vítimas de violência contra a mulher por categorias profissionais de alta escolaridade, 2018-2020.**



Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Em relação à idade das vítimas, a faixa etária em que ocorreu a maior parte dos registros foi aquela entre 21 e 30 anos. Em seguida, destacaram-se as vítimas com idades entre 31 e 40 anos. E, por fim, aquelas que tinham entre 41 e 50 anos. Entre 2018 e 2020, as três faixas etárias contabilizaram mais de 72% das vítimas de violência física na capital carioca.

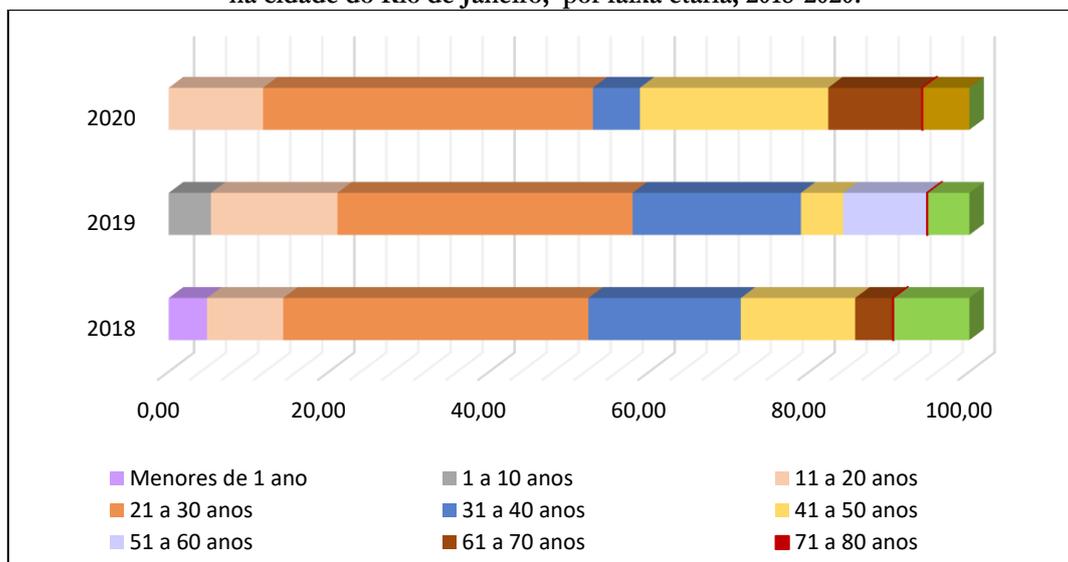
**Gráfico 6. Distribuição percentual das vítimas de violência contra a mulher, na cidade do Rio de Janeiro, por faixa etária, 2018-2020.**



Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Considerando-se apenas o crime de feminicídio, esse cenário sofre uma ligeira alteração. Destaca-se, nesse sentido, o ano de 2019. Naquele período, as vítimas entre 21 e 50 anos corresponderam apenas a cerca de 63% dos casos de feminicídio. Nos outros anos, o percentual não passou de 71%.

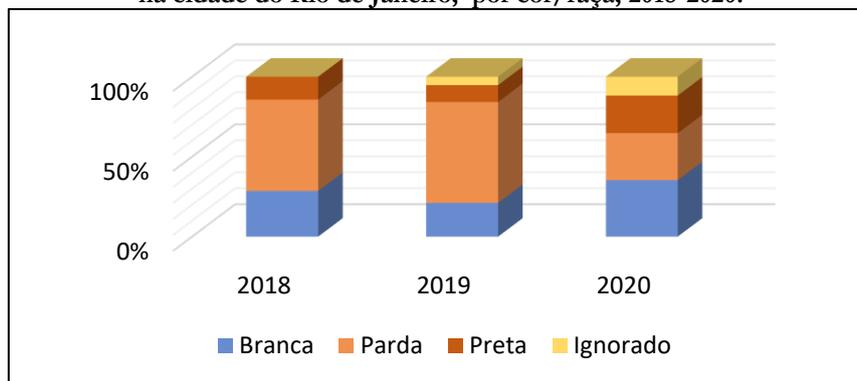
**Gráfico 7. Distribuição percentual das vítimas de feminicídio, na cidade do Rio de Janeiro, por faixa etária, 2018-2020.**



Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Uma pequena mudança em 2019 semelhante àquela da idade das vítimas também pode ser observada em relação à cor/raça das mulheres assassinadas. A proporção de vítimas de cor parda também teve redução e tornou a distribuição no quesito cor/raça mais paritária em relação às vitimizadas de cores branca e preta.

**Gráfico 8. Distribuição percentual das vítimas de feminicídio, na cidade do Rio de Janeiro, por cor/raça, 2018-2020.**

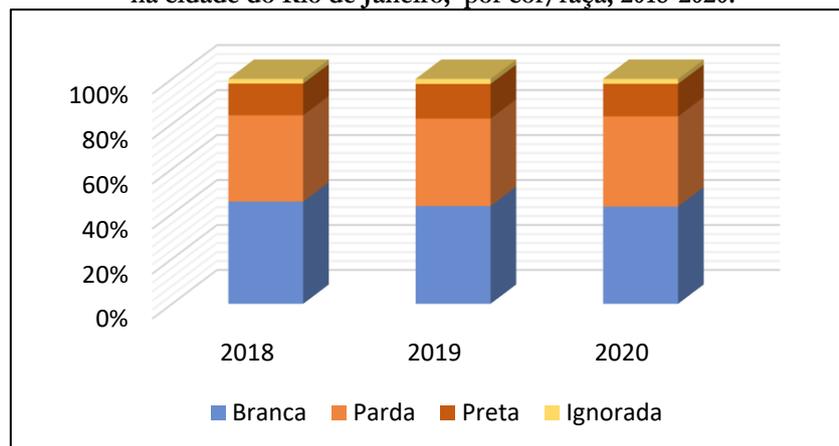


Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Nos casos de lesão corporal, por seu turno, o perfil das vítimas em relação à cor/raça se manteve basicamente o mesmo ao longo dos três anos. Dessa forma, mulheres pretas e pardas foram vítimas em cerca de 52% a 54% dos casos agressão física no período analisado.

197

**Gráfico 9. Distribuição percentual das vítimas de lesão corporal dolosa, na cidade do Rio de Janeiro, por cor/raça, 2018-2020.**



Fonte: Instituto de Segurança Pública.

## Conclusões



A cidade do Rio de Janeiro experimentou, assim como outras localidades do país, a redução no número de registros relacionados à violência de gênero. Assim, a subnotificação que sempre foi um problema nesses tipos de crime pode ter sido potencializada e amplificada pelas medidas de isolamento social. Ademais, a possibilidade de o convívio com os agressores ter aumentado nesse período também precisa ser levada em conta, já que grande parte da população, incluindo as mulheres, foi impactada pelo desaquecimento econômico e a consequente desocupação.

Em relação ao perfil das vítimas de violência, pode-se perceber que a maior parte delas é formada por mulheres que ou não estão ocupadas, ou exercem atividades que exigem baixa escolaridade e com maiores chances de precarização – ressalta-se, no entanto, que a categoria “Do lar” foi incluída no grupo “Sem ocupação” apenas pela ausência de remuneração em contrapartida aos serviços domésticos.

Ainda em relação à ocupação, destaca-se que o percentual de mulheres vítimas de agressão entre aquelas com atividade profissional que exige ensino superior é consideravelmente menor do que o de mulheres ligadas a atividades de baixa escolaridade.

Tais elementos podem sinalizar que mulheres menos escolarizadas e com maior risco de dependência econômica/falta de autonomia financeira podem ser potencialmente mais vitimizadas do que aquelas com profissões que exigem maior escolarização.

Na cidade do Rio de Janeiro, as vítimas de violência física e feminicídio foram majoritariamente mulheres jovens, entre 21 e 50 anos, com destaque para aquelas que possuíam entre 21 e 30 anos à época do fato.

Se analisados em conjunto os aspectos da atividade profissional e o da faixa etária, pode-se considerar que a violência de gênero é também um importante elemento para a dinâmica econômica. Isso porque a maior parte das vítimas está em idade economicamente ativa, mas ocupa postos de trabalho ou exerce atividades que exigem pouca escolaridade e são mais tendentes à precarização.

Em relação à cor/raça, a maior parte das vítimas é composta por mulheres pretas e pardas, o que evidencia a sobreposição de desigualdades existentes na sociedade carioca e, por óbvio, brasileira.

Os pontos abordados permitem compreender o posicionamento de organismos como a OEA, que enfatizou em seu relatório (OEA, 2021) a necessidade de que o Estado brasileiro enfrente a violência de gênero a partir de políticas públicas em diferentes frentes. Nesse sentido, é preciso que as políticas educacionais contemplem discussões de gênero, de modo a educar meninas para a emancipação e autonomia na idade adulta.

É preciso também que as políticas destinadas a mulheres, para prevenir a violência ou protegê-las quando já tiverem sido vítimas, atentem para as camadas sobrepostas de desigualdades que atingem determinados grupos. Pela análise dos dados, resta evidente que a violência tende a acometer aquelas que já são por demais vulneráveis.

Ao olhar a cidade do Rio de Janeiro com uma lente de aumento, buscou-se evidenciar as características das vítimas de violência física em uma das maiores cidades do Brasil. Cidade que é a capital do estado, também é capital da Região Metropolitana, e já foi capital do país.



Não se trata, desse modo, de um panorama pouco relevante sobre a sofrível experiência de mulheres vitimizadas pela violência.

Lançar luz sobre o caso do Rio de Janeiro auxilia a iluminar outras realidades. A pergunta que fica para cada uma e cada um é esta: em uma das maiores e mais ricas cidades do país, os dados evidenciam um panorama lamentável no tocante à violência de gênero. Como será, então, a condição de mulheres vitimizadas em cidades escondidas, localizadas no Brasil profundo, interiorano? Elaborar novas, e mais eficazes, estratégias para a prevenção e o enfrentamento à violência de gênero é urgente no Rio de Janeiro, assim como o é no Brasil.

### Referências

BATISTA, Luís Eduardo et. al. Covid-19 e a população negra. Interface (Botucatu) 25, 2021.

CAICEDO-ROA, Mônica et. al. Femicídio e Feminicídio: discutindo e ampliando os conceitos. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 30(3), 2022.

MARINHO, Fátima; et. al. Disparidades raciais no excesso de mortalidade em tempos de Covid-19 em São Paulo. Informativos Desigualdades Raciais e Covid19, AFRO-CEBRAP, n. 8, 2021.

CEPAL. Panorama Social da América Latina e do Caribe. Santiago: Nações Unidas, 2022.

FBSP. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, 2021.

FBSP. Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022, 2022.

IBGE. Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 - Estados. Disponível em:

<[https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2022/Previa\\_da\\_Populacao/POP\\_2022\\_Brasil\\_e\\_UFs.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP_2022_Brasil_e_UFs.pdf)> Acesso em: 10 fev. 2023.

IBGE. Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 – Municípios. Disponível em:

<[https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2022/Previa\\_da\\_Populacao/POP\\_2022\\_Municipios.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP_2022_Municipios.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MATTA, Gustavo. et. al. Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

SOUZA, Suzzanny M. O feminicídio e a legislação brasileira. Rev. katálysis 21 (03), Sep-Dec 2018.



# CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS NOTIFICADOS DE NEGLIGÊNCIA CONTRA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

Jullia Ellen da Silva Parreira<sup>1</sup>  
Tiffani Matos Oliveira<sup>2</sup>  
Loys Lene da Costa Siqueira<sup>3</sup>  
Márcia Regina de Oliveira Pedroso<sup>4</sup>  
Franciele Marabotti Costa Leite<sup>5</sup>

## Introdução

A pessoa com deficiência é aquela que possui alguma privação de longo prazo, sendo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial capaz de dificultar sua participação plena e efetiva de forma igualitária no meio social (ONU, 2006). Nota-se a esse grupo um padrão de marginalização constante que advém da pressão coletiva em ditar a necessidade de corpo e cognição ideais para a vivência harmônica na sociedade, excluindo a existência de diferenças entre cada indivíduo, o que reforça a ideia de aversão na relação da pessoa com deficiência com os meios que a cerca, seja familiar e/ou coletivo (SILVA, 2006).

Nesse cenário a família passa por processos extenuantes, visto que o meio familiar é designado como mantenedor das condições financeiras viáveis para o suprimento das demandas básicas de alimentação, higiene e saúde, da premissa de sobrecarga de realização das atividades ligadas à pessoa com deficiência sobre o cuidador, bem como, a falta de preparo físico e emocional revelam-se como os fatores primordiais para que a negligência seja observada no que tange a discussão acerca dessa população vulnerável (MULLER, 2015). Dessa maneira, as pessoas com deficiência, são descritas como um alvo fácil para a vitimização devido às dificuldades de identificação e comunicação por parte desses indivíduos acerca dos sinais de abuso, sobre o agressor e o tipo de agressão a qual estão submetidas (CAVALCANTE; BASTOS, 2009). Por isso, é importante entender que a negligência é um tipo de violência definida como uma omissão da família e da sociedade em suprir as necessidades físicas e emocionais da pessoa com deficiência (SEDPcD, 2020).

Importante destacar que grande parte dos atos de violência ocorre dentro do núcleo de vivência das pessoas vistas como vulneráveis sociais (DAY et al., 2003), fator que revela a dificuldade de aceitação que permeia a existência da pessoa com deficiência em todo e qualquer ambiente. Entre os anos de 2011 e 2017, verificou-se, no Brasil, uma média de 8.800 denúncias ao longo dos anos, sendo que a maior parte dos casos, cerca de 35,8%, eram negligência (abandono, alimentação, amparo, higiene, medicamentos/assistência à saúde) (D’AFFONSECA, 2020).

Viver em condições crônicas de negligência gera impactos negativos na saúde emocional, física e social, uma vez que o desenvolvimento relacionado a construção do portador de alguma deficiência é pautado em situações constantes de angústia, estresse e ansiedade, além

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Enfermagem. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: julliaparreira@gmail.com

<sup>2</sup> Enfermeira. Universidade Federal do Espírito. E-mail: tiffani.matos@hotmail.com

<sup>3</sup> Enfermeira. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: loyslencosta22@gmail.com

<sup>4</sup> Doutora em Saúde Coletiva. Professora Adjunta na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). E-mail: marcypedroso@gmail.com

<sup>5</sup> Doutora em epidemiologia. Docente da Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de enfermagem. Programa de Pós-graduação em Saúde coletiva e Enfermagem. E-mail: francielemarabotti@gmail.com



de transtornos comportamentais e comprometimento da evolução afetiva, psicomotora, social e moral (MPSC, 2021).

Diante do exposto, o profissional da saúde tem papel fundamental em notificar os casos de negligência contra a pessoa com deficiência, uma vez que a partir de ações como essa, poderá ser assegurado a proteção e o cuidado com as demandas individuais, além de dar voz, espaço e direitos amplos aos portadores de deficiência (SILVA, 2018).

O presente estudo teve por objetivo identificar a frequência de notificações de negligência contra a pessoa com deficiência e sua associação com as características da vítima, do agressor e do evento.

### **Metodologia**

Trata-se de um estudo epidemiológico de caráter transversal, que utilizou as notificações de negligência contra a pessoa com deficiência entre os anos de 2011 e 2018, disponibilizadas pela Secretaria Estadual de Saúde (SESA) do estado do Espírito Santo. A escolha de utilização dos dados a partir de 2011 deve-se à portaria de nº 104 do Ministério da Saúde que aborda a violência interpessoal e autoprovocada como notificações compulsórias (BRASIL, 2011).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010, a população do estado do Espírito Santo era de 3.514.952 habitantes, com densidade demográfica de 76,2 habitantes por quilômetro quadrado, taxa de crescimento de 1,3% ao ano e com cerca de mais de 800 mil pessoas com deficiência residentes no estado (IBGE, 2010).

De acordo com o Instrutivo do Ministério da Saúde, negligência é a omissão em deixar de assegurar cuidados básicos para o desenvolvimento físico, emocional e social da vítima (BRASIL, 2016).

No presente estudo a variável dependente de interesse foram as notificações de negligência contra as pessoas com deficiência/transtorno (sim/não). As variáveis independentes foram as características da vítima: sexo (feminino/masculino), idade (0-9; 10-19; 20-59; 60 ou mais), raça/cor (branca, preta/parda), zona de residência (rural, urbana/periurbana); do agressor: idade (0-24; 25 ou mais), sexo do autor (feminino/masculino), vínculo entre o provável autor e a vítima (familiar; conhecido); de acordo com o agravo: consumo de álcool (sim/não), número de envolvidos (um; dois ou mais), local de ocorrência (residência; outros), violência de repetição (sim/não) e encaminhamento (sim/não). Inicialmente, o banco de dados passou por uma etapa de qualificação para avaliar inconsistências, dados faltantes ou erros. Posteriormente, foi realizada uma análise bivariada com o teste Qui-quadrado de Pearson e/ou Exato de Fisher e para a análise multivariada a Regressão de Poisson. Os testes foram feitos no programa estatístico Stata 14.0. O presente estudo já foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sob parecer número 2.819.597.



## Resultados

Foram analisados 173 casos de negligência contra a pessoa com deficiência no Espírito Santo no período de 2011 a 2018, representando nesse grupo uma frequência de 10,8% (IC95%: 9,2-12,2) (Dados não apresentados em tabela).

No período de 2011 a 2018, as principais vítimas de negligência foram mulheres (P: 56,7%; IC95%: 49,1-63,9), com 60 anos e mais (P: 51,4%; IC95%: 44,0-58,9), pretas/pardas (P: 56,6%; IC95%: 48,7-64,2) e residentes em zona urbana (P: 92,9%; IC95%: 87,9-96,0). Quanto às características dos perpetradores, 91,3% (IC95%: 83,4-95,7) tinham 25 anos ou mais, e 67,7% (IC95%: 57,7-76,3) do sexo feminino. Nota-se que cerca de 86% (IC95%: 79,5-90,4) tinham vínculo familiar com a vítima, e, em 76% (IC95%: 66,3-83,7) não houve suspeita de uso de álcool durante a agressão. Vale pontuar que a negligência foi cometida na maioria das vezes (P: 55,2%; IC95%: 47,4-62,8) por dois ou mais agressores. Quanto às características do evento a residência foi o local predominante da ocorrência (P: 89,1%; IC95%: 83,3-93,1), sendo de repetição e quase a totalidade dos casos (P: 92,2%; IC95%: 86,5-95,7). O encaminhamento foi feito em 83,7% dos casos (IC95%: 77,2-88,7) (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição das notificações de negligência conforme características da vítima, do agressor e do evento. Espírito Santo, 2011 a 2018 (n=173).

Variáveis	N	%	IC 95%
<b>Sexo</b>			
Masculino	73	43,3	36,1-50,9
Feminino	98	56,7	49,1-63,9
<b>Faixa etária</b>			
0 a 9 anos	20	11,6	7,6-17,3
10 a 19 anos	26	15,0	10,4-21,2
20 a 59 anos	38	22,0	16,4-28,8
60 anos e mais	89	51,4	44,0-58,9
<b>Raça/Cor</b>			
Branca	69	43,4	35,8-51,3
Preta/Parda	90	56,6	48,7-64,2
<b>Zona de residência</b>			
Urbana/Periurbana	157	92,9	87,9-96,0
Rural	12	7,1	4,1-12,2
<b>Idade do agressor</b>			
0 - 24 anos	8	8,7	4,4-16,6
25 anos ou mais	84	91,3	83,4-95,7



<b>Sexo do agressor</b>			
Masculino	32	32,3	23,7-42,3
Feminino	67	67,7	57,7-76,3
<b>Vínculo com a vítima</b>			
Familiar	139	85,8	79,5-90,4
Conhecido	23	14,2	9,6-20,5
<b>Consumo de álcool</b>			
Sim	23	24,0	16,4-33,7
Não	73	76,0	66,3-83,7
<b>Número de envolvidos</b>			
Um	73	44,8	37,3-52,6
Dois ou mais	90	55,2	47,4-62,8
<b>Local de ocorrência</b>			
Residência	147	89,1	83,3-93,1
Outros	18	10,9	7,0-16,7
<b>Violência de repetição</b>			
Sim	131	92,2	86,5-95,7
Não	11	7,8	4,3-13,5
<b>Encaminhamento</b>			
Sim	139	83,7	77,2-88,7
Não	27	16,3	11,4-22,8

Fonte: Os autores.

Na Tabela 2, podemos observar os resultados da análise bivariada. A distribuição dos casos de notificação de negligência contra a pessoa com deficiência esteve relacionada a, praticamente, todas as variáveis em estudo, exceto a zona de residência e o encaminhamento, onde o valor de  $p$  foi  $>0,05$ .

Tabela 2 – Análise bivariada da distribuição das características segundo a ocorrência das notificações de negligência contra a pessoa com deficiência (N=173). Espírito Santo, 2011 a 2018.

Variáveis	n	%	IC 95%	p-valor
<b>Sexo</b>				
Masculino	75	14,8	11,9-18,1	<0,001
Feminino	98	8,7	7,2-10,5	
<b>Faixa etária</b>				
0 a 9 anos	20	35,1	23,8-48,4	<0,001
10 a 19 anos	26	10,5	7,3-15,0	
20 a 59 anos	38	3,4	2,5-4,7	
60 anos e mais	89	40,5	34,2-47,1	
<b>Raça/Cor</b>				
Branca	69	13,8	11,0-17,1	0,006
Preta/Parda	90	9,2	7,5-11,1	
<b>Zona de residência</b>				
Urbana/Periurbana	157	10,8	9,3-12,5	0,224
Rural	12	7,7	4,4-13,1	
<b>Faixa etária do agressor</b>				
0-24 anos	8	3,1	1,5-6,0	<0,001
25 anos e mais	84	10,4	8,5-12,7	
<b>Sexo do agressor</b>				
Masculino	32	3,9	2,8-5,4	<0,001
Feminino	67	11,7	9,3-14,6	
<b>Suspeita de uso de álcool</b>				
Não	73	10,4	8,3-12,8	0,025
Sim	23	6,3	4,2-9,2	
<b>Local de ocorrência</b>				
Residência	147	13,0	11,2-15,1	<0,001
Outros	18	5,2	3,3-8,2	
<b>Violência de repetição</b>				
Não	11	2,6	1,5-4,7	<0,001
Sim	131	14,5	12,4-17,0	
<b>Encaminhamento</b>				
Não	27	11,3	7,8-15,9	0,856
Sim	139	10,9	9,3-12,7	

Fonte: Os autores.

Na análise multivariada (Tabela 3), nota-se que os homens têm 1,37 vezes mais prevalência de serem negligenciados do que as mulheres. Quanto à faixa etária, pessoas idosas têm cerca de 11,5 vezes mais prevalência de sofrerem negligência quando comparados aos adultos (RP = 11,47; IC 95%: 8,03-16,39) enquanto as crianças têm uma prevalência aproximadamente 9,5 vezes maior comparado a mesma população de referência (RP = 9,54; IC 95%: 5,88-15,49), o que evidencia a maior vulnerabilidade dos idosos a negligência. Em relação às características do agressor, constata-se a maior prevalência na faixa etária de 25 anos (RP: 2,84; IC95%: 1,17-6,92) e sexo feminino (RP = 3,08; IC 95%: 1,60-5,92). A negligência

apresentou-se cerca de 3,4 vezes mais recorrente quando comparada a outras violências sofridas pela pessoa com deficiência (RP = 3,43; IC 95%: 1,43 – 8,22) (Tabela 3).

Tabela 3 – Análise bivariada com a razão de prevalência bruta e o modelo multivariado com a razão de prevalência ajustada das variáveis associadas aos casos de negligência contra a pessoa com deficiência (N=173). Espírito Santo, 2011 a 2018.

Variáveis	Análise bruta			Análise ajustada		
	RP	IC 95%	p-valor	RP	IC 95%	p-valor
<b>Sexo</b>						
Masculino	1,69	1,28-2,24	<0,01	1,37	1,05-1,78	0,021
Feminino	1,0			1,0		
<b>Faixa etária</b>						
0 a 9 anos	10,22	6,38-16,38	<0,01	9,54	5,88-15,49	<0,01
10 a 19 anos	3,07	1,90-4,95		2,96	1,84-4,77	
20 a 59 anos	1,0			1,0		
60 anos e mais	11,79	8,29-16,75		11,47	8,03-16,39	
<b>Raça/Cor</b>						
Branca	1,51	1,12-2,02	0,006	1,27	0,95-1,68	0,102
Preta/Parda	1,0			1,0		
<b>Faixa etária do agressor</b>						
0-24 anos	1,0		0,001	1,0		0,022
25 anos e mais	3,38	1,66-6,90		2,84	1,17-6,92	
<b>Sexo do agressor</b>						
Masculino	1,0		<0,01	1,0		0,001
Feminino	3,03	2,01-4,55		3,08	1,60-5,92	
<b>Suspeita de uso de álcool</b>						
Não	1,66	1,06-2,60	0,028	1,01	0,50-2,04	0,992
Sim	1,0			1,0		
<b>Local de ocorrência</b>						
Residência	2,48	1,54-3,99	<0,01	1,72	0,66-4,49	0,270
Outros	1,0			1,0		
<b>Violência de repetição</b>						
Não	1,0		<0,01	1,0		0,006
Sim	5,50	3,00-10,06		3,43	1,43-8,22	

Fonte: Os autores.

## Discussão

Dentre as notificações de violência contra a pessoa com deficiência, a negligência representou uma frequência de 10,8% (IC95%: 9,2-12,2). De acordo com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde, para indivíduos portadores de deficiência múltiplas, as notificações de negligência correspondem a 30% das notificações



de violência no Brasil (CERQUEIRA, 2021). Esse fator evidencia uma menor frequência de notificações no estado do Espírito Santo quando comparado com os dados coletados em todo país, o que pode sinalizar uma subnotificação dos casos.

Observou-se, que o sexo masculino possui 1,37 vezes maior prevalência de serem negligenciados quando comparados com o sexo feminino. Ao analisar as notificações referentes a população brasileira comprova-se que essa parcela social foi significativamente mais afetada pela negligência e pelo abandono do que as mulheres, fator que representa esse tipo de violência como a segunda violência mais notificada no sexo masculino (MELLO, 2020).

Quanto à pessoa idosa, percebe-se que esses indivíduos possuem cerca de 11,5 vezes mais prevalência de sofrerem negligência quando comparados com a população adulta. Conforme o núcleo social passa por mudanças estruturais ligadas ao envelhecimento populacional, entende-se a possibilidade de aumento dos casos de violência contra a população composta por pessoas idosas, principalmente àqueles que possuem algum tipo de limitação física. Ademais, infere-se, também, que idosos que são mais dependentes de cuidados de terceiros acabam em maior situação de vulnerabilidade, além do convívio com cuidadores ou familiares que estão despreparados ou estressados com a vivência de necessidade desse indivíduo para realização de tarefas cotidianas (GOMES *et al*, 2020)

No caso do cometimento de negligência contra a criança com deficiência, analisa-se a prevalência desse público ser 9,5 vezes mais negligenciado quando comparados aos adultos. Em uma pesquisa de enfoque transversal no estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2012 e 2013, entendeu-se que a frequência de violência em crianças e adolescentes deve-se às questões de vulnerabilidade ao se comunicar, a não credibilidade dada aos relatos desses indivíduos e a insegurança emocional que permeia sua existência na sociedade e no meio familiar (CAVALCANTE; BASTOS, 2009; HENDRICKS *et al*, 2014; SVENSON; ERIKSSON; JANSON, 2013). Além disso, a compreensão social de masculinização do homem normaliza alguns tipos de violência, classificando-as como papel social desse gênero no contexto ao qual se inserem (APOSTÓLICO *et al*, 2012; FONSECA *et al*, 2012).

Segundo os dados encontrados no presente estudo, as mulheres foram as principais perpetradoras da negligência, o que corrobora com outros estudos (LEITE *et al*, 2022; PEDROSO; LEITE, 2023; PINTO *et al*, 2021; YAMAMOTO, 2022). Uma vez que historicamente e culturalmente as mulheres são vistas como cuidadoras e portanto, impõe-se que o cuidado doméstico seja exclusivamente feminino (LOPES *et al*, 2018; PEDROSO; LEITE, 2023). O que já coloca uma sobrecarga na mulher, já que há uma dependência e necessidade de cuidados, principalmente quando se tratam de crianças e idosos, aumentando a potencialidade dos casos de negligência (LEITE *et al*, 2022).

Além disso, vale ponderar, que muitas vezes em se tratando de negligência infantil, esse fenômeno pode estar relacionado às mães jovens, sem maturidade para a maternidade, cuja gestação não era desejada ou que se encontram separadas do parceiro, de modo que detenham maior responsabilidade na criação dos filhos (MARTINS; JORGE, 2009).





Diante disso, a mulher não apresenta apenas o papel de cuidadora do lar e da família, há a inserção no mercado de trabalho, de forma que com uma dupla jornada, há um acúmulo de tarefas, o que favorece ao cansaço físico e emocional, e conseqüentemente, o estresse e dificuldades (FERREIRA; CORTES; CONTIJO, 2019). Ademais, os companheiros muitas vezes não fornecem a atenção e apoio a companheira, já que culturalmente tem o papel apenas de mantenedor da casa, o que é aceito pela sociedade como natural, assim sua ausência muitas vezes não é considerada como negligência (EGRY *et al*, 2015; PEDROSO; LEITE, 2023).

No que se refere a faixa etária, houve maior proporção de agressores com mais de 25 anos, em consonância com outros estudos (PAMPOLIM; LEITE, 2020; PINTO *et al*, 2020). O que pode ser compreendido pela situação de poder do adulto, e pela própria dependência da vítima. Vale ponderar também que muitas vezes o cuidador não tem ciência das necessidades da vítima, conseqüentemente aumentando as chances do cometimento da negligência, principalmente quando somado ao estresse e falta de preparo, contribuindo para um grande impacto na vida desse público (LOPES *et al*, 2018; MACEDO *et al*, 2020).

Conforme apresentado anteriormente, a negligência foi cerca de 3,4 vezes mais recorrente quando comparada a outras violências sofridas pela pessoa com deficiência. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base em dados do SINAN/MS 2019, quanto às notificações de violências contra pessoas com deficiência no Brasil, a violência física apresentou mais registros (53%) para todas as pessoas com deficiência, porém nas pessoas com múltiplas deficiências, a negligência prevaleceu com 50% dos casos, mesmo em indivíduos com deficiência que não múltipla, a prevalência de negligência, ainda é elevada (30%) (CERQUEIRA, D. *et al*, 2021). Isso revela como a vulnerabilidade desses indivíduos corrobora para a ocorrência de violências, podendo ser ainda mais complicada conforme a severidade de cada caso, a pessoa com deficiência pode apresentar dificuldades para se comunicar, identificar sinais de um abuso, o agressor, assim como evitar a violência. Demandam uma série de cuidados complexos e contínuos, a história é anulada e, com ela, seu direito à voz, à participação e ao desenvolvimento efetivo são negligenciados, assim, cada vez mais vulnerável a todo tipo de violência (D’AFFONSECA; LIMA, 2020; WILLIAMS, 2003).

A violência cometida contra pessoas com deficiência ainda é pouco reconhecida e pouco notificada, portanto, faltam dados acerca da temática para discussão em estudos. É necessária uma avaliação criteriosa dessas notificações de violência de modo global, considerando que quando a violência deixa ferimentos visíveis no corpo, facilita a detecção da mesma tanto pela família quanto pela vítima e pelos profissionais em contato com esse grupo de vulneráveis. Contudo, os profissionais de saúde precisam estar reflexivos quanto à possibilidade de outros tipos de violência ocorrendo paralelamente, especialmente a chamada “violência silenciosa”, esta tem como marca a cronicidade e o ambiente doméstico (SILVA *et al*, 2018).



A notificação da violência cometida contra esses indivíduos, além de obrigatória, permite atrair os “olhares” para essa complexa demanda, e, portanto, sustenta a luta em prol da equidade nas políticas públicas (MELLO *et al.*, 2021). Contudo, há um grande desafio a ser enfrentado, nesse contexto da notificação de violência pelo profissional de saúde: reconhecer a violência enquanto tema interdisciplinar. A notificação, como já mencionado, possui o seu lugar de importância nesse cenário, ela permite o conhecimento do perfil da violência para posterior intervenção e prevenção (VELOSO *et al.*, 2013), e a construção de uma rede organizada para o controle, a partir da comunicação com outras instâncias. É claro que a garantia da obrigatoriedade da notificação, representa um avanço, porém, esta, ainda é um fenômeno oculto na prática dos profissionais de saúde. Boa parte dessa subnotificação está relacionada à falta de informações técnicas e científicas acerca do tema (GARBIN *et al.*, 2015; VELOSO *et al.*, 2013).

A prática de notificar dá início a um processo cujo objetivo é dissolver atitudes e comportamentos violentos, e há uma positiva influência do conhecimento, por exemplo obtido através de treinamentos, capacitações e qualificações sobre a ação dos profissionais em notificar situações de violência. É muito importante, também, considerar o amadurecimento pessoal e profissional para o estabelecimento de vínculos, comunicação, maior sensibilização à temática e segurança, mas a atitude e a vontade em fazer cumprir as normas e portarias existentes, a despeito do tempo de atuação profissional, têm ligação com a conduta de cada trabalhador (MOREIRA *et al.*, 2013). Romper com as bases enraizadas da violência contra pessoas com deficiência, requer contínua autorreflexão, crescimento profissional, bem como disposição para o ouvir (LUND, 2020).

Esse estudo possui suas limitações, como a possibilidade de subnotificação dos casos de negligência contra a pessoa com deficiência. Visto que as vítimas que buscaram os serviços, obtiveram assistência e que contaram com a notificação pelos profissionais de saúde, mais uma vez evidenciamos, aqui, a importância dessa ação, serviram como dado para essa pesquisa no período em que esta foi desenvolvida. Também ressaltamos o fato de se tratar de uma pesquisa com dados secundários, sabemos que muitos desses dados podem não estar completos e/ou em congruência, outro importante ponto a ser trabalhado junto a esses profissionais.

### Conclusão

Os dados auferidos neste artigo apontam para a realidade cruel de invisibilidade das pessoas com deficiência. Compreende-se que, além de serem uma minoria tão marginalizada na sociedade contemporânea, a inserção de outras minorias, como idosos e crianças portadores de alguma deficiência, reforçam a perpetuação de estigmas que permeiam a vivência desses indivíduos.

Foi possível observar que a negligência no estado do Espírito Santo é um agravo significativo que acomete, em suma maioria, homens, crianças e idosos. Percebeu-se, também, que a



maioria dos perpetradores são mulheres, indicando uma questão de gênero ao que diz respeito a posição de hegemônica do sexo feminino na incumbência de prestadora de cuidados a qualquer outra classe social.

Dessa forma, mostra-se relevante a desestruturação de paradigmas ligados ao gênero e as minorias para que a negligência deixe de ser um tipo de violência tão praticada no contexto coletivo. Deve-se capacitar profissionais para uma identificação cada vez mais eficaz dos casos de violência que chegam até os serviços de saúde, bem como maximizar a relevância da notificação quando se identifica os maus-tratos. Quanto mais profissionais da saúde qualificados, maior o enfrentamento da violência na sociedade.

### Referências

ALVES, P. P. et al. Daniel Cerqueira (coordenador) Helder Ferreira (coordenador) Samira Bueno (coordenadora). Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

APOSTÓLICO, M. R; NÓBREGA, C. R; GUEDES, R. N; FONSECA, R. M. G. S, EGRY, E. Y. Characteristics of violence against children in a Brazilian Capital. **Rev Lat Am Enfermagem**, v. 20, n. 2, pp. 266-73, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v20n2/08.pdf>.

BARROS, A. C. M. W. DE; DESLANDES, S. F.; BASTOS, O. M. A violência familiar e a criança e o adolescente com deficiências. *Cadernos de saúde pública*, v. 32, n. 6, 2016.

BRASIL. Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011. Define as terminologias adotadas em legislação nacional [...], a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jan. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Viva: instrutivo de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva\\_instrutivo\\_violencia\\_interpessoal\\_auto\\_provocada\\_2ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_auto_provocada_2ed.pdf). Acesso: 15 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde.: **Orientações para gestores e profissionais de saúde**. 1 ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2010.

CAVALCANTE, F.G; BASTOS, O.M. Pessoas com deficiência e necessidades especiais e situações de violência. In: NJAINE, K; ASSIS, S.G; CONSTANTINO, P; AVANCI, J.Q;



eds. **Impactos da Violência na Saúde**. 4th ed. updat. Rio de Janeiro: Coordenação de Desenvolvimento Educacional e Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, ENSP, Editora FIOCRUZ, 2020, pp. 317-347. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557080948.0016>

CAVALCANTE, F. G.; MINAYO, M. C. DE S. Representações sociais sobre direitos e violência na área da deficiência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 57–66, 1 fev. 2009.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência 2021**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA (MPSC). **Consequências da Negligência**. Ministério Público de Santa Catarina. Disponível em: <<https://www.mpsc.mp.br/combate-a-negligencia-contra-criancas-e-adolescentes/consequencia-da-negligencia#:~:text=Pode%20ter%20diversas%20consequ%C3%AAsncias%20sobre>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

DAY, V. P. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, v. 25, n. suppl 1, p. 9–21, 2003.

D’AFFONSECA, S. M.; LIMA, M. Um Estudo sobre Denúncias de Violência Registradas no Disque 100 - Pessoas com Deficiência. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 20, n. 3, set./dez. 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812020000300003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020000300003&lng=pt&nrm=iso).

EGRY, E. Y. et al. Understanding child neglect in a gender context: a study performed in a Brazilian city. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 49, n. 4, p. 556–563, 2015.

FENG, J. Y; CHANG, Y. T; CHANG, H. Y; FETZER, S; WANG, J. D. Prevalence of different forms of child maltreatment among Taiwanese adolescents: A population-based study. **Child Abuse Negl.** v. 42, pp. 10–9, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2014.11.010>.

FERREIRA, C. L. S; CÔRTEZ, M. C. J. W; GONTIJO, E. D. Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. **Cien Saude Colet**, v. 24, n. 11, pp. 3997-4008, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320182411.04352018>.



FERREIRA, W. B. Vulnerabilidade à violência sexual no contexto da escola inclusiva: reflexão sobre a invisibilidade da pessoa como deficiência. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, vol. 6, núm. 2, 2008, pp. 120-136.

FONSECA, R. M. G. S; EGRY, E; NÓBREGA, C. R, APOSTÓLICO, M. R; OLIVEIRA, R. N. G. Recurrence of violence against children in the municipality of Curitiba: a look at gender. **Acta Paul Enferm**, v. 25, n. 6, pp. 895-901, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/ape/v25n6/en\\_v25n6a11.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ape/v25n6/en_v25n6a11.pdf).

GARBIN, C. A. S.; DIAS, I. de A.; ROVIDA, T. A. S.; GARBIN, A. J. Í. Desafios do profissional de saúde na notificação da violência: obrigatoriedade, efetivação e encaminhamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 6, p. 1879–1890, jun. 2015. DOI 10.1590/1413-81232015206.13442014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232015000601879&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000601879&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 29 jan. 2023.

GOMES, J. S; NASCIMENTO, V; RIBEIRO, M. N. S; ESPÍRITO SANTO, F. H; DINIZ, C. X; SOUZA, C. R. S; CASTRO, F. F. Violência no contexto intrafamiliar de pessoas idosas com deficiência física. **Revista Kairós - Gerontologia**, v. 23, n. 2, pp. 313-330, 2020. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-901X.2020v23i2p313-330>.

HENDRICKS, C.; LANSFORD, J; DEATER-DECKARD, K; BORNSTEIN, M. H. Associations between child disabilities and caregiver discipline and violence in low and middle-income countries. **Child Dev**, v. 85, pp. 513-519, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama Brasil - Espírito Santo**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>. Acesso em: 27 jan. 2023.

LEITE, F. M. C.; GARCIA, M. T. P.; PAULUCIO, M. D.; FERRARI, B.; PEDROSO, M. R. de O.; SANTOS, D. F. Influência das características da vítima, do agressor e do agravo na frequência de negligência contra a mulher. **REME-Revista Mineira de Enfermagem**, v. 26, 2022. DOI: 10.35699/2316-9389.2022.38630. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reme/article/view/38630>. Acesso em: 3 fev. 2023.

LOPES, L. G. F; LEAL, M. C. C; SOUZA, E. F; SILVA, S. Z. R, GUIMARÃES, N. N. A; SILVA, L. S. R. Violência contra a pessoa idosa. **Rev Enferm UFPE online**, v. 12, n. 9, pp. 2257-68, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i9a236354p2257-2268-2018>.



LUND, E. M. Interpersonal violence against people with disabilities: Additional concerns and considerations in the COVID-19 pandemic. **Rehabilitation Psychology**, v. 65, n. 3, p. 199–205, ago. 2020. DOI 10.1037/rep0000347. Disponível em: <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/rep0000347>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MACEDO, D. M.; LAWRENZ, P.; HONDENDORFF, J. V.; FREITAS, C. P. P.; KOLLER, S. H.; HABIGZANG, L. F. Characterization of Child Maltreatment Cases Identified in Health Services. **Paidéia**. v. 30, e3018, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3018>.

MARTINS, C. B. G.; JORGE, M. H. P. M. A violência contra crianças e adolescentes: características epidemiológicas dos casos notificados aos Conselhos Tutelares e programas de atendimento em município do Sul do Brasil, 2002 e 2006. **Epidemiol e Serviços Saúde**, v. 18, n. 4, pp. 315–34, 2009. Disponível em: [https://repositorio.usp.br/bitstream/handle/BDPI/13509/art\\_MARTINS\\_Negligencia\\_e\\_abandono\\_de\\_crianças\\_e\\_adolescentes\\_2009.pdf?sequence=1](https://repositorio.usp.br/bitstream/handle/BDPI/13509/art_MARTINS_Negligencia_e_abandono_de_crianças_e_adolescentes_2009.pdf?sequence=1).

MELLO, N. F. **VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:** Notificações realizadas por serviços de saúde brasileiros, 2011 a 2017. 2020. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas de Saúde) - ESCOLA FIOCRUZ DE GOVERNO, FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/49875/nicole\\_mello\\_fiodf\\_mest\\_2020.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/49875/nicole_mello_fiodf_mest_2020.pdf?sequence=2&isAllowed=y). Acesso em: 25 jan. 2023.

MELLO, N. F. de; PEREIRA, É. L.; PEREIRA, V. O. de M.; SANTOS, L. M. P. Casos de violência contra pessoas com deficiência notificados por serviços de saúde brasileiros, 2011-2017. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, n. 3, p. e2020747, 2021. DOI 10.1590/s1679-49742021000300007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-96222021000300316&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222021000300316&tlng=pt). Acesso em: 21 nov. 2022.

MOREIRA, G. A. R.; VASCONCELOS, A. A.; MARQUES, L. de A.; VIEIRA, L. J. E. S. Instrumentação e conhecimento dos profissionais da equipe saúde da família sobre a notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, n. 2, p. 223–230, jun. 2013. DOI 10.1590/S0103-05822013000200014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-05822013000200014&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822013000200014&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 31 jan. 2023.

MULLER, E. F. A negligência intrafamiliar contra a pessoa idosa no contexto do Serviço de Proteção Social Especial às Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – SEPREDI no município de Florianópolis/SC. In: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Florianópolis, SC. 2015. Disponível em: [Eixo\\_3\\_240.pdf \(ufsc.br\)](#).



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Assembléia Geral das Nações Unidas, 6 de dezembro de 2006.

PAMPOLIM, G; LEITE, F. M. C. Neglect and psychological abuse of older adults in a Brazilian state: analysis of reports between 2011 and 2018. **Rev bras geriatr gerontol**, v. 23, n. 6, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562020023.190272>.

PEDROSO, M. R. O; LEITE, F. M. C. Prevalência e fatores associados à negligência contra crianças em um estado brasileiro. **Esc Anna Nery**, v. 27, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2022-0128pt>.

PINTO, I. B. A; LEITE, F. M. C.; LUIS, M. A; ALVES, O. M; RIBEIRO, L. E. P; PEDROSO, M. R. O; LANNA, S. D; CUPERTINO, E. F. G; PINTO, S. S. G.; TAVARES, F. L. Negligência e violência psicológica contra adolescentes: uma descrição dos casos. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde*, v. 23, n. 3, p. 62–70, 2022. DOI: 10.47456/rbps.v23i3.35722. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/35722>. Acesso em: 3 fev. 2023.

SANTOS, T. M. B; PITANGUI, A. C. R; BENDO, C. B; PAIVA, S. M; CARDOSO, M. D, MELO, J. P. R; SILVA, L. M. P. Factors associated with the type of violence perpetrated against adolescents in the state of Pernambuco, Brazil. **Child Abuse Negl**; v, 67, pp. 216–227, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.02.006>.

SILVA, L. M. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 33, dez. 2006.

SILVA, L. M. P; SOUSA, T. D. A.; CARDOSO, M. D.; SOUZA, L. D. F. S; SANTOS, T. M. B. dos. Violência perpetrada contra crianças e adolescentes. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 12, n. 6, p. 1696, 2 jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/23153>. Acesso em: 2 fev. 2023.

SVENSON, B; ERIKSSON, U. B; JANSON, S. Exploring risk for abuse of children with chronic conditions or disabilities – parent’s perceptions of stressors and the role of professionals. **Child Care Health Dev**, v. 39, pp. 887-93, 2013.

TURNER, H. A; SHATTUCK, A; FINKELHOR, D; HAMBY, S. Effects of polyvictimization on adolescent social support, self-concept, and psychological distress. **J Interpers Violence**. v. 32, pp. 755–80, 2017. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886260515586376>.



2º ciclo  
ibero-americano  
de diálogos  
contemporâneos

**GÉNERO, SOCIEDADE  
E DIVERSIDADE**

14 a 16 de Março de 2023

VELOSO, M. M. X.; MAGALHÃES, C. M. C.; DELL'AGLIO, D. D.; CABRAL, I. R.; GOMES, M. M. Notificação da violência como estratégia de vigilância em saúde: perfil de uma metrópole do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 5, p. 1263–1272, maio 2013. DOI 10.1590/S1413-81232013000500011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232013000500011&lng=pt&tln=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000500011&lng=pt&tln=pt). Acesso em: 31 jan. 2023.

**VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Cartilha-violencia-2020-Online.pdf>>, novembro 2020.

WILLIAMS, L. C. A. Sobre deficiência e violência: reflexões para uma análise de revisão de área. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v.9, n.2, p.141-154, 2003. Disponível em: <https://www.abpee.net/pdf/artigos/art-9-2-2.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2023

YAMAMOTO, R. K. R; LUGO, D. E. M; LIMA, D. V; SENA, K. G; BRAGA, P. C. V. Profile analysis of child violence in the municipality of Goiânia - Goiás. **SciELO Preprints**. 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3440/version/3641>.

214



# OS IMPACTOS DA MATERNIDADE EM MENINAS-MÃES

Marina Abreu Dias<sup>1</sup>  
Maria Julia Martins Padovani<sup>2</sup>  
Mariana Hasse<sup>3</sup>

## Introdução

A adolescência é uma fase de transição que marca a passagem da infância para a vida adulta, a qual ocorrem diversas mudanças físicas, psíquicas e sociais. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a adolescência ocorre dos 12 aos 18 anos e, durante esse período, o acesso a direitos como saúde, educação, cultura e lazer é fundamental para o desenvolvimento pleno. É dever do Estado, da família e da sociedade zelar e resguardar pela integridade física, psíquica e social de crianças e adolescentes (Lei 8.069, 1990).

Apesar das garantias legais, nem todos dessa faixa etária têm acesso a condições e cuidados necessários para seu pleno desenvolvimento. Muitos vivenciam situações que vulnerabilizam e que deixam marcas profundas em sua história. A maternidade, quando vivida nessa idade, é uma dessas experiências.

Nesse contexto, ela é considerada um problema de saúde pública por provocar maior abandono e/ou diminuição na frequência escolar, afastamento de grupos de convivência e familiares, isolamento, adiamento ou diminuição de planos e objetivos de vida, além de impactos na saúde mental (Fiedler, Araújo & Souza, 2015).

Dados do Sistema de Informação de Nascidos Vivos do governo federal indicam que, entre 2010 e 2020 no Brasil, nasceram por ano, em média, vinte e cinco mil bebês de meninas entre 10 e 14 anos (Ministério da Saúde, 2020). Esse número é alarmante inclusive porque a prática de relações sexuais com menores de 14 anos, mesmo quando há consentimento, é considerada crime de estupro segundo a Lei 12.015 (2019).

Além da indicação de que essas meninas estão expostas a situações de violência, esses nascimentos também sinalizam que o acesso à interrupção terapêutica da gravidez, - direito em casos de estupro desde 1940 - talvez não esteja sendo garantido.

O acesso oportuno dessas meninas a serviços de saúde é fundamental para que direitos como o aborto, a entrega legal do bebê ou realização de um pré-natal e parto de qualidade sejam preservados. Nesse contexto, o objetivo deste estudo - que ainda está em curso - é conhecer a percepção de mulheres maiores de 18 anos que vivenciaram a gravidez e a maternidade antes dos 14 anos. Especialmente, nos interessa conhecer suas percepções sobre o contexto em que engravidaram e sobre a rede de apoio - familiar e institucional -, que tiveram durante essa experiência.

---

<sup>1</sup> Psicóloga, residente multiprofissional em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: marina.abreu.m@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Medicina na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia; bolsista de Iniciação Científica da FAPEMIG (Edital 7/2022). E-mail: mariajulia.padovani@gmail.com

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: mhasse@ufu.br



## Método

Está sendo realizada uma pesquisa qualitativa através de entrevistas individuais realizadas com mulheres maiores de 18 anos que passaram por uma ou mais gravidezes e tiveram filhos antes dos 14 anos.

As participantes são convidadas através de postagens em redes sociais. As interessadas respondem de modo privado à postagem e, após esclarecimentos sobre a pesquisa e validação dos critérios de inclusão, as entrevistas são agendadas de acordo com a disponibilidade das mesmas.

As entrevistas são audiogravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra. Os dados são analisados segundo a proposta de Bardin (1979), ou seja: (1) são pré-analisados a partir de uma leitura atenta e flutuante do material e formulação de questionamentos e hipóteses; (2) o material é categorizado por núcleos de sentido; (3) por fim, os dados são analisados à luz da literatura pertinente ao tema. Para a discussão deste trabalho foram utilizadas referências da literatura sobre gênero, sexualidade e produção do cuidado em saúde.

A pesquisa foi aprovada por um Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos conforme parecer nº 5.679.264.

## Resultados e Discussão

Até o presente momento, foram entrevistadas cinco mulheres, entre 28 e 61 anos, que engravidaram antes dos 14 anos entre os anos de 1974 e 2009. Dentre elas, três trabalham fora de casa, duas se autodeclararam como pretas, duas como pardas e uma, branca. Atualmente, nenhuma delas está casada com o pai dos filhos que tiveram antes dos 14 anos. Todas tiveram outros relacionamentos e quatro delas têm outros filhos.

Sobre o contexto em que engravidaram, as entrevistadas relataram situações de naturalização da maternidade, sexualidade precoce e violência. Esse processo, que aparece em narrativas sobre o consentimento dos pais de namoros com homens mais velhos, na falta de orientação sobre a possibilidade de uma gravidez - ou como evitá-la -, e no desprezo por pedidos de ajuda devido a vivências de violências, culminaram nas gravidezes.

Em todos os casos, a maternidade foi aceita de forma regular pelas famílias. Quando questionada como os pais reagiram à gravidez, uma das entrevistadas contou que seu pai falou que um dia ela ia ser mãe mesmo, que não via problema em ser naquele momento.

Também havia um processo de romantizar a maternidade e, por isso, a gravidez foi bem recebida por algumas entrevistadas, que tinham expectativas de mudanças em suas vidas a partir daquele evento. Uma entrevistada que vivia um namoro violento com um homem mais velho, acreditava que a relação mudaria com a chegada do filho. Outra, alimentava o desejo de constituir sua própria família e assim, poder sair da casa dos pais e parar de trabalhar.

Fiedler, Araújo e Souza (2015) aponta essa aposta na gravidez como uma forma de lidar com questões difíceis presentes no contexto familiar e social. Além disso, a maternidade





apresenta-se como uma possibilidade de dar sentido próprio à vida e como uma forma de ser reconhecida enquanto mulher.

A romantização da maternidade é uma construção sociocultural sustentada exatamente na ideologia de que as mulheres nascem com a finalidade de procriar e, conseqüentemente, amar sua prole (Badinter, 1985; Gonzaga & Mayorga, 2019). Esse processo faz com que meninas sejam mais exigidas em suas responsabilidades de cuidado com o outro e, conseqüentemente, amadureçam - ou busquem esse amadurecimento, inclusive através de um filho -, precocemente (Santos & Schor, 2003).

Nesse sentido, a gravidez dessas meninas ocorreu em um contexto de reprodução de papéis de gênero tradicionais que banalizou ciclos de violência, invisibilizou imaturidades e tolheu infâncias. Neste cenário, mesmo quando houve desejo pela maternidade, há arrependimento das entrevistadas por ter sido tão cedo. Para essas mulheres o arrependimento está associado às responsabilidades com os filhos, que influenciou diversos aspectos de suas vidas, como estudos-carreira, amizades, relacionamentos familiares e afetivos.

Depressão, estresse e a percepção predominante de aspectos negativos conseqüentes à maternidade são descritos em outros estudos (Barnet et al, 1996; Santos & Schor, 2003). Segundo eles, tais entendimentos estão especialmente associados à falta de suporte social ou a sua presença conflituosa.

Quando questionadas sobre a rede de apoio que tiveram durante a gravidez e cuidado com os filhos, elas trouxeram experiências e sentimentos ambíguos. As que identificam que tiveram pouco ou nenhum suporte familiar, referem solidão e medo, mas reconhecem que a responsabilidade afetiva com os bebês foi importante em seu amadurecimento. As que percebem ter tido suporte-ajuda familiar, são agradecidas por terem retomado ou mantido o estudo/trabalho, mas se ressentem de não terem tido liberdade para criar os filhos.

Mesmo havendo divergências, familiares são entendidos como fonte de apoio à maternidade precoce (Moreira & Sarriera, 2008; Braga et al, 2014). No contexto dessa pesquisa, mesmo com dificuldades identificadas, familiares ajudaram não apenas no cuidado com os filhos, como também no enfrentamento a situações de violência doméstica.

Entretanto, famílias nem sempre são, a priori, adequadas como recurso para diminuir vulnerabilidades. Inclusive, em alguns casos, são a principal fonte dos conflitos. Entre as entrevistadas, houve situações em que familiares culpabilizaram meninas por violências sofridas, incentivaram casamentos com agressores e mantiveram convívio com eles ao invés de denunciá-los.

Quanto aos cuidados de saúde recebidos, os relatos das participantes apontam para julgamento dos profissionais, falha nas informações recebidas durante o pré-natal e falta de acolhimento no momento do parto. É importante salientar que algumas tiveram pouco tempo de assistência porque não sabiam que estavam grávidas ou esconderam a gestação.

Todas as entrevistadas afirmaram que o direito ao aborto não foi apresentado a elas pelos profissionais de saúde. No Brasil, no artigo 128, do Decreto Lei nº 2.848 (1940), prevê que a legalidade na realização do aborto em caso de violência sexual, além de não exigir da mulher





a apresentação de provas ou boletim de ocorrência atestando a violência sexual para realizar o procedimento. Se considerarmos que qualquer relação sexual com menores de 14 anos é estupro presumido, devemos entender que a interrupção de possível gravidez decorrente seria direito de todas essas meninas-mulheres.

A mais de 80 anos esse decreto representa um ganho à saúde e à proteção das mulheres e seus direitos. Contudo, muitos profissionais da ainda desconhecem tal direito ou discordam dele e, por isso, a informação não é devidamente repassada às mulheres (Rocha et al, 2015; Fielder et al, 2015).

Situações de violência obstétrica também foram narradas pelas entrevistadas, especialmente - mas não só -, no momento dos partos. Esse dado corrobora outras pesquisas e reforça a noção de que a discussão de questões de gênero e sexualidade no campo da saúde é urgente (Luz, Assis & Rezende, 2015).

### **Considerações Finais**

A maternidade na adolescência é permeada por muitos condicionantes e determinantes em saúde que influenciam a saúde física, emocional e social da mulher e do bebê, além de influenciar nas relações sociais, nos estudos e no trabalho. Pelas várias mudanças provocadas, é uma questão de saúde pública que necessita do trabalho em rede e intersetorial para auxiliar no cuidado, na promoção e na prevenção desta questão. Serviços de saúde, educação, jurídico e assistência social precisam se responsabilizar e oferecer ações e informações a essa população.

Por vezes, essas mulheres não recebem o cuidado integral dos profissionais da rede, o que dificulta a produção de um cuidado adequado e o acesso das usuárias aos seus direitos. Desse modo, é imprescindível que os trabalhadores estejam atentos aos seus sentimentos, fantasias, idealizações e identificações na relação com o outro/paciente para garantir um cuidado ético. Além disso, é importante se responsabilizar e oferecer espaços, ações e informações sobre educação sexual, que considerem os determinantes e condicionantes relacionados à adolescência e a singularidade de cada adolescente.

Cabral e Brandão (2020) apontam a importância de uma abordagem diferenciada dos profissionais de saúde, principalmente, pela grande evidência de que relações sexuais entre adolescentes de 10 a 14 anos, geralmente, não são consensuais. Tal aspecto torna ainda mais importante um cuidado presente, ativo e atento a essas meninas, que poderão vivenciar uma gestação e maternidade, a entrega legal do bebê para adoção e/ou, uma interrupção legal da gravidez, já que do ponto de vista jurídico, ela sempre é decorrente de um estupro quando ocorre antes dos 14 anos.

Por isso, é importante observar os contextos sociais nos quais essas jovens estão inseridas e criar espaços seguros para que elas possam falar sobre as vivências e serem orientadas adequadamente sobre seus direitos.



## Referências

Badinter, E. (1985) Um amor conquistado: o mito do amor materno. Ed. Nova Fronteira, RJ.

Bardin, L. (1979). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.

Barnet, B., Joffe, A., Duggan, A. K., Wilson, M. D., Repke, J. T. (1996). Depressive symptoms, stress, and social support in pregnant and postpartum adolescents. *Archives of Pediatrics and Adolescent Medicine*, 150, 64-69.

Braga, I. F., Oliveira, W. A. de ., Spanó, A. M. N., Nunes, M. R., & Silva, M. A. I.. (2014). Percepções de adolescentes sobre o apoio social na maternidade no contexto da atenção primária. *Escola Anna Nery*, 18(3).

Cabral, C. da S., & Brandão, E. R.. (2020). Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. *Cadernos De Saúde Pública*, 36(8).  
<https://doi.org/10.1590/0102-311X00029420>

Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)

Fiedler, M. W., Araújo, A. & Souza, M. C. C. de. (2015). A prevenção da gravidez na adolescência na visão do adolescente. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 24, 30-37.

Gonzaga, P. R. B., & Mayorga C. (2019) Violências e Instituição Maternidade: uma Reflexão Feminista Decolonial. *Psicologia, ciência e profissão* 39(spe2).

Lei de nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)

Lei de nº 12.015, 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Brasília, DF. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm#:~:text=%E2%80%99CViola%C3%A7%C3%A3o%20sexual%20mediante%20fraude&text=Ter%20conj%C3%A7%C3%A3o%20carnal%20ou%20praticar,a%206%20\(seis\)%20anos.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm#:~:text=%E2%80%99CViola%C3%A7%C3%A3o%20sexual%20mediante%20fraude&text=Ter%20conj%C3%A7%C3%A3o%20carnal%20ou%20praticar,a%206%20(seis)%20anos.)





2º ciclo  
ibero-americano  
de diálogos  
contemporâneos

**GÉNERO, SOCIEDADE  
E DIVERSIDADE**

14 a 16 de Março de 2023

Luz, N. F. Assis, T. R. &, Rezende, F. R. (2015). Puérperas adolescentes: percepções relacionadas ao pré-natal e ao parto. *Arquivos brasileiros de ciências da saúde health sciences*, 40(2), 80-84.

Ministério da Saúde. MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC – Dados Preliminares, 2020. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/pnvuf.def>

Moreira, M. C., & Sarriera, J. C.. (2008). Satisfação e composição da rede de apoio social a gestantes adolescentes. *Psicologia Em Estudo*, 13(4).

Rocha, W. B. da ., Silva, A. C. da ., Leite, S. M. de L., & Cunha, T.. (2015). Percepção de profissionais da saúde sobre abortamento legal. *Revista Bioética*, 23(2).

Santos, S. R. &, Schorb, N. (2003). Vivências da maternidade na adolescência precoce. *Revista Saúde Pública*, 37(1), 15-23.

220



Actas Completas do 2º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: Género, Sociedade e Diversidade

Daniel Colin & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2023 | ISBN 978-989-9037-52-6

# POR UMA EDUCAÇÃO NÃO-MACHISTA: LIMITES E POSSIBILIDADES

Rita de Cássia Krieger Gattiboni<sup>1</sup>

## Introdução

Vive-se em um mundo onde se reproduzem estereótipos que desigualam mulheres e homens. Cotidianamente depara-se com brinquedos destinados às meninas e brinquedos destinados aos meninos, além de profissões que ainda são marcadas pelo gênero. Por mais que sejam elaboradas leis que tipificam a violência contra mulheres e meninas, ainda parece não ter fim toda a forma de violência contra o feminino. As cores que sinalizam banheiros para os respectivos gêneros são identificadoras de características correspondentes: homens são fortes e objetivos, mulheres são frágeis e subjetivas. São as mulheres que cuidam na esfera privada e, também, na esfera pública. São elas as responsáveis pela sobrevivência dos(as) presos(as), pelas pessoas doentes, pelas pessoas com fome. Ou seja, em qualquer uma das esferas, são elas que cuidam.

Homens são cuidados na esfera privada, têm suas roupas lavadas, suas camas arrumadas, sua comida pronta e estão liberados e prontos para o *fazer* na esfera pública: para mandar e para determinar como o mundo deve andar. As mulheres, quando liberadas para a esfera pública, possuem, na maioria das vezes, tarefas “próprias” de mulheres.

Pergunta-se então: por que essa realidade se perpetua? A hipótese deste artigo é que se perpetua porque não se questiona qual sujeito(a) se almeja para uma sociedade sem machismo. Luta-se contra o machismo, mas homens e mulheres permanecem sendo construídos e educados no paradigma machista, são socializados(as) para serem machistas. A estrutura material da sociedade que permite a continuidade da vida recai sobre a mulher. Pode-se educar na escola contra o machismo, mas o cotidiano traduz uma prática contrária, que reforça os estereótipos que caracterizam a hierarquização dos gêneros.

Outra questão, tão importante quanto a anteriormente citada, é o fato do Estado brasileiro ser estruturado excluindo pessoas pretas e mulheres. Como a questão do Estado é de extrema complexidade e não faz parte do objetivo desse artigo, ela não será abordada. No entanto, destaca-se que não pode ser desconsiderada sob nenhum aspecto.

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho é refletir até que ponto uma educação escolar não-machista contribui para a igualdade dos gêneros. Para isso, o trabalho está baseado em estudos bibliográficos, tais como os estudos empreendidos pelo psicanalista Helio Hintze (2020), organizador do livro “Desnaturalização do Machismo Estrutural na Sociedade Brasileira”, Mary Wollstonecraft (2019), bell hooks (2019), Maria Homem e Contardo Calligaris (2019), Thomas Laqueur (2001), Gerda Lerner (2019) e, também, em obras cinematográficas como “Antonia – Uma Sinfonia” (PETERS, 2018) e Anhell69 (MONTROYA, 2022).

## Desenvolvimento

O machismo não é algo constitutivo da humanidade. Ao contrário, se o objetivo é ter relações iguais e libertas de hierarquização que oprimem e relegam a um segundo plano o que se

---

<sup>1</sup> Graduada em História (PUC-RS/1988) e Direito (Unijuí/1996); mestre em História (PUC-RS/1993) e Ciências Criminais (PUC-RS/2005); doutora em Desenvolvimento Regional (UNISC/2013). E-mail: rd.gattiboni@gmail.com.



considera feminino, o primeiro passo é refletir acerca da imutabilidade do machismo e do próprio feminino. O raciocínio, no que lhe concerne, tem o objetivo de questionar, desestabilizar e desconstruir conhecimentos e práticas sedimentadas, dogmas, perspectivas totalitárias e verdades inquestionáveis. A partir disso, cabe estruturar ferramentas para o enfrentamento do machismo na educação no âmbito formal e informal. Assim, a partir da análise, crítica e reflexão, tem-se o intuito de desnaturalizar o naturalizado. Tal processo deverá ocorrer nos espaços de pensar coletivo e autorreflexão dos(as) envolvidos(as) tanto na formação dos(as) professores(as), como nos cursos de graduação.

A partir disso, entende-se o machismo estrutural:

[...] como a construção, a organização, a disposição e a ordem dos elementos que compõem o corpo social, dando sustentação à dominação patriarcal, enaltecendo os valores constituídos como “masculinos” em direito e (des)proporcional detrimento da condição autônoma dos valores constituídos como “femininos” em todas as suas manifestações, em especial na mulher (HINTZE, H. 2020, p. 13).

O fato de serem enaltecidas características ditas como “masculinas”, além de causar danos às mulheres, também causa danos aos homens. No ambiente de trabalho, em profissões tidas como adequadas aos homens, as mulheres sofrem todas as formas de pressões e constrangimentos por não apresentarem o perfil considerado “adequado”: o perfil masculino. Quicá, por esse motivo, as estatísticas atuais mostram que as mulheres entram mais nas universidades, são aprovadas em maior número em concursos públicos, mas acessam em menor número os cargos de chefias e de mando. Nesta perspectiva, destacam-se os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir da pesquisa “Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”:

[...] apesar da maior parcela de mulheres com ensino superior, a realidade do perfil das profissões escolhidas não foi alterada, mantendo as barreiras nas áreas das ciências exatas, como engenharia e tecnologia da informação. A pesquisa aponta que a única faixa etária em que há mais homens que mulheres com ensino superior é aquela acima dos 65 anos ou mais, o que segundo o IBGE mostra restrições de acesso à educação em décadas passadas. Outro dado que mostra o avanço das mulheres é que quanto mais jovem a mulher, maior é o acesso ao nível superior (IBGE *apud* CARNEIRO; SARAIVA, 2021).

Embora exista a superação das barreiras no que tange à educação, as profissões escolhidas ainda são aquelas relacionadas ao cuidado do(a) outro(a) e à educação (professoras) — profissões relacionadas às características “típicas” do feminino. Tal situação revela que desde 1792, quando Mary Wollstonecraft<sup>2</sup> escreveu “Vindicación de los Derechos de la Mujer” (WOLLSTONECRAFT, 2019), onde a educação era o principal direito reivindicado pela

<sup>2</sup> Mary Wollstonecraft é considerada a primeira feminista da história.





feminista, o acesso às salas de aula por mulheres foi conquistado, mas, ainda na atualidade, mulheres e homens são educados nos espaços formais e informais de maneira desigual. Sem deixar de considerar o acesso à educação formal um grande avanço, tem-se de ressaltar que *pari passu* às lutas das mulheres, o patriarcado moderno foi se burilando e se adequando às reivindicações das mulheres. Não obstante, há grandes transformações a serem realizadas para o alcance da igualdade entre os gêneros.

Um dado revelador dessa realidade é o de que as mulheres representam mais da metade das matrículas nos cursos como Serviço Social (88,3%), cursos da área da saúde<sup>3</sup> (77%), cursos da área das ciências sociais e comportamentais (70,4%) e a educação (65,6%), enquanto no curso de Computação e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), mulheres representam 13,3% das matrículas e, nos cursos de engenharia, apenas 21,6% (CARNEIRO; SARAIVA, 2021). Assim, é possível afirmar que a luta de Mary Wollstonecraft (pelo direito à educação das mulheres) foi alcançada em partes e a conquista não está completa. Isso porque, em alguns cursos, o ingresso é quase que somente de homens.

O machismo faz a biologização das diferenças, isto é, torna natural o que é construído. Faz crer que as diferenças são naturais e a-históricas de modo que mulheres e homens se acreditam incapazes para determinadas funções e atribuições.

O fato de ter menos mulheres nas áreas exatas e das Tecnologias da Informação (TI) traduz para o senso comum a ideia de que homens seriam mais inteligentes que as mulheres no que tange a questões mais complexas. Esta concepção é introjetada em meninos e meninas pois, desde o momento da concepção e do nascimento e, no decorrer da vida, aparecerão problemas a serem resolvidos que demandam uma categoria de inteligência que não é a mesma para ambos os sexos.

Meninas crescem aprendendo que determinados conhecimentos são de homens. Expressões como “isso é coisa para homem”, “mulher não troca pneu”, “mulher não toca a maioria dos instrumentos musicais”, “mulher não conserta aparelhos eletrônicos”, “mulher é frágil”, “profissões que exigem raciocínios matemáticos são para homens” são comuns de serem ouvidas por uma menina no decorrer de seu crescimento. Assim, o fato de haver mais homens em profissões da engenharia e da TI é em decorrência das características masculinas e das características femininas. A repetição desse “agir-pensar” é resultado do que é “ser homem” e do que é “ser mulher”. É resultado de como as crianças são educadas. A família, a igreja, a escola, meios de comunicações e demais lugares onde ocorre o processo de socialização são os responsáveis pela reprodução cotidiana do machismo estrutural.

Um bom exemplo é o filme “Antonia: uma Sinfonia” (PETERS, 2019). O enredo é baseado em fatos vivenciados pela maestrina holandesa Antonia Brico que, na década de 1920, enfrenta diversos obstáculos nos Estados Unidos da América (EUA) em busca de se tornar a primeira mulher a reger uma grande orquestra sinfônica. Ao final da obra, os créditos apresentam dados publicados pela revista *Gramophone*, em relação aos anos de 2008 e 2017. No ano de 2008, a revista publicou a lista das vinte melhores orquestras do mundo, onde

<sup>3</sup> O curso de Medicina é excluído, neste caso.





nenhuma delas possuía uma maestrina. No ano de 2017, a mesma revista publicou uma classificação com os cinquenta melhores maestros de todos os tempos e, novamente, nenhum deles era mulher. O tempo passou e a situação não teve alteração significativa (PETERS, 2019).

Quando se pensa em uma educação não-machista ou em educar as crianças para que, no decorrer de suas vidas, não cometam violência contra meninas e mulheres, precisa-se ter como foco inicial não somente as crianças, mas também os(as) adultos(as) que socializam e educam as crianças. No que tange ao Brasil, somente alertar o conteúdo ou ensinar a Lei Maria da Penha (lei nº 11.340/2006) nas escolas não transformaria a situação concreta. Ensina-se a Lei e a não-violência, mas as ações cotidianas continuam a reverenciar a hierarquia dos gêneros.

Algumas perguntas que devem guiar a reflexão nesse campo são: por que as mulheres não acessam determinadas profissões (engenharia, TI, entre outras) e os espaços de poder e decisão? Como a educação formal (escolar) poderia contribuir para alterar esse quadro? Quando e onde tratamos meninos e homens de maneira diferente? Quando e onde tratamos meninas e mulheres de maneiras diferentes?

As questões para a reflexão não significam que mudar a maneira de pensar dos(as) educadores(as) por si só mudaria a realidade. Logicamente, isso não seria suficiente. Não se pode pensar sobre isso apenas como se fosse uma questão de operação mental. Ou seja, não basta mudar a forma de pensar, a mudança deverá estar atrelada às mudanças das condições reais. Tem-se uma situação da realidade cotidiana de relevância fundamental: o atrelamento da mulher às tarefas da casa e do cuidado, que pode ser considerado um dos principais fatores impeditivos da igualdade entre mulheres e homens. Mesmo que nestas primeiras décadas do século XXI, a humanidade tenha presenciado transformações marcantes na questão identitária, no que tange às tarefas de cuidado, quase não são percebidas mudanças.

Um exemplo deste panorama é encontrado nas pessoas que não se identificam com o modelo binário de sexo e gênero. O documentário *Anhell69* (MONTROYA, 2022), tem como contexto a cena *queer* da cidade de Medellín. Ao analisar o documentário, a primeira impressão que se tem é de os protagonistas serem todos do sexo masculino. A partir de uma ótica binária, ou mesmo do Teste de Bechdel (ASTORGA, 2019), o documentário não seria aprovado no Teste, pois não possui mulheres (primeira condição para não ser enquadrado como exemplo de preconceito de gênero). Todavia, como enquadrá-lo assim se os protagonistas (que são personagens e histórias reais) não se identificam com o sexo e o gênero masculino ou feminino? Este quadro gera uma interrogação aos movimentos feministas: continua-se ou não referindo à categoria mulher diante do não-binário? A resposta diante da realidade que se apresenta seria de que sim, pois o trabalho de cuidado continua sendo de responsabilidade do feminino.

A XV Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, ocorrida nas datas de 7 a 11 de novembro de 2022 em Buenos Aires – Argentina, reforça esta hipótese, uma vez que o tema central do evento se pautou em "La sociedad del cuidado – horizonte



para una recuperación sostenible con igualdad de género”. O título da Conferência denota a preocupação dos estados-membros com o fato das tarefas de cuidado sobrecarregarem as mulheres, impedindo a sua participação nas demais atividades da coletividade e nos espaços de poder e decisão (CEPAL, 2022).

Os sistemas econômicos até então necessitam oprimir a mulher. Não é possível a igualdade de gênero em sistemas econômicos extremamente desiguais e opressivos. As mulheres são as que possibilitam que a vida no mundo público ocorra. Um exemplo da educação desigual, sem reduzir a esse, e que perpetua a hierarquização dos gêneros é a separação de meninos e meninas nas brincadeiras escolares e infantis: meninas brincam de cuidar no mundo privado, meninos brincam com ações que acontecem fora do mundo privado. Sobre isto, traz-se a reflexão de bell hooks (2019, p. 68) relativa à obra de Paulo Freire: “Repetidamente, Freire tem de lembrar aos leitores de que ele nunca falou da conscientização como um fim em si, mas sempre na medida em que se soma à uma práxis significativa”. Nesta perspectiva, a autora destaca a importância de Freire abordar a necessidade de tornar real, na prática, o que já se sabe na consciência. Assim, conforme o autor:

Isto significa, enfatizamos, que os seres humanos não sobrepõem a situação concreta, a condição na qual estão, por meio de sua consciência apenas ou de suas intenções, por boas que sejam. A possibilidade que tive de transcender os estreitos limites de uma cela de 1,70m de comprimento por 60 centímetros de largura, na qual me achava após o golpe militar brasileiro de 1º de abril de 1964, não era suficiente, contudo, para mudar minha condição de encarcerado. Continuava dentro da cela, sem liberdade, apesar de poder imaginar o mundo lá fora. Mas, por outro lado, a práxis não é a ação cega, desprovida de intenção ou de finalidade. É a ação e reflexão. Mulheres e homens são seres humanos porque se fizeram historicamente seres da práxis e, assim, se tornaram capazes de, transformando o mundo, dar significado a ele (FREIRE, s.d. *apud* HOOKS, 2019, p. 68).

225

Outra reflexão que a autora traz é que as obras e teorias mais transformadoras sobre o ato pedagógico não abordaram a questão de gênero. Entre eles, o próprio Paulo Freire.

Enquanto lia Freire, em nenhum momento deixei de estar consciente não só do sexismo da linguagem como também do modo com que ele (e outros líderes políticos, intelectuais e pensadores críticos progressistas do Terceiro Mundo, como Fanon, Memmi etc.) constrói um paradigma falocêntrico da libertação — onde a liberdade e a experiência da masculinidade patriarcal estão ligadas como se fossem a mesma coisa. Isso é sempre motivo de angústia para mim, pois representa um ponto cego na visão de homens que têm uma percepção profunda. Por outro lado, não quero, em nenhuma hipótese, que a crítica desse ponto cego eclipse a capacidade de qualquer pessoa (e particularmente das feministas) de aprender com as percepções. É por isso que é difícil para mim falar sobre sexismo na obra de Freire; é difícil encontrar uma linguagem que permita estruturar uma crítica e ao mesmo tempo continue reconhecendo tudo o que é valioso e respeitado na obra. Parece-me que a oposição binária tão embutida no pensamento e na linguagem ocidentais torna quase impossível que se projete uma





resposta complexa. O sexismo de Freire é indicado pela linguagem de suas primeiras obras, apesar de tantas coisas continuarem libertadoras. Não é preciso pedir desculpas pelo sexismo. O próprio modelo de pedagogia crítica de Freire acolhe o questionamento crítico dessa falha na obra. Mas o questionamento crítico não é o mesmo que rejeição (HOOKS, 2019, P. 69–70).

Sexismo é a atribuição de características e comportamentos em decorrência do sexo biológico (UABIERTA DE LA UNIVERSIDAD DE CHILE, 2019). Consoante a isso, o Vocabulário de Psicanálise dispõe:

**FALO**

Na Antiguidade greco-latina, representação figurada do órgão sexual masculino. Em psicanálise, o uso deste termo sublinha a função simbólica desempenhada pelo pênis na dialética intra e intersubjetiva, enquanto o termo “pênis” é sobretudo reservado para designar o órgão na sua realidade anatômica.

[...] Na literatura psicanalítica contemporânea, podemos verificar um emprego cada vez mais diferenciado dos termos “pênis” e “falo”, o primeiro designando o órgão masculino na sua realidade corporal e o segundo sublinhando o seu valor simbólico (LA PLANCHE & PONTALIS, 1994, p. 166-167).

Assim, quando bell hooks (2019) se refere ao paradigma falocêntrico de liberdade, está se referindo à liberdade usufruída por homens, algo que não se atribui às mulheres. Sobre essa ausência de liberdade das mulheres, Maria Homem e Contardo Calligaris escrevem:

Com a virada moderna, começa a se afirmar a revolucionária ideia de que todos os humanos são iguais. No final do século XVIII, ela chega a se inscrever simbolicamente, como hoje sabemos muito bem localizar com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Todos os humanos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, cor, raça, etnia ou religião. Como fazer, então, para colocar a mulher na roda? Nós ainda estamos na avalanche desse lampejo de ideias (HOMEM; CALLIGARIS, 2019, p. 22).

No século XV, tem início a formação do Paradigma Moderno a partir da revolução nas noções de espaço, tempo, finitude, esfericidade e hierarquização. A revolução copernicana (substituição do geocentrismo pelo heliocentrismo) mostrou que a Terra não era o centro do Universo, a noção de tempo absorveu o progresso e a noção de pessoa dentro da comunidade, situada em um lugar social fixo, foi sendo substituída por um indivíduo com mobilidade social. Era o capitalismo em construção. O racionalismo afirmava-se como o paradigma científico e o código cartesiano passava a ser a referência na ciência. Na consolidação da modernidade está intrínseco um padrão binário de estar no mundo, que reflete no pensar sobre o mundo: homem *versus* mulher; branco *versus* negro; normal *versus* anormal (perversões); colonizador *versus* colonizado. Esta “tradição moderna”, que caracteriza a estrutura científica do período histórico iniciado com o Renascimento e que tem





o seu ápice no século XIX, ainda se faz presente nas formas como acontece a socialização das crianças tanto na família quanto nas Igrejas, nas escolas, nas televisões e nas redes sociais. Nesta perspectiva, pode ser afirmado que o pensamento binário é o senso comum atual, refletindo um pensamento pouco elaborado, simplista, que ignora todo o incremento científico desde o século XIX. O que se está querendo afirmar com isso é que a família, as Igrejas, as Escolas e as redes sociais (principais locais de socialização) ainda educam e socializam tendo como referência o sujeito universal do sexo masculino, branco e adulto. Esse é o sujeito com direito à autonomia, à liberdade, ao desejo e à escolha. A complexidade humana passa ao largo.

O século XIX impõe ao mundo Ocidental o paradigma da contenção e do controle, a patologização, nomeia-se o que está fora do considerado normal. Anteriormente a esse século, não havia perversão como descrição clínica, mas, sim, como julgamento moral e religioso. Todavia, neste mesmo século, tem-se a virada em relação a esse paradigma que é o conceito de inconsciente, desenvolvido por Sigmund Freud (1944, p. 295): “O eu não é senhor em sua morada”. A operação moderna é deslocada por Freud para mostrar que o ser humano é movido por pulsões. Portanto, a contenção, o controle, a racionalidade e o lema cartesiano “Penso, logo existo” (DESCARTES, 1996) são postos em dúvida. O corpo humano foi uma das principais codificações da humanidade.

De acordo com Laqueur:

Em termos mais amplos, no final do século XVII as várias correntes intelectuais que criaram a transformação do conhecimento humano conhecido como revolução científica – baconianismo, mecanicismo cartesiano, epistemologia empírica, síntese newtoniana – haviam destruído radicalmente a forma galênica de compreender o corpo com relação ao cosmo. Isso significou o abandono, entre outras coisas, dos isomorfismos anatômicos entre o homem e a mulher e também o expurgo da linguagem científica das antigas metáforas, que ligavam a reprodução às outras funções do corpo, ao mundo natural e à grande cadeia do próprio ser.

[...]

A importância no século XVII de novas teorias de conhecimento em termos gerais, e com respeito ao corpo em particular, é um lugar-comum. A raça científica, por exemplo — a ideia de que demonstrando a criação separada de várias raças (poligenia) ou simplesmente documentando a diferença, a biologia podia explicar a condição diferencial diante da ‘igualdade natural’ —, desenvolveu-se ao mesmo tempo e em resposta aos mesmos tipos de pressões que o sexo científico. Afirmações de que os negros têm nervos mais fortes e mais grossos que os europeus porque têm o cérebro menor, e que isso explica a inferioridade de sua cultura, são paralelas às alegações de que o útero predispõe a mulher à domesticidade (LAQUEUR, T. 2001, p. 194).

Anota-se que há toda uma construção de um discurso científico para corroborar diferenças construídas econômica, social e culturalmente, que justificassem o mundo moderno e o modo de produção capitalista que se firmava como hegemônico. Não se deve deixar de





lembrar que os princípios da Revolução Francesa e Americana não foram estendidos a todos e todas, e isso também precisava ser justificado. As mulheres foram excluídas das conquistas das revoluções do século XIX.

Dentro disso, a educação construída a partir desse paradigma é uma educação “dentro das caixas”, lugar que está o Patriarcado Moderno. Conforme Gerda Lerner (2019, p. 265–267), o termo “Patriarcado” é uma criação histórica de homens e mulheres que levou dois mil e quinhentos anos para ser concluído. Nessa longa construção, o patriarcado foi sendo construído em valores, costumes, leis, papéis sociais e metáforas.

No período Neolítico (8000 a 5000 a.C.), antes da criação da civilização ocidental, o desenvolvimento da agricultura fomentou a troca de mulheres intertribal, principalmente porque com mais mulheres se produziam mais filhos. As mulheres tornaram-se um recurso adquirido pelos homens. Primeiro, as mulheres foram compradas para a relação sexual, para benefício de suas famílias. Depois, foram dominadas e compradas para a relação sexual, quando seus serviços sexuais eram parte de sua mão-de-obra e seus filhos eram propriedades de seus senhores. Em todas as sociedades conhecidas, as mulheres das tribos conhecidas eram escravizadas enquanto os homens eram mortos. (LERNER, 2019, p. 265-267)

No segundo milênio a.C., em sociedades mesopotâmicas, as filhas de famílias pobres eram vendidas para casamento ou prostituição de modo a fornecer auxílio econômico para suas famílias. Tal negócio era controlado totalmente por homens. De acordo com Lerner (2019, p. 265-267), devemos o conceito de “troca de mulheres” a Claude Lévi-Strauss, que explica que esse fenômeno levou à reificação das mulheres, isto é, a coisificação.

Assim, o primeiro papel da mulher definido pelo gênero foi ser trocada em transações de casamento. Outro papel foi o de esposa substituta, o qual se tornou estabelecido e institucionalizado para mulheres de grupos de elite. Esse papel oferecia às mulheres consideráveis poderes e privilégios que dependiam de sua associação a homens de elite e baseavam-se no desempenho satisfatório ao oferecer a esses homens serviços sexuais e reprodutivos. Se uma mulher não conseguisse atender essas demandas, era logo substituída e, conseqüentemente, perdia todos os seus privilégios e *status* (LERNER, 2019, p. 265-267). O Estado Arcaico, no antigo Oriente Próximo, surgiu no segundo milênio a.C., a partir das raízes idênticas da dominância sexual dos homens sobre as mulheres e da exploração de alguns homens por outros. Desde sua formação, o Estado Arcaico foi organizado de modo que a dependência de homens chefes de família ao rei ou à burocracia do Estado fosse compensada por sua dominância sobre a própria família (Ibidem).

Conforme Lerner (2019, p. 265-267), a família patriarcal é resiliente e varia em épocas e locais distintos: patriarcado oriental (poligamia), patriarcado na Antiguidade Clássica (monogamia com dupla moral sexual), patriarcado Moderno (ainda que mais igualitário entre homens e mulheres, as relações de poder econômico e sexual dentro da família não se alteram necessariamente). Tais transformações na família não alteram a dominação masculina básica no domínio público, nas instituições e no governo.





O sistema do patriarcado só pode funcionar com a cooperação das mulheres. Assegura-se essa cooperação por diversos meios: doutrinação de gênero, carência educacional, negação às mulheres do conhecimento da própria história, divisão de mulheres pela definição de ‘respeitabilidade’ e ‘desvio’. De acordo com suas atividades sexuais; por restrições e coerção total; por meio de discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político e pela concessão de privilégios de classe a mulheres que obedecem (LERNER, 2019, p.267).

A grande complexidade do Patriarcado é que as mulheres participam de sua construção e manutenção. Assim, o pensamento das mulheres está preso à estrutura patriarcal. O fato de o termo “homem” representar toda a humanidade gerou um erro conceitual, pois a metade foi compreendida como o todo. Essa é a grande falácia androcêntrica. Não basta somente adicionar mulheres, mas, sim, considerar que a humanidade consiste em partes iguais de homens e mulheres, onde ambos devem estar representados(as) em toda a generalização realizada sobre humanos.

Veja-se nas escolas o currículo oculto. Nenhuma professora ou professor fala abertamente que as profissões mais adequadas para as mulheres são as que pressupõem cuidado. No entanto, isso ocorre implicitamente e, em decorrência, em parte, disso, ainda hoje têm-se mais mulheres nas profissões de cuidado.

Pode-se citar alguns exemplos da omissão pedagógica da presença das mulheres: Segunda Guerra Mundial é conteúdo obrigatório em todas as escolas do mundo Ocidental, mas os movimentos sufragistas que lutaram pelo direito ao voto das mulheres, não é conteúdo obrigatório. Um outro exemplo é a disciplina de literatura, onde não são estudados e reverenciados clássicos escritos por mulheres. Assim que se educa sobre e acerca de quais são as vozes e os temas mais importantes a serem aprendidos pelas crianças e jovens, a partir de um olhar falocêntrico, desconsiderando, grande parte das vezes, as mulheres na história. Do mesmo modo, também no que tange à questão sexual, quiçá nem tão implicitamente, a todo momento se afirma a multiplicidade de sujeitos que determinam as regras sobre os corpos das mulheres.

Dessa forma, para se ter uma educação não machista, tem-se que questionar a estrutura do pensamento no sentido de que enquanto se educar em um pensamento simplista e binário, nos moldes positivistas, não se romperá com a educação machista, devendo ser considerada a necessidade de desconstrução da masculinidade e feminilidade hegemônica. Considerando que a educação formal deve estar articulada com transformações na base social e econômica da sociedade, que se mantém por meio do trabalho não-remunerado das mulheres.

Referindo-se ao feminismo estudantil na Argentina, do qual decorreu o movimento que ficou mundialmente conhecido — movimento “No es No” (2015) — que reivindicou uma revisão das atitudes dos meninos frente às meninas, Eleonor Fauer observa:

Buscaron revisar las actitudes y pensamientos machistas que están tan naturalizados (...). Esto es: desandar las masculinidades forjadas a partir de un substrato jerárquico frente a otras identidades, comprender empáticamente el





dolor ajeno, pedir perdón y renunciar a determinada posición de poder. A este ejercicio lo llaman desconstrucción y con ello vuelven cotidiano un concepto acuñado por Jacques Derrida y popularizado em la teoria feminista a partir de las lecturas de Judith Butler. La desconstrucción se instala a modo de imperativo ético, cambio de posición y condición de posibilidad para recuperar vínculos erosionados (FAUER, s.d.).

É necessário repensar como sair do impasse do pensamento binário. Para isso, seria necessário revolucionar a maneira de ensinar e aprender. Como escreveu Roberto Mangabeira Unger referindo-se à educação brasileira:

O Brasil avançou no acesso à escola. A qualidade, entretanto, continua a ser miserável. No final do ensino médio, mais da metade dos alunos vive dificuldades em interpretar textos rudimentares.

[...]

A única resposta suficiente é a revolução na maneira de aprender e de ensinar. Revolução que aproveite nossos pendores [...] para atender ao chamado da produção e da ciência. Significa acabar com a decoreba e enciclopedismo, priorizar o domínio de competências analíticas, preferir aprofundamento seletivo à abrangência superficial e apresentar cada área do conhecimento de pontos de vista contrastantes para imunizar os estudantes contra o conformismo intelectual que os leva a confundir as ideias dominantes com a natureza das coisas (UNGER, 2018, p. 127).

230

Não basta somente a mudança do pensar, é essencial o desenvolvimento de ações efetivas por parte do Estado no viés de desenvolver e implementar políticas públicas que propiciem a liberação das mulheres das tarefas de cuidado ou que tais tarefas sejam compartilhadas com todos(as) os(as) membros(as) da sociedade.

### Conclusão

Os estereótipos masculinos e femininos são reafirmados cotidianamente pelas principais Instituições de socialização das crianças: família, igrejas, escolas, redes de televisão e redes sociais. Apesar das diversas campanhas e mobilização da sociedade contra a violência às mulheres e meninas e a hierarquização dos gêneros, essa é uma situação muito presente e de difícil resolução. Pode-se afirmar ser um problema complexo que envolve muitas variáveis, desde a necessária intervenção do Estado com políticas públicas, como também a reflexão sobre em que referenciais estão se educando as crianças, os e as jovens.

As estatísticas demonstram que temos profissões nas quais há mais presença de mulheres (profissões que envolvem cuidado) e profissões nas quais há mais presença de homens (profissões da área da engenharia e da Tecnologia da Informação). Uma das hipóteses para tal situação permanecer é que meninos e meninas são educados(as) de maneiras diferentes sob uma suposta neutralidade. Ou seja, parece que são educados(as) iguais, mas, quando se





aprofunda o tema, conclui-se que são educados(as) seja por meio de um currículo oculto ou um currículo explícito de formas diferentes, perpetuando as diferenciações de gênero e sexo. Como já ensinou Paulo Freire (citado por HOOKS, 2019), além de transformarmos o pensar é necessário transformar o agir. O machismo presente na educação escolar é um fenômeno complexo que abarca um modelo científico e uma prática cotidiana. O machismo somente será elidido da educação escolar a partir da reflexão e da crítica do pensamento binário característico da ciência firmada no século XIX, que nas ciências humanas teve seu ápice com o Positivismo. Assim, para erradicar o machismo dentro da escola, o primeiro passo seria uma autorreflexão, autocrítica dos(as) próprios(as) professores(as) não somente enquanto indivíduos, mas enquanto escola, enquanto rede. Quando, como e por que educamos meninos e meninas com diferenças?

Com base nessas respostas e nas suas desconstruções e construções deveriam ser elaboradas diretrizes curriculares para uma educação igual. As possibilidades de uma educação não machista estão no próprio ato pedagógico que poderá desnaturalizar o que o paradigma científico do século XIX (Positivismo) tornou natural e que hoje está completamente incorporado pelo senso comum.

Os limites de uma educação não-machista estão nas estruturas sociais e econômicas, que dependem de outros fatores para serem transformadas, ou seja, no próprio processo de socialização. O que tem de estar presente é que a escola por si só não transformará a realidade. O processo de socialização, incluindo instituições oficiais e instituições da sociedade civil precisam atuar com este objetivo, principalmente no que tange ao fato das tarefas de cuidado serem de responsabilidade, na maioria das vezes, das mulheres. Não ocorrerão transformações na hierarquização dos gêneros, enquanto o gênero feminino for o único responsável pelo cuidado. Não há atribuição de sentido prático à educação não-machista se, no cotidiano, o papel do feminino não sofre alteração, principalmente no que se refere ao cuidado. A educação formal contribui, como já escrito, principalmente com a autorreflexão dos(as) profissionais da educação, mas é preciso mais. É preciso que se desconstrua o cuidado como uma tarefa eminentemente feminina e que o cuidado seja reconhecido tendo como base a corresponsabilidade social e de gênero, conforme está no prólogo do documento da XV Conferência Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe:

La sociedad del cuidado es un horizonte que supone una construcción colectiva y multidimensional para desatar los nudos estructurales de la desigualdad de género y ubicar el cuidado de las personas y del planeta en el centro del desarrollo sostenible. En tiempos de desasosiego hacen falta propuestas esperanzadoras. De eso se trata la sociedad del cuidado: una propuesta de organización social que ubica la sostenibilidad de la vida como el objetivo prioritario. Para ello es preciso reconocer el valor insustituible del cuidado tanto de las personas como del planeta en el logro de este objetivo y de socializar su provisión sobre la base de la corresponsabilidad social y de género (CEPAL, 2022, p. 13).





## Referências

ANTONIA: uma sinfonia. Maria Peters. Holanda, 2019. Série (Netflix).

ANHELL69. Theo Montoya. Colômbia, Romênia, Alemanha e França, 2022. Filme (MUBI).

ASTORGA, L.C. Curso Sexismógrafo. **Festival do Cine Latinoamericano**. Cuba, 2019.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.** Disponível em: <https://bit.ly/3HIVV41>. Acesso em: 31 jan. 2023.

CARNEIRO, L.; SARAIVA, A. IBGE: Mulheres têm mais acesso ao ensino superior, mas ainda são minoria em áreas como engenharia e TI. **Revista Valor Econômico** (online). 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3wMsras>. Acesso em: 01 set. 2021.

COMISSIÓN Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). La sociedad del cuidado: horizonte para una recuperación sostenible con igualdad de género. In: **XV Conferencia Regional sobre la de America Latina y el Caribe**. Anais eletrônicos... Buenos Aires, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3Y0tKi3>. Acesso em: 31 jan. 2023.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. Martins Fontes, 1996.

FAUER, E. Feminismo Estudantil: Del Escrache a la Pedagogia del Deseo. **Revista Anfibia** (online). s.d. Disponível em: <https://www.revistaanfibia.com/del-escrache-la-pedagogia-del-deseo/>. Acesso em: 17 set. 2021.

FREUD, S. Palestras de Introdução à Psicanálise (Conferências introdutórias sobre psicanálise). **Obras coletadas**, v. XI. Londres: Imago, 1944.

HINTZE, H. (Org.). **Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileiro**. Série Estudos Reunidos, volume 82. [s.l.]: Paco editorial, 2020.



2º ciclo  
ibero-americano  
de diálogos  
contemporâneos

**GÉNERO, SOCIEDADE  
E DIVERSIDADE**

14 a 16 de Março de 2023

HOMEM, M.; CALLIGARIS, C. **Coisa de menina?** Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. Campinas, SP: Papirus, 2019.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

LA PLANCHE & PONTALIS. **Vocabulário de Psicanálise.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LAQUEUR, T. **Inventando o Sexo:** Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LERNER, G. **A criação do Patriarcado:** História da Opressão das Mulheres pelos Homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

UNGER, R. M. **Depois do colonialismo mental:** Repensar e Reorganizar o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

UNIVERSIDAD DE CHILE. Introducción a las teorías feministas II. UABierta de la Universidad de Chile. Out./Nov. 2019. Curso aberto. Disponível em: <https://bit.ly/3YedNod>. Acesso em: out./nov. 2019.

WOLLSTONECRAFT, M. **Vindicación de los derechos de la mujer.** Online. EpubLibre: 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3RqdzrP>. Acesso em: 01 fev. 2022.

233



# TEMAS SENSÍVEIS NA LITERATURA INFANTOJUVENIL: A DIDATIZAÇÃO ESCOLAR EM DETRIMENTO DO CARÁTER HUMANIZADOR

Sheila Bischoff Rocha<sup>1</sup>

## Introdução

A escola, organizada historicamente em torno de um saber concreto e unívoco, com frequência, reduz a leitura literária<sup>2</sup> a uma abordagem com fins de exploração de conteúdo, mantendo-se alienada ou afastada das mudanças que ocorrem na sociedade, e das discussões decorrentes delas. Em detrimento às obras que tratam de temas subjetivos e relevantes para a formação crítica tanto do leitor quanto do sujeito, opta-se por livros que trazem possibilidades de respostas mais seguras, evitando-se, assim, contradições e ambiguidades, tão relevantes à vivência humana.

O presente texto tem por objetivo abordar o caráter humanizador da literatura, a partir de Candido (2011) e Azevedo (2019; 2005). Aguiar (2005), como autor de literatura infantojuvenil, acrescenta informações relevantes sobre os livros chamados de “paradidáticos” e a busca das escolas por essa “literatura”. Bajour (2012) e Cosson (2021a; 2021b) enriquecem a discussão com questões relacionadas ao rigor na escolha de um livro literário a ser indicado ao público infantojuvenil e à importância do papel do mediador de leitura no processo de construção dos significados do texto escolhido. A partir do exposto, aventam-se algumas questões a serem consideradas na escolha de um texto literário para indicação aos estudantes de Ensino Fundamental II, e realiza-se uma breve apresentação da novela verbo-visual voltada ao público infantojuvenil, *Os Marvels* (2016), de Brian Selznick. A seguir, partindo de temas presentes na narrativa, alguns questionamentos são suscitados: como temas sensíveis podem figurar sem a didatização em um texto literário e como a mediação de leitura pode ser realizada sem um mote prescritivo ou moralizante, contribuindo com a formação de um sujeito capaz de realizar uma leitura literária mais crítica, mas também capaz de avaliar e de agir sobre si e seu entorno de forma consciente.

## O caráter humanizador da literatura versus a didatização escolar

Se a subjetividade e os temas prementes à constituição como sujeito não estão – ou estão minimamente - contemplados nas discussões escolares, em que espaço o estudante terá a oportunidade de debater sobre questões pertinentes ao desenvolvimento humano? De acordo com Candido (2011), adentrar no mundo da ficção parece ser uma necessidade

---

<sup>1</sup> Aluna de Mestrado Acadêmico em Educação, na linha de pesquisa "Arte, Linguagem e Currículo", na Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Participa, como pesquisadora, do projeto de pesquisa "Educação Literária, Currículo Literário: Experiências, Interações e Sentidos". Possui graduação em Licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Especialização em Ensino e Aprendizagem de Língua Estrangeira pela mesma Universidade. Atua como professora de Língua Portuguesa nas séries finais do Ensino Fundamental II. E-mail para contato: shebischoff@gmail.com.

<sup>2</sup> O termo “leitura literária” é adotado aqui de acordo com a designação Paulino (2023), no *Glossário Ceale*: “A leitura se diz literária quando a ação do leitor constitui predominantemente uma prática cultural de natureza artística, estabelecendo com o texto lido uma interação prazerosa. O gosto da leitura acompanha seu desenvolvimento, sem que outros objetivos sejam vivenciados como mais importantes, embora possam também existir. O pacto entre leitor e texto inclui, necessariamente, a dimensão imaginária, em que se destaca a linguagem como foco de atenção, pois através dela se inventam outros mundos, em que nascem seres diversos, com suas ações, pensamentos, emoções.”



universal que precisa ser atendida. O acesso à literatura, portanto, seria um “fator indispensável de humanização” (CANDIDO, 2011, p. 177), pois confirma o homem na sua humanidade, e, portanto, seria um direito seu. “Por isso é que, nas nossas sociedades, a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo.” (CANDIDO, 2011, p. 177). À escola está reservado um importante espaço de veiculação de textos literários dos mais variados gêneros. O que se busca suscitar aqui é o questionamento sobre os critérios de escolha dos textos indicados e de que maneiras eles estão sendo apresentados e abordados com os estudantes.

Se a literatura passa a ser entendida a partir de uma organização própria da linguagem, dotada de regras e convenções as quais o leitor precisa dominar para traçar uma linha específica de pensamento que o leve pelo mesmo caminho de seu professor ou de seu companheiro de classe, estamos colocando a literatura à serviço da didatização. Estamos querendo enquadrá-la no sistema escolar que entende a aprendizagem como a apreensão de conceitos pré-estabelecidos, de ordem objetiva, mecânica e estritamente racional, que podem ser aplicáveis e mais ou menos verificáveis. Passamos a entendê-la como um processo padronizado da construção da significação.

Em conformidade com essa concepção, ao selecionar textos literários que abordem assuntos visando a um fim específico, que sejam moralizantes ou intencionalmente construídos a partir de objetivos pré-estabelecidos ou “encomendados”<sup>3</sup>, também se está didatizando a literatura. Ao utilizá-la como um pretexto para a abordagem de assuntos específicos ou para a veiculação deles, por exemplo, como lidar com a morte, falar sobre drogas, prevenir-se de doenças sexualmente transmissíveis etc., passa-se a atribuir-lhe um aspecto utilitário, deixando de lado seu caráter humanizador. Nessas abordagens restritas, de caráter limitado, perde-se a valiosa chance de oportunizar ao estudante um espaço para que possa refletir sobre suas questões mais íntimas, sobre as nuances e contradições inerentes aos seres humanos; perde-se o espaço de discussão onde a subjetividade possa figurar; deixa-se em segundo plano o sensível e envolvente caráter da literatura cedendo espaço ao pragmatismo das leituras com abordagens para fins didáticos.

Aguiar (2005), como autor de literatura infantojuvenil, menciona as frequentes recomendações que recebe das editoras ao solicitar aos autores a escrita de uma literatura

---

<sup>3</sup> Alguns catálogos de editoras, sugerem obras literárias por eixos temáticos ou por objetivos específicos, que podem ser trabalhados seguindo o que, em geral, os projetos pedagógicos abordam nas séries. Isso corrobora com a informação trazida por Aguiar (2005) sobre as solicitações das editoras ao encomendarem um livro a um autor.



denominada “paradidática”<sup>4</sup>. São alguns critérios que tornariam a escolha dos educadores e a adoção pelas escolas mais simples, uma vez que não veiculariam temas sensíveis ou abordagens “inadequadas”. Ele elenca oito: o livro tem de ser algo que o professor possa utilizar como recurso para ensinar a matéria; precisa ter objetivos definidos; não pode conter palavrões; precisa figurar na linha do politicamente correto; não pode ter descrição de cenas de contato sexual; os riscos assumidos pelos jovens nas narrativas devem servir de modelo de conduta e redenção; são desaconselhadas as ousadias literárias; preferencialmente, o livro deve ater-se a um tema. O autor menciona que raramente consegue-se literatura de qualidade a partir de tantas recomendações, pois, estas, estando à serviço da literatura didatizada, acabam agindo em sentido inverso do almejado: em vez de atrair o leitor, afastam-no.

Ao entender o leitor infantojuvenil como complexo e individualizado, a autonomia na criação literária passaria a figurar com toda a sua relevância para “[...] explorar os meandros humanos, livre de utilitarismos, pragmatizações, didatismos e doutrinações, seja ela política, religiosa, moral etc.” (AGUIAR, 2005, p. 109). Azevedo (2005, p. 31), ressalta que é necessário que, ao lado do aspecto mais preciso, objetivo, teórico e utilitário de algumas matérias escolares, esteja também o caráter mais humanizador que a literatura pode proporcionar:

É preciso, a meu ver, que dentro do processo educacional, ao lado das matérias oficiais, seja criado espaço para inferências mais amplas: que apresentem a existência humana na sua complexidade, como um processo subjetivo inevitavelmente contraditório (fazemos projetos futuros e sabemos que vamos morrer); mostrem que as relações com o outro são também essencialmente contraditórias (só podemos enxergar o outro a partir de nossa experiência e esta não consegue englobar a experiência do outro, que é singular e única); lembrem que todos os seres humanos, independentemente de faixas etárias, são aprendizes; assinalem que é difícil, por vezes impossível, separar realidade e ficção e o que chamamos de “realidade” é uma construção sociocultural.

O autor ressalta que isso não significa que o trabalho e o cuidado com a linguagem não possam ser observados em textos literários nem que temas específicos não devam ser abordados. O que se discute aqui – e que não pretende ter caráter conclusivo, restritivo

<sup>4</sup> “Literatura paradidática” é entendida aqui de acordo com a conceituação de Azevedo (1999): “Os livros paradidáticos: também essencialmente utilitários, constituídos de informações objetivas que, em resumo, pretendem transmitir conhecimento e informação. [...] É importante lembrar que o grupo dos paradidáticos pode apresentar diferentes graus de didatismo. Fazem parte do mesmo conjunto obras praticamente equivalentes ao livro didático e outras onde a ficção se destaca. São aquelas que, através de uma história inventada, pretendem ensinar o leitor a não ter medo do dentista ou a amar a natureza. Em outras palavras, mesmo lançando mão da ficção e da linguagem poética, os livros paradidáticos têm sempre o intuito final de passar algum tipo de lição ou informação objetiva e esclarecedora. Como nos didáticos, ao terminar de ler uma obra paradidática, todos os leitores devem ter chegado à uma mesma e única conclusão.”





ou normativo – é a escolha e utilização desses textos visando exclusivamente fins pré-determinados:

Se a escola, no Brasil, tem sido praticamente o único espaço mediador da leitura e da formação de leitores, convém discutir seriamente como ela vem tratando os livros de literatura infantil. Infelizmente, não poucas vezes, como sabemos, são utilizados como simulacros de livros didáticos. É preciso ser claro: didatizar, utilizar textos literários com fins meramente utilitários (ensinar a Língua, ilustrar temas científicos etc.) significa reduzir e descaracterizar a literatura, que assim perde a sua essência e deixa de fazer sentido. (AZEVEDO, 2005, p.31)

Ao que se relaciona ainda às questões relativas à escolarização da literatura, Cosson (2021a) observa que, no Brasil, há um longo trajeto a ser percorrido para que, em vez de se abordar, nas escolas, uma literatura que não se sabe ao certo definir – pois “[...] engloba qualquer texto escrito que apresente parentesco com ficção ou poesia” (COSSON, 2021a, p. 21) -, e que está mais voltada, entre outras situações, com a preocupação em relação à compatibilidade de extensão, de temas, de gostos das crianças, dos pais e da própria escola, possa-se efetivamente trabalhar com letramento literário<sup>5</sup>. Essa atividade, segundo o autor, proporcionaria uma

237

[...] leitura literária sem o abandono do prazer, mas com o compromisso de conhecimento que todo saber exige. [...] Essa leitura também não pode ser feita de forma assistemática e em nome de um prazer absoluto de ler. Ao contrário, é fundamental que seja organizada segundo os objetivos da formação do aluno, compreendendo que a literatura tem um papel a cumprir no âmbito escolar. (COSSON, 2021a, p. 23)

Assim, é fundamental que o educador tenha ciência da importância de uma escolha consciente e criteriosa dos textos literários a serem indicados. Nesse viés, também é importante ressaltar que, para isso, é relevante que ele seja um leitor dedicado e que busque conhecer o perfil de leitor para o qual fará a indicação do texto ou a mediação de leitura.

<sup>5</sup> Segundo Cosson (2023), no *Glossário Ceale*, o termo “letramento literário” é definido como “[...] o processo de apropriação da literatura enquanto linguagem. Para entendermos melhor essa definição sintética, é preciso que tenhamos bem claros os seus termos. Primeiro, o processo, que é a ideia de ato contínuo, de algo que está em movimento, que não se fecha. Com isso, precisamos entender que o letramento literário começa com as cantigas de ninar e continua por toda nossa vida a cada romance lido, a cada novela ou filme assistido. Depois, que é um processo de apropriação, ou seja, refere-se ao ato de tomar algo para si, de fazer alguma coisa se tornar própria, de fazê-la pertencer à pessoa, de internalizar ao ponto daquela coisa ser sua. É isso que sentimos quando lemos um poema e ele nos dá palavras para dizer o que não conseguíamos expressar antes.”





### A escolha da obra a ser indicada

Segundo Candido (2011, p. 178), a literatura “humaniza em sentido profundo, porque faz viver” e Cosson (2021a, p. 17) destaca que “[...] a literatura é uma experiência a ser realizada. É mais que um conhecimento a ser reelaborado, ela é a incorporação do outro em mim sem renúncia da minha própria identidade.” Ao eleger um texto literário para a leitura com os estudantes, a primeira questão que costumo ter em mente é: o que desejo que eles vivam? Que experiência almejo proporcionar-lhes? Porém, para responder a essas questões, muitas outras precisam ser conhecidas e pensadas, uma vez que a escolha não pode estar alicerçada apenas em um desejo pessoal, sem um planeamento pensado e previamente organizado.

A partir do seguinte conceito de leitura proposto por Cosson (2022b, p. 41): “Ler é um processo que, qualquer que seja o seu ponto de partida teórico, passa necessariamente pelo leitor, autor, texto e contexto.”, para a escolha da obra e como facilitadoras em um futuro planeamento, costumo pensar sobre algumas questões, elaboradas:

- a. qual é o público leitor? (faixa etária e série)
- b. em quais condições? (número de alunos em sala, tipo de rede: particular ou pública, local, perfil de comunidade em que a escola está inserida, acesso a livros, classe social etc.)
- c. por que eu, como educadora, considero importante que o texto literário que tenho em mente seja lido por este público? Que experiência a escolha poderá proporcionar-lhes?
- d. de que forma o texto pretendido convoca o leitor à participação?
- e. que possibilidades de discussões poderão surgir a partir do que conheço sobre o texto literário e sobre o público que irá lê-lo?
- f. há um ponto de intersecção que pode ser estabelecido entre texto e público? Ou seja: consigo reconhecer, na escolha, algo que será o “gancho” entre eles? Ou ainda: se não reconheço um ponto de interesse entre público e obra que esteja aparente, conseguirei eu, como mediadora, instigar e proporcionar essa ligação?
- g. conheço bem o texto? Gosto do texto? O que ainda preciso para aproximar-me mais dele?
- h. tenho eu – como educadora, mas também como ser humano – possibilidades de elevar a discussão a um patamar mais abrangente de leitura de um mesmo texto ou estou com meu olhar limitado por conhecer por muito – ou conhecer pouco – o texto?





- i. saberei lidar com as contingências que possivelmente ocorrerão? Posso prever algumas? Estou preparada para elas?

Longe de uma receita a ser seguida ou de terem se esgotado, as perguntas listadas são aquelas que me acompanham frequentemente na eleição de um texto literário a ser indicado, partem da minha prática associada à teoria, e variam, pois, acredito, ambas estão em constante construção. Cada contexto requer adaptações muito específicas. Meu objetivo foi traçar um caminho para que os educadores possam pensar sobre como realizam o seu percurso de escolha. Por vezes, ele torna-se tão automático, que é possível que deixemos questões importantes passarem despercebidas. A pergunta da letra “g”, por exemplo, costuma ser instigante por relacionar o educador ao texto. Bajour (2012) considera crucial o momento de escolha do texto, pois é quando o mediador irá apurar a sua escuta. É o momento em que ele põe em prática seu conhecimento sobre o leitor ao qual o texto será indicado, mas também sobre sua visão de mundo e sobre sua concepção em relação às teorias e problemas acerca da literatura, da leitura e dos leitores.

Em “Ouvir nas entrelinhas” afirmei que é na seleção de textos que “se inicia a escuta; aí o ouvido do mediador começa a se apurar. [...] O momento de seleção de textos sempre supõe a consideração, de modo mais ou menos categórico, de representações, teorias e problemas acerca da literatura, da leitura e dos leitores. (BAJOUR, 2012, p.51-52)

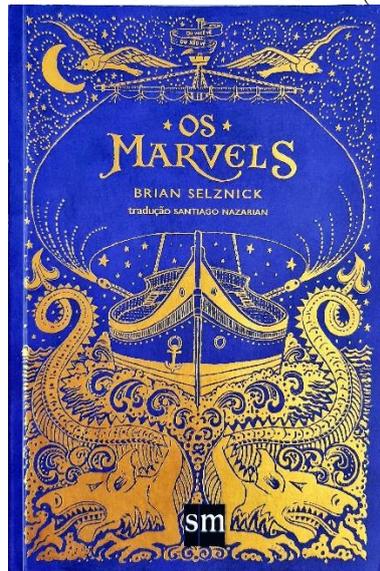
239

O rigor na escolha dos textos, a elaboração de critérios que estejam de acordo com o planeamento didático pedagógico, o cuidado em não recair em uma obra que tenha como caráter principal a mera transmissão de informações e a sensibilidade do educador contribuem para uma escolha consciente. Além disso, a observação do público leitor e a busca por livros que sejam instigantes, que o convoquem a criar, recriar, preencher lacunas, enfim, interagir, possibilitam a contribuição para a formação de um leitor mais atento e crítico.



### A novela verbo-visual *Os Marvels* (SELZNICK, 2016)

Figura 1 - Capa da novela verbo-visual *Os Marvels* (SELZNICK, 2016)



Fonte: *Os Marvels* (SELZNICK, 2016, capa)

240

*Os Marvels* (SELZNICK, 2016) (Figura 1) é uma novela verbo-visual de 670 páginas, organizada em três partes. A primeira, narrada predominantemente em imagens<sup>6</sup>, é composta de 390 páginas. Por meio de desenhos em preto e branco, feitos com grafite, distribuídos em páginas duplas, acompanhamos a saga de uma família de atores, de sobrenome Marvel, de 1766 a 1900, iniciando por Billy Marvel, sobrevivente de um naufrágio, ocorrido com o navio Kraken.

Billy, após o naufrágio do navio, estabelece-se em Londres, onde auxilia na reforma do Teatro Real. Assim, sucessivas gerações dos Marvels vão crescendo envolvidas com a arte de interpretar. Além disso, todos eles têm em comum o fato de serem homens ruios (mesmo que as imagens sejam em preto contrastando com o branco, pode-se inferir essa informação por elementos verbais inseridos nas imagens, por exemplo, uma página de capa de jornal: Figura 2).

<sup>6</sup> As palavras que estão inseridas nessa primeira parte do livro vêm em formato de placa, lápide, bilhete, certidão de casamento, portanto, não deixam de ser imagens de um texto verbal.

Figura 2 - Página do livro *Os Marvels* (SELZNICK, 2016) anunciando o nascimento do bebê da quinta geração da família Marvel.



Fonte: *Os Marvels* (SELZNICK, 2016, s.p.)

241

O último Marvel, Leonte, não tem vocação para o teatro, fato que a família não aceita e não entende. Então, aos 12 anos, decide partir em busca de seu lugar no mundo, em busca da construção de sua identidade, distanciada daquela que, por herança familiar, esperavam que ele expressasse naturalmente. Porém, quando está no porto, Leo, como é chamado, vê o teatro pegando fogo. Retorna para salvar seu avô, Alexander Marvel, que já é idoso e vive no porão do teatro. Com a imagem de chamas, encerra-se a primeira parte da narrativa, deixando no leitor o desejo da sequência.

A segunda parte, narrada em palavras, inicia 90 anos após o término da narrativa em imagens, no ano de 1990, com a seguinte frase: “Joseph estava perdido” (SELZNICK, 2016, p. 390). Perdido passa a ficar o leitor, que tenta, de diversas formas, associar a primeira história à segunda: Joseph Jervis é um menino, de 13 anos, que vive num colégio interno, enquanto seus pais viajam pelo mundo. No internato, conhece George Patel (apelidado de Pisco, por piscar constante e involuntariamente), um interlocutor e alguém com quem compartilhar suas inseguranças e seus anseios, pois o garoto também se sentia deslocado naquele local. Os dois aproximam-se e se identificam por isso. Joseph compartilha com Pisco seu desejo de ir em busca de um tio que ele não conhece, mas que possui o endereço. Quando Pisco é levado do internato pela família sem explicações, Joseph decide fugir e ir em busca do tio e do amigo.



O tio, Albert Nighthale, segundo lhe dizem, é um homem excêntrico e calado, que vive sozinho em uma casa do século XIX. Lá, Joseph encontra fotografias, roupas e objetos que, aparentemente, pertenceram a uma família. O menino passa a tentar associá-los à história de sua família, enquanto o leitor tenta encontrar uma relação entre esses pertences, os Marvels e a família de Joseph.

Com pistas falsas, que logo são negadas; com associações possíveis, mas não comprovadas; em uma mescla de fantasia e de realidade de fatos contados a Joseph, o narrador vai deixando pistas para desvendar as diversas camadas interpretativas que são apresentadas ao leitor, levando-o a elaborar hipóteses, incitando a sua curiosidade e atenção no “recolhimento” dessas pistas para tentar comprová-las. Somente ao final dessa segunda parte em palavras, as histórias ficam claras para o leitor e para Joseph, é quando ambos reúnem as pontas da narrativa.

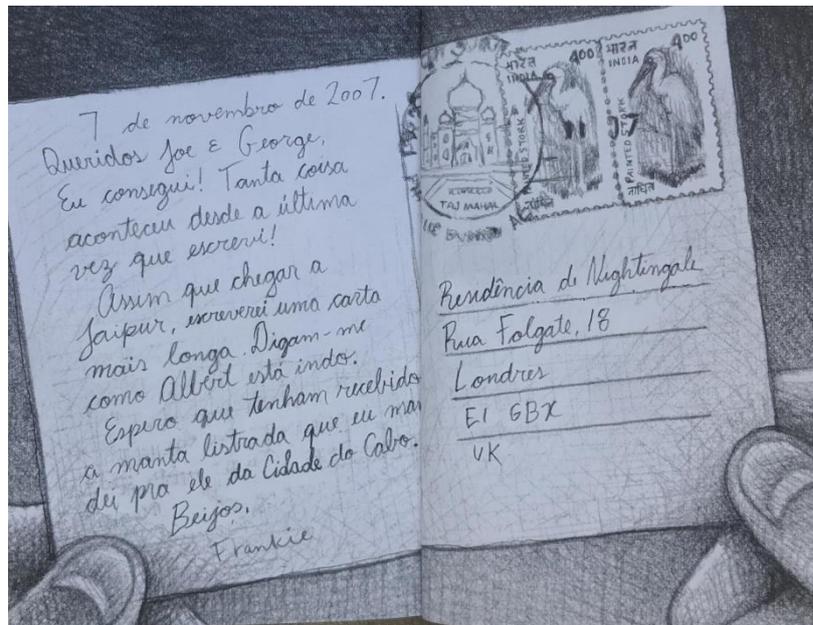
Em um primeiro momento, Albert não quer aproximação com o sobrinho, mas acaba deixando-o ficar em sua casa porque está febril. O menino não tinha informações sobre o tio, a não ser a de que ele existia. Seus pais não falavam sobre o irmão de sua mãe e, enquanto o avô ainda era vivo, pouco o visitavam. O pai de Joseph era um homem muito rico e ocupado, que frequentemente trocava de residência em função de seu trabalho. A mãe era distante e calada, tinha um olhar que parecia estar sempre julgando tudo e todos. O garoto não encontrava identificação com seus pais e sentia-se, por vezes, em uma existência vazia. Conforme o tempo vai passando, tio e sobrinho vão se aproximando. Depois de buscas pela casa e de tentar encontrar relações entre fotos, nomes e objetos que lá estavam dispostos - e que ora lhe faziam sentido, ora lhe confundiam -, o garoto e sua amiga, Frankie, encontram fitas cassetes. Ao ouvi-las, a história da família Marvel, narrada em imagens na primeira parte do livro, é contada em palavras. Joseph passa a compreender as sucessivas gerações, mas não a ligação com a sua família, que ele estava certo de que havia. É então que Albert decide contar ao menino o que tudo aquilo que ele vira e ouvira significava.

Anos antes, ele havia chegado ali, em Londres, na Rua Folgate, número 18, naquela casa que, na época, estava quase em ruínas. Como, de imediato, ficou encantado com o local, iniciou uma reforma. Um dia, fora roubado por um garoto da vizinhança, Marcus. Albert conhecia seus pais, então decidiu não o entregar à polícia, mas, como punição, o rapaz passou a ajudá-lo na reforma da casa. Quando precisou de alguém que o ajudasse a reformar os ladrilhos, chegou até um cenógrafo muito respeitado, Billy, por quem acabou se apaixonando e com quem passou a viver logo depois. Os três, Albert, Billy e Marcus viviam na casa como uma família. A vizinhança não via com bons olhos essa relação entre eles.

Marcus era um jovem marceneiro muito talentoso e Albert e Billy queriam muito ajudá-lo, pois ele havia deixado a escola e estava desempregado. Foi por isso que o recomendaram a um construtor de barcos que conheciam. Quando Marcus estava a caminho do local, sofreu um acidente de carro e faleceu. Billy faleceu de AIDS um tempo depois, deixando Albert sozinho na casa. Só então o tio explica ao menino que a história da família Marvel fora uma criação dele e de Billy em homenagem a Marcus, que muitos objetos e cenas foram sendo

construídos e organizados ao longo do tempo. A segunda parte do livro termina com a morte de Albert, que também tinha AIDS, e o desejo de Joseph de ficar com a casa do tio. A terceira e última parte da narrativa retoma a linguagem visual, dando sequência à segunda parte da história – narrada em linguagem verbal - e mesclando-a com elementos visuais da primeira. Ela inicia com a imagem do fogo, igual à que encerrou a primeira parte. Nas imagens seguintes, percebemos a passagem do tempo: Joseph já é um adulto. Ele e Pisco estão na casa da Rua Folgate, número 18, sentados confortavelmente diante da lareira a observar um bebê deitado em um berço. Joseph tem em mãos um cartão postal enviado por Frankie, sua amiga, datado de 7 de novembro de 2007 (Figura 3). Configura-se ali uma família.

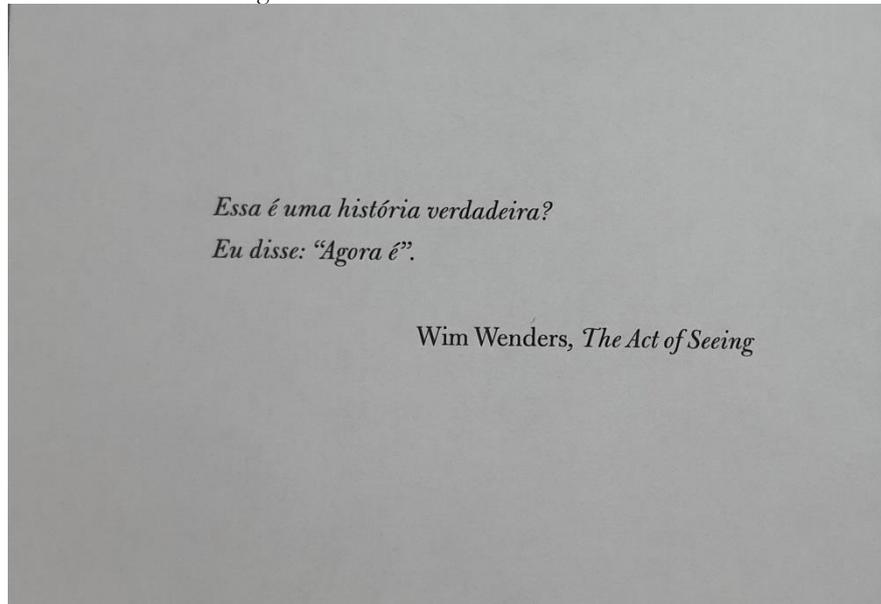
Figura 3 - cartão postal nas mãos de Joseph.



Fonte: *Os Marvels* (SELZNICK, 2016, s.p.)

A narrativa encerra com a frase: “Essa é uma história verdadeira. Eu disse: “Agora é?”” (SELZNICK, 2016, s.p.) (Figura 4), remetendo o leitor novamente à incerteza: seria verdadeira parte da história lida? Ou tudo seria ficção? Quando uma história fictícia passa a ser contada, ela não se torna verdadeira? Quando uma história verdadeira é contada, ela não está sendo ficcionalizada? Qual o limiar entre realidade e ficção? Quem o determina? Qual a diferença entre o real e o verdadeiro?

Figura 4 - Final da narrativa de *Os Marvels*



Fonte: *Os Marvels* (SELZNICK, 2016, s.p.)

Com essas questões em mente, o leitor termina o livro, mas não encerra a leitura. Muitas outras retumbam: temas sensíveis como pertencimento, identificação, relações familiares, escolhas, homossexualidade, constituição pessoal, perda são algumas questões que ressoam para além do texto da obra, que arrebatam de uma maneira ou de outra. A experiência propiciada pela leitura não traz respostas nem encerra lacunas, ao contrário, ela toca o que há de mais humano em nós e nos exige. O quê? Envolvimento, atenção, construção, sensibilidade. O texto, expresso pelas linguagens verbal e visual, exerce sua função literária. A obra convoca à participação.

### **A mediação de leitura de textos literários que abordam temas sensíveis**

A diversidade encontrada nos grupos de estudantes costuma causar receio no educador quanto à mediação de livros com temas sensíveis. Em um espaço escolar, pode-se encontrar os mais diversos históricos familiares, discrepâncias sociais, crenças religiosas, opções políticas, enfim, uma gama tão variada de combinações e possibilidades que, num primeiro momento, pode remeter a escolha de livros a títulos já consagrados ou que não suscitem discussões que possam constranger algum estudante. Porém, há de se levar em consideração que justamente essa gama variada de possibilidades pode tornar a atividade ainda mais enriquecedora. A leitura de textos literários que abordam temas que geram opiniões diversas, pontos de vista distintos, que desacomodam e levam o leitor a outras perspectivas engrandece o trabalho, propicia a experiência, humaniza. De acordo com



Cosson (2021a, p. 17), podemos, por meio da leitura, ser outros sem deixarmos de ser nós mesmos:

Na leitura e na escritura do texto literário encontramos o senso de nós mesmos e da comunidade a que pertencemos. A literatura nos diz o que somos e nos incentiva a desejar e a expressar o mundo por nós mesmos. [...] No exercício da literatura, podemos ser outros, podemos viver como os outros, podemos romper os limites do tempo e do espaço de nossa experiência e, ainda assim, sermos nós mesmos.

Cada indivíduo tem uma trajetória única e, desde que o texto desperte seu interesse e o estimule, pode trazer a sua visão para o debate em sala de aula, enriquecendo a visão do outro. Se nesse momento, o leitor é “tocado” pelo texto, a visão passa a ser uma experiência, e ela traz consigo o caráter humanizador da literatura. É importante ressaltar que os temas aventados a partir da obra figuram na narrativa sem que ela assuma o caráter do livro “paradidático”. Eles figuram na construção de sentido do todo, que é o livro, sem a inserção de forma apelativa ou prescritiva, pelo contrário, há uma sensibilidade e um cuidado muito grandes na abordagem desses temas, sem que recaiam no senso comum, no drama apelativo, na normatização ou na intenção de criar modelos a serem seguidos. Além disso, é uma narrativa que não subestima o seu público leitor, pois exige-lhe perspicácia e participação constante e atenta.

Ao abordar a busca por identidade, por reconhecimento, pelo encontro com aquilo que lhe faça sentido, ainda que essa busca requira um afastamento do que lhe é familiar, a narrativa traz à tona a questão da construção identitária, da negação e da aproximação, do ato corajoso de perceber-se diferente e de ir em busca daquilo que nos torna únicos. Tanto Leonte Marvel quanto Joseph Jervis estão em formação de suas identidades, e, para isso, precisam estranhar o familiar e buscar o afastamento. Somente dessa maneira, Joseph pode vislumbrar um futuro e uma identificação, que não era com o pai ou com a mãe, mas com um familiar que, apesar do grau de parentesco próximo, ele desconhecia.

Ao aproximar-se do desconhecido e dito excêntrico tio Albert Nightgale, o menino percebe que ele tem mais em comum com o tio do que com os pais. A identificação, de certa forma, é um alívio para Joseph, que passa à sensação de pertencimento. O tema da aceitação e do pertencimento é bastante relevante quando se trata, principalmente, do público juvenil, ao qual o livro é primordialmente destinado. Esse movimento do menino em relação ao tio e do tio em relação ao menino é interessante de ser observado na medida em que ambos reconhecem características semelhantes no outro, que são as mesmas que os diferem da mãe do menino, e irmã de Albert, tais como o gosto pela ficção, a sensibilidade, o apego ao passado, a não valorização dos bens materiais, o não julgamento alheio.

A figura do adulto em relação com o jovem na construção de sua identidade é outro aspecto que a narrativa traz: não somente Joseph se modifica, mas também o tio se



constitui nessa relação, mostrando que o ser humano está em constante modificação e adaptação. Não é o fato de Albert ser adulto que o impede de mudar. A abordagem desse tema é relevante para que o jovem perceba uma certa relatividade diante das certezas e construções já estabelecidas, é relevante, porque lhe proporciona o conhecimento de que, na vida, a objetividade, a certeza, a exatidão não se sustentam diante de temas humanos concretos, pois são “[...] assuntos subjetivos e dialógicos que podem gerar opiniões, emoções, depoimentos, discussões, especulações e confissões, mas não lições objetivas e consensuais.” (AZEVEDO, 2005, p. 34)

Outro tema que pode ser aventado a partir do texto é o da adoção: as gerações da família Marvel intercalam crianças que não são filhos biológicos a crianças que o são. Na narrativa, aparecem as famílias que vão sendo formadas, independentemente de possuírem ou não laços sanguíneos. Também percebemos que, de certa forma, o tio Albert “adota” Joseph, em uma atitude de cuidado, proteção, respeito e vínculo afetivo que cria com o menino, laços aparentemente mais fortes do que aqueles que os pais mantêm com ele.

A sociedade representada na narrativa é a londrina, do início dos anos 1990, o preconceito em relação a Albert transparece no julgamento alheio, não fica claro se em relação ao homossexualismo, à AIDS ou a ambos. A narrativa não está a servir de base para a discussão da opção sexual ou para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Essas seriam leituras didatizadas, voltadas a objetivos específicos. A narrativa fala sobre escolhas, aquelas que todos fazemos, independentemente de opção sexual, independentemente da presença de enfermidade ou não. Fala sobre construção pessoal advinda de um conhecimento sobre si, mas que também é balizada pelo olhar alheio. Mostra ao leitor que a solidão, a incompreensão, a incerteza, em geral, são próprias da condição humana. Mas também lhe mostra que, com uma perda, pode vir um ganho, que os encontros, propiciados pela vida, e desencontros, marcados pela morte, são parte daquilo que nos torna humanos.

O receio em mediar uma obra como esta pode residir no fato de ela exigir um educador preparado e aberto para falar, principalmente, sobre homossexualidade, AIDS e família afetiva. Para tanto, ele próprio precisa pensar sobre seus conceitos e buscar, através de estudos e reflexão, se for necessário, desconstruí-los ou, ainda, observar abordagens sobre o que poderia não lhe ter ocorrido sobre o assunto.

Poderão surgir comentários preconceituosos e até mesmo agressivos por parte dos alunos. A ideia é de que, anterior à leitura, já se tenha estabelecido uma relação de confiança entre educador e estudantes, para que estes se sintam à vontade para expor as suas opiniões, os seus anseios e as suas impressões sobre a leitura. Ao surgirem comentários que possam ser inadequados, ofensivos ou advindos de um pensamento muito restrito sobre relações humanas, a sensibilidade do educador precisa estar bastante apurada para que não passe a ser um julgador nem um ditador sobre aquilo que pode ou não pode ser dito sobre esses



assuntos<sup>7</sup>. É relevante que o educador tenha um manejo, por meio de perguntas, por exemplo, para que o próprio aluno passe a considerar o seu posicionamento sobre sua opinião primeira. Para tanto, a discussão coletiva pode ser bastante produtiva e instigante, mas, é inegável que não há como prever todas as contingências. Daí a importância da preparação do mediador e de um percurso com os alunos no sentido de respeito à diversidade de opinião, da percepção de que, muitas vezes, opiniões diferentes não se excluem e de que muitas visões podem ser aventadas sobre um fato. Ao levar os estudantes a essas reflexões, estão sendo propiciadas oportunidades para que ele perceba que a literatura não traz consigo respostas “corretas” e unívocas.

### Conclusão

Diante do exposto, é relevante pensar a formação de professores de Língua Portuguesa, do Ensino Fundamental II, com enfoque na formação do leitor literário. Quanto mais o docente conhecer e se apropriar da literatura e das teorias sobre formação de leitores, mais seguro ele se sentirá para mediar a leitura de um livro que aborde temas sensíveis. Estar ciente da escolha do texto literário que oferecerá aos estudantes, da importância desse texto para a formação do leitor, do caráter didático de alguns livros que figuram no mercado e do planejamento pedagógico pode contribuir para que a literatura, na escola, passe a ter um caráter humanizador em detrimento do caráter didatizador.

247

### Referências

AGUIAR, Luiz Antônio. Uma literatura & seu leitor. *In*: OLIVEIRA, Ieda de (Org.). **O que é qualidade em literatura no livro infantil e juvenil?** Com a palavra o escritor. São Paulo: DCL, 2005. p. 103-117.

AZEVEDO, Ricardo. Aspectos instigantes da literatura infantil e juvenil. *In*: OLIVEIRA, Ieda de (Org.). **O que é qualidade em literatura no livro infantil e juvenil?** Com a palavra o escritor. São Paulo: DCL, 2005. p.25-46.

AZEVEDO, Ricardo. **Livros para crianças e literatura infantil:** convergência e dissonâncias. Artigo escrito a partir da dissertação de mestrado “Como o ar não tem cor se o céu é azul? Vestígios dos contos populares na literatura infantil”, apresentada em 1998 e disponível na biblioteca de Letras da Universidade de São Paulo. Publicado no “Jornal do Alfabetizador” – Porto Alegre – Editora Kuarup – Ano XI - nº 61 p. 6-7 e na Revista

---

<sup>7</sup> O planejamento auxiliará o educador também com a questão do percurso de construção dos sentidos, pois caberá a ele perceber as demandas que os estudantes trarão e como conduzir o processo, se for o caso, para que tenham discernimento sobre o fato de que um texto pode propiciar várias leituras, mas não toda e qualquer leitura.





“Signos” Ano 20 nª 1, Lajeado, Univates, 1999, p. 92- 102, ISSN 1413-0416. Disponível em: <https://www.ricardoazevedo.com.br/wp/wp-content/uploads/Livros-para-criancas-e-literatura-infantil.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2023.

BAJOUR, Cecília. **Ouvir nas entrelinhas**. O valor da escuta nas práticas de leitura. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: *Vários Escritos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2021a.

\_\_\_\_\_. **Como criar círculos de leitura na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2021b.

\_\_\_\_\_. **Letramento Literário**. In: CEALE. Glossário Ceale de termos de Alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte, **CEALE**/Faculdade de Educação da UFMG. 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/letramento-literario>. Acesso em: 30 jan. 2023.

PAULINO, Graça. **Leitura literária**. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Educação. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: [s.n.], 2014. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/letramento-literario>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SELZNICK, Brian. **Os Marvels**. Tradução de Santiago Nazarian. São Paulo: Edições SM, 2016.

# DIMENSÃO SENSÍVEL NA FESTA DO CENTENÁRIO: SONORIDADES E MÚSICAS NAS COMEMORAÇÕES DOS 100 ANOS DE BLUMENAU/SC, BRASIL

Tiago Pereira<sup>1</sup>

## Introdução

Dentro da musicologia história, a perspectiva urbana tem-se tornado uma linha substancial de investigação. Este trabalho se orienta nas teorias e metodologias da chamada *musicologia urbana*, debatendo a música, o desenvolvimento das cidades e suas sonoridades imanentes (CARTER, 2002. MARÍN, 2002, 2014. KNIGHTON, ANGUITA, 2018. SÁ; CONDE, 2019), além de contribuir para os estudos acerca da história da música em Santa Catarina. Toma-se a cidade de Blumenau, no Vale do Itajaí catarinense, Brasil, como espaço de análise, sendo esse trabalho parte integrante de uma pesquisa de doutorado acerca da história da música e das sonoridades da cidade supracitada. Fundada em 1850 por imigrantes alemães, Blumenau comemorou em setembro de 1950 seu centenário de fundação, com um calendário de festividades no qual a música e as sonoridades foram parte fundamental para a legitimação de Blumenau como uma cidade de tradição alemã, mas também símbolo de progresso da nação brasileira. Com a festa procurou-se legitimar a presença dos teuto-brasileiros e seus descendentes no Brasil, apropriando-se de um passado histórico em marcha rumo a prosperidade. Marcaram os festejos diversos símbolos alusivos às relações entre um passado imigrante e um progresso nacional, a exemplo de uma bandeira, um hino composto especialmente para a data, um livro publicado em memória do passado, exposições de caráter industrial, histórico e artístico, desfiles para apropriação física e sonora do espaço, bailes e concertos. Assim, para além da cidade física que se preparou para comemorar 100 anos e seguir seu progresso, a cidade simbólica e a paisagem sonora ali configurada também contribuíram para oficialização de uma narrativa voltada ao estabelecimento de uma história para a cidade.

## Os preparativos da festa

Os festejos de comemoração aos 100 anos de Blumenau, ocorreram entre os dias 02 e 10 de setembro de 1950, datas que para além do aniversário da cidade, também integravam a semana da pátria. Naquele período já havia transcorrido na cidade ações em torno de uma “Campanha de Nacionalização” – que, grosso modo, entre as décadas de 1930 e 1940 buscou construir uma identidade nacional em uma colônia de tradição alemã –, o que colocava o festejo do centenário como a oportunidade perfeita de legitimação de Blumenau como uma cidade de tradição estrangeira, mas também símbolo de progresso da nação brasileira. Apontando nessa direção, alguns trabalhos científicos já foram publicados acerca da festa (FERREIRA, 1996, ANNUSECK 2005, SILVA, 2008), naturalmente sem a ênfase na música performada no evento e as sonoridades vinculadas, ao que se aterá aqui, buscando superar a cidade silenciosa ainda marcada na historiografia da cidade. Agora cabe citar Ferreira (1996), que debateu os “códigos escolhidos como instrumentos para fixar símbolos e representações

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Regional de Blumenau, FURB. Doutorando em Música na linha de pesquisa Teoria e História, no Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC. Email: tpereira.pg@gmail.com



na memória do povo blumenauense” (p.12), voltados para o desejo comum de “comemorar” e reforçando a “coesão social” e a “identidade” da comunidade (p. 12). A autora lembra que para a organização dos festejos constituiu-se uma Comissão Central Executiva, em sua maioria “industriais e expoentes da sociedade blumenauense, impondo assim, uma comemoração instituída pelo poder político, cultural e econômico” (p. 12). Uma bandeira para o centenário, um hino composto especialmente para a data, um livro publicado em memória do passado – construindo uma narrativa visual para a cidade –, os selos postais, as medalhas de porcelana, os suvenires com a imagem do Dr. Blumenau, todo o simbolismo público encenado em acordo com o programa da festa, reforçavam um mito fundador e uma narrativa histórica selecionada, calçada no desenvolvimento e no avanço do lugar e de seu povo, “Blumenau – Cidade Progresso”, como destacava o lema do festejo.

O *Guia Público* de Blumenau, organizado e editado por Otto Wille em decorrência do centenário do município, publicou o “programa de festejos” – que também eram panfletados pela cidade –, bem como os envolvidos na Comissão Central Executiva e suas subcomissões, distribuídas em: subcomissão do livro comemorativo, de finanças, de festejos e acomodações, de exposições, de programa e propaganda e, por fim, de intercâmbio. Desde o mês de junho os jornais vinham publicando informes acerca das comemorações. O jornal *A Nação* – que circulou em Blumenau entre 1943 e 1980 – de 07 de junho de 1950 indicava estar “pronto o esboço do programa das festas do centenário de Blumenau”, enquanto “espera a comissão organizadora receber sugestões da população”, indicando a possibilidade de haver “conferências, inaugurações, desfiles, exposições e competições esportivas” (JAN, 1950a). Oficialmente publicada no livro do centenário, lançado dentro da festa, a programação então apontava a montagem de parque de diversões, exposições de caráter industrial, agropecuário, histórico e artístico, conferências, desfiles, missas e cultos, homenagens oficiais, competições esportivas, venda de artigos alusivos ao centenário, inauguração de monumentos, fogos de artifício, publicação de livro comemorativo, guias e anuários, montando então um centro de festejos na rua principal da cidade, a Rua XV de Novembro (figura 1). A comissão também insere na programação oficial os “concertos e bailes”, como a *première* da *ópera Anita Garibaldi*, bem como a realização de um concurso para a composição de um hino do centenário de Blumenau, além de várias “outras diversões” (WILLE, 1950, p. 29, 30 31).



Figura 1. Centro dos festejos defronte ao Teatro Carlos Gomes. Rua XV de Novembro.



Fonte: Grupo *Antigamente em Blumenau*, Facebook.

251

Os preparativos para a festa eram divulgados pela subcomissão de festejos nos periódicos da época, aqui considerado especialmente o jornal *A Nação*. Com relação à festa, também publicavam solicitações à comunidade, na forma de informes e oferta de serviços. Destacase a oferta de “serviços de cartazes e sugestões para vitrines e stands” (JAN, 1950b), a fim de embelezar as casas comerciais da região central, com direito a “concurso de vitrines” (JAN, 1950i); as orientações para o recolhimento de contribuições financeiras (JAN, 1950d) ou divulgação de ações em prol da festa, como uma “sessão cinematográfica” no Cine Busch, com renda de ingresso destinada aos festejos (JAN, 1950f). Cita-se ainda os variados tipos de recomendações, como aquela aos “proprietários de hotéis, restaurantes, churrascarias, cafés etc. que se previnam com a necessária antecedência [...]” (JAN, 1950c), acerca de itens de primeira necessidade. Os que legislavam, em conversando com a comunidade via jornais, procuravam incutir também no povo a sensação de participação ativa na organização da festa. Não à toa, a edição de 17 de agosto de 1950 do *A Nação* informava o “apelo direto” da subcomissão de alojamento para que “todos os moradores da cidade que estejam em condições de alugar quartos para o grande número de visitantes” assim o fizessem, com “a costumada boa acolhida e solicitude de todos os blumenauenses” (JAN, 1950g), sem ainda deixar de agradecer aos que colaboraram, na edição de 09 de setembro ao final dos festejos, “dando, assim, uma bela demonstração de cooperação, solidariedade e compreensão pelas



coisas de Blumenau (JAN, 1950t). Ellen Annuseck ao estudar o que emergia *Nos bastidores da festa* (2005) do centenário lembrava que a imprensa e os periódicos locais falavam de Blumenau “como um lugar de progresso”, isto é, uma cidade “civilizada, desenvolvida, trabalhadora que também progredira na questão da integração nacional” (p. 16). Com a festa do centenário procurava-se legitimar a presença de alemães, dos teuto-brasileiros e seus descendentes no Brasil, optando e apropriando-se de um passado histórico em marcha rumo a prosperidade. E “assim é que a urbe toda se enfeita, como se quisesse aparecer nas festas com vestimenta nova” (JAN, 1950j). Quanto à organização da festa, e os sentidos a ela atribuídos, Anussek (2005) lembrava que fora construída uma realidade muito particular “de um mundo voltado à indústria e ao comércio, e pouco reconhecido por grande parte dos outros moradores da cidade” (p. 19), fortificando a ideal de uma cidade “promulgadora do progresso do país” (p. 19), vinculada então à tradição – aquela que se buscava sacramentar –, ao mito fundador calcado no heroísmo e nas conquistas dos colonizadores pioneiros.

### A festa percebida pela escuta

No âmbito das manifestações artísticas, a principal atração do programa dos festejos foi a *première* da *ópera Anita Garibaldi*, no palco da Sociedade Dramático-Musical Carlos Gomes. Com libreto do historiador blumenauense José Ferreira da Silva e música do maestro Heinz Geyer, dirigente da orquestra do Teatro Carlos Gomes, a ópera em três atos – que vinha sendo composta desde 1939 – retratava a história de vida da considerada “heroína dos dois mundos”. Mesmo já tendo sido apresentada em partes desde a década de 1940, a festa do centenário era o momento ideal para a “estreia de gala” (JAN, 1950h) da ópera, que contaria com “o máximo de esplendor na sua realização” e a, “tudo prometendo um esplendor de riqueza e luxo [...]” (JAN, 1950e). Não à toa a contratação de cantores de ópera profissionais para os papéis principais (JAN, 1950k), tentava pôr de lado o caráter amador das produções da referida Sociedade que teria a “presença do que melhor possui a alta sociedade local e catarinense” (JAN, 1950e). Tratava-se de um evento não para o povo blumenauense, mas para uma elite seleta. Ainda assim o programa da festa indicava além da *première* no dia do aniversário da cidade, dois outros “espetáculos comuns” (JAN, 1950h), nos dias 04 e 06 de setembro, onde o traje a rigor era dispensado. Os “amantes da divina música” (JAN, 1950h), ainda contariam com concerto no Teatro Carlos Gomes da Orquestra Sinfônica do Clube Concórdia de Curitiba no dia 08, com programa marcado sobretudo pela música de Johann Strauss.

Na edição de 05 de setembro de 1950, em coluna sobre a “vida social”, o jornal *A Nação*, apontava que “com os festejos centenários que se comemoram em Blumenau, inúmeras foram as casas de diversões que procuraram melhorar seu programa diário, proporcionando aos seus frequentadores espetáculos diferentes” (JAN, 1950p). Como amostra, durante o período da festa, o Cine Busch, cinema de rua da área central da cidade, montou “programas cinematográficos”, com destaque para a exibição do documentário *Conheça Blumenau*, composto de “nove longas partes mostrando o que somos e o que produzimos para a grandeza da Pátria” (JAN, 1950l),



destacando o desenvolvimento industrial da cidade, característica sempre destacada no contexto do centenário. O jornal também destacava no período dos festejos a presença do “violonista Godoy” que vinha fazendo sucesso na cidade, dedilhando “com classe e rapidez as cordas do violão, fazendo com as atenções dos presentes se voltem para as suas execuções” (JAN, 1950p). Apresentando-se no Bar e Restaurante Dinamarca na região central da cidade, o músico oferecia aos visitantes “noitadas agradáveis”. E as noites, encerrando a programação dos dias de festa, eram marcadas pelos inúmeros bailes nos diversos clubes da cidade. O *A Nação* apontava que “para comemorar o acontecimento máximo de Blumenau” (JAN, 1950q), “seus salões apresentam-se bastante ornamentados”, dando especial destaque as “noitadas alegres e inesquecíveis” como o da Sociedade Recreativa e Esportiva Ipiranga, na zona periférica do centro da cidade, que contava “ainda com uma boa orquestra”, isto é, muito provavelmente uma banda que, como a nota afirma, “fará realizar novos bailes nessa semana centenária, para satisfação de seus inúmeros visitantes”. Os bailes noturnos, ou as tardes dançantes, faziam parte da vida cultural da cidade, marcada desde a atuação das *Musikvereine*, as sociedades de música, que tinham a função de animar os diversos eventos sociais nos clubes espalhados por Blumenau. Rossbach (2014) lembra que o repertório das bandas – variável a depender da ocasião – era especialmente “composto de marchas, valsas e aberturas, de compositores locais e europeus”, prevalecendo “os gêneros musicais próprios para a dança” (p. 3), também executados durante os bailes do centenário e mesmo em todos os eventos oficiais decorrentes das comemorações dos aniversários da cidade.

“Blumenau já é centenária”, abria a edição de terça-feira 5 de setembro de 1950 do jornal *A Nação*, que relatava sobre os festejos ocorridos nos dias 02, 03 e 04, dando indícios da paisagem sonora do evento (JAN, 1950m). O jornal apontava no dia 1º de setembro, um dia antes do início das festividades, “enorme afluência de forasteiros à cidade, fazendo-se notar o movimento intenso de carros particulares e caravanas que traziam os viajantes”. Instaurava-se no núcleo central uma atmosfera diferente, pois de acordo com a publicação “à noite do mesmo dia, a cidade apresentava pela primeira vez o aspecto incomum [...] com a sua via principal, a rua 15 de Novembro, acusando um movimento que parece ultrapassar todas as expectativas” (JAN, 1950m). Uma maratona às 23h30 daria ao vencedor o direito de dar o primeiro tiro de morteiro, às zero horas do dia do aniversário. Naquela paisagem conhecida por todos, na rua principal, do comércio, era a energia de celebração e os elementos sônicos, então sensíveis, que indicavam que dias de festas estavam por começar. “Anunciou o troar dos canhões, a aurora de um novo século”, destacava a matéria do *A Nação*, “a zero hora do dia 2, o espoucar dos rojões, o badalar dos sinos, e o intenso entusiasmo popular anunciavam a realidade do centenário da cidade” A nota seguia descrevendo os momentos iniciais da festa:

A banda da Força Pública do Estado, aos sons de peças marciais, percorreu toda a rua 15, seguida pela massa popular, que, espontaneamente, e dando um cunho de intensa vibração cívica ao momento, percorreu em cortejo a artéria principal da cidade. E até altas horas da madrugada continuou o movimento (JAN, 1950m).





Annuseck (2005) – que em seu trabalho avalia as imagens da cidade de Blumenau construídas em torno da ideia de preservação dos costumes estrangeiros no contexto da festa do centenário – lembrava que nesse momento inicial da festa “grupos numerosos de pessoas percorriam as ruas da cidade a pé e em automóveis, erguendo vivas a Blumenau num período em que as madrugadas eram de silêncio” (p. 23). E de fato, cotidianamente o cair do dia e a chegada da noite, tornava a cidade mais vazia e silenciosa, mesmo na década de 1950. O “aspecto incomum” se instaurava na quebra do *modus operandi*. Já era usual ocupar a Rua XV de Novembro para celebrar acontecimentos importantes, preenchendo-a de gentes e sonoridades, como a procissão de uma banda e o repique dos sinos da igreja católica, localizada bem próxima ao centro dos festejos. Todavia, com adesão da comunidade, levar para o tempo da noite – não em seu início, mas na alta madrugada – práticas e sonoridades usualmente vivenciadas à luz do dia, simbolicamente indicava que o que era celebrado ficaria na memória dos que viveram aquela ampla performance. Celebrava-se o centenário de Blumenau, a cidade que se colocava como símbolo do progresso da nação.

O amanhecer do dia 02 de setembro, dia do aniversário de fundação, às 6 horas da manhã, foi marcado por uma “alvorada com banda de clarins e banda de música”. Às 8 horas ocorreria o “hasteamento da Bandeira Nacional e a do Centenário, com discursos alusivos ao ato” – o uso frequente do poder da voz dos que legislavam – conforme indica o programa dos festejos, seguido de uma homenagem ao fundador Dr. Blumenau. Annuseck (2005) lembrou que nesse momento da festa fora executado o hino do centenário de Blumenau. A autora sugere que “queria-se fomentar, através da bandeira e do hino, a idealização de um novo momento a ser festejado e lembrado na cidade” que, ao lado da bandeira nacional, faziam “parte de um projeto ousado”, evocando símbolos “similares aos símbolos nacionais de patriotismo” (p. 25). O hino foi resultado de um concurso para sua composição que, entretanto, não teve ampla divulgação à comunidade – nota-se a total ausência de anúncios nos jornais consultados –, dando a entender que se tratava mais de uma encomenda aos autores Eduardo Mário Tavares e Aldo Krieger, que de fato um concurso popular. Encontrou-se apenas uma nota no livro do centenário indicando, como parte do programa dos festejos, um “concurso de letra e música para o Hino do Centenário de Blumenau” (EMMENDOERFER, 1950, p. 3, 4). Mas o discurso em torno de um concurso procurava aproximar-se do povo, e induzir uma história. A letra do hino laudatoriamente destacava o progresso e o desenvolvimento da cidade, celebrando o esforço e as conquistas do fundador e dos pioneiros estrangeiros sobre “rudes selvagens”:

A colônia evoluiu [...]. Blumenau! Blumenau! Tuas fontes contam lendas de heróis europeus. E ressoam, gemendo nos montes as canções brasileiras do adeus [...]. Celebremos o audaz pioneiro. Sonhador, de visão temerária. Que de um virgem sertão brasileiro. Fez surgir Blumenau centenária (EMMENDOERFER, 1950, s/p).





Versos que se esperavam ouvir entusiasmadamente da comunidade que se aglomerava na praça Dr. Blumenau, no início da Rua XV de Novembro. Todavia, de acordo com Annuseck (2005), o hino não causou o “impacto que se esperava”, pois, “poucas pessoas o conheciam durante os festejos”, questionando: “até que ponto as pessoas se identificavam com essa música?” (p. 25).

### Paisagem sonora no desfile do centenário

A programação do dia 03 de setembro de 1950 seria marcada pela abertura da exposição agropecuária, por eventos esportivos, baile de gala no Teatro Carlos Gomes, além dos bailes noturnos nos clubes da cidade. Mas certamente o ponto máximo daquele dia fora o “préstimo alusivo à história da colonização do Vale do Itajaí” como indica o programa dos festejos que circulavam pela cidade, marcado para as 10 horas da manhã. O *A Nação* de Blumenau em sua edição publicada no dia 05 sinalizou que “desde cedo a rua XV de Novembro viu-se tomada pela enorme massa popular que se comprimia nos dois lados da principal via pública”, apontando que “visitantes e blumenauenses confundiam-se transparecendo a ansiedade incontida em presenciar o espetáculo que prometia constituir-se num dos pontos altos da comemoração em curso” (JAN 1950n). O jornal ainda lembrava que o desfile, então de caráter “cívico-militar”, fora “programado em homenagem as altas autoridades presentes” (JAN, 1950m), indicando que o que estava por começar legitimaria o mito fundador e o percurso dos sujeitos históricos considerados pioneiros. E sobre o “espetáculo incomum” proporcionado pelo desfile o *A Nação* de Blumenau tecu a seguinte nota:

As 11 horas têm início o préstimo que comoveu enorme assistência que locupletava as ruas XV de Novembro e São Paulo, pela sua orientação e originalidade. A história de Blumenau foi fielmente reproduzida nos carros alegóricos que desfilarão, com minúcias detalhadas. Os veículos muito bem-preparados traziam figurantes com trajes típicos das diversas épocas que representavam, fornecendo uma ideia bastante real do que foi Blumenau desde sua colonização até os dias de hoje. O povo aplaudia delirantemente os carros e grupos em desfile, sem exceção. Os comentários a respeito foram os mais lisonjeiros possíveis, ouvindo-se alguns como este: Não precisamos ver mais nada para dizermos que as festas de Blumenau foram um sucesso. Foi um espetáculo dos que calou fundo nos corações dos blumenauenses e visitantes. Segundo opinião colhida pela nossa reportagem cerca de 10 mil pessoas assistiram esse desfile (JAN, 1950n).

O desfile agrupou 32 grupos que narravam uma história que se buscava oficializar, tornar oficial. Annuseck (2005) – que apresenta uma descrição detalhada da estrutura do desfile do centenário –, apontou que “o desfile foi idealizado de maneira a ser entendido como um texto” e que, por isso, “encobriu muitas coisas que não eram compatíveis com o momento vivido, por firmar-se na ideia de contar uma história e dar os créditos finais, mostrar o começo, o meio e o fim” (p. 37). Deu-se uma organização cronológica e calcada nos ideais



de progresso aos quadros do desfile. A figura do Dr. Blumenau iniciava o préstito – e assim também a história da cidade –, seguido pela caracterização da chegada dos primeiros 17 imigrantes, o mito fundador, e outros elementos do “passado colonial”, que se pretendia eternizar, como as primeiras casas dos colonos, as profissões de trabalho manual, os carros de bois, como primeiros meios de locomoção, a primeira escola. Os vários marcos de pioneirismo, que levavam ao desenvolvimento da cidade, eram destacados no desfile. Seguiam, dentre outras, referências às primeiras fábricas, os clubes, a construção das igrejas evangélica e católica, o primeiro jornal impresso, a formação de novas famílias em terras brasileiras, finalizando com “os carros dos velhos colonizadores” (p. 36), em que estavam descendentes do Dr. Blumenau “numa tentativa de recobrar a união tida com a família do fundador” (p. 36). Como afirma Annuseck (2005), as várias simbologias estabelecidas pelos quadros do desfile, causavam uma “presentificação do passado” enfatizando “o grau de progresso e adiantamento encontrado na cidade e o grau de responsabilidade e competência de seus idealizadores e construtores” (p. 37). Nesse sentido, a autora demonstra que o desfile, e os festejos de maneira geral, encobriram elementos da realidade da cidade que destoavam do ideal de progresso, como a ignorância dada à ocupação dos morros próximos ao centro, por migrantes destinados a construção da ponte para a estrada de ferro, ou mesmo a rápida reforma da paisagem do núcleo urbano, então priorizada, afim de “fazer ‘desaparecer’ a imagem de cidade pequena e rural” (p. 41) Ou seja, como Annuseck (2005) concluíra, “toda essa *modernidade, prosperidade e desenvolvimento* eram extremamente recentes e forçados para o momento do centenário” (p. 42) que, colocando-se de tal maneira idealizada, legitimava o passado e a narrativa dos pioneiros.

Não obstante, o desfile do dia 03 de setembro indica que a paisagem esteve bastante preenchida de elementos sônicos. Os “aplausos delirantes” dos que prestigiaram o préstito demonstrava que também o volume das palmas, isto é, uma sonoridade, poderia medir a popularidade ou o sucesso daquele momento. A ocupação massiva da rua, sendo então apropriada pela comunidade, acompanharia uma encenação pública de poder e integraria aquela ampla performance, que buscava dar pertencimento ao lugar, vinculando um passado histórico com uma narrativa de progresso da cidade. Até aquele dia, os festejos do centenário contavam com sonoridades que construíam um ambiente aural específico, uma dimensão sensível fundamental para regular o comportamento da comunidade e instaurar ali uma atmosfera de festa. Por tratar-se de uma celebração oficial, de autoridade municipal, sons de poder eram percebidos no espaço público, como os tiros de morteiros que abriram os festejos, os repiques dos sinos das igrejas da região central – que pela potência sonora que possuíam eram então dessacralizados e incorporados às sonoridades oficiais –, e o toque de alvorada pela banda de clarins. Eram códigos sonoros compartilhados que indicavam tempos de festa, mas também lembravam a comunidade acerca do status de poder que possuíam as autoridades municipais e as camadas mais abastadas da cidade, ali os mais interessados na narrativa de progresso e na oficialização de uma história para Blumenau. Outrossim, o *A Nação* destacava o fato de que no dia após o desfile, no 04 de setembro, apesar de “acusando





um movimento intenso ainda, a cidade procurava voltar parcialmente ao seu ritmo normal, funcionando regularmente o comércio” (JAN, 1950m). Como nota-se no programa geral dos festejos do centenário, apesar de o espaço público continuar sendo apropriado, então por atletas em competição (JAN, 1950t) e mesmo em desfile militar alusivo a semana da pátria, (JAN, 1950u), a festa migrava gradativamente para o plano institucional, como os torneios esportivos, os concertos, bailados e conferências no Teatro Carlos Gomes. Por fim, a tentativa de ouvir a festa, suas músicas, suas sonoridades, tudo aquilo que era percebido pelo sentido da escuta, leva a uma outra interpretação do evento – da própria cidade –, que deixa de ser tratado de forma silenciosa e permite desvelar camadas antes desconsideradas na historiografia de Blumenau.

### Referências

ANNUSECK, Ellen. *Nos bastidores da festa: outras histórias, memórias e sociabilidades em um bairro operário de Blumenau (1940-1950)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

CARTER, Tim. The sound of silence: models for an urban musicology. *Urban History*, v. 29. 2002. p. 8-18.

EMMENDOERFER, Frei Ernesto. *Centenário de Blumenau: 1850 - 2 de setembro - 1950*. Comissão dos festejos. Blumenau: [s.n.], 1950. 1v. (várias paginações), il. Disponível na Biblioteca Universitária Prof. Martinho Cardoso da Veiga, FURB. Número de chamada: 981.642 C397c OR.

FERREIRA, Cristina. A festa do centenário de Blumenau: Símbolos e Representações Sociais. In.: *Esboços, histórias em contextos globais*; Vol 3, No 3. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 1996.

KNIGHTON, Tess; ANGUITA, Manzuella (eds). *Hearing the city in Early Modern Europe*. Turnhout, Belgium – CESR, Tours, France: Brepols Publishers, 2018.

MARÍN, Miguel Ángel. *Music on the margin: Urban musical life in eighteenth-century Jaca (Spain)*. Kassel: Edition Reichenberger, 2002.

\_\_\_\_\_. Contar la historia desde la periferia: Música y ciudad desde la musicología urbana. *Neuma: Revista de Música y Docencia Musical*. Talca, Chile, year 7, v. 2, 2014. pp.10-30.





ROSSACH, Roberto Fabiano. Sociedades de música (bandas) no contexto da imigração alemã. In.: *Anais do XXIV Congresso da Anppom*. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música. São Paulo, 2014.

SÁ, Vanda de (dir.); CONDE, Antónia Fialho (dir.). *Paisagens sonoras urbanas: História, Memória e Património*. Nouvelle édition [en ligne]. Évora: Publicações do Cidehus, 2019.

SILVA, Carla Fernanda da. *Grafias da Luz: A narrativa visual sobre a cidade na Revista Blumenau em Cadernos*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

WILLE, Otto. *GUIA Público "Wille"*: Município de Blumenau: Edição do Centenário, 1850 - 1950. Blumenau: Otto Wille, 1950. 264 p, il., 1 Mapa do município. (Guia público, v.1). Disponível na Biblioteca Universitária Prof. Martinho Cardoso da Veiga, FURB. Número de chamada: 918.1642 G943g 1950 OR.

### Jornais

JAN, 1950a. Pronto o esboço do programa das festas do centenário. In.: *A Nação*. Sexta-feira, 7 de junho de 1950. Ano VII, Nº 32. Blumenau, 1950.

JAN, 1950b. Atenção – Centenário. In.: *A Nação*. Domingo, 9 de julho de 1950. Ano VII, Nº 34. Blumenau, 1950.

JAN, 1950c. Comissão dos Festejos do Centenário de Blumenau. In.: *A Nação*. Sábado, 22 de julho de 1950. Ano VII, Nº 44. Blumenau, 1950.

JAN, 1950e. Realizar-se-á à 2 de setembro na SDM ‘Carlos Gomes’ o baile do Centenário. In.: *A Nação*. Sexta-feira, 4 de agosto de 1950. Ano VII, Nº 53. Blumenau, 1950.

JAN, 1950f. Comissão dos Festejos do Centenário de Blumenau. In.: *A Nação*. Quinta-feira, 10 de agosto de 1950. Ano VII, Nº 58. Blumenau, 1950.

JAN, 1950g. Comissão dos Festejos do Centenário de Blumenau. In.: *A Nação*. Quinta-feira, 17 de agosto de 1950. Ano VII, Nº 61. Blumenau, 1950.

JAN, 1950h. Promete êxito completo a parte artística do centenário da cidade. In.: *A Nação*. Sábado, 19 de agosto de 1950. Ano VII, Nº 65. Blumenau, 1950.



JAN, 1950i. Comissão dos Festejos do Centenário de Blumenau. In.: *A Nação*. Terça-feira, 29 de agosto de 1950. Ano VII, N° 73. Blumenau, 1950.

JAN, 1950k. Encontram-se em Blumenau os artistas principais da ópera ‘Anita Garibaldi. In.: *A Nação*. Terça-feira, 29 de agosto de 1950. Ano VII, N° 73. Blumenau, 1950.

JAN, 1950l. Cine Busch – Programas cinematográficos. In.: *A Nação*. Sábado, 02 de setembro de 1950. Ano VII, N° 76. Blumenau, 1950.

JAN, 1950m. Blumenau já é centenária. Supera todas as expectativas o sucesso dos festejos comemorativos da fundação da cidade. In.: *A Nação*. Terça-feira, 05 de setembro de 1950. Ano VII, N° 77. Blumenau, 1950.

JAN, 1950p. Godoy e seu violão. In.: *A Nação*. Terça-feira, 05 de setembro de 1950. Ano VII, N° 77. Blumenau, 1950.

JAN, 1950q. Pelos salões. In.: *A Nação*. Terça-feira, 05 de setembro de 1950. Ano VII, N° 77. Blumenau, 1950.

JAN, 1950t. Comissão dos Festejos do Centenário de Blumenau. In.: *A Nação*. Sábado, 09 de setembro de 1950. Ano VII, N° 80. Blumenau, 1950.

JAN, 1950u. Homenagem do comando e oficialidade da unidade que participou dos festejos do centenário de Blumenau – presentes altas autoridades e a sociedade de Blumenau e Itajaí. In.: *A Nação*. Quarta-feira, 13 de setembro de 1950. Ano VII, N° 83. Blumenau, 1950.

# DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES NEGRAS

Thainara Virgínia Paulino<sup>1</sup>  
Soraia Veloso Cintra<sup>2</sup>

## Considerações iniciais

O presente artigo é oriundo de pesquisa realizada no município de Ituiutaba (MG), no Brasil, e tem como tema Direitos Sexuais e Reprodutivos de Mulheres Negras, na perspectiva da justiça reprodutiva. O conceito de justiça reprodutiva tem como proposta a ampliação do olhar para a questão dos direitos sexuais como parâmetro uma visão interseccional que considera as desigualdades de raça, classe, gênero entre outros, e atingem de forma conjunta a (im)possibilidade de acesso a direitos. Sendo assim, para que mulheres negras consigam acessar determinado direito reprodutivo, outros direitos precisam ser garantidos e o ambiente deve ser livre de opressões<sup>3</sup>.

O objetivo principal foi entender como o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos têm sido garantidos a partir da visão das mulheres considerando a problemática da desigualdade de raça e classe. Pelo fato desta pesquisa ter sido desenvolvida durante o período pandêmico, foi decidido que seria analisado também sobre o acesso a estes direitos antes e durante a pandemia do COVID-19. Os objetivos específicos foram: compreender como as mulheres com vida sexual ativa têm acesso aos direitos sexuais e reprodutivos e entender como a pandemia impactou a vida das mulheres na efetivação destes direitos. O pressuposto foi que mulheres negras têm tido os seus direitos violados em decorrência do racismo institucional, violações essas que foram aprofundadas pela pandemia de COVID-19.

## Direitos sexuais e reprodutivos

Os direitos sexuais e reprodutivos fazem parte da pauta do movimento feminista no que diz respeito a defesa da autonomia e acesso à saúde sexual e reprodutiva e métodos contraceptivos. Após a Organização das Nações Unidas (ONU) formular e aprovar a Declaração dos Direitos Humanos (1948), o movimento identificou a possibilidade de levar a discussão para conferências da organização para que a pauta se tornasse foco das nações que a compunham. O objetivo era, que os direitos sexuais e reprodutivos passassem a ser assegurados por todos os países para que o acesso não se tornassem meras ferramentas de controle populacional.

Em 1994 ocorreu no Egito a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD'94) que trouxe ampla discussão sobre o tema e a pauta foi aceita por consenso por todos os países que dela participaram. Dos avanços advindos desta conferência pode-se destacar a formulação oficial do conceito que abrange Direitos Sexuais e Reprodutivos:

Esses direitos se ancoram no reconhecimento do direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal. E-mail: thainara.paulino97@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal. E-mail: soraia.veloso@ufu.br

<sup>3</sup> A princípio, a pesquisa iniciou-se para o cumprimento de exigência do Programa de Educação Tutorial (PET) (Re)Conectando Saberes Fazeres e Práticas Rumo à Cidadania, do qual a pesquisadora faz parte e da mesma forma como parte da integralização do curso de Serviço Social da FACES / UFU



assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência [...] (CIPD,1994, p.62)

Também na CIPD'94 foram traçados três objetivos a serem alcançados até 2015 que envolviam: “[...] a redução da mortalidade infantil e materna; o acesso à educação, especialmente para as meninas, e o acesso universal a uma ampla gama de serviços de saúde reprodutiva, incluindo o planeamento familiar”. (Plataforma de Ação do Cairo, 1994, p. 34). No Brasil, a atenção dada à saúde sexual e reprodutiva das mulheres desde a década de 1920 tinha foco no período de gravidez e puerpério. Por esse motivo, o movimento feminista brasileiro passa a levantar a pauta da necessidade de se ter uma atenção integral à saúde da mulher. A partir desta discussão, em 1984 foi elaborado pelo Ministério da Saúde o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). O Programa objetivava:

ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação, englobando a assistência à mulher em clínica ginecológica, no pré-natal, parto e puerpério, no climatério, em planeamento familiar, DST, câncer de colo de útero e de mama, além de outras necessidades identificadas a partir do perfil populacional das mulheres (BRASIL, 1984 *apud* BRASIL, 2004).

Apesar de ter contribuído para o avanço na construção de uma política de ação integral, Correa e Piola (2003), ao realizar o balanço das ações institucionais feitas entre 1998 e 2002, apontaram que, houve dificuldade de atuação em áreas que iriam além da redução da mortalidade materna e também de ser trabalhada a “transversalidade de gênero e raça” (PNAISM, 2004, p. 18).

### **Desigualdade para além do gênero**

Realizando uma análise mais aprofundada da realidade foi possível identificar diferentes indicadores como, condição socioeconômica, território, raça, etnia entre outros, que influenciam no acesso à saúde sexual e reprodutiva. A influência destes indicadores foram reconhecidos na IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995) ocorrida em Pequim, na China.

Na Constituição Federal de 1988, a saúde passa a ser reconhecida como um direito do cidadão e um dever do Estado e nela está garantida a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) com o princípio da universalidade, ou seja, para todos independente de raça, gênero, ou classe social. No entanto, foi percebido que a atenção à saúde da população negra ainda era precário e por esse motivo, durante a 11ª (2000) e a 12ª (2003) Conferência Nacional de Saúde, o movimento negro conseguiu a aprovação de “[...] propostas para o estabelecimento de padrões de equidade étnico-racial e de gênero na política de saúde do País.” (Brasil, 2007, p.11)

Em decorrência desta conquista, em 2003 foi estabelecida a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) que, posteriormente em 2015, foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (que





foi alterado para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 2019-2022). Sua criação favoreceu a aprovação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com o objetivo de combater a discriminação étnico-racial no SUS e viabilizar a equidade na área da saúde para a população negra. A criação desta política foi um marco importante para o movimento de melhoria da saúde para a população negra por reconhecer que o racismo, sendo institucional, incidia sobre o acesso desta população a seus direitos.

Ela se insere na dinâmica do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de estratégias de gestão solidária e participativa, que incluem: utilização do quesito cor na produção de informações epidemiológicas para a definição de prioridades e tomada de decisão; ampliação e fortalecimento do controle social; desenvolvimento de ações e estratégias de identificação, abordagem, combate e prevenção do racismo institucional no ambiente de trabalho, nos processos de formação e educação permanente de profissionais; implementação de ações afirmativas para alcançar a equidade em saúde e promover a igualdade racial. (BRASIL, 2013, p. 7)

Anterior à criação da SEPIR mas em total sintonia com sua criação, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, foi proposta pelo Ministério da Saúde visando:

[...] a integralidade e a promoção da saúde como princípios norteadores e busca consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na melhoria da atenção obstétrica, no planejamento familiar, na atenção ao abortamento inseguro e no combate à violência doméstica e sexual. Agrega, também, a prevenção e o tratamento de mulheres vivendo com HIV/aids e as portadoras de doenças crônicas não transmissíveis e de câncer ginecológico. Além disso, amplia as ações para grupos historicamente alijados das políticas públicas, nas suas especificidades e necessidades. (BRASIL, 2004, p. 5)

262

A Política objetivava atingir o que o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher não havia conseguido alcançar no que diz respeito ao olhar atento às desigualdades. Pesquisa feita pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) aponta que o risco de uma mulher negra morrer no pós-parto é cerca de duas vezes maior que nas mulheres brancas. O que evidencia um dos aspectos que demonstram que o acesso a uma saúde sexual e reprodutiva de qualidade apresentam iniquidades que só podem ser combatidas com políticas efetivas.

A necessária elaboração de políticas públicas para intervenção social requer atenção aos múltiplos níveis de produção de desigualdades em saúde. Aportes teóricos oriundos dos estudos do feminismo negro, como **interseccionalidade** e justiça reprodutiva, ao articularem marcadores sociais da diferença ao princípio de justiça social, ajudam-nos na compreensão desse complexo cenário e no enfrentamento das iniquidades em saúde. (BRANDÃO; CABRAL, 2021, p. 3)





O termo interseccionalidade, citado pelas autoras, foi criado por Kimberlé Crenshaw (1959) para buscar explicar o fenómeno de quando uma mulher é atravessada por discriminações de uma forma que a situação não pode ser resolvida observando apenas um fator discriminatório de forma dissociada de outros fatores. O objetivo da mesma ao cunhar o termo foi “apresentar uma estrutura provisória que nos permita identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, de modo a compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras” (Crenshaw, 2012, p.8). Como destacado pela própria autora, o termo sugere que não há uma hierarquia nas opressões vivenciadas por estas mulheres, elas ocorrem simultaneamente. Brandão e Cabral (2021), defendem que a abordagem de gênero na discussão de saúde coletiva necessita de uma abordagem aprofundada, ultrapassando a binaridade do masculino/feminino. Nesse sentido, a interseccionalidade apresenta subsídios para a análise das questões de saúde.

Uma das problemáticas mais dificultosas de se tratar envolve a violência obstétrica visto que o uso da nomenclatura foi desaconselhada pelo Conselho de Medicina do Brasil, pois o “[...] uso dessa expressão agride a comunidade médica, de modo mais direto ginecologistas e obstetras, em sua imensa maioria comprometidos com o bom atendimento e com o respeito às suas pacientes” (Nota, Conselho Federal de Medicina, 2019, p.1). Apesar disto:

Em todo o mundo, muitas mulheres relatam experiências de abuso, desrespeito, maus-tratos e negligência na assistência ao parto em instituições de saúde, que incluem: humilhação, abusos verbais e violência física; falta de informação antes da realização de procedimentos, muitas vezes feitos de modo coercivo ou não consentido; recusa em administrar analgésicos; violações da privacidade; ou negligências antes, durante ou após o parto, que podem produzir consequências adversas para a mãe e a criança, resultando em complicações e riscos evitáveis. (Fundo de População das Nações Unidas e Instituto Patrícia Galvão, 2021, p. 26).

A violência obstétrica tem sido pauta de discussão com destaque às mulheres negras, pois estudos apontam que elas correspondem à maioria dos casos deste tipo de violência.

Neste aspecto, é fundamental destacar o racismo obstétrico, que se manifesta pela naturalização da violência sobre o corpo das mulheres negras, apoiada na falsa noção da “força” e “maior resistência à dor” das mulheres negras. De acordo com o Ministério da Saúde, 65,9% das mulheres que sofreram violência obstétrica são negras (Fundo de População das Nações Unidas e Instituto Patrícia Galvão, 2021, p. 38)

### **Os impactos da pandemia na saúde sexual e reprodutiva das mulheres**

Como vem sendo muito estudado (e vivenciado) a pandemia de Covid-19 foi de grande impacto mundial, alterando a vida de todos de forma geral, porém de formas diferentes dependendo da classe, do gênero, da raça e do território. Enquanto alguns puderam se





reorganizar trabalhando em *home-office* para evitar o contágio, outros se adaptaram como puderam, tendo que encarar todos os dias a incerteza da garantia do emprego e da manutenção da saúde. Alguns estudos e levantamentos mostram que as mulheres sentiram o impacto da sobrecarga, estando ou não em *home-office* visto que é colocado sob sua responsabilidade os cuidados com a casa, filhos, idosos, parentes etc.... Neste período (2020-2021), até o início da vacinação, sobreviver era palavra de ordem das mulheres, principalmente as das classes menos favorecidas, ou seja, mulheres negras e pobres.

De acordo com o Guia de Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres organizado pelo Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, durante a pandemia da Covid-19, muitas mulheres encontraram dificuldade em acessar o sistema de Saúde Sexual e Reprodutiva:

[...] no atual cenário, muitas mulheres não estão conseguindo fazer uso dos métodos de contraceção ou adquiri-los. Isso se deve porque, muitas vezes, há falta de orientação ou acesso às informações sobre esse tema; há medo de sair de casa e de ir até as Unidades Básicas de Saúde – UBS (também conhecidas como “postinhos de saúde”) e serem infectadas pelo coronavírus; há dificuldade de agendar consultas ginecológicas e/ou ter acesso aos anticoncepcionais; ou mesmo porque muitas mulheres estão vivenciando episódios de violência dentro de suas próprias casas e encontram dificuldades para se deslocarem até locais que ofereçam esses métodos contraceptivos. (Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2020, p.10).

Com base na experiência de órgãos internacionais em casos de epidemias em que a atenção à saúde sexual e reprodutiva foi deixada em segundo plano, ocasionando resultados preocupantes, a ONU lançou diversas notas de orientação relacionadas ao momento de pandemia e a garantia dos Direitos Humanos das Mulheres. O objetivo da organização era oferecer dados e informações que possibilitassem a continuidade dos serviços de saúde sexual e reprodutiva. As ações do Ministério da Saúde no Brasil consideraram principalmente o atendimento a mulheres grávidas como serviço essencial, por entenderem que mulheres grávidas e puérperas apresentavam risco de terem maiores complicações se contaminadas pelo Coronavírus. No entanto, foi observado que as outras áreas que compõem a saúde sexual e reprodutiva não receberam a devida atenção, como a contraceção.

Segundo Cabral e Brandão (2021), o governo brasileiro revogou em junho de 2020 uma nota técnica emitida pelo Ministério da Saúde que visava orientar a oferta de serviços de saúde sexual e reprodutiva do SUS durante a pandemia, além disso, a equipe técnica responsável foi exonerada. O documento tratava de diversos assuntos incluindo o aborto legal, que é amparado por lei à mulheres vítimas de estupro, gravidez que apresente risco a vida da gestante e em casos de anencefalia fetal. A falta de estratégias neste sentido era proposital dentro do governo que terminou (2019-2022) e pode ser observada na negativa por parte de grupos conservadores em tratar sobre outros temas como educação sexual nas escolas, o que poderia ser um trabalho preventivo uma vez que só é possível ter autonomia corporal quando





se tem acesso à informação sobre o próprio corpo. Autonomia corporal segundo o Fundo de População das Nações Unidas no Brasil (2021, p. 1), é definido como a “capacidade de fazer escolhas sobre nossos corpos e futuros, sem violência ou coerção”.

Segundo Reis, et al. (2020), tomando como dados a *International Planned Parenthood Federation* (IPPF), 14% dos pontos de entrega de anticoncepcionais foram fechados por causa da pandemia. Além disto:

Entre os serviços que permaneceram abertos, houve redução de testes de HIV, de assistência contraceptiva, de combate a violência de gênero e de aborto legal. Outros enfrentavam dificuldades em receber suprimentos, devido a atrasos na movimentação de mercadorias dentro dos países e a escassez de contraceptivos e de medicamentos para o HIV. (REIS et al, 2020, p. 327)

Estas informações demonstram que houve impacto também na distribuição de insumos e ferramentas que fazem parte da efetivação do acesso à saúde sexual e reprodutiva. Além do mais, as pesquisadoras citam a relação de maior índice de risco de morte materna por Covid no Brasil e demais países subdesenvolvidos. O problema está relacionado com as comorbidades e segundo as mesmas existem indícios de que estas mesmas mulheres enfrentaram dificuldades em acessar a terapia intensiva. Destacam também que apesar da inexistência de dados nacionais, dados internacionais indicam que mulheres negras com Covid foram as que mais necessitaram de internação.

265

### Metodologia da pesquisa

Este trabalho é de caráter exploratório, que de acordo com Freitas e Prodanov (2013) tem como finalidade aproximar o pesquisador do problema a ser estudado possibilitando a construção de hipóteses. Para a realização da pesquisa de campo foi utilizada a metodologia quali-quantitativa que de acordo com MINAYO, M. C. S. & SANCHES (1993), são métodos que não se excluem e podem ser complementares. Segundo os autores “o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e viceversa” (p.247). A pesquisa de campo foi dividida em dois momentos, um para coleta de dados por meio de formulário disponível em formato *on line* e a segunda por meio de entrevistas com quatro mulheres selecionadas a partir dos critérios estabelecidos – duas mulheres negras, duas brancas (por auto declaração).

Após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFU) o formulário desta pesquisa foi aberto no dia 6 de setembro de 2022 pela plataforma *Google Forms*. No mesmo dia foi fechado, pois atingiu-se a quantidade de respostas que foi estipulada, 48, todas mulheres, concordando com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE).

As perguntas foram organizadas em seções para melhor organização do formulário. A primeira parte apresentava o TCLE e logo em seguida a seção de identificação para levantar o perfil das participantes. A terceira seção apresentou perguntas voltadas para os direitos sexuais e reprodutivos; a quarta, gestação e os partos e por último o convite para a etapa de entrevistas.





### Perfil das participantes

Das 48 mulheres participantes da pesquisa, 33 tinham entre 19 e 29 anos de idade, 10 entre 30 e 49 anos e 5 participantes estavam na faixa de 50 até 61 anos de idade. Na autodeclaração de cor/raça 54,2% (26 mulheres) se declararam brancas e 45,8% (22 mulheres) negras (pretas e pardas). Sobre escolaridade, 64,6% das participantes possuem ensino superior incompleto, 16,7% têm o ensino médio incompleto e 18,8% o ensino superior completo. Em relação ao estado civil, 75% informaram serem solteiras e 25%, casadas.

A renda familiar variou entre R\$0,00 até R\$10.000 e destas, 5 possuem renda de até um salário mínimo (R\$1.212,00), 30 possuem renda entre um a três salários mínimos (R\$3.636,00) e 11 participantes possuem renda familiar acima de três salários mínimos de referência. Uma participante não soube informar o valor exato e outra se declarou como autônoma, sem informar a renda.

No questionamento de quantas doses da vacina contra a COVID-19, das 48, apenas uma não tomou nenhuma dose da vacina. As demais, 79,2% receberam a 3º dose e 18% tomaram até a 2º dose. Esta era uma informação importante que poderia afetar a segunda parte da pesquisa tendo em vista as normas de distância social.

### Direitos Sexuais e Reprodutivos

A primeira questão referente aos Direitos Sexuais e Reprodutivos foi se as participantes já haviam passado por atendimento ginecológico e destas, 85,4% (41) responderam que sim e cerca de 14,6% (7) afirmaram que não. Destas, quatro mulheres são negras e três são brancas, todas estas na faixa etária entre 19 e 28.

Foi questionado também se as participantes já ouviram falar sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos e 62,5% o que corresponde a 30 participantes responderam que sim, enquanto 37,5% (18) afirmaram que não. Das 48 participantes, 79,2% (38) usam algum tipo de método contraceptivo e 20,8% (10) não utilizam.

Comparando as respostas das duas perguntas, percebe-se que 08 mulheres apesar de dizerem não saber o que é Direito Reprodutivo, fazem uso de algum método contraceptivo. Também foram observadas pelas respostas que algumas mulheres que indicaram que não utilizam nenhum tipo de contraceptivo realizaram o processo de laqueadura, encontram-se na menopausa ou utilizam a camisinha sendo que apenas quatro das dez participantes realmente afirmaram não usarem nenhum tipo de método. Entre as respostas sobre qual contraceptivo é utilizado, das 44 respostas, 19 mulheres afirmaram utilizar método hormonal (pílula oral, injetável, anel, adesivo cutâneo, implantes), 18, métodos de barreira (preservativo, diafragma, DIU, espermicidas), 05 realizaram laqueadura, 01 está na menopausa e 01 utiliza métodos naturais.

Cerca de 79,2% das 48 participantes afirmam ter recebido orientação profissional sobre o uso de métodos contraceptivos e 20% afirmam não terem recebido nenhuma orientação profissional.





Antes da pandemia, 58,3% afirmam que passaram pelo ginecologista(a), enquanto 41,7% não. Durante a pandemia, houve uma pequena queda, e 26 participantes (54,2%) precisaram de atendimento. Comparando as respostas, foi percebido que o número de mulheres brancas que afirmaram ter precisado de atendimento ginecológico se manteve o mesmo enquanto do grupo de mulheres negras houve uma redução.

### Gestação

Das 48 participantes, 35 (72,9%) não têm filhos, enquanto 13 (27,1%) tiveram. Destas, 5 têm 03 filhos ou mais, 4, dois filhos e outras 4 tiveram um filho. Dessas, apenas quatro (31%) afirmaram que a gravidez não foi planejada. Do grupo que não planejou sua gestação, três delas são autodeclaradas brancas e uma se auto declara negra. Elas também foram questionadas sobre como foi o acompanhamento na gestação e todas participantes afirmaram que houve regularidade no pré-natal.

Sobre a possível facilidade ou dificuldade em ter acompanhamento, a maioria das mulheres afirmaram que não tiveram dificuldades. Algumas atribuíram ao fato de terem utilizado os serviços da rede de saúde privada, outras tiveram experiências tanto com a rede pública quanto com a privada e também afirmaram não ter tido problemas. Duas mulheres relataram problemas, uma por ter tido direito a acompanhante durante o parto negado e outra alegou que a doula que a acompanhava seria barrada na maternidade se não tivesse intervindo. O direito ao acompanhante é garantido à parturiente durante o trabalho de parto, parto e pós-parto pela Lei nº 11.108, de 2005. Perguntadas sobre como foram os partos, a maioria das mulheres que passaram por mais de um parto tiveram experiências tanto com a cirurgia cesariana, quanto o parto normal. Uma das participantes destaca que “A maioria dos médicos prefere esperar pelo parto natural, fui fazer exame de toque 5 vezes pois não queria a cesaria” (Participante C, mulher negra, 25 anos). Uma mulher afirmou ter realizado o procedimento de laqueadura logo após o parto.

267

### A saúde, nem sempre, em primeiro lugar

As mulheres que responderam o questionário *on line* foram convidadas a participarem da etapa de entrevistas e 20 (41,7%) das 48 participantes, aceitaram. Para garantir a fidelidade à etapa metodológica, foi realizado um sorteio de quatro participantes entre as que aceitaram ser entrevistadas, divididas em dois grupos – o das mulheres negras e o das brancas (pela auto-declaração). Foi realizado contato com as duas primeiras de cada grupo para marcar o dia e local mais viável para cada uma. Em um dos contatos foi percebido certa “resistência” por parte da mulher, passando a participante seguinte, que se mostrou disponível para ser entrevistada. Apenas uma das entrevistas foi realizada de forma remota, pela plataforma *Google Meet*, todas as outras foram de forma presencial.

Antes do início da entrevista as participantes leram, concordaram e assinaram o TCLE recebendo uma via do documento original assinado pelas pesquisadoras. A fim de captar melhor as respostas, as entrevistas foram gravadas.





Foram entrevistadas duas mulheres negras e duas mulheres brancas a fim de compreender melhor informações que abrangem o subjetivo de cada uma delas quanto a direitos sexuais e reprodutivos. A partir desta etapa, elas passam a ser identificadas com nomes fictícios escolhidos por elas: Margarida, 52 anos, e Eloá, 23, são duas mulheres autodeclaradas brancas, enquanto Vera, 42, e Rosa Maria, 42, negras (preta/parda).

No início da entrevista foi solicitado a cada uma que explicassem sobre o que sabiam sobre o tema Direitos Sexuais e Reprodutivos. Todas elas destacaram o acesso a informação a métodos contraceptivos e a planeamento familiar.

Acesso a métodos contraceptivos, preservativos, DIU e Formação e conscientização sobre questão IST's e nos direitos Reprodutivos seria no acompanhamento de mulheres gestantes e planeamento familiar, que aí no planeamento familiar, pelo menos aqui na cidade de Ituiutaba eu sei que é feito pelo Centro de Saúde da Mulher. Exames de IST's para fazer tratamento caso tenha necessidade, tratamento também pelo SUS. (Eloá, 23, 2022)

[...] É que é direito, não só a saúde reprodutiva, mas também o direito à informação. [...] Então eu acho que tem muito a ver com o direito à informação sobre esse assunto. Para você ter, é esse, não gosto dessa palavra, mas assim, empoderamento mesmo de escolha é para você escolher consciente. Mais ou menos isso. (Vera, 42 anos, 2022)

Interessante ressaltar a percepção de direito à autonomia do próprio corpo e acesso a informações também explícitas nas respostas.

A segunda pergunta questiona se a entrevistada já encontrou dificuldade de negociação de método de proteção com parceiros(as) e todas as entrevistadas afirmaram sim:

[...] eu encontro sim bastante dificuldade porque tem muita desculpa que o pessoal usa. As clássicas “ai, porque incomoda muito” e aí a gente vai e tira antes e tipo, assim, não tem nenhuma responsabilidade acerca das várias coisas que tem. (Eloá, 23 anos, 2022)

Eu tomei anticoncepcional escondido porque na cabeça dele (parceiro), mulher que tomava anticoncepcional era para transar com outro homem e todos os dias eu escondia meu anticoncepcional todos os dias. (Margarida, 52 anos)

Muito, muito, principalmente ultimamente. Assim, eu sou de uma geração, nasci nos anos 80. E era muito sério a questão da proteção naquela época, por conta de estar muito recente a questão de uma epidemia mesmo, e principalmente de AIDS.[...] Pararam com essa éh... preocupação e era sempre uma insistência muito grande, principalmente com os parceiros. Muita chantagem, muita coisa ruim que eu nunca tinha vivido e que eu passei depois de velha, digamos assim, passei a não é e até hoje eu tenho essa dificuldade, é grande, tem sim, de principalmente conversar sobre isso e decidir isso ali, principalmente em relação até à camisinha, né? (Vera, 42 anos, 2022)





Todas as entrevistadas afirmam terem recebido orientação profissional para uso de métodos de proteção e contraceptivos atuais. Rosa Maria (42) e Margarida (52) realizaram o procedimento de histerectomia enquanto Vera (42) e Eloá (23) utilizam a camisinha como método de proteção e contraceção.

Quanto à orientação profissional para a troca de método de proteção, Eloá (23) e Margarida afirmam que já fizeram trocas de pílula por conta própria quando identificavam que o anticoncepcional estava causando efeito colateral.

Sobre a dificuldade de acesso ao método de proteção, as entrevistadas afirmaram que não tiveram dificuldade, no entanto Margarida e Rosa Maria destacaram a dificuldade estabelecida por parceiros e familiares.

Foi perguntado se as entrevistadas conhecem o termo Violência Obstétrica e se poderiam descrever seu entendimento sobre o tema. Rosa Maria (42 anos) relatou a situação vivenciada por ela em seu primeiro parto: “Fui pra sala de parto, ali chegou aos oito centímetros de dilatação, não deixou chegar aos dez. [...] Nos oito, então eu tive o famoso pique. [...] Nossa e eu, eu falo que eu preferia ter tido outro filho.” Sobre sua segunda gestação Rosa Maria conta que:

No dia do parto mesmo aí lá vem aquela questão por eu ser epilética. “É porque não pode ser aqui o parto dela tem que ser no hospital especializado”. [...] Então eu passei o quê? De uma, duas da manhã a meio-dia. Um trabalho de parto. Mais ou menos onze horas. Quando foi mais ou menos umas duas horas antes dessas onze horas me tiraram de um município pra capital, setenta e dois quilômetro numa ambulância. [...] Na entrada da capital mesmo acho que não faltava nem dois quilômetro pra chegar no hospital onde eles achavam que era adequado pra eu ter a criança por ser epilética eu desmaiei a primeira vez desmaiei. Quando eu acordei eu já estava dentro de um hospital que não quis me atender, porque estava lotado [...] não tinha como eu sentar ou andar que a criança estava saindo de dentro de mim e a auxiliar de parto ela colocou o menino de volta! ela colocou o menino de volta, a dor foi tão insuportável que eu desmaiei ali [...] Outro hospital! E a enfermeira, que me atendeu super irada, eu lembro que ela ficou super revoltada. “Por que que vocês trouxeram ela aqui?” “Ela poderia ter tido o bebê lá, ela tem um acompanhamento direitinho, ela toma medicação corretamente”, “porque vocês fizeram isso com ela?” [...] foi só trocar de uma maca pra outra, pra poder fazer os exames, o menino nasceu. Lá mesmo na maca. Fiquei cheia de fissura. (Rosa Maria, 42 anos, 2022)

269

E na terceira gestação ela também passou por violência obstétrica:

Eu dei entrada no hospital aqui da cidade às treze horas foi a uma hora da manhã. foi a uma hora uma foi uma hora da manhã, fiquei até às treze horas nessa situação, das treze horas o médico saiu e falou “não só o que vai dar entrada às dezenove horas que vai fazer o parto”. E eu fiquei das treze horas às dezenove horas sangrando, sangrando mesmo! Ou seja, tudo que tinha de saída, a bolsa saiu. Ficou só a criança. Quando ele saiu o bichinho estava Roxo! (Rosa Maria, 42 anos, 2022).





Leal (2017) destaca que em comparação com mulheres brancas, mulheres negras possuem maiores chances de enfrentar falta de vinculação à maternidade, o que resulta em peregrinação na busca por atendimento no parto.

Três das quatro entrevistadas consideram que passaram por situação de omissão de informações sobre saúde sexual e reprodutiva, sendo que Eloá (23) e Rosa Maria (42) apontam que perceberam resistência familiar em falar do assunto. Margarida (52) relembra que por ter crescido durante o período da ditadura militar, essas informações eram omitidas. Nenhuma das entrevistadas relatou ter tido dificuldade de acesso a atendimento ginecológico antes da pandemia, no entanto duas afirmaram que buscaram durante o período pandêmico e tiveram dificuldade, o que vai ao encontro dos estudos de Reis *et al.* (2020). A dificuldade se deu por questão da longa espera, enquanto uma delas especificamente relatou que não buscou atendimento por receio de contágio.

As participantes da pesquisa foram questionadas se elas acreditam que mulheres negras e mulheres brancas usufruem do mesmo acesso a métodos protetivos e contraceptivos e a serviços ginecológicos. Duas delas responderam que não, apontando informações sobre violência obstétrica que têm sido vivenciadas com mais frequência por mulheres negras.

Existe essa coisa muito velada, né? Do racismo. E existe eh essa eh existe uma coisa "sutil" e o que eu acho mais triste é uma uma convicção coletiva de que o corpo negro é mais forte de que a mulher negra dá conta [...] Mesmo duas mulheres que tem a mesma condição, que tem até plano de saúde que vai num hospital particular nunca é. Nunca é igual o tratamento. (Vera, 42 anos, 2022).

270

Foi apontada também outra consideração que destaca as intersecções de raça e classe no atendimento obstétrico na rede de saúde privada: “Você chega no atendimento assim. A pessoa, um exemplo: Aquela outra tem como pagar? Ela é primeira! Sempre primeira! E, principalmente, se ela for branca.” (Rosa Maria, 42 anos). Em contrapartida, Margarida, que é uma profissional da área da saúde acredita que tanto mulheres negras quanto mulheres brancas usufruem dos mesmos acessos considerando que:

[...] a gente tá sempre em busca de informar as nossas pacientes tanto as mulheres brancas quanto as mulheres negras quanto a importância do uso anticoncepcional, as formas do anticoncepcional, os métodos que a gente tem lá. E ambas tem o mesmo acesso. Tem acesso a ao que aos produtos e serviços do nosso trabalho (Margarida, 52 anos, 2022)

### Considerações finais

Os direitos sexuais e reprodutivos são complexos, exatamente por se tratarem não somente de poder decidir sobre a própria reprodução mas por serem atravessados por subsídios disponibilizados pelo Estado por meio da saúde. Pode ser considerado que as mulheres têm seus direitos sexuais e reprodutivos violados quando não têm acesso a informação,





atendimento ginecológico, orientação profissional e poder de escolha sobre sua reprodução. Também têm seus direitos violados quando existe ocorrência de violência obstétrica. Infelizmente, algumas das mulheres negras participantes da pesquisa nunca passaram por atendimento ginecológico, orientação profissional para uso de método contraceptivo e algumas relataram violências obstétricas sofridas, o que confirma a hipótese desta pesquisa. A hipótese foi que mulheres negras teriam os seus direitos violados em decorrência do racismo institucional, violações essas que foram aprofundadas pela pandemia de COVID-19. O racismo institucional destacado pode fazer parte destas violações, principalmente na violência obstétrica, mas como ficou evidenciado na pesquisa bibliográfica, este não é o único fator que distancia as mulheres negras da efetivação de seus direitos.

O objetivo geral da pesquisa, que foi o de entender como o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos têm sido garantidos a partir da visão das mulheres, pode ser compreendido a partir das respostas da entrevista. O que fica evidente durante a análise é que as entrevistadas consideram que o acesso a esses direitos vai além de acessar métodos de proteção e contracepção, estando muito ligado ao poder de escolha, acesso à informação e a saúde sexual e reprodutiva. Além disso, as participantes demonstraram perceber questões de desigualdade, não só de gênero, mas também de raça e classe. É importante destacar a dificuldade de negociação do uso de método contraceptivo, pois demonstra não só a resistência dos parceiros como também da transferência do cuidado com a contracepção.

Compreendendo os estudos feitos acerca do tema direitos sexuais e reprodutivos durante a pandemia e comparando com os dados de necessidade de procura por atendimento ginecológico e também dados coletados nas entrevistas é possível dizer que muitas mulheres tiveram dificuldade em procurar a área da saúde durante a pandemia. Os dados coletados destacam que as participantes não têm encontrado dificuldade de acessar métodos contraceptivos. É possível que o período de pandemia tenha dificultado o acesso a orientações profissionais para planejamento familiar.

Infelizmente fica constatado aqui também ocorrências de violência obstétrica englobando falta de informação sobre o parto, toques desnecessários, demora no atendimento, peregrinação de um hospital a outro, e procedimentos desaconselhados por órgãos de saúde. Estas ocorrências foram relatadas por mulheres negras e brancas nas etapas de formulário e entrevistas.

As mais variadas expressões da questão social podem impactar no acesso a direitos garantidos no papel mas que não se efetivam na prática. É preciso uma análise mais minuciosa a respeito das desigualdades de gênero, raça e classe para garantir que políticas como a PNAISM alcancem de fato seu objetivo.

## Referências

BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva. **Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de covid-19 no Brasil**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 1-16, maio de 2021. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/interface.200762>.





BRASIL. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, DF, Presidente da República, 2005. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111108.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111108.htm). Acesso em 7 jan. de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília, DF. 2013.

CRENSHAW. Kimberlé. **Documento para o Encontro De Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. Los Angeles, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **NOTA À IMPRENSA E À POPULAÇÃO**. Brasília, DF. 2019. Disponível em: [https://portal.cfm.org.br/images/PDF/notaviolenciaobstetrica.pdf?fbclid=IwAR0KJt\\_0WFJKGeBG04eN\\_8xHk1FsCKvK6XNBdjQ5nnQANFoCwcDMt3mh24](https://portal.cfm.org.br/images/PDF/notaviolenciaobstetrica.pdf?fbclid=IwAR0KJt_0WFJKGeBG04eN_8xHk1FsCKvK6XNBdjQ5nnQANFoCwcDMt3mh24). Acesso em 21 de dezembro de 2022.

FREITAS, Ernani; PRODANOV, Cleber. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA E DO TRABALHO ACADÊMICO**. 2 ed. FEEVALE. Novo Hamburgo, 2013.

Instituto Patrícia Galvão e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). **A pauta é... Um guia para compreender e comunicar melhor Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres**. 2021.

GELEDÉS. **Justiça Reprodutiva ou Direitos Reprodutivos, o que as mulheres negras querem?** Disponível em <<https://www.geledes.org.br/justica-reprodutiva-ou-direitos-reprodutivos-o-que-as-mulheres-negras-querem/>> Acesso em 21 de dezembro de 2022.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres – NUDEM. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. **Guia Sobre Direitos Sexuais E Reprodutivos Das Mulheres Durante A Pandemia Da Covid-19 Contracepção, Aborto Legal, Gestação, Parto E Pós-Parto**. São Paulo. 2020.





2º ciclo  
ibero-americano  
de diálogos  
contemporâneos

**GÉNERO, SOCIEDADE  
E DIVERSIDADE**

14 a 16 de Março de 2023

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher.** Pequim, China. 1995.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Conferência Internacional sobre população e Desenvolvimento.** Cairo, Egito. 1994.

REIS, Ana Paula dos. et al. **Desigualdades de gênero e raça na pandemia de Covid-19: implicações para o controle no Brasil.** Saúde em Debate, [S.L.], v. 44, n. 4, p. 324-340, 2020. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042020e423>.

UNFPA. **Meu Corpo me Pertence: Reivindicando o Direito à Autonomia e à Autodeterminação.** Brasília. 2021.

273



# VIOLÊNCIA INTERPESSOAL CONTRA CRIANÇAS: ANÁLISE DESCRITIVA DOS CASOS NOTIFICADOS

Byanca de Paula Gomes Silveira<sup>1</sup>  
Marcia Regina de Oliveira Pedroso<sup>2</sup>  
Tiffani Matos Oliveira<sup>3</sup>  
Loys Lene da Costa Siqueira<sup>4</sup>  
Franciele Marabotti Costa Leite<sup>5</sup>

## Introdução

A violência interpessoal contra a criança é definida pela OMS como toda ação ou omissão que prejudica o bem-estar, integridade física, psicológica, a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de uma criança (KRUG et al, 2002). Esse agravo pode ser praticado de forma intrafamiliar, quando realizada por algum membro da família, ou comunitária, quando ocorre em ambientes sociais por conhecidos ou desconhecidos (KRUG et al, 2002). Nesse contexto o estatuto da criança e do adolescente prevê como crime, na Lei nº 8.069/90, qualquer tipo de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, por ação ou omissão contra a criança ou adolescente. (BRASIL, 1990).

Nota-se que apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) destacar ser dever da família e da sociedade o cuidado à criança e ao adolescente (ECA, 2022), são essas instituições que mais os violentam e desprezam, sendo muitas vezes os principais autores da violência, o que leva a grande parte dos eventos de violência contra a criança acontecerem em domicílio, dificultando não apenas a identificação, mas, também, a comprovação dos casos (BRASIL, 2018).

No Brasil, no ano de 2021, de acordo com o anuário brasileiro de segurança pública, foram notificados 11.973 casos de maus tratos contra a criança (0-9 anos) e observa-se um aumento de 10,1%, de 2020 para 2021, nos casos notificados no Espírito Santo (FBSP, 2022). Agrupando os dados das capitais brasileiras, em 2018, 68,1% dos casos de violência intrafamiliar tinham como vítima a criança e 8,6% dos atendimentos em urgência e emergência do país eram para crianças vítimas de violência (BRASIL, 2019).

Importante destacar que a vivência da violência na infância pode impactar negativamente em todo o desenvolvimento da criança até a sua maturidade (VEENEMA; THORNTON; CORLEY, 2015). Crianças que sofrem violência doméstica têm maior probabilidade de desenvolver baixa autoestima, déficit de atenção, dificuldade de se relacionar com outras pessoas e até dificuldade com a linguagem (BACKES, 1999). Muitas vítimas carregam para a vida adulta uma rotina de dores, agressividade, sofrimento e estresse vinculados ao trauma na infância (PERRY, 2002). Além disso, pessoas que sofreram violência quando criança

---

<sup>1</sup> Graduanda de Enfermagem na Universidade Federal do Espírito Santo. Email: byancapsilveira@outlook.com

<sup>2</sup> Doutora em Saúde Coletiva. Docente da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Centro das Ciências Biológicas e da Saúde. E-mail: marcypedroso@gmail.com

<sup>3</sup> Enfermeira pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: tiffani.matos@hotmail.com

<sup>4</sup> Enfermeira especialista em Cardiologia. Mestranda na Universidade Federal do Espírito Santo. Email: loyslencosta22@gmail.com

<sup>5</sup> Doutora em epidemiologia. Docente da Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de enfermagem. Programa de Pós-graduação em Saúde coletiva e Enfermagem. E-mail: francielemarabotti@gmail.com



podem desenvolver transtornos mentais, como ansiedade e depressão graves, infecções sexualmente transmissíveis, abortos espontâneos e se tornam mais vulneráveis ao abuso de drogas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009).

Assim sendo, o profissional de saúde, diante dos casos de violência, tem o papel de observar atentamente, identificar, notificar, cuidar da vítima e inseri-la na rede de proteção (COSTA et al, 2015). A identificação parte da observação de sinais e sintomas que indiquem a violência, como sinais físicos e comportamentais (COSTA et al, 2015), isso denota a importância de o profissional conhecer tais sinais e estar preparado para reconhecê-los durante os atendimentos. Outra responsabilidade do profissional é a notificação em casos suspeitos ou confirmados, preenchendo a ficha e encaminhando o caso aos conselhos tutelares, assim como, acionar a assistência social para inserir a vítima na rede de proteção existente. Ainda, o profissional tem a obrigação de cuidar da vítima com postura acolhedora e resolutiva, para garantir que a vítima seja tratada com humanidade e tenha suas queixas atuais resolvidas (BRASIL, 2017a).

Diante do exposto, este estudo teve por objetivo identificar a frequência de violência interpessoal contra a criança e as características da vítima, do agressor e do agravo, a partir dos casos notificados entre 2011 e 2018 no estado do Espírito Santo.

## Metodologia

Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, realizado a partir dos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) disponibilizado pela Secretaria Estadual de Saúde do estado do Espírito Santo. O estado do Espírito Santo, faz parte da região sudeste do Brasil, possui 46.074,448 km<sup>2</sup> e aproximadamente 4.108.508 milhões de habitantes, destes, 509.336 são crianças de 0 a 9 anos, de acordo com o censo de 2010 (IBGE, 2010; 2021).

O SINAN, é composto por notificações e investigações de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória e por problemas de saúde importantes para sua região (BRASIL, 2022). A violência entrou para a lista de notificação compulsória em 2011, tornando obrigatório a notificação dos casos suspeitos e identificados desse agravo (BRASIL, 2017).

Para esse estudo foram incluídos todos os registros de notificações de violência contra indivíduos de 0-9 anos (sim/não), de acordo com os critérios de classificação de faixa etária estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e empregados na ficha de notificação de violência interpessoal, do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). As variáveis para características da vítima foram: Sexo (feminino; masculino), faixa etária (0-2; 3 a 5; 6 a 9 anos); Raça/cor (branca; preta/parda), Deficiência ou Transtorno (sim; não) e Zona de residência (urbana/periurbana; rural). Quanto ao agressor as variáveis medidas foram: Faixa etária (0-24; 25 ou mais), Sexo do agressor (masculino; feminino; ambos) e suspeita do uso de álcool (sim; não). As características do agravo: Local de ocorrência (residência; via pública; outros), Violência de repetição (sim; não),





Encaminhamento (sim; não) e Tipos de violência (sexual; física; negligência; psicológica; outros).

Vale destacar que inicialmente o banco de dados passou por uma qualificação, a fim de assegurar a confiabilidade das informações. A análise descritiva foi feita por meio do programa estatístico STATA 14.1, onde foram apresentadas através de frequências brutas e relativas, com os respectivos intervalos de confiança.

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), de acordo com o projeto intitulado “Violência nos diferentes ciclos de vida no estado do Espírito Santo: uma análise epidemiológica.”, sob parecer número 2.819.597.

## Resultados

No período de 2011 a 2018 foram notificados 3.090 casos de violência interpessoal contra a criança no estado do Espírito Santo (n=3.090; P= 8,4%; IC95%: 8,2-8,8) (Dados não apresentados em Tabela).

Nota-se que a maioria dos casos de violência contra criança aconteceram contra as meninas (P=56,7%), na faixa etária de 6 a 9 anos (36,5%), raça/cor pretas/pardas (P=71,9%), e, sem deficiência (P=96,3%). No que tange ao local de ocorrência, nove em cada 10 casos aconteceram na zona urbana/periurbana. Quanto ao agressor, a maioria possui de 25 anos a mais (62,6%), são homens (53,3%), e não há suspeita de uso de álcool no momento da agressão (76,9%). Verifica-se que 81,1% dos casos aconteceram na residência, e, mais da metade teve caráter de repetição (55,6%). Grande parte dos casos receberam encaminhamento para outros serviços (88,2%). No que tange o tipo de violência, a sexual foi predominante (41,8%), seguida da negligência (31,3%).

Tabela 1. Caracterização das vítimas, do agressor e do agravo, quanto a violência contra criança no Espírito Santo, 2011 a 2018.

Variáveis	N	%	IC 95%
<b>Sexo</b>			
Masculino	1338	43,3	41,6-45,1
Feminino	1752	56,7	54,9-58,4
<b>Faixa etária</b>			
0 a 2 anos	1064	34,8	33,1-36,5
3 a 5 anos	879	28,7	27,2-30,4
6 a 9 anos	1117	36,5	34,8-38,2





**Raça/Cor**

Branca	730	28,1	26,4-29,9
Preta/Parda	1864	71,9	70,1-73,6

**Deficiências/Transtornos**

Não	2849	96,3	95,5-96,9
Sim	110	3,7	3,1-4,5

**Zona de residência**

Urbana/Periurbana	2745	91,4	90,3-92,3
Rural	259	8,6	7,7-9,7

**Faixa etária do agressor**

0 – 24 anos	505	37,4	34,8-40,0
25 anos ou mais	846	62,6	60,0-65,2

**Sexo do agressor**

Masculino	1480	53,3	51,4-55,1
Feminino	771	27,7	26,1-29,4
Ambos	528	19,0	17,6-20,5

**Suspeita de uso de álcool**

Não	1101	76,9	74,7-79,1
Sim	330	23,1	21,0-25,3

**Local de ocorrência**

Residência	2188	81,1	79,5-82,5
Via pública	196	7,3	6,3-8,3
Outros	315	11,6	10,5-12,9

**Violência de repetição**

Não	798	44,4	42,1-46,7
Sim	1000	55,6	53,3-57,9



#### Encaminhamento

Não	360	11,8	10,7-13,0
Sim	2700	88,2	87,0-89,3

#### Tipo de violência

Sexual	1290	41,8	40,0-43,5
Física	730	23,6	22,2-25,2
Negligência	968	31,3	29,7-33,0
Psicológica	50	1,6	1,2-2,1
Outros tipos	52	1,7	1,3-2,2

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

#### Discussão

No período estudado, 3.090 crianças foram vítimas de violência praticada por outra pessoa no Espírito Santo, o que correspondeu a 8,5% de todas as notificações registradas no período. Dados do Viva Inquérito de 2017 mostraram que 7,8% dos atendimentos de serviços de urgência e emergência de todo o Brasil foram para crianças vítimas de violência. (BRASIL, 2019).

Ao analisarmos a distribuição dos casos de violência entre os sexos, percebemos que a violência de gênero já se inicia na infância, visto que mais da metade dos casos ocorreram em meninas. Este também é um achado que foi encontrado em outros estudos que analisaram dados de notificações (DORNELLES et al, 2021; BARCELLOS et al, 2021; OLIVEIRA et al, 2020). Isto é produto de uma cultura machista que subjuga e oprime as mulheres desde o seu nascimento, demonstrando a necessidade de ressignificar os valores e o papel da mulher na sociedade (VIEIRA et al, 2017).

Neste estudo as crianças de 6 a 9 anos foram as principais vítimas de violência interpessoal, o que diverge dos outros estudos que encontraram maiores frequências em crianças de até 5 anos (BARCELLOS et al, 2021; OLIVEIRA et al, 2020). Destaca-se que quanto mais nova a criança, mais difícil é para ela revelar a violência sofrida (ALAGGIA et al, 2019), o que corrobora com o fato de que os dados analisados são de casos que chegaram aos serviços de saúde.

O fenômeno da violência pode ser considerado um reflexo das desigualdades sociais e raciais existentes na sociedade brasileira, vitimando principalmente pessoas pretas e pardas desde a mais tenra idade, como demonstrado neste e em outros estudos (HONORATO et al, 2018; ARAÚJO et al, 2019) onde as crianças pretas e pardas foram as principais vítimas.





Apesar das deficiências de qualquer tipo serem um fator que predispõe os indivíduos a serem vítimas de situações violentas, neste estudo a maior frequência de vítimas foi naquelas crianças que não apresentavam nenhum tipo de deficiência e/ou transtorno. Acredita-se que isso se deve ao fato de que essas crianças possuem maior dificuldade de verbalização além de possuírem uma relação ambígua com seu agressor, que também é seu cuidador, dificultando a revelação da violência sofrida (JONES et al, 2012; BARROS et al, 2016).

No presente estudo, a zona urbana demonstrou ser o principal local de ocorrência das situações violentas contra a criança, o que também foi encontrado em outros estudos (SOUTO et al, 2018; PLATTI et al, 2018). Acredita-se que isso se deve a maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde que ocorre na zona rural, principalmente considerando que são dados de notificação, além de ser uma faceta da violência estrutural presente de forma mais contundente nas zonas urbanas (BERNADINO et al, 2016; ABERA et al, 2021).

No que se refere a faixa etária dos agressores, 62,6% tinham de 25 ou mais anos, corroborando com o estudo de Pedroso e Leite (2023). Esse dado pode ser compreendido, já que as crianças estão mais vulneráveis aos adultos que se encontram em posições de poder, de forma que se aproveitam da confiança intrínseca que as crianças têm incutida nos adultos, tornando mais fácil a coerção, manipulação e ataque às suas vítimas (GRIMALDI et al, 2018).

Quando analisamos as características do agressor o sexo predominante é o masculino em 53,3% dos casos. Um estudo realizado pela ONU apresentou que quase 90% dos casos de homicídios registrados no mundo foram efetuados por homens (UNODEC, 2019). O dado coloca em evidência uma realidade histórica em que homens perpetuam a violência na comunidade. O pesquisador Manuel Eisner expôs que durante a idade média 92% dos assassinatos foram cometidos por homens (SHARPE, 1913). Estudiosos do mundo todo buscam uma justificativa para o destaque do sexo masculino em situações de violência. Martin Daly e Margo Wilson apontam as diferenças biológicas na psicologia da violência, trazendo a discussão sobre a atuação de diferentes hormônios nas reações físicas e sociais dos agressores (BBC, 2016). Atualmente, é discutido sobre o papel social do homem e como isso influencia no fortalecimento da violência. Em entrevista para a BBC Mundo, a pesquisadora Jocelyn Viterna afirma que os meninos são estimulados a demonstrarem força e dominação desde pequenos, enquanto meninas são estimuladas ao comportamento pacificador, gerando uma disparidade de social de gênero, perpetuando a violência em detrimento da submissão de outrem (RODRIGUES, 2016).

Em relação ao uso do álcool, percebe-se que a maioria dos agressores não fez uso de bebida alcoólica no momento da agressão, similar a outros estudos (MOREIRA et al, 2017; OLIVEIRA et al, 2021). O que está de acordo com Garcia et al. que relata que o álcool não é responsável pelas agressões, mas que atua como um facilitador de situações previamente determinadas (GARCIA et al, 2008). Uma vez que o uso/ abuso dessa substância torna-se um agente atenuante para as ocorrências e recorrências de violências, pois o álcool pode interferir na perda de limites, precipitando o envolvimento com a violência (BRASIL, 2015; SOARES et al, 2021).





Analisando o local de ocorrência destaca-se uma grande divergência do que seria o esperado no imaginário popular. A residência, que deveria ser um lugar de acolhimento, é, na verdade, cenário de 81,1% dos casos de violência deste estudo. Esse dado não foge da tendência brasileira, que em 2017 apresentava 57% dos casos de violência contra a criança ocorrendo dentro de casa (BRASIL, 2017b) e em 2021 o cenário esteve presente em 81% dos casos relatados (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, 2021). O cotidiano abusivo afeta o desenvolvimento da criança levando-o a ter dificuldade em estabelecer relações positivas ao longo da vida, afetando sua autoestima e autoconfiança (Fiorelli, 2014).

O presente estudo apresentou um alto percentual de encaminhamentos, o que está compatível com os estudos de Silva et al (2018), que obteve 68,18% de encaminhamentos para os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Os encaminhamentos são importantes uma vez que geram ações que serão articuladas por meio da rede de atenção, e com seu seguimento, ajuda a quebrar o ciclo de violência e romper o silêncio desta temática. Além disso, busca formas de enfrentamento e investindo em modelos de abordagem do problema (BRASIL, 2010; SOUZA et al, 2014).

No presente estudo o tipo de violência predominante é a violência sexual, seguida pela negligência. Esses resultados dialogam com o cenário brasileiro que traz o estupro como forma predominante em 96,8% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes (FBSP, 2022). Essa realidade assustadora traz consequências para o desenvolvimento das vítimas, tanto no aspecto emocional quanto na saúde física. Em estudo realizado na cidade de Florianópolis foram identificados doze casos de Infecções Sexualmente Transmissíveis decorrentes do abuso e 22,4% dos indivíduos desenvolveram transtorno do comportamento, com 4 casos de tentativa de suicídio (PLATT et al, 2018). A negligência, por sua vez, se caracteriza pelo desprezo com as necessidades da criança, sejam elas físicas, educacionais e/ou emocionais (PEKARSKY, 2020). Essa tipologia da violência aparece em diferentes prevalências ao redor do Brasil, estando entre as formas predominantes na Paraíba e como o tipo menos notificado no norte de Minas Gerais (SOUSA et al, 2015; SOUTO et al, 2018). Os dados sugerem que pouco tem sido eficientemente feito em prol da diminuição da violência contra a criança ao longo dos anos no país.

Os profissionais da saúde exercem papel crucial no manejo da violência contra a criança, pois, além do cuidado com a vítima, é de sua responsabilidade a notificação compulsória do agravo e o encaminhamento da criança para a rede de apoio (EGRY et al, 2018). O sistema de notificação é um instrumento utilizado para comunicar a identificação de doenças e agravos no Brasil (BRASIL, 2022). A Portaria 1.271 de 06/06/2014 traz no 3º artigo que a notificação é obrigatória para os profissionais de saúde que prestam atendimento ao paciente (BRASIL, 2014), essa obrigatoriedade tem o objetivo de garantir que todos os casos, até as suspeitas, de violência sejam contabilizados e encaminhados para a rede de atenção. O profissional de saúde deve conhecer os sinais da violência para identificar e iniciar a trilha de ações que devem ser realizadas após a confirmação. O cuidado com a vítima é



imprescindível, desde o ouvir até o manejo de lesões corporais e a equipe de profissionais que atende as vítimas deve estar preparada para acolher e tratar este agravo (WOISKI; ROCHA, 2010).

Como limitações do estudo cita-se a possibilidade de subnotificação dos casos, uma vez se restringem às vítimas que buscaram os serviços de saúde, receberam atendimento e tiveram seus casos notificados pelos profissionais de saúde, assim como, o uso de dados secundários, muitos podem não estar em conformidade e/ou incompletos, mas a fim de minimizar essa limitação o banco passou por uma qualificação antes do processo de análise. Ressalta-se ainda, a necessidade de capacitação dos profissionais prevendo a realização de notificações com maior qualidade e completude dos dados.

### Conclusão

Os dados do presente estudo demonstram que as crianças capixabas estão continuamente expostas à violência, sendo esta mais frequente em meninas, com idade acima dos seis anos, pretas/pardas e sem deficiências. Os principais perpetradores foram indivíduos adultos, do sexo masculino e a residência foi o principal local de ocorrência. Quando analisamos os tipos, vimos que a violência sexual e a negligência são as mais prevalentes.

Isto demonstra a necessidade de avanços nas políticas públicas de proteção à infância, de forma a garantir os direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), permitindo que todas as crianças atinjam seu pleno crescimento e desenvolvimento e estejam livres de qualquer ato de violência. Destaca-se que investir e proteger a infância é promover o desenvolvimento mais igualitário e justo para toda a sociedade.

### Referências

ALAGGIA, R; COLLIN-VÉZINA, D; LATEEF, R. Facilitators and barriers to child sexual abuse (CSA) disclosures: a research update (2000-2016). **Trauma Violence Abuse**, v. 20, n. 2, pp. 260-283, 2019. Disponível em: doi: 10.1177/1524838017697312.

ABERA, L; ALIYE, A; TADESSE, K; GUTA A. Magnitude of child sexual abuse and its associated factors among high school female students in Dire Dawa, Eastern Ethiopia: a cross-sectional study. **Reprod Health**, v. 18, pp. 224, 2021. Disponível em: doi: 10.1186/s12978-021-01277-7.

ARAÚJO, G; RAMOS, M; ZALESKI, T; ROZIN, L; et al. Determinants of child sexual violence in the state of Paraná – Brazil. **Rev Espaço para a Saúde**, v. 20, n.2, pp. 42-54, 2019. Disponível em: doi: 10.22421/15177130-2019v20n2p42.

BACKES, D. L. **Indicadores de maus-tratos em crianças e adolescentes para uso na prática de enfermagem**. Porto Alegre: Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 1999. Disponível em: <http://www.pericias-forenses.com.br/indic.htm>. Acesso: 20 dez. 2022.





BARCELLOS, T.M.T. et al. Violência contra crianças: descrição dos casos em município da baixada litorânea do Rio de Janeiro. **Esc. Anna Nery**, v. 25, n. 4, p. 20200485, 2021.

BARROS, A. C. M. W; DESLANDES, S. F; BASTOS, O. M. A violência familiar e a criança e o adolescente com deficiências. **Cad Saúde Pública**, v. 32, n. 6, e00090415, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v32n6/1678-4464-csp-32-06-e00090415.pdf>.

BERNADINO, I. M; BARBOSA, K. G. N; NÓBREGA, L. M; CAVALCANTE, G. M. S; et al. Physical violence against Brazilian children and adolescents: a 4-year study. **J Public Health**, v. 24, n. 2, pp. 135-140, 2016. Disponível em: doi: 10.1007/s10389-016-0707-x.

BRASIL. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas famílias em Situação de Violência**: Orientações para gestores e profissionais de saúde. 1 ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informação de agravos de Notificação – Sinan**. 2022. Disponível em: [BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária e Vigilância em Saúde. \*\*Boletim Epidemiológico\*\*. Brasília, v. 49, n. 27, 2018. Disponível em: \[https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/5/2019/05/Ministerio\\\_Saude\\\_Analise-epidemiologica-da-violenci-sexul-contra-crinis-e-adolescentes-de-2011-a-2017.pdf\]\(https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/5/2019/05/Ministerio\_Saude\_Analise-epidemiologica-da-violenci-sexul-contra-crinis-e-adolescentes-de-2011-a-2017.pdf\). Acesso em 20 dez. 2022.](https://www.gov.br/aids/pt-br/indicadores-epidemiologicos/sistemas-de-informacao/sinan#:~:text=O%20Sistema%20de%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20de, facultado%20a%20estados%20e%20munic%C3%ADpios. Acesso em: 20 dez. 2022.</a></p></div><div data-bbox=)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Notificação de Violências Interpessoais e Autoprovocadas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017a. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/notificacao\\_violencias\\_interpessoais\\_autoprovocadas.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/notificacao_violencias_interpessoais_autoprovocadas.pdf).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Viva Inquérito 2017: Vigilância de Violências e Acidentes em Serviços Sentinela de Urgência e Emergência – Capitais e Municípios**. Brasília: Ministério da Saúde; 2019. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva\\_inquerito\\_2017\\_1ed\\_2019.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_inquerito_2017_1ed_2019.pdf).



BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Doenças e agravos de notificação (SINAN). Violência doméstica, sexual e/ou outras violências. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/violebr.def>.

BRASIL. Portaria nº1.271, de 6 de junho de 2014. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2014. Disponível em: [Ministério da Saúde \(saude.gov.br\)](http://www.saude.gov.br).

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos. Disque Direitos Humanos: Relatório de 2017. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-balanco-digital-2017\\_disque100.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-balanco-digital-2017_disque100.pdf).

COSTA, D. K. G; REICHERT, L. P; FRANÇA, J. R. F. S; COLLET, N; REICHERT, A. P. S. Concepções e práticas dos profissionais de saúde acerca da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. **Trabalho, Educação e Saúde** [online]. v. 13, suppl 2, pp. 79-95; 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sip00083>.

DORNELLES, T.M. et al. Características da violência contra crianças no município de Porto Alegre: análise das notificações obrigatórias. **Esc Anna Nery**, v. 25, n. 2., p. e20200206, 2021.

EGRY, E. Y; APOSTOLICO, M. R; MORAIS, T. C. P. Notificação da violência infantil, fluxos de atenção e processo de trabalho dos profissionais da Atenção Primária em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 1. pp. 83-92. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018231.22062017>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 20 de dez 2022.

GARCIA, M. V; RIBEIRO, L. A; JORGE, M. T; PEREIRA, G. R; RESENDE, A. P. Caracterização dos casos de violência contra a mulher atendidos em três serviços na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 24, n. 11, pp. 255-63, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/vVddcQ8YFzw3Gp3SJYZ735F/abstract/?lang=pt>.



GLOBAL STUDY ON HOMICIDE 2017. Trends, contexts, data. Genebra: **United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)**; 2019. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html>

GRIMALDI, E. F. B. N. G; COSTA, M. C. O; NASCIMENTO, O. C; SANTOS, C. B. A; SOUZA, D. P. P. Agressor sexual de crianças e adolescentes: perfil e perpetração em uma década de registros nas Delegacias Especializadas. **Adolescência & Saúde**, v. 15, supl. 1, pp. 34-44, 2018.

HONORATO, L. G. F; SOUZA, A. C; SANTOS, T. S. R; LOPES, O. G; et al. Violence in childhood and adolescence: profile reported in the mesoregion of the Low Amazon. **Arq Bras Psicol**, v. 70, n. 2, pp. 266-284, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672018000200019&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000200019&lng=pt&nrm=iso).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama Brasil - Espírito Santo**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>. Acesso em: 27 jan. 2023.

JONES, L. et al. Prevalence and risk of violence against children with disabilities: a systematic review and meta-analysis of observational studies. **Lancet**, v. 380, p. 899-907, sept. 2012.

KRUG, E.G et al. World report on violence and health. Geneva: World Health Organization – WHO, 2002. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615\\_eng.pdf;jsessionid=A8EF6ADB687250DDB1DD05416E0A96AC?sequence=1](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf;jsessionid=A8EF6ADB687250DDB1DD05416E0A96AC?sequence=1).

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa>.

MOREIRA, K. F. A; OLIVEIRA, D. M; OLIVEIRA, C. A. B; ALENCAR, L. N; ÓRFÃO, N. H; FARIAS, E. S. Perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência. **Ver. Enferm. UFPE [online]**, v. 11, n. 11, pp. 4410-7, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/Downloads/15016-72488-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Downloads/15016-72488-1-PB%20(1).pdf)

OLIVEIRA, N.F. et al. Violência contra crianças e adolescentes em Manaus, Amazonas: estudo descritivo dos casos e análise da completude das fichas de notificação, 2009-2016. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 29, n. 1, p. e2018438, abr. 2020.



OLIVEIRA, T. R. C; CONCEIÇÃO, H. N; PEREIRA, B. M; OLIVEIRA, T. M. P; MOURA, L. R. P; CÂMARA, J. T. Violência infanto-juvenil: uma análise das notificações no período de 2013 a 2014. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 13, p. 391–396, 2021. Disponível em: <http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/9001>. Acesso em: 1 fev. 2023.

PEKARSKY, A. R. **Visão geral da criança maltratada**, 2020. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/pediatria/crianc%C3%A7a-maltratada/vis%C3%A3o-geral-da-crianc%C3%A7a-maltratada>. Acesso em: 5 fev. 2023.

PEDROSO, M. R. O; LEITE, F. M. C. Prevalência e fatores associados à negligência contra crianças em um estado brasileiro. **Esc Anna Nery**, v. 27, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2022-0128pt>.

PERRY, B. D. Childhood experience and the expression of genetic potential: what childhood neglect tells us about nature and nurture. **Brain Mind**, v. 3, pp. 79-100, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/A:1016557824657>.

PLATT, V. B; BACK, I. C; HAUSCHILD, D. B; GUEDERT, J. M. Sexual violence against children: authors, victims and consequences. **Ciênc Saúde Colet**, v. 23, n. 4, pp. 1019-1031, 2018. Disponível em: doi: 10.1590/1413-81232018234.11362016.

RODRIGUEZ, Margarita. **Por que os homens são responsáveis por 95% dos homicídios no mundo?** BBC News Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37730441#:~:text=A%20viol%C3%Aancia%20%C3%A9%20predominantemente%20cometida,das%20v%C3%ADtimas%20de%20mortes%20violentas>. Acesso em: 4 fev. 2023.

SILVA, L. M. P; SOUSA, T. D. A. S; CARDOSO, M. D; SOUZA, L. F. S; SANTOS, T. M. B. Violência perpetrada contra crianças e adolescentes. **Rev. Enferm. UFPE online**, v. 12, n. 6, pp. 1696-704, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i6a23153p1696-1704-2018>.

SHARPE, R. R. **Calendar of Coroners Rolls of the City of London, AD 1300-1378**. R. Clay and sons, limited, 1913.

SOARES, G. N et al. OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA RELACIONADA AO CONSUMO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NO BRASIL. In: Anais do I Congresso de Nutrição e Saúde, 2020, Diamantina. **Anais (...)**. Diamantina: UFVJM, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ICNS/294331-OCORRENCIA-DE-VIOLENCIA-NA-FAMILIA-RELACIONADA-AO-CONSUMO-DE-ALCOOL-E-OUTRAS-DROGAS-NO-BRASIL>. Acesso em: 03 fev 2023.





SOUSA, R. P; OLIVEIRA, F. B, BEZERRA, M. L. O; LEITE, E. S; MACIEL, E. J. S. Caracterização dos maus-tratos contra a criança: Avaliação das notificações compulsórias na Paraíba. **Espac Saude**. v. 16, n. 4, pp. 20-8. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22421/1517-7130.2015v16n4p20>.

SOUTO, D. F; ZANIN, L; AMBROSANO, G. M. B; FLÓRIO, F. M. Violence against children and adolescents: profile and tendencies resulting from Law 13.010. **Rev Bras Enferm**, v. 71, Suppl 3, pp. 1237-1246, 2018. Disponível em: doi: 10.1590/0034-7167-2017-0048.

SOUZA, C. S; COSTA, C. O. M; ASSIS, S. G; OLIVEIRA, J. M; SOBRINHO, C.N; AMARAL, M. T. R. Surveillance System for Violence and Accidents (VIVA) and notification of infant-juvenile violence in the Brazilian Unified Health System (SUS) in Feira de Santana in the state of Bahia. **Ciênc Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, pp. 773-784, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/141381232014193.18432013>.

VEENEMA, T. G; THORNTON, C. P; CORLEY, A. The public health crisis of child sexual abuse in low and middle-income countries: An integrative review of the literature. **Int J Nurs Stud**, v. 52, n. 4, pp. 864-81, 2015. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijnurstu.2014.10.017>.

VIEIRA, M.S.; OLIVEIRA, S.B.; SÓKORA, C.A. A violência sexual contra crianças e adolescentes: particularidades da região Norte do Brasil. **Revista Intellector**, v. 26, p. 136-151, 2017.

WOISKI, R. O. S; ROCHA, D. L. B. Cuidado de enfermagem à criança vítima de violência sexual atendida em unidade de emergência hospitalar. **Escola Anna Nery**, v. 14, n. 1, pp. 143-150, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-81452010000100021>.